



Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais



MARISTELA SANTIAGO DE SOUZA

“Memória Para Uso Diário”: Arquivos E Coleções Orgânicas

Como Dispositivos de Resistência

(Favela da Rocinha-Rio de Janeiro, 1965 a 1984)

Rio de Janeiro

2023

Maristela Santiago de Souza

“Memória Para Uso Diário”: Arquivos E Coleções Orgânicas

Como Dispositivos de Resistência

(Favela da Rocinha-Rio de Janeiro, 1965 a 1984)

**Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre
pelo Programa de Pós-Graduação em Es-
tudos Culturais da Universidade Federal
do Mato Grosso do Sul (PPGCult-UFMS)**

Orientador: Prof. Murilo Sebe Bon Meihy (PPGCult-UFMS)

Co-Orientador: Prof. Mario Sérgio Ignácio Brum (Departamento de História /IFCH-UERJ)

RIO DE JANEIRO

2023

SOUZA, Maristela Santiago de.

“Memória Para Uso Diário”: Arquivos E Coleções Orgânicas
Como Dispositivos de Resistência (favela da Rocinha - Rio de Janeiro, 1965-1984) /
Maristela Santiago de Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 2023. Orientador Prof. Murilo
Sebe Bon Meihy. Co-Orientador: Mario Sérgio Ignácio Brum.

182 p. 29,7 cm, (Curso de Estudos Culturais). Universidade
Federal do Mato Grosso do Sul, 2023

Maristela Santiago de Souza
“Memória Para Uso Diário”: Arquivos E Coleções Orgânicas

Como Dispositivos de Resistência

(Favela da Rocinha-Rio de Janeiro, 1965 a 1984)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (PPGCult-UFMS).

Aprovada em 29 de março de 2023

Orientador: Prof. Murilo Sebe Bon Meihy (PPGCult-UFMS)

Co-Orientador: Prof. Mario Sérgio Ignácio Brum (Departamento de História /IFCH-UERJ)

Banca Examinadora:

Prof. Murilo Sebe Bon Meihy (PPGCult-UFMS)

Prof. Mario Sérgio Ignácio Brum (Departamento de História /IFCH-UERJ)

Prof. Miguel Rodrigues de Sousa Neto (CPAQ-UFMS)

Rio de Janeiro

2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, referência de luta pela sobrevivência.

À minha irmã, pelo apoio intelectual, pelo humor e inclusive pela “grita” de toda uma vida! Às minhas tias paternas, sobretudo pela delicadeza!

Ao meu cunhado querido, pela generosidade atenta e sem melindres. Aos ausentes (queridos, fixados no anverso de cada página).

Ao Professor Mário Brum, pelo aceite de última hora. Ao Fernando Ermiro, obrigada pela solicitude!

E, quanto a mim ... nunca foi sorte ou macumba ... Akiro Obá Yê!

RESUMO

A função social dos acervos arquivísticos e coleções é ressaltada nesta dissertação ao percorrer a militância política dos moradores da favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1960 a 1980. O uso da memória como dispositivo para a militância política se impõe para o constructo de contranarrativas na emergência da hora, da “favela” para a “favela” e para o “asfalto”, do “negro” para o “negro” e para o “branco”, das “minorias majoritárias” e dos “povos não integrados no sistema da propriedade privada” para eles mesmos e para os grupos (economicamente) hegemônicos ... enfim, para as sociedades de regulamentação, a perspectiva decolonial no fazer história a partir do direito à memória. E para nós mesmos, arruinar práticas discursivas que operam na racialização das subjetividades, de modo a nos conceituar como “favela”, “negro” ou “minoria”. Qual seja, o empoderamento, ou, o sufoco e o refastelo do mobilizar a identidade a nos projetar como atores sociais.

As autobiografias de militantes, citadas ao longo deste trabalho, legam, os itens documentais do acervo em estudo, igualmente a memória é para uso diário.

Palavras-chaves: Movimento de Favelas-Mobilização Política-Memória-História-Arquivos Públicos-Identidade Étnica- Representatividade

RÉSUMEN

Este trabajo es sobre la función social de los archivos e colecciones a través de la militancia política de los residentes de la población Rocinha, en la ciudad de Rio de Janeiro, de 1960 a 1980. Lo uso de la memoria para la militancia política es importante para la construcción de contranarrativas decoloniales para las llamadas “minorías” — poblaciones, negros e pueblos originários, por ellos mismos, e para las clases hegemónicas.

Palabras-Claves: Poblaciones-Mobilización Política-Memoria-Historia-Archivos Públicos- Identidad Étnica - Representabilidad

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
Os Sujeitos Sociais Sob Perspectiva.....	15
1 COLEÇÃO ASSOCIATIVISMO COMUNITÁRIO, "REDES DE VIZINHANÇA" E DIS PUTAS POLÍTICAS NA FAVELA DA ROCINHA.....	20
1.1 A Entidade Custodiadora.....	20
1.2 A Formação do Acervo.....	21
1.3 O Perfil do Acervo.....	22
1.4 Seções Documentais: Atores Políticos Antagônicos E A Negociação de Sentidos.....	27
1.4.1 Seção "Informativos Comunitários E Jornais de Grande Circulação".....	31
1.4.2 A Igreja Popular E A Esquerda Católica: 1950-1980.....	34
1.4.2-A "Da Verdade do Povo À Verdade de Deus": Seção "Ação Social Padre Anchieta (Arquidiocese do Rio de Janeiro)".....	48
1.4.2-B Seção "Pastoral de Favelas (Arquidiocese do Rio de Janeiro)": "Fermento E Luz"....	54
1.4.3 Associação Comunitária União Pró-Melhoramentos E A Federação Representativa.....	61
1.4.3-A O Movimento de Favelas: Origem E Marcos Históricos.....	63
1.4.3-B Resistência Ao Regime Ditatorial Civil-Militar E O Diálogo Entre Os Movimento de Favelas, Operário-Sindical E A Esquerda Brasileira.....	65
1.4.3-C "É A Dor Que Ensina A Gente A Gemer", A Representatividade Sob Disputa: UPMMR Versus ASPA.....	67
2 POLÍTICA DE ESTADO, POLÍTICAS DE GOVERNO.....	69
2.1 O Surgimento da Colonialidade Interna Republicana E A Consolidação da Colonialidade Global: A Era Vargas E Os Anos 60	69
2.1.1 A Era Vargas (1930-1950)	70
2.1.2 As Esferas Militar E Civil do Golpe Civil-Militar Sessentista.....	75
2.1.2-A O Pacto Antipopular da Colonialidade Brasileira: A Constituição da Esfera Pública Burguesa.....	75
2.1.2-B O Estado Corporativista E O Poder Moderador	83
2.1.3 Os Anos 1960: Período Pré-Golpe de 1964.....	84
2.1.3-A Carlos Lacerda E A Política de Erradicação das Favelas.....	87
2.2 A Colonialidade Global: EUA E A Política de Intervenção Em Favelas.....	89
2.3 As Favelas Como Pesquisa de Campo.....	94

2.3.1 SAGMACS E A Escola de Chicago: Favelas, Campos de Intervenções Administrativas Ou Comunidades de Base.....	94
2.3.2 Peace Corps E A Teoria do Desenvolvimento Comunitário.....	98
2.4 Urbanização, Um Longo Processo.....	102
2.4.1 As Operações Mutirão: "Quem Pensa Na Limpeza Luta Contra A Remoção"	106
2.5 Política Comunitária, Política Partidária.....	109
2.5.1 Clientelismo E Política Assistencialista No Período da "Redemocratização"	109
2.5.2 A Articulação Entre Os Movimentos de Favelas E Os Movimentos Urbanos.....	115
2.5.3 "Bota A Mão Nas Cadeiras Menina": A Crise de Mediação das Organizações Comunitárias.....	119
3 O PROCESSO IDENTITÁRIO DOS "SUJEITOS-FORMA": AS COLONIALIDADES GLOBAL E BRASILEIRA.....	129
3.1 Colonialidades: A Globalização E O Viralatismo.....	131
3.1.1 Dos Interditos da Racialidade: A Normatização-Regulamentação do Biopoder.....	134
3.1.2 Desde Canudos: A Formação do Arquétipo "Favelado" Sob A Conjuntura da Colonialidade	137
3.1.2-A Segregação Social.....	138
3.2 Poder, Saber e Subjetivação: O Racismo Étnico-Cultural (Estrutural).....	155
3.2.1 "Taubá de Tiro Alvaro", A Licença Poética Não Autorizada.....	155
3.2.2 Etnocídio E A Memória Como Arquitetura.....	159
3.2.3 Violência Urbana E A Opinião Pública	160
3.2.4 Condições de Moradia E de Vida: A Prestação dos Serviços Públicos E Melhoramentos Urbanos	161
3.2.5 A Cooptação do Associativismo E da Mobilização Política.....	162
4 O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE UM BAIRRO OPERÁRIO QUE SERIA CHAMADO "FAVELA"	163
4.1 A Ocupação do Território.....	163
4.2 O Movimento Associativo da Chácara Rocinha: 1930-1940.....	171
4.3 Favela da Rocinha, 1950-1990: As Conquistas Sociais.....	174
5. ETNICIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO.....	180
5.1 O Paradigma do Pós-Moderno E A Historiografia Brasileira.....	180
5.1.1 Historicidade No "Varal": Favela da Rocinha	184

5.1.2 Tempos Sociais E Historicidade: Morro do Borel E Favela da Rocinha.....	190
5.2 A Museologia Social: Os Museus da Maré E O Sankofa da Rocinha.....	194
5.3 Entrevista	198
5.4 "A Memória É Um Debate Político": Jornada Trabalho Memorial E Favelas Em Tempos de Ditadura.....	204
5.5 "Lugares de Origem", Lugares de Memória: A Potencialidade Afetivo-Política do Território Social	213
5.6 A Arquivologia Pós-Custodial E A Função Social E Cultural dos Arquivos Públicos.....	221
5.6.1 O "Arquivo Informação"	221
5.6.2 A Geopolítica da Informação	224
5.6.3 O Profissional da Informação E A Produção do Conhecimento.....	225
5.6.4 A Arquivologia Pós-Custodial E A Função Social E Cultural dos Arquivos Públicos: Adendo.....	230
5.6.5 "Vence Demanda": A Expansão de Exu Em Aplicabilidade Aos Procedimentos de Patrimonialização E Usos da Memória.....	236
5.7 Rocinha: Cultura Política E A "Oposição Histórica"	241
5.7.1 As Categorias de Autorreferência dos "Sujeitos-Forma"	242
5.7.2 Memória, Cultura Étnica E Consciência Política.....	250
5.7.2-A Quilombos E Favelas: Fronteiras Étnico-Demográficas No Decurso do Tempo.....	254
5.7.2-B O <i>Kilombo</i> da Gávea, A Favela Ancestral: "Força de Singularização".....	258
5.7.2-C "Valhacoutos de Bandidos", "Negros Fujões" E "Favelados": "A História Que A História Não Conta" das Mobilizações Políticas.....	261
CONCLUSÕES EM RETICÊNCIAS.....	268
A Título de Reticências: "Descobri Que Minha Arma É O Que A Memória Guarda".....	270
REFERÊNCIAS.....	272

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Biblioteca Nacional. Favela Largo da Memória. Leblon, Rio de Janeiro, 194?	15
Figura 2 – Memov/UFRJ. De Quem É O Problema? Década de 1970 (?).....	31
Figura 3 – Memov/UFRJ. Jornal Tagarela da Rocinha. 1977-1983	32
Figura 4 – Memov/UFRJ. Jornal Tagarela da Rocinha. 1978	33
Figura 5 – Portal Kairos. Temário da Campanha da Fraternidade. 1960-1990	41
Figura 6 – Memov/UFRJ. Operação Mutirão. Década de 1980	48
Figura 7 – Memov/UFRJ. Manifestação. Palácio Guanabara, Rio de Janeiro década de 1980.	58
Figura 8 – Memov/UFRJ. Publicação da associação UPMMR. Década de 1980	61
Figura 9 – Memov/UFRJ. Publicação da associação UPMMR. Década de 1980	61
Figura 10 – Memov/UFRJ. Remoção na favela da Rocinha, Rio de Janeiro. S/D.	70
Figura 11 – Memov/UFRJ. Túnel Dois Irmãos em construção, favela da Rocinha, Rio de Janeiro. 1970-1971	87
Figura 12 – Portal Riotour. Parque Municipal da Catacumba, Rio de Janeiro. S/D	87
Figura 13 – Memov/UFRJ. Ala dos Caprichosos. Década de 1980.	89
Figura 14 – Memov/UFRJ. Ala do Remelexo. Década de 1980	89
Figura 15 – Memov/UFRJ. Lata d'Água. S/D	102
Figura 16 – Memov/UFRJ. Vala Na Rocinha. S/D	102
Figura 17 – Memov/UFRJ. A Ala das Enxadas E Picaretas. S/D.....	106
Figura 18 – Memov/UFRJ. Mutirão Na Rocinha. S/D.....	106
Figura 19 – Memov/UFRJ. Membros da UPMMR visitam a Prefeitura do Rio de Janeiro. S/D.....	109
Figura 20 – Memov/UFRJ. A Ala dos Conquistadores Baratos. S/D.....	110
Figura 21 – Memov/UFRJ. Jornal Tagarela. 1877-1983	117
Figura 22 – Memov/UFRJ. I Encontro Estadual de Favelas, Rio de Janeiro, 1981	118
Figura 23 – Memov/UFRJ. Encontro de Favelas, Partido dos Trabalhadores. Rio de Janeiro, 1989.....	118

Figura 24 – Memov/UFRJ. Movimento Contra A Carestia. 198?.....	119
Figura 25 – Memov/UFRJ. Movimento Contra A Carestia. 198?.....	119
Figura 26 – Memov/UFRJ. Meninada, favela da Rocinha. S/D.....	120
Figura 27 – Memov/UFRJ. Publicação do Movimento pela renovação da associação UPMMR (MORA). S/D.	124
Figura 28 – Memov/UFRJ. Publicação do Movimento pela renovação da associação UPMMR (MORA). S/D.	124
Figura 29 – Memov/UFRJ. Inauguração da passarela para pedestres sobre a estrada Lagoa-Barra, favela da Rocinha. 1978.	127
Figura 30 – Fundação Biblioteca Nacional. Revista Careta. 1920.....	137
Figura 31 – Portal Rio de Memórias. Morro do Castelo, Rio de Janeiro. S/D.....	138
Figura 32 – Instituto Moreira Sales. Demolição do Morro do Castelo.1921.	140
Figura 33 – Fundação Biblioteca Nacional. Moradores do Morro do Castelo.1924....	141
Figura 34 – Instituto Moreira Sales. Demolição do Morro do Castelo.1922.	141
Figura 35 – Instituto Moreira Sales. Igreja de S. Sebastião do Rio de Janeiro. 1920...142	
Figura 36 – Instituto Moreira Sales. Demolição do Morro do Castelo.1925.	143
Figura 37 – Fundação Biblioteca Nacional. Morros (demolidos) do Centro da Cidade do Rio de Janeiro. S/D.....	144
Figura 38 – Museu Histórico Nacional. Mercado da Praia do Peixe. Rio de Janeiro, 189?.	146
Figura 39 – Casa de Oswaldo Cruz. Estalagem no Morro de Santo Antônio. Rio de Janeiro, 1916.....	146
Figura 40 – Casa de Oswaldo Cruz. Rua Rio de Janeiro. Morro de Santo Antônio,1916	146
Figura 41 – Casa de Oswaldo Cruz. Morro de Santo Antônio, 1916.	146
Figura 42 – Fundação Biblioteca Nacional. Álbum da Exposição Internacional do Centenário da Independência. Rio de Janeiro, 1922.....	147
Figura 43 – Fundação Biblioteca Nacional. Pavilhão das Grandes Indústrias, Exposição Internacional do Centenário da Independência, 1922.	148
Figura 44 – Instituto Moreira Sales. Exposição Internacional do Centenário da Independência, 1922.....	149

Figura 45 – Instituto Moreira Sales. Pavilhão México. Exposição Internacional do Centenário da Independência, 1922.....	149
Figura 46 – Instituto Moreira Sales. Pavilhão Japão. Exposição Internacional do Centenário da Independência, 1922.....	150
Figura 47 – Rocinha e o Hotel Nacional, Rio de Janeiro, S/D.....	151
Figura 48 – Portal Documentos Revelados. Censura a composições de Adoniran Barbosa. Brasília, 1973	155
Figura 49 – Portal Brasil de Fato. Exposição “Carolina Maria de Jesus...” Rio de Janeiro, 2022.....	158
Figura 50 – Memov/UFRJ. Rocinha. S/D.	159
Figura 51 – Memov/UFRJ. Moradia, Rocinha. S/D.	164
Figura 52 – Memov/UFRJ. Moradia Em Dois Tempos, Rocinha. S/D.	164
Figura 53 – Memov/UFRJ. Roçado. Rocinha, S/D.	165
Figura 54 – Memov/UFRJ. “O Império da Gávea”, “Destaque D. Sebastina”. S/D... ..	168
Figura 55 – (Costa, 2019, p. 228). Fundação do Centro de Melhoramentos da Rocinha, 1954	171
Figura 56 – Portal CIESPI. Os Sub-bairros da favela da Rocinha, 2022	174
Figura 57 – Memov/UFRJ. “Destaque Joãozinho da Caixa D’ Água”. S/D	184
Figura 58 – Memov/UFRJ. Dona Santa em devoção aos santos São Cosme e São Damião. S/D	184
Figura 59 – Portal Museu Sankofa da Rocinha. O pássaro Sankofa. S/D	194
Figura 60 – Memov/UFRJ. “Tempo de Hoje Em Dia”. Década de 1980	196
Figura 61 – Wikifavelas. Morro do Pasmado e a sua remoção. 1963-1964	204
Figura 62 – Memov/UFRJ. União Futebol Clube. Década de 1980.	214
Figura 63 – Memov/UFRJ. Conjunto Raízes E Razões. Década de 1980.	214
Figura 64 – Diagrama elaborado pela autora. Proposta de organização da coleção “Associativismo Comunitário ...”. Arranjo 1	232
Figura 65 – Diagrama elaborado pela autora. Proposta de organização da coleção “Associativismo Comunitário ...”. Arranjo 2	233-235
Figura 66 – (Costa, 2019, p. 207). Favela da Rocinha, 1958	241
Figura 67 – (Costa, 2019, p. 224). Campo do Esperança, favela da Rocinha, 1958 ...	242

Figura 68 – Fundação Biblioteca Nacional. Coleção D. Thereza Christina Maria. Congada, 1860.....	250
Figura 69 – Museu da República. Ruínas, Arraial de Canudos. Bahia, 1897.	263
Figura 70 – Instituto Moreira Sales. Coleção Gilberto Ferrez. Ruínas da igreja dos Jesuítas e do Observatório Astronômico. Morro do Castelo, 1922.	263
Figura 71 – Memov/UFRJ. Quadrinhos de birosca. S/D.	268

INTRODUÇÃO

Os Sujeitos Sociais Sob Perspectiva

“Os favelados querem mudá-la [FAFERJ],¹ mas não conseguem, não porque não tenham ajuda — disto eles não precisam tanto — mas porque encontram barreiras.” (Nunes, 1980, p.167).

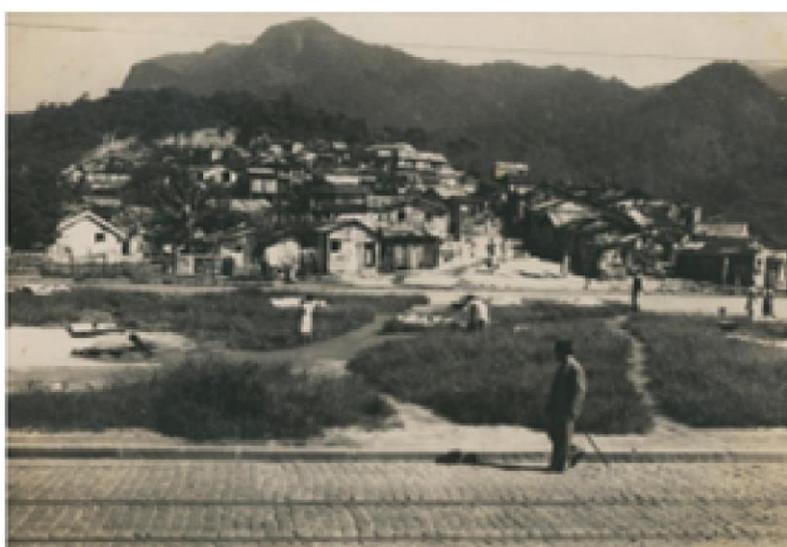


Figura 1: Favela Largo da Memória. Leblon, Rio de Janeiro. 1947

Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/10977>

O “Memória Para Uso Diário” e o “Memória e História” são memórias a se inscreverem e problematizarem um direito que se renova continuamente em seu potencial reivindicatório. O título se refere ao filme homônimo, dirigido por Rodrigo de Oliveira e Beth Formaggini. O longa metragem foi realizado pelo Grupo Tortura Nunca Mais, uma organização formada por ativistas de Esquerda e parentes de mortos e desaparecidos durante o período do Regime Ditatorial Civil-Militar no Brasil (1960’-1980’), para a qual a memória é um instrumento político que se revigora, em prospecção para o presente e para o futuro, pela reafirmação da redemocratização dos direitos humanos subtraídos durante os vinte e um anos do regime de exceção e, na contemporaneidade.

¹ Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

Mais que história, o direito à memória é acentuado em “Memória e História”, remetendo-se à entidade de custódia Museu Sankofa Memória e História da favela da Rocinha, cuja narrativa, em disputa com a historiografia da intelectualidade hegemônica, torna-se em contra-narrativa ao apossarem-se dela, recuperando (os sujeitos políticos) o seu lugar de enunciação.

Além da convergência entre a temática da dissertação, que ora se apresenta, e o longa-metragem, lançado em 2007, o que é válido evidenciar é a sensibilidade dos autores ao aproximar o Movimento Estudantil contra a ditadura com a realidade de mães, moradoras em favelas urbanas do Rio de Janeiro, que perdem os seus filhos para a criminalização do Estado contra os territórios periferizados (marginalizados). No filme, os protagonistas são incriminados, revertendo-se em subversivos ou réus e, consequentemente, sub-humanos, ora pela sua prática militante, ora por sua origem étnica e socioeconômica. Finalmente, o assassinato sistemático de estudantes de “classe” média é equiparado ao de um grupo social marginalizado, vitimados, ambos, por órgãos de repressão vinculados a uma polícia política em atuação, cuja política de Estado ainda é pela precariedade da vida e pelo extermínio de favelizados.

No que diz respeito à escolha do tema, não o faria, mas me foi solicitado um breve sobre a minha biografia. Eu sou filha de Francisco e Célia Regina, moradores de Irajá e Água Santa, subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. Filhos de migrantes mineiros, quando crianças, o meu pai começou a trabalhar como *office boy* e a minha mãe como empregada doméstica, auxiliando a minha avó. Após muita luta, Célia montou um bufê e o meu pai se graduou em Contabilidade. Além de trabalhar na Lloyd Libra Navegação, como Contador, a auxiliava com as festas. Nós prosperamos quando o meu pai foi aprovado em concurso público para o Tribunal Regional Eleitoral, nos oferecendo melhores condições de vida, o que ocorreu com as suas irmãs do terceiro casamento do meu avô. Destaco a história de Manuel, o meu avô paterno, casado com uma florista, D. Melentina, carioca de Vilar dos Telles. Os doze filhos moraram no Morro do Pinto (Centro da Cidade do Rio de Janeiro), em uma estalagem que ainda está preservada, até ele conseguir uma casa, em Irajá, pelo sindicato dos Marítimos e Portuários (se não o mais, um dos mais vigorosos em meados do século XX). Guindasteiro, trabalhador do cais do porto, assim como demais tios e primos meus, estivadores, que residem em Santo Cristo (onde a família também morou), era chorão/chorista e reunia o seu regional em

saraus. Músico autodidata, escrevia partitura para os amigos. Tocava vários instrumentos. O seu acervo será organizado por mim e pretendo disponibilizá-lo em rede de internet. Fui criada, nos anos 1980, entre Irajá, Água Santa e Jacarepaguá, onde morava em um loteamento. Morei em três estados, Rio de Janeiro, Brasília (onde o meu pai foi lotado ao se tornar servidor público) e Amazonas. No momento, presto serviço público, como Arquivista, junto ao Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov-CBAE-FCC), subordinado a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sou bacharel, em Arquivologia, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Pelo exposto, tenciono ressaltar a função social dos acervos. Nós não nos limitamos à periferização conjuntural e incomodamos ao nos impor em espaços sociais que historicamente nos são interditados, a bem dizer Foucault (Foucault apud Carneiro, 2019), mediante a atuação do dispositivo de racialidade. Transitamos, nós negros, negras, negrx, por estas fronteiras sociais e acionamos o racismo, por vezes escamoteado pela injúria racial. A dinâmica das relações sociais é racializada de modo que desumaniza, ontologicamente, o negro:

Para todas as formas de discriminação, há momentos de trégua e alguma chance de conversão. Mas, para o preto, não há descanso. Ser preto é viver permanentemente em uma realidade hostil [...]. Por isso, qualquer caminho espiritual ou intelectual que o preto decida seguir precisará levar em conta um fato tão banal em sua essência, mas tão crucial em suas consequências: a existência da pele branca em detrimento da pele negra (CARNEIRO, 2019, pg. 125-133).

Não se trata do meu lugar de fala — moradora em favela. Exponho a temática, quiçá pela possibilidade de divulgação do acervo e, eventualmente contribuir, em um amplo universo de trabalhos de conclusão de curso, para a fruição de conteúdos de perspectiva contra-hegemônica ou decolonial.

Dispondo como principal referência o acervo cujo depositário é uma instituição de ensino e formação, o presente trabalho pretende investigar a produção da memória coletiva de territórios qualificados (desqualificados) como “aglomerados subnormais”²,

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=acesso-ao-produto> (Acesso em 23 de maio de 2021). Esta denominação demarcadamente racista, ainda hoje é adotada por esse instituto de pesquisa.

mais especificamente, a favela da Rocinha (cidade do Rio de Janeiro), evidenciando a função social das coleções e documentos de arquivo. Enquanto memória social patrimonializada e salvaguardada, cogita-se ressaltar, para além de seu caráter histórico, o seu valor como dispositivo para o associativismo comunitário e subsídio para a formação identitária.

Com isso, não refere-se a um estudo de caso, restringindo-se à Rocinha ou ao Museu Sankofa Memória E História da Rocinha. A disputa pelo território que hoje equivale à favela da Rocinha, pelo direito à moradia e à cidade, e a recuperação do cenário sociopolítico, econômico e de mobilização social, que nos remeterá aos anos 1920, irá desencadear no direito à memória. A imagem que ilustra a “Introdução”, é referente à favela Largo da Memória, removida pelo poder público. Simbólico desde o seu nome, nos remete a ambos os direitos humanos — moradia e memória.

O perfil do acervo, de valor científico, fonte de pesquisa para diversas áreas do conhecimento, além das Ciências Sociais, Estudos Culturais e História, é apresentado no primeiro capítulo, assim como a entidade custodiadora, o Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov-CBAE-FCC/UFRJ) e o processo de cessão ou aquisição em 2014, por intermédio da Antropóloga Lygia Segala.

Os tópicos do primeiro capítulo abordam as seções (conjuntos documentais) mais emblemáticas da coleção “Associativismo Comunitário...”, no que se refere à mobilização política dos moradores da favela da Rocinha e as organizações comunitárias de maior expressão no acervo e, possivelmente, as de maior representatividade junto à comunidade. São elas a União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR), a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) e a Ação Social Padre Anchieta (ASPA), que vieram a problematizar, entre as décadas de 1960 a 1980, os antagonismos entre política comunitária e política partidária. Ao longo dos capítulos há ilustrações de Paulo Reis, que integrou a equipe de produção do livro “Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Rocinha” (código documental: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063). Em parte da documentação há itens não datados, assim como as ilustrações e fotografias que compõem esta dissertação, selecionadas da obra supracitada. Ocorre que o tempo cronológico foi substituído por tempos sociais, assunto a ser abordado no tópico 5.1.2, “Tempos Sociais E Historicidade: Morro do Borel E Favela da Rocinha”. São eles: o Tempo de

Antes da Vinda da Rocinha, o Tempo dos Barracos Cobertos com Telha de Papelão Pichado, o Tempo dos Políticos, o Tempo das Enchentes, o Tempo do Medo da Remoção, o Tempo do Mutirão e o Tempo de Hoje Em Dia.

O segundo capítulo contextualiza o período em que a documentação foi produzida, em seus aspectos sociopolíticos e econômicos. As estratégias de negociação e de mediação adotados pelo movimento associativo comunitário, constituído por grupos subalternizados em o contexto da colonialidade brasileira, predeterminante da política de Estado ainda vigente.

Embasada na racialidade e na conseqüente segregação social, a política de Estado e as políticas de governo atravessaram a república brasileira, ora em períodos ditatoriais mais exacerbados, ora em interregnos “democráticos”, ou melhor, de vigência do pluripartidarismo.

Dá-se ênfase à ditadura estadonovista, ao governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e ao período precedente ao Golpe de 1964, bem às diretrizes político-econômicas adotadas desde então, que predeterminaram a dinâmica social vigente em seus traços decoloniais. É deste período o enraizamento, em definitivo, da colonialidade global (Globalização) e a consolidação da colonialidade interna ou brasileira (Viralatismo ou a Síndrome do Vira-Lata) que caracterizam as relações sociais/raciais contemporâneas em nossa estrutura societária. Esse assunto será aprofundado no terceiro capítulo, em associação ao processo identitário dos sujeitos sociais em estudo.

As políticas de intervenção em favelas, por parte das esferas públicas de governança e, por meio de políticas bilaterais, sobretudo programas articulados com entidades de cooperação internacional, mais notadamente entre o Brasil e os Estados Unidos, refletem uma política de Estado, enquanto economia periférica (Brasil), que prioriza preservar a tradicional oligarquia político-econômica a que o sistema escravista legara, e a extrema desigualdade social, na qual os moradores em favela são os principais alvos dos projetos de cunho normatizador-regulamentador, ora eufemizados como projetos sociais, ora explicitamente autoritários e racistas, a exemplo do que ficou conhecido como a era das remoções das favelas em áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro.

O enfoque do terceiro capítulo é o processo identitário do morador em favela. As repercussões, enquanto ser social e existencial, da dicotomia “leis da favela” e “leis do asfalto”. As expressões do racismo estrutural e estruturante e as suas inflexões na

vida social e coletiva. O *etnogeocídio* (racismo geográfico), epistemicídio, a precarização da vida, em negação à cidadania, a cooptação das mobilizações políticas e assim por diante. Em uníssono, contrapõe-se à marginalização conjuntural, iniciativas de emancipação e soluções gregárias criativas para a efetivação das pautas sociais dos territórios de favelas.

“O Movimento Associativo de Um Bairro Que Seria Chamado Rocinha” introduz o quarto capítulo. Relata o percurso histórico de ocupação da região, que hoje atravessa os bairros da Gávea, Vidigal e São Conrado (zona Sul da Cidade), nos idos das primeiras décadas do século XX. A mobilização política dos habitantes, em sua maioria, camponeses e operários de fábrica, se inicia nestes primórdios, nos anos 1920. A articulação com demais movimentos sociais e com a Imprensa já ocorre desde aquela época.

O último capítulo será de conclusão reticente em relação ao tema proposto. Tomando como pressupostos as contribuições da História Cultural, Arquivologia Pós-Custodial e da Museologia Social, além das fontes primárias de pesquisadores e relatos autobiográficos de militantes-pesquisadores, de enveredará por temáticas como cultura étnica, consciência política e cultura política, memória, patrimonialização e território social. Esse último tema será abordado sob a perspectiva da História Cultural, remetendo-se as favelas e a Rocinha à sua origem ontológica-cultural, a saber, os quilombos.

E, finalmente, a memória como um dispositivo de mobilização política, o seu acionamento identitário e o direito ao seu acesso e disseminação, pelos próprios protagonistas, são ressaltados. Releituras e contranarrativas, a sobrepujar os silenciamentos e distorções impostos pelas narrativas hegemônicas devem emergir, dos porões de outrora, à superfície, a resgatar e potencializar “o que a memória guarda”³ nos escaninhos de nossa trajetória diaspórica.

Concisamente, “a memória é um debate político”⁴ e insumo de peleja.

1 COLEÇÃO ASSOCIATIVISMO COMUNITÁRIO, “REDES DE VIZINHANÇA” E DISPUTAS POLÍTICAS NA FAVELA DA ROCINHA

1.1 A Entidade Custodiadora

³ NASCIMENTO, Milton; BRANDT, Fernando. Conversando No Bar: Saudades dos Aviões da Panair [1975]. Disponível em: <https://www.consciencia.org/neiduclos/a-fala-oculta-cancao-memoria-e-resistencia> Acesso em: 5 de abril de 2023.

⁴ Adair Leonardo Rocha.

O Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov), coordenado pelo Antropólogo José Sérgio Leite Lopes (PPGAS/MN-UFRJ), foi criado em 2014, no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBAE-FCC-UFRJ). Reunindo, inicialmente, pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-UFRJ), em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS-UFRJ) e em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o Memov teve a sua proposta ampliada com a incorporação de novas instituições e núcleos de pesquisadores.

Buscando qualificar as investigações sobre as dinâmicas dos movimentos sociais brasileiros, o Programa investe tanto na produção e guarda de coleções documentais, como na realização permanente de espaços de formação, como oficinas e seminários.

O Programa pretende resgatar e preservar experiências relacionadas à organização e à atuação de trabalhadores e de demais grupos sociais no contexto brasileiro. Estimula não apenas pesquisas acadêmicas, mas também contribui para o compartilhamento de experiências entre diferentes gerações de ativistas dos movimentos sociais e populares.

1.2 A Formação do Acervo

A coleção Associativismo Comunitário, “Redes de Vizinhança” E Disputas Políticas na Favela da Rocinha, 1965-2014 (AssCom),⁵ resulta da atuação da Antropóloga Lygia Segala (PPGAS-MN/UFRJ; Laboep-FEUFF/UFF) frente à uma escola comunitária noturna da Ação Social Padre Anchieta (ASPA), sediada na favela da Rocinha, entre os anos de 1978 à 1984. Posteriormente, foi-lhe acrescido um conjunto documental composto por periódicos e atividades de fomento à organização, digitalização e acessibilidade da documentação em torno do projeto “Museu Comunitário, Performance Memorial E Disputas Políticas: O Caso da Favela da Rocinha, Rio de Janeiro”, estendendo, assim, a periodização do acervo para 2014. Integrou, ainda, a etapa de publicização,

⁵ Título temporário.

curtos, enquetes e oficinas comunitárias, realizados em parceria com instituições culturais da Rocinha.

Em 2014 a coleção, que é custodiada pelo Laboratório de Educação E Patrimônio Cultural da Universidade Federal Fluminense (Laboep/FEUFF) desde 2005, é cedida, por Segala, ao Memov. Em 2020 é iniciado, pela mestrandia, o processo de reorganização (rearranjo) e descrição de modo a franquear a acessibilidade ao público por meio do portal institucional (do Programa).⁶

A escola da ASPA, entidade vinculada à Arquidiocese do Rio de Janeiro, era direcionada ao público infantil e a adultos, onde lecionavam os Agentes Externos, ou seja, pessoas que não moravam na comunidade. Entre eles, a Lygia Segala.

Os conjuntos documentais recuperam a trajetória política dos moradores da favela da Rocinha em constante senso e dissenso com as lideranças religiosas, comunitárias e/ou partidárias e com partidos políticos em atuação na comunidade. Outrossim, em articulação com as demais favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro, reivindicavam por melhoramentos urbanos e acesso à prestação de serviços públicos, contra a política de remoções e pela posse do terreno onde habitam.

O sítio institucional do Laboep⁷ informa que o projeto “Museu Comunitário, Performance Memorial e Disputas Políticas: O Caso do Museu Sankofa da Rocinha na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, se propõe a subsidiar a criação de um banco de dados e de um museu itinerante na Rocinha. Portanto, com arranjos arquivísticos distintos (composição ou estrutura do acervo) UFRJ e UFF virão a publicizar o acervo.

Acerca de discursos, representações e usos sociais que engendra, ambiciona quanto ao acervo:

Refletir sobre os modos através dos quais se constroem sentido e práticas narrativas/expositivas dentro de um processo contemporâneo de ‘museu comunitário’. [...] Que representações e apresentações informam esse trabalho memorial? [...] Que usos sociais e políticos do passado são objetivados nesta proposta e negociados junto a agências públicas de cultura? Como conflitos internos, pactos de silêncio, alianças institucionais instigam mediações, língagens, categorias de valores e de objetos patrimoniais para a produção de reconhecimento social e reapropriação simbólica da cidade?⁸

⁶ Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov). Disponível em: www.memov.com.br (Acesso em 20 de maio de 2021).

⁷ Laboratório de Educação E Cultura Patrimonial. Disponível em: <http://laboep.uff.br> (Acesso em 20 de maio de 2021).

1.3 O Perfil do Acervo

O acervo reúne 1500 itens documentais (parte do conjunto documental está sob sigilo, pois não foi liberado por seus depoentes ou descendentes destes) digitalizados, os quais se referem a entrevistas transcritas (em interdição de acesso), documentos oficiais (produzidos pelo Estado e pelas comunidades por meio de suas organizações comunitárias), folhetos, desenhos, fotografias, um vídeo, textos técnicos e científicos, obras literárias e periódicos de circulação nacional e comunitários, dentre os quais, de bairros, periferias e favelas.

A documentação, destinada à guarda permanente (cujo prazo de guarda não prescreve), suscita grande potencial de pesquisa para diversas áreas do conhecimento, tais como o Jornalismo, História, Antropologia, Sociologia, Ciências da Informação, Estudos Decoloniais, Psicologia, Comunicação, etc.

Dentre as seções documentais (conjuntos documentais) de maior volume, destacam-se os seguintes assuntos e espécies documentais:⁹

- Associações Comunitárias (com destaque para a UPMMR), Entidade Representativa (a Federação das Associações Comunitárias) e Grupos de Trabalho (Saúde, Saneamento, Sexualidade Feminina, Grupo da Creche):

Estatutos (de associações comunitárias e da federação representativa); panfletos (convocações para reuniões); relatos de reuniões; abaixo-assinados e folhetos (reivindicações, denúncias e atividades culturais); comunicados; cartas; relatórios, pesquisas e questionários; álbum (reivindicações); planos de ação; atos públicos; censos e autocensos (favela da Rocinha); fichas de cadastramento (fornecimento de serviços públicos pelo Estado); campanhas de vacinação e medidas profiláticas; material de Divulgação (encontro de lideranças); circulares; cartilhas; convites (atividades culturais); portarias; comunicados à Imprensa (tendo como remetente a associação comunitária UPMMR); cartas, de associação comunitária para as concessionárias prestadoras de serviços públicos;

⁹ É a formatação oficial do documento, correspondente à redação oficial. É o que distingue, por exemplo, um ofício de um memorando ou de um relatório.

notas de esclarecimento, editais de convocação e documentos referentes a campanhas (eleições de associação);

- Informativos da Entidade Representativa (FAFERJ), das obras assistencialistas da Igreja Católica e dos Grupos de Trabalho;

- Informativos da Entidade Representativa (FAFERJ), das obras assistencialistas da Igreja Católica e dos Grupos de Trabalho;

- Obras assistencialistas (Igreja Católica): documentação administrativa; auto-censos (favela da Rocinha); “Planos Pastorais de Conjunto”; publicações periódicas;

Práticas Pedagógicas - Documentação Administrativa: projetos de fomento a atividades culturais; material didático; relatório (práticas pedagógicas); ementa (curso de formação de Professores); programas de aulas; autoavaliação (Professor); Publicação de livros: atividades de planejamento e obras literárias digitalizadas; registros fotográficos das: aulas, centros de ensino e atividades extracurriculares;

- Partidos Políticos e Campanhas Eleitorais: documentação administrativa e material de campanha;

- Antropóloga Lygia Segala: documentos referentes às etapas de pesquisa da dissertação “O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982)” e a projetos que fomentaram a constituição da coleção "Associativismo Comunitário...”;

- Favelas e políticas públicas (esferas federal, estadual e municipal):

Trabalhos e estudos técnicos (Secretarias, Fundações e demais entidades públicas) e científicos, entre teses e dissertações; Documentação Administrativa – Assuntos: políticas de remoção e urbanização, violência, mobilização social, política partidária, cultura e operariado; documentação produzida em decorrência de parcerias entre órgãos de fomento a políticas públicas de intervenção em favelas juntamente com organismos internacionais: Organização das Nações Unidas (ONU) e Fundo das Nações Unidas Para A Infância (Unicef); Imprensa Oficial;

- Periódicos de Grande Circulação Nacional, de Favelas, Periferias e Imprensa Nacional: Jornal do Brasil, O Globo, Correio da Manhã, O Estado de São Pau-

lo, Última Hora, Luta Democrática, O Dia, entre outros; Jornais Comunitários: Tagarela da Rocinha, Meio Tempo e Arte Astral (Rocinha) Nova Holanda, Chapéu Mangueira, Morro de Santa Marta, Nova Iguaçu, Favela do Vidigal, Morro da Formiga, Parada de Lucas, Parque de Vila Isabel e Baixada Fluminense, Boletim da Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (favela Nova Holanda), Chapéu 7 (favela Chapéu Mangueira), Hora Extra (favela Bela Vista), União e Ação (Morro da Coroa), O Grito de Antares (favela do Antares), Eco (Morro de Santa Marta), Jornal Encontro (bairro de Nova Iguaçu), Boletim dos Bairros (Camboatá, Senador Camará, Vila Kennedy, Vila Aliança, Inhaúma, Realengo, jardim Bangu, Cardeal Câmara, Guandu do Sena, Catiri, Jacarepaguá e Parque União), Luta dos Bairros, O Mensageiro do Vidigal (favela do Vidigal), Folha da Formiga (Morro da Formiga), Favelão (bairro Parada de Lucas), Ação (parque de Vila Isabel) e Berro da Baixada (Baixada Fluminense).

A coleção é composta pelas seguintes seções:

- Mobilização Social: Associação de Moradores;
- Articulação Favela da Rocinha, Comunidades e Periferias;
- Ação Social Padre Anchieta (Arquidiocese do Rio de Janeiro);
- Pastoral de Favelas (Arquidiocese do Rio de Janeiro);
- Política Partidária, Política Comunitária e Trabalho Voluntário;
- Lygia Sigaud E Museu Sankofa História E Memória da Rocinha: A Formação do Acervo;
- Favelas e Políticas Públicas de Intervenção: Trabalhos Científicos e Técnicos;
- Políticas Públicas: Política de Estado e Política de Governo;
- Periódicos de Circulação Nacional, Comunitários e de Bairros.

Eixos Temáticos-Pontos de Acesso ou Palavras-Chaves:

Regime Ditatorial Civil-Militar – “Redemocratização” (Reabertura Política)

Mobilização Social

Articulação Política - Favelas e Periferias

Movimentos Femininos

Feminismos Negros

Movimentos de Juventudes

Movimentos de Trabalhadores Urbanos - Movimento Sindical

Movimentos de Favelas e Periferias - Repressão Policial

Movimentos em Defesa dos Direitos Humanos

Estado - Políticas Públicas de Intervenção em Favelas – Fundos Internacionais

Política de Remoção - Movimentos por Moradia – Direito à Cidade

Posse de Terra – Urbanização

Estado - Prestação de Serviços Públicos – Favelas

Trabalho Coletivo - Mutirões de Limpeza - Mutirões Para Melhoramentos Urbanos

Associações de Moradores – Grupos de Trabalho e Entidades Locais

(Rocinha)

Entidades Regionais de Atuação (Rio de Janeiro)

Trabalho Voluntário - Grupo Externo (Pessoas de Fora)

Política Partidária e Campanhas Eleitorais

Política Partidária - Política Comunitária - Associações de Moradores

Lideranças Comunitárias - Lideranças Religiosas – Entidade Representativa-
FAFERJ

Arquidiocese do Rio de Janeiro - Pastoral de Favelas – Ação Social Padre Anchieta

Escolas Comunitárias e Práticas Pedagógicas

Em razão do contexto de produção permear a vigência do Regime Ditatorial Civil-Militar (décadas de 1960 a 1980) e, conseqüentemente, os agentes de repressão operarem contra os ativismos sociais, parte dos itens documentais, quando não assinados, o conteúdo informacional é registrado no verso das páginas, enquanto que, no an-

verso, confere-se dados “menos comprometedores”, como, por exemplo, anúncio de aulas de artesanato em centro comunitário.

Quanto aos aspectos de produção, ocorre de a subordinação entre entes e entidades, por exemplo, entre organizações comunitárias e os seus correspondentes grupos de trabalho, não ser tão nítida. Igualmente verifica-se que as espécies documentais, o que equivaleria, em seus aspectos formais de documentação, a modelos-padrão de estruturação da informação, em dados casos não são rigorosamente adotados, privilegiando-se, assim, a comunicação. Estas características, que dificultam a elaboração do arranjo, talvez representem um diferencial dos itens documentais produzidos por movimentos sociais, dado a dinâmica das práticas sociais e a prioridade pela emergente fruição das pautas e reivindicações.

1.4 Seções Documentais: Atores Políticos Antagônicos E A Negociação de Sentidos

O livro “Favelas E As Organizações Comunitárias”, obra organizada por moradores e ativistas do Movimento de Favelas, define comunidade como “uma categoria do discurso político da favela” (Segalla apud Oliveira, 1993, p.82).

Para as lideranças dos movimentos comunitários, a noção de comunidade reverbera em uma “matriz de resistência e formulação de propostas, organizando os indivíduos, dispersos no plano da estrutura produtiva, articulando seus interesses, no plano da vida cotidiana, como direitos de cidadania” (Gohn apud Oliveira, 1993, p. 83). As expressões “comunidade” e “favela” serão empregadas como sinônimos neste trabalho, em acordo com a obra supracitada que resultou da investigação qualitativa “Mudanças Ocorridas Nas Favelas E Em Suas Organizações Comunitárias,”¹⁰ cujos colaboradores foram moradores e lideranças de oito comunidades da zona Oeste, Norte, Sul e Suburbana, da cidade do Rio de Janeiro, pesquisadas em 1991. Em lugar de “favelado”, dá-se preferência por “morador em favela”, assim como escravizado ao invés de escravo, a destacar a situação econômica de precariedade ou a privação de liberdade, nesta ordem, imposta por circunstâncias sociais. Neste sentido, “territórios periféricos” engloba subúrbios, favelas ou bairros pobres onde periférico é sinônimo de exclusão social.

¹⁰ A pesquisa foi realizada pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião e a obra foi organizada, dentre outros, por Anazir Maria de Oliveira, que participou do evento “O Tempo do Medo das Remoções: Memórias, Testemunhos”, a ser abordado no tópico 5.3.6 “A Memória É Um Debate Político”: Jornada Trabalho Memorial E Favelas Em Tempos de Ditadura.

Quanto à "organização comunitária", refere-se a pessoas que se organizam em favelas objetivando fins comuns (lazer, creche, limpeza de valas etc.) que abrangem os interesses da coletividade (favela) para além do grupo inicial.

Como prática observada nas comunidades (embora não se lhes restrinja), com vertidas em eleitores em potencial, oposto à organização comunitária está o "clientelismo político-eleitoral", que será tomado sob a acepção de contrato arbitrário, motivado pela exclusão do direito à cidadania, por parte do Estado, imposto às *minorias majoritárias*¹¹ que, por esse motivo, negociam (mais especificamente, as lideranças comunitárias), a consecução de suas reivindicações sociais, com autoridades investidas de cargo público. Constitui-se, por conseguinte, em uma relação de patronato, do político para com o eleitorado (em relação aos casos apontados nesta dissertação) e, este último, vindo a se tornar cliente do primeiro. Na prática, conforme abordado por Diniz (1982, p.23;38), permuta-se votos para o ingresso na máquina política e a ascensão na carreira (política). As demandas reivindicadas são tópicas, girando em torno de objetivos os mais imediatos, circunscritos à existência concreta. Desta forma, não requer uma sistemática de ação combativa (Id., p.41).

Quanto a "máquina política":

Encarnariam o lado perverso da prática política [...] através [...] do recurso a métodos pouco lícitos [...]. Seus objetivos confundir-se-iam com os interesses privados de seus líderes, motivados por perspectivas de ganhos pessoais, desconsiderariam quaisquer preocupações de ordem mais geral, ligadas à defesa dos interesses coletivos e do bem público [...]. As técnicas típicas da máquina seriam o suborno, a corrupção, a fraude, a coação ou ainda a manipulação eleitoral (DINIZ, 1982, p.24).

Qual seria o contexto sociopolítico favorável ao êxito da máquina política e suscetível ao clientelismo? Complementa Diniz (1982):

As máquinas capitalizam sobre a heterogeneidade étnica, racial, religiosa ou funcional, porém de acordo com uma tática de não aguçamento da hostilidade potencial entre os diferentes segmentos do eleitorado, cujo apoio procuram

¹¹ "Minoria é uma categoria de indivíduos considerados merecedores de tratamento desigual e humilhante [...] porque são identificados como a ela pertencentes [...]. [São qualificados], em geral, em termos de características atribuídas [...] tais como raça, sexo (...) e orientação social. As minorias sociais podem constituir a maioria". JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997, p.149. "Minoria majoritária", neste trabalho, se re-

fere à população negra. O termo, “majoritária” é para ressaltar que se trata de uma maioria numérica subalternizada por uma minoria pelo seu status econômico, agravado pela acentuada e histórica desigualdade social vigente no país. Jessé de Souza adota o conceito de “classe” (sendo que classe econômica fundamenta a definição de minoria) sob a perspectiva marxista. SOUZA, Jessé de. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017, p.87.

atrair. Seu poder reside [...] na medida que atuam efetivamente como canais de acesso à arena política [...] no contexto de uma sociedade dispersa, fracamente articulada e desmobilizada, com baixo índice de vida associativa.

As organizações comunitárias alternam-se em períodos de mais ou menos expressividade no que se refere à autonomia, capacidade reivindicatória e poder de negociação junto ao Estado. A vulnerabilidade se agrava em razão da conjuntura política, dos condicionamentos decorrentes da natureza do Estado e da estrutura político-partidária. O exercício da tutela do Estado, que responde ao populismo, é uma artimanha que impõe a normatização-regulamentação da vida associativa, incluindo os diversos grupos sociais. Reprime violentamente as insurreições e o direito à resistência (Id., p.130). O modelo burocrático-autoritário é ilustrado pelo deputado Miro Teixeira, para quem “o populismo não desmerece ninguém” (Id., p.134).

O modelo burocrático-autoritário da governabilidade brasileira é suscetível à cooptação de lideranças comunitárias pela máquina político-partidária:

Em todas as entrevistas, ao longo da pesquisa, a manutenção de vínculos estreitos com associações de moradores e outros tipos de organizações comunitárias foi apontada como fundamental para o desempenho do parlamentar. [...] Outra importante modalidade de contato, [...] foi a articulação com blocos carnavalescos e escolas de samba. Além de melhorias para a escola, [...] encaminham também ao político problemas da comunidade, tais como a falta de iluminação pública e a coleta de lixo (Id., p.135).

Em suma, o populismo (ou o varguismo), consoante Dreifuss (1981, p. 21-39) foi uma estratégia de acomodação de interesses de grupos sociais hegemônicos — a nascente burguesia industrial, o setor bancário e a elite agroexportadora (com destaque para o Rio de Janeiro e os estados de Minas Gerais e São Paulo, respectivamente) — com os movimentos sociais (tanto de Direita quanto de Esquerda), introduzida na década de 1940 pelo governo de Getúlio Vargas. Para tanto, as seguintes medidas foram implementadas, de modo a cooptar os setores populares e impulsionar o capitalismo industrial: o bipartidarismo, a promulgação das leis trabalhistas, o apoio ao associativismo comunitário “assistido” e aos sindicatos.

O contexto político-econômico nacional era o da política Café Com Leite¹² e, no plano internacional, repercutiam a Crise de 1929¹³ e a Segunda Guerra Mundial.¹⁴ Esta conjuntura propiciou o redirecionamento da política repressiva e autoritária do Estado Novo, inaugurando a fase paternalista, populista e trabalhista da Era Vargas¹⁵ (vide tópico 2.1, “O Surgimento da Colonialidade Interna Republicana E A Consolidação da Colonialidade Global: A Era Vargas E Os Anos 1960”).

Jessé de Souza (2017) diverge sobre o populismo como uma estratégia de manipulação das massas, que segundo a acepção de Dreifuss, se converteriam como que um colosso impávido, como no quadro de Pedro Américo. A incapacidade de mobilização política, as favelas como “curral eleitoral”, a manipulação por um líder carismático, um “salvador da pátria” são discursos, propagados pela opinião pública, de desqualificação da “classe” pobre e trabalhista, a deslegitimar os governantes que, para além do aparato burocrático-estatal, ao priorizar o social, associa democracia à soberania popular. No tópico 2.1.2-A, “O Pacto Antipopular da Colonialidade Brasileira: A Constituição da Esfera Pública Burguesa”, ao tratar da colonialidade interna, ou brasileira, abordarei sobre a opinião pública como uma expressão da esfera pública e a dinâmica social em torno do saber-poder, ou, sobre os poderes constituídos.

¹² “A política do Café Com Leite [...] visava a predominância do poder nacional por parte das oligarquia as paulista e mineira, executada na República Velha ... [de 1898 em diante], por presidentes civis fortemente influenciados pelo setor agrário dos estados de São Paulo — com grande produção de café — e Minas Gerais — produtor de leite e maior pólo eleitoral do país de então [...]”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%Dtica_do_caf%C3%A9_com_leite (Acesso em: 5 de janeiro de 2023). Sobre o assunto, recomenda-se DREIFUSS, René Armand. 1964 a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Editora Vozes, 1981, p.21-37.

¹³ Recessão econômica de grandes proporções que atingiu o capitalismo internacional. Repercutiu no término do protagonismo industrial dos EUA e na decadência do liberalismo econômico, resultando em superprodução e especulação financeira. Wikipédia. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRISE%20DE_%201929.pdf (Acesso em 02.02.2023).

¹⁴ Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Guerra_Mundial (Acesso em 02.02.2023).

¹⁵ Vide o tópico 2.1, “O Surgimento da Colonialidade Interna Republicana E A Consolidação da Colonialidade Global: A Era Vargas E Os Anos 1960.”

1.4.1 Seção “Informativos Comunitários E Jornais de Grande Circulação”



Figura 2: De Quem É O Problema? Década de 1970 (?)
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

“Favelas São Responsáveis Por 10% Da Poluição Da Baía”; “Tamoyo Revela As Pressões Para Manter Na Lagoa Todo O Feio Que A Desfigura”; “Garis Limpam Praias, Mas Ainda Há Lixo Na Rocinha.”; “LBA Vai Dar Comida A Favelados”. “Tamoyo: Remoções de Favelas Evitará Inundações”; “Mesa Redonda Debate Situação das Favelas: Favelados Querem Os Direitos de Contribuinte”.

As manchetes supracitadas foram veiculadas por periódicos de grande circulação, parte deles, de alcance nacional, a compor a seção de periódicos (conjunto documental).¹⁶ As matérias ilustram a evolução da estigmatização da população residente em favelas, tornando-se em o “favelado”. Enquanto as grandes redações ilustram a pedagogia da opressão, a subseção (subconjunto documental) referente aos informativos comunitários,¹⁷ dentre os quais os produzidos em favelas, destacam, dentre as suas notícias, os mutirões de limpeza das valas, ações coletivas que, na comunidade da Rocinha, prolongou-se entre as décadas de 1970 a 1980 como uma alternativa para promover a profi

¹⁶ Programa de Memória dos Movimento Sociais. Seção Informativos Comunitários E Jornais de Grande Circulação. Código BR RJ UFRJ Memov AssCom Per.

¹⁷ Programa de Memória dos Movimento Sociais. Informativos Comunitários. Código BR RJ UFRJ Memov AssCom Per InfCom.

laxia e a limpeza urbana. Estas operações foram incentivadas pelas associações comunitárias visando, igualmente, a construção de equipamentos sociais e de casas pelo próprio morador, em processo de aquisição da titularidade do terreno em que habitavam. Da mesma forma os melhoramentos urbanos eram apoiados pela comunidade como um artifício para se evitar a remoção da favela, política pública em voga no período (1960-1970).

Ambos os conjuntos documentais (seção e subseção) flagram a disputa pelo discurso sob o contexto da colonialidade (assunto a ser abordado mais adiante):

[...] Os jornais do período se viam na necessidade de trazer [...] as questões, perspectivas e problemas caros aos seus possíveis leitores. [...] Os periódicos são aqui pensados como campos de disputa e negociação entre diferentes atores sociais. Tensionados entre os projetos dos seus idealizadores e expectativas e interesses dos trabalhadores da cidade, [constituem-se em um] meio fundamental de compreensão das disputas e negociações que marcaram a experiência dos moradores da Rocinha ao longo do período em questão (Costa, 2019, p.22).

Boletins Comunitários

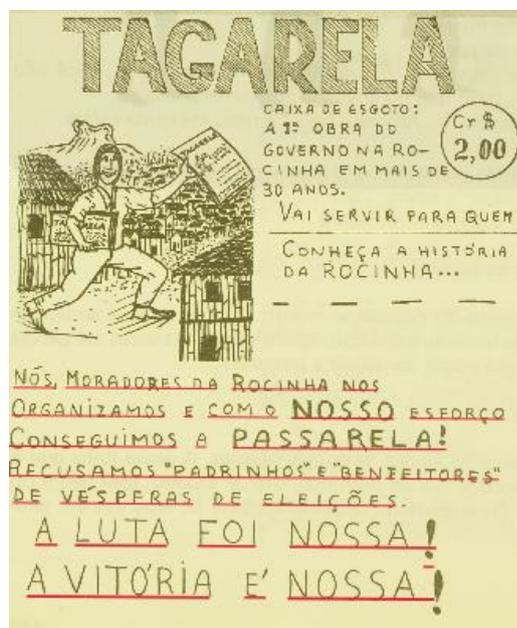


Figura 3: Jornal Tagarela da Rocinha. 1977-1983
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063



Figura 4: “Tagarela, O jornal da Rocinha, n. 14 de novembro de 1978”
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

Os informativos comunitários repercutem, ainda, notícias relacionadas ao subúrbio do Rio de Janeiro, favelas e demais regiões periféricas, como a Zona Norte e Oeste. As reportagens, publicizam, genericamente, sobre:

- ambiente familiar;
- passatempos;
- denúncias envolvendo clientelismo (quanto a políticos e partidos) e divergências entre moradores e associações comunitárias;
- obras de autoria de moradores (música, poema etc);
- interação com o leitor;
- sociabilidade: eventos culturais, cineclube, teatro, festas, futebol, missa, grêmios recreativos e escolas de samba;

- as atividades dos Grupos de Trabalho vinculados a entidades católicas e a associações comunitárias como, na Rocinha, o Grupo de Saneamento, Grupo de Saúde, Comissão COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) etc;
- divulgação de atos públicos, tais como manifestações e protestos em caravanas, pleiteando-se por direitos sociais junto a autoridades públicas;
- divulgação, tanto das atividades das associações de moradores e da federação FAFERJ, quanto dos processos eleitorais;
- avaliação sobre mobilizações grevistas e movimentos sociais;
- críticas à Imprensa hegemônica;
- conquistas alcançadas pela coletividade e serviços prestados: saúde, educação, atividades esportivas etc;
- denúncias, de modo recorrente, em relação às precárias condições estruturais, como saneamento básico, moradia, cobrança indevida de energia elétrica, fornecimento de água, transporte público etc;
- custo de vida/carestia, inflação e desigualdade social;
- reclamos referentes a processos de aquisição da propriedade da terra em que se habitava, remoção e urbanização;
- feminismo e democracia.

1.4.2 A Igreja Popular E A Esquerda Católica: 1950'-1980'

Previamente à abordagem sobre as seções acerca da Ação Social Padre Anchieta (ASPA) e da Pastoral de Favelas, entidades católicas de grande influência política na Rocinha, faz-se necessário contextualizar o período que propiciou o surgimento da Igreja Popular, diretriz pastoral a qual ambas (as entidades supracitadas) coadunam durante o período pesquisado.

A Igreja Católica Apostólica Romana, enquanto instituição secular e universal, reconhecidamente com o maior número de adeptos pelo mundo, de rigor litúrgico, rígida institucionalização e respeito à hierarquia, ao longo da sua história, associou-se às forças políticas hegemônicas até os anos 1950. As manifestações externas de fé se fixavam na observância dos sacramentos, na missa, na prece e na contribuição monetária para a Igreja. Somava ao carácter devocional rígido, a observância de uma ética católica na vida familiar e nas relações pessoais. Em antagonismo a este circuito sacro, o malig-

no era da ordem do cotidiano mundano. O profano era inerentemente maléfico segundo esta concepção, pois ao encorajar o culto à personalidade, ao prestígio, ao dinheiro e ao poder, corromperia a fé do bom cristão.

Em se tratando do dogma universalista, a sua concepção de fé diz respeito ao pressuposto da missão integral, o que deve ser enfatizado para melhor compreender a atuação política em caráter institucional; o que pode ser exemplificado pela atuação de uma parcela da Igreja contra o comunismo ou contra o protestantismo e, mais adiante, a adesão a movimentos libertários. Entretanto, para além do conservadorismo estrutural, assim como ocorre com demais segmentos do poder constituído — de interesses intrinsecamente “difusos e frequentemente contraditórios” (Mainwaring, 1989, p.20) — lhe integram alas progressistas a questionar as suas estratégias de dominação. A grande divergência entre estes grupos dissonantes foi justamente harmonizar as divergências políticas com o resguardo dos interesses institucionais, a preservar a sua doutrina. Todavia, quanto aos preceitos basilares, apresenta-se um ponto crucial: a ética cristã. Decorre que a teologia católica prioriza valores como a salvação universal e o amor ao próximo. Em um contexto de suspensão progressiva dos direitos civis e dos direitos humanos, coube à Igreja brasileira posicionar-se para manter certo grau de unidade e coerência.

Evidentes eram as escandalosas injustiças sociais e, a repressão contra os movimentos populares tornou mais difícil o apoio eclesial ao sistema vigente. A qualidade de vida da população foi sendo cada vez mais sacrificada pelo plano de governo, no início dos anos 1970, que ficou conhecido como Milagre Econômico Brasileiro,¹⁸ destoando dos princípios cristãos. Era reprovada a concentração de renda, gerando, continuamente, acentuada desigualdade social. Não foi aleatório o fato de a reestruturação da Igreja ter unido um segmento de alto grau da hierarquia — o episcopado — aos padres paroquianos. A tentativa de conciliação resultou, ainda, em grupos moderados, entre os “radicais” e os conservadores. Mainwaring aponta o tensionamento para se preservar a

¹⁸ Plano econômico (baseado no desenvolvimentismo) adotado entre os anos de 1969 e 1972 responsável por um crescimento econômico significativo, mas, em contrapartida, uma acentuada concentração de renda e desigualdade social, características que persistem na realidade brasileira. BARONE, Ricardo Stazzacappa et al. “A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço na controvérsia”. Texto Para Discussão, Instituto de Economia da Unicamp, nº 99, Setembro, 2000. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1729/texto99.pdf> (Acesso em: 05.02.2023).
Ler DREIFUSS, René Armand. 1964 - a conquista do Estado. Op.cit., p.21-37.

coesão:

Esse esforço em atrair todos impõe um caráter de cautela ao Vaticano e às conferências nacionais dos bispos, cautela esta não necessariamente no sentido de ser politicamente conservadora, mas sim no de dentro do catolicismo evitar polarizações e mudanças radicais [...]. Historicamente, a Igreja tem cooptado e solapado interesses sectários (1989, p.16-17).

O contexto social influencia as instituições, gerando um dado grau de “abertura aos novos tempos” que, para além de sua preservação, objetiva “defender os seus interesses e expandir a sua influência” (Id., p.17). Entretanto, as condições humanas afetam as entidades de carácter humanitário, não se mantendo, os seus integrantes, incólumes às relações sociais. Deste modo, em relação aos modelos de Igreja, conforme os seus segmentos, “inclui objetivos tão potencialmente contraditórios, como o de encorajar um alto grau de atendimento, combater o comunismo, lutar em prol da justiça social e promover um relacionamento de aproximação com a elite” (Id., p.18).

A crise institucional se iniciara nas décadas de 1920 e 1930, com a perda de adeptos para o Espiritismo e o Protestantismo. No avançar do século, entre as décadas de 1960 e 1980, a Esquerda Católica acaba por se articular ao Movimento de Favelas, se manifestando contra as violações dos direitos humanos praticadas pelo regime ditatorial e mediante o empobrecimento da população em decorrência do avanço da democracia liberal.¹⁹ Tendo à frente os bispos populares, a base da Igreja é abalada, gerando conflito com o Estado e com os grupos (economicamente) majoritários, o que se agravou com a repressão contra os clérigos divergentes.

Deste ponto em diante, há de se percorrer a relação entre o clero “radical” e os movimentos populares que, historicamente, remonta à primeira década do século XX. Para além do conservadorismo ou da tradição, “o impacto da mudança política sobre as instituições depende de como elas se definem e do grau de politização da sociedade” (Id., p.25). Ademais, enquanto um aparelho ideológico, persuadi a opinião pública e os diversos grupos sociais, vindo a influenciar no cenário político.

A Preocupação Com A Classe Operária: Movimentos de Base, Movimentos Leigos E O Catolicismo Popular

¹⁹ Relacionar com patrimonialismo. Souza, Jessé de. A elite do atraso. Op. cit., p.31-33.

“Qualquer relação social reforça ou mina os padrões de dominação existentes” (Mainwaring, 1989, p.50).

A religiosidade popular, calcada no dogma católico, tendeu a primar pelo fatalismo em relação à pobreza, e pela aceitação da estrutura social estratificada, a segregar a população em classes socioeconômicas: “o papel de moldar a visão de mundo das classes populares provavelmente foi mais importante na legitimação da ordem social do que foram as alianças da Igreja e do Estado, ao longo da história” (Id., p.30).

Na década de 1970, setores da Igreja protagonizam uma visão de fé que visava alterar a ordem social. As comunidades de base, em particular, têm encorajado um credo que estimula a conscientização política e a atuação na sociedade secular, em lugar da pretérita religiosidade devocional. A ordem cristã tradicional, a inculcar que para a salvação da alma havia de elevar-se ao mundo, passou a antagonizar-se com a ordem política e a estimular a participação do católico, sublimando-se no Evangelho. Este processo adquiriu uma maior ênfase a partir da década de 1930. Silva (2021) destaca que foi a partir da encíclica papal “Rerum Novarum” (1891), de Leão XIII, que a Igreja elegeu o Movimento Operário, tornando legítimas as suas reivindicações, de modo a apoiar as chamadas democracias liberais contra “totalitarismos de esquerda.”

Os Círculos Operários e a Juventude Operária Católica surgiram para este fim, de modo a competir com os sindicatos a que a hierarquia católica classificava como comunistas. Deste modo, a flexibilização do bispado preservava um cunho moralista. Em relação aos problemas sociais, ignoravam as causas estruturais (Id., p.49). As práticas pastorais sofreram alterações tímidas, pouco se aproximando dos setores populares. Durante a Era Vargas (1930’-1950’), enquanto o processo de industrialização avançava, a Igreja substituiu a sua aliança com os proprietários rurais, pela coalizão com a burguesia urbana emergente e com a classe média. Em contrapartida, na medida em que os movimentos populares ressaltavam as suas pautas sociais e questionavam a rígida hierarquia social, embasada no paternalismo e no tiranismo, tomaram uma feição anticatólica. Pleiteava-se pela participação democrática na vida social, complexando o cenário, a intimar por uma instituição que pretendesse representar todos os grupos sociais. Assim sendo, coube à Igreja Católica utilizar o seu autoritarismo eclesiástico de modo a atualizar-se à agenda política nacional.

Por volta de 1955, o Catolicismo estava fragmentado entre os tradicionalistas, os modernizadores conservadores e os reformistas. Os primeiros defendiam o combate à secularização e o fortalecimento institucional perante a sociedade. Os segundos, embora avessos a mudanças radicais, eram mais sensibilizados em relação à justiça social, se aproximando dos movimentos de base. Quanto aos últimos, acordavam com os modernizadores conservadores em relação à uma maior eficácia do trabalho pastoral e da educação religiosa, se comparado àqueles outros, vindo a priorizar a mudança social em detrimento da postura anticomunista. Esse grupo foi precursor de inovações que se sucederam pelas décadas posteriores e no que concerne a movimentos eclesiais inovadores nos anos 1970.

Os reformistas aumentaram a participação leiga e reduziram o controle clerical. Dentre as iniciativas para implementar a doutrina social católica, contra a miséria e pela secularização, estão a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, ambas iniciativas com atuação nas favelas cariocas.

Em seu estatuto, a Fundação Leão XIII deveria assegurar “assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro ... [fornecendo] escolas, dispensários, creches, maternidades, cantinas e conjuntos habitacionais populares [grifos meus], (Valla apud Valladares, 2005, p.76). As atividades da Fundação se inscrevem na nova perspectiva inaugurada por Pedro Ernesto do Rego Baptista, (prefeito do Distrito Federal nos anos 1930), que abandona a atitude repressiva e a condenação moral para pregar a educação social e a integração à cidade. Esta nova postura, a do assistencialismo caritativo, dissimula a normatização-regulamentação do contingente de moradores em favelas contra o que se chamava “avanço comunista”.

A Cruzada São Sebastião foi criada em 1955 por Dom Hélder Câmara, na ocasião bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Conhecido como o “Defensor dos Pobres”, era considerado da ala Esquerda (Valladares, 2005, p.77). Os objetivos da Cruzada, inscritos em seu estatuto, são:

Promover, coordenar e executar medidas de providências destinadas a dar solução racional, humana e cristã aos problemas das favelas do Rio de Janeiro; [...] mobilizar os recursos financeiros necessários para assegurar, em condições satisfatórias de higiene, conforto e segurança, moradia estável para as famílias faveladas; colaborar na integração dos ex-favelados na vida normal do bairro [...] (Parisse apud Valladares, 2005, p.77).

Dom Hélder, em consórcio com a Fundação Leão XIII, promoveu por meio da Cruzada São Sebastião: a instalação de água canalizada e redes de iluminação, telefones públicos em parte das favelas cariocas, em ação participativa com os residentes e, uma gestão coletiva do Conjunto São Sebastião, composto por sete imóveis, 790 moradias no total, no Leblon, bairro localizado na zona Sul da cidade, considerada “área nobre” pelos empreendimentos imobiliários. A Cruzada foi construída para moradores removidos da Praia do Pinto, localizada entre os bairros do Leblon e Lagoa, na zona Sul (Valladares, 2005, p. 77).

As duas instituições concorrentes, surgidas nas primeiras décadas da atuação da Igreja Católica nas favelas (1940-1950), atuavam em atividades cuja intervenção seguia pressupostos distintos. A Fundação Leão XIII, de cunho anticomunista e, com o avanço dos anos, pró-remocionista (o que será abordado nos próximos capítulos), priorizou a caridade por meio de ações favoráveis à educação e à saúde, além da criação de centros sociais em diversas comunidades. Por outro lado, a Cruzada São Sebastião empreendeu iniciativas de grande amplitude voltadas para a construção de moradias nos centros urbanos, em oposição a remoções massivas para áreas periféricas, sem infraestrutura urbana e sistema de transporte; além da construção de equipamentos de infraestrutura, o que atualmente seria designado como urbanização de favelas. (Id.).

O princípio do desenvolvimento comunitário, base da Cruzada São Sebastião, é associado à influência da Igreja progressista francesa sobre a brasileira, principalmente na pessoa do padre Louis-Joseph Lebre. A articulação entre ambos, Dom Hélder e Lebre, é abordada por Lícia Valladares (2005, p.78) em “A Invenção da Favela”.

O Clero adepto à doutrina social da Igreja, era menos hostil aos comunistas, com os quais acordava por uma mudança social estrutural. É deste grupo que se origina a articulação com o Movimento de Favelas. Um de seus representantes, com atuação na Rocinha, foi o padre Cristiano Camermam, nome recorrente ao longo dos itens documentais da coleção em estudo. O padre Mário Prigol, em depoimento à Brum (2018, p.418), esclarece que a Pastoral de Favelas se vinculou, desde as suas origens, às organizações operárias da Igreja, como a Ação Católica Operária (ACO). O padre Prigol esteve à frente da Igreja N.S. da Salette, no Catumbi. Segundo o pároco, grupos da Igreja que atuavam no movimento social, desde a década de 1940, constituíram equipes de base, os embriões das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sendo uma estratégia para

exercerem “militância” sem despertar a atenção dos órgãos repressores, a exemplo do próprio padre Mário, preso em 1970:

Já existiam grupos que refletiam a Bíblia e, na medida em que você reflete, você percebe que certas coisas não podem ser aceitas pelo Evangelho. Por exemplo: você ser proibido de lutar pela melhoria na fábrica; lutar para ter água, esgoto na favela; lutar para você ter a luz. Então, todas essas lutas eram populares [...]. E todas essas lutas populares eram valorizadas dentro da Ação Católica Operária (Id.).

Os tradicionalistas, que se sentiam mais ameaçados pela Esquerda, naturalmente eram os mais resistentes à doutrina social da Igreja. Sua opção foi pela repressão e a resistência a mudanças sociais. Apoiaram a deposição do presidente João Goulart em 1964, incluindo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, neste momento, era composta por uma maioria conservadora. O governo militar, instaurado após o Golpe de Estado de 1964,²⁰ era favorável ao anticomunismo da Direita católica. O temor pelo crescimento da Esquerda era baseado em fatos concretos. Militantes confirmam a crescente influência do Partido Comunista (PC) nas favelas entre as décadas de 1940 e 1950, tendo alçado a primeira posição nas eleições municipais de 1947. Dentre estes, Manoel Gomes atesta sobre os comitês populares democráticos, criados em diversos bairros e favelas do Rio de Janeiro, dos quais se originou, em 1952, a Associação dos Favelados do Morro do Borel e, posteriormente, da sua ampliação para doze favelas, a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), (Lima apud Valladares, 2005, p.76).

O Vaticano II, presidido pelo Papa João XXIII, foi um evento europeu dominado por bispos e teólogos europeus, voltado principalmente para a Igreja europeia. O Concílio, realizado no período de 1962 a 1965, promoveu reformas que conduziram a mudanças mais significativas em países da América Latina.²¹ A missão social da Igreja

²⁰ O golpe de Estado no Brasil, em 1964, foi a deposição do presidente brasileiro João Goulart por um golpe militar de 31 de março a 01 de abril de 1964, iniciando a ditadura civil-militar brasileira que perdurou de 1964 a 1985. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Golpe_de_Estado_no_Brasil_em_1964 (Acesso em: 05.02.2023). Ler DREIFUSS, René Armand. 1964 — a conquista do Estado. Op. cit., p. 368-396.

²¹ América do Sul, Central e o México (América do Norte). Para além da localização geográfica, foram povos colonizados/invadidos/saqueados durante a expansão territorial europeia (séculos XV-XVIII), colonização esta que se estende pela colonialidade (dependência econômica e subordinação ideológica, a ser abordada nessa dissertação). Assuntos correlacionados: teoria da dependência, desenvolvimentismo e terceiro-mundismo.

1964	Igreja Em Renovação	Lembre-se: Você É Igreja		1975	Fraternidade É Repartir
1965	Paróquia Em Renovação	Faça de Sua Paróquia Uma Comunidade de Fé, Culto E Amor		1976	Fraternidade E Comunidade
1966	Fraternidade	Somos Responsáveis Uns Pelos Outros		1977	Fraternidade Na Família
1967	Corresponsabilidade	Somos Todos Iguais, Somos Todos Irmãos		1978	Fraternidade No Mundo do Trabalho
1968	Doação	Crer Com As Mãos		1979	Por Um Mundo Mais Humano
1969	Descoberta	Para O Outro, O Próximo É Você		1980	Fraternidade No Mundo das Migrações, Exigência Eucarística
1970	Participação	Ser Cristão É Participar		1981	Saúde E Fraternalidade
1971	Reconciliação	Reconciliar		1982	Educação E Fraternalidade
1972	Serviço E Vocação	Descubra A Felicidade de Servir		1983	Fraternalidade E Violência
1973	Fraternalidade E Libertação	O Egoísmo Escraviza, O Amor Liberta		1984	Fraternalidade E Vida
1974	Reconstruir A Casa	Onde Está Teu Irmão?		1985	Fraternalidade E Fome
1975	Repartir O Pão	1986	Fraternalidade E Terra	Terra de Deus, Terra de Irmãos	
1976	Caminhar Juntos	1987	Fraternalidade E O Menor	Quem Acolhe O Menor, A Mim Acolhe	
1977	Comece Em Sua Casa	1988	Fraternalidade E O Negro	Ouvi O Clamor Deste Povo!	
1978	Trabalho E Justiça Para Todos	1989	Fraternalidade E A Comunicação	Comunicação Para A Verdade E A Paz	
1979	Preserve O Que É de Todos	1990	Fraternalidade E A Mulher	Mulher E Homem: Imagem de Deus	
1980	Para Onde Vais?	1991	A Fraternalidade E O Mundo do Trabalho	Solidários Na Dignidade do Trabalho	
1981	Saúde Para Todos	1992	Fraternalidade E Juventude	Juventude: Caminho Aberto	
1982	A Verdade Vos Libertará	1993	Fraternalidade E Moradia	Onde Moras?	
1983	Fraternalidade Sim, Violência Não	1994	Educação E Família	A Família, Como Vai?	
1984	Para Que Todos Tenham Vida	1995	A Fraternalidade E Os Excluídos	Eras Tu, Senhor?!	

1985	Pão Para Quem Tem Fome	1996	Fraternidade E Política	Justiça E Paz Se Abraçarão
------	------------------------	------	-------------------------	----------------------------

Figura 5: Temário da Campanha da Fraternidade: Décadas de 1960-1990
Disponível em: <https://portalkairos.org/tag/temas-e-lemas-da-campanha-da-fraternidade-desde-1964/>

foi enfatizada. A importância do laicato e o diálogo ecumênico foram ressaltados e, a liturgia renovada de modo a torná-la mais acessível. A nova doutrina revisou os padrões de autoridade e a relação entre a fé e o mundo. Em verdade, as encíclicas apostólicas progressistas e o Vaticano II incorporaram e legitimaram mobilizações em curso, incrementadas por sociólogos, bispos e movimentos sociais.

O bispado era de maioria modernizadora-conservadora, entretanto os reformistas ocupavam os cargos centrais na CNBB, o que reverteria a partir de 1964, anteriormente citado. Portanto, o movimento reformista da Igreja brasileira se fazia representar pela CNBB, durante os anos de 1955 a 1964. Alceu Amoroso Lima, conhecido como Dom Helder Câmara, à época bispo auxiliar do Rio de Janeiro, obteve destaque neste processo mediante um vigoroso apoio dos reformistas do Vaticano. Veio a se tornar um dos expoentes da doutrina social da Igreja e a CNBB, realizada em 1952 na cidade do Rio de Janeiro, foi uma das primeiras conferências episcopais nacionais do mundo e a pioneira na América Latina.

Os principais documentos da CNBB representavam um compromisso entre os conservadores e os reformistas, embora os primeiros fossem moderados quanto às mudanças em torno da nova missão da Igreja. No entanto, a despeito de mudanças substanciais, no início da década de 1960, o conservadorismo vigorou.

A trajetória da CNBB, exceto no período de 1952 a 1964, é marcada pelo apoio ao regime militar entre os anos de 1964 a 1968 embora, na sequência, se oponha à ditadura (1968-1982), vindo a denunciar a violação dos direitos humanos praticada no período e a precariedade das condições materiais dos setores mais pobres. Esta mudança de posicionamento é ilustrada pelo temário referente a Campanha da Fraternidade (vide quadro a seguir), realizada anualmente desde 1961, durante a Quaresma. O evento, que mobiliza comunidades e paróquias, foi idealizado por três padres que trabalhavam na Cáritas Brasileira, um dos organismos da CNBB para arrecadar recursos a fim de financiar as atividades assistenciais da instituição.

O Movimento de Educação de Base

A Igreja Católica é composta por institutos eclesiais, agentes pastorais (padres, freiras e leigos) e movimentos leigos organizados. Esses níveis, gozando de relativa autonomia e, à frente do processo de renovação eclesial, tornaram-se influentes politicamente.

Dentre os movimentos católicos de renovação ou a Esquerda Católica, ressalta-se os que se referem à educação de base, por terem influenciado iniciativas de educação popular em coletivos de favelas, como a Ação Social Padre Anchieta (ASPA).

A Esquerda avançou entre os anos de 1955 e 1961. Inovações foram sentidas na educação popular. De grande relevância foi o Movimento de Educação de Base (MEB) e o legado do educador Paulo Freire e os Centros de Cultura Popular, além da renovação do trabalho pastoral junto às classes populares. A educação seria o instrumento de transformação social. A pedagogia do MEB enfatizaria a conscientização política. Dá-se a estimulação da participação popular e o reconhecimento do povo como o agente político central. A educação popular valoriza a cultura e os valores populares, a superar a tendência caritativa/paternalista da maior parte das iniciativas predecessoras que atuaram com os segmentos mais pobres. Desta forma, a metodologia educacional passa a abordar problemas concretos, em lugar de questões mais abstratas. O processo de alfabetização priorizaria o cotidiano dos educandos, tal como o seu vocabulário em lugar de uma linguagem inacessível. Torna-se fundamental “o respeito total às pessoas e às decisões que tomam as comunidades, e as formas próprias de realizar seus trabalhos” (Mainwaring, 1989, p.101-105). Tanto o MEB quanto o educador e filósofo Paulo Freire propunha uma educação participativa e dialógica, resultante da troca de experiências entre educador e educandos em lugar da transmissão impositiva do conhecimento.

Durante o início dos anos 1960, Freire introduziu novos programas de alfabetização de adultos como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco. Estimulou novos métodos de educação popular entre os anos de 1958 a 1964 e foi precursor da Igreja popular das décadas de 1970 e 80. A metodologia paulofreireana tornou-se mundialmente conhecida.

Relacionada à ênfase à dignidade de todos os seres humanos, instava a noção de que o povo deveria controlar o seu destino. [...] A educação deveria ter como objetivo ajudar as pessoas a refletir sobre o seu próprio poder de refletir. Objetivo esse, segundo Freire, que não poderia ser plenamente realizado nos limites da sociedade. Pronunciava-se a favor de uma “nova sociedade

que, sendo sujeito de si mesma, tivesse no homem e no povo sujeitos de sua história” (Id., p.90).

Com a cassação das atividades políticas, por parte do Estado, após o Golpe de 1964, o MEB tornou-se mais moderado, mas prosseguiu com o seu caráter de renovação da educação religiosa.

Educação de Base E Movimentos Populares

Agentes pastorais consideravam que o trabalho de base comunitária deveria ser desenvolvido em pequenos grupos, a estimular a discussão, alegando que movimentos com grande adesão seriam mais facilmente manipulados, haja visto que a estrutura social, tradicionalmente autoritária, tende a frustrar a participação popular democrática. “Um dos objetivos mais importantes do trabalho de base deveria ser o de tornar as classes populares capazes de expandir seu universo político e superar uma perspectiva limitada às suas necessidades imediatas” (Id, p.242-243).

As Comunidades Eclesiais de Base E O Surgimento da Igreja Popular

Entre os anos 1964 e 1970 surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), empreendidas por agentes pastorais das bases. Em sua maioria, tendo como dirigentes padres e freiras, estavam comprometidos com ideais comunitários e com a ampliação da participação leiga, objetivando um maior estreitamento entre a Igreja e seus adeptos. Caracterizava-se por um grupo pequeno (em média composto por dez pessoas) que se reuniam para estudar a Bíblia a partir de temas sociais, a exemplo do Ciclo Bíblico empreendido na favela da Rocinha pela organização comunitária Ação Social Padre Anchieta.²²

Como estruturas da Igreja Popular, para além de serem grupos de devoção, eram politicamente participativas. Autônomas em relação ao Estado e aos partidos políticos, enquanto os sindicatos e as associações comunitárias eram cerceadas em suas ações, mantinham-se como organizações populares a incentivar o debate político.

As CEBs viriam a enriquecer as relações humanas, facilitar uma evangelização mais efetiva, desenvolver uma educação religiosa diferenciada e promover uma participação leiga mais ativa. Uma contribuição notória das CEBs nas dioceses populares foi a

²² Vide o tópico 1.4.2-A, “‘Da Verdade do Povo À Verdade de Deus’: Seção Ação Social Padre Anchieta (Arquidiocese do Rio de Janeiro).”

criação de fortes laços entre os seus membros, a ressaltar o valor pessoal e o sentimento de comunidade, tornando-se uma potência para o engajamento político. Comunhão que, no caso das favelas, era fortalecida pelos laços de vizinhança.

A Igreja Popular descende da igreja reformista dos anos 1960. Todavia, há de se distinguir a Esquerda católica do início dos anos 1960 com aquela (a Igreja Popular).

A Esquerda Católica se comprometia com o povo ao promover uma educação popular, mas a liderança era presidida por católicos oriundos da classe média e a religiosidade manteve-se conservadora, europeizada e secularizada que, na década posterior seria substituída pela religiosidade popular. A partir dos anos 1970, o apoio de lideranças católicas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi mais incisivo, o que foi significativo haja visto que o episcopado que acabava por deter a autoridade formal da Igreja (Id., p.95). Enquanto aglutinou poucas pessoas, a Igreja Popular, entre 1970 e 1980 mobilizou milhões de seguidores, em sua maioria pobres e com menor grau de educação formal (Id., p.95).

Ressalta-se, uma vez mais, que a receptividade institucional, prioritariamente por parte do episcopado, impulsionou os movimentos leigos, ou, os movimentos de base. Neste sentido, este apoio foi fundamental, principalmente em circunstâncias de conflito com o Vaticano. A Igreja Popular se preocupa com a justiça social e com a comunidade e postula uma mudança política radical. A premissa “opção preferencial pelos pobres” insere estruturas eclesiais que apoiam os movimentos populares. Neste contexto foram criadas as CEBs e a Teologia da Libertação.²³ A “Opção Preferencial Pelos Pobres,”²⁴ diretriz relacionada ao continente americano (“América Latina”), tem origem

²³ A Teologia da Libertação, corrente da Igreja Católica, surgiu no início da década de 1960, inspirada no Concílio Vaticano II, realizado em 1962, sob o impacto dos movimentos de libertação dos países então identificados como o “Terceiro Mundo” e de correntes críticas que adquiriram força, no período, como a Teoria da Dependência, a pedagogia de Paulo Freire, entre outros. Pregava uma Igreja voltada à realidade social, principalmente quanto aos problemas sociais e à desigualdade entre ricos e pobres, a propagar que a construção do reino de Deus anunciada por Jesus, se faz na terra, criticando, assim, uma Igreja ritualística e alheia à realidade. Wikifavelas. Disponível em: http://wikifavelas.com.br/index.php?title=+Especial&title=+Especial1%3Busca&Search=teologia+da+tiliber-ta%C3%A7%C3%Ao_&go=Ir (Acesso em: 15 de janeiro de 2023). Ler MAINWARING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985, 1989, São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p.170-201.

²⁴ Mario Sérgio Ignácio Brum, Opção Pelos Pobres: A Pastoral de Favelas E A Reorganização do Movimento de Favelas No Rio de Janeiro Na Redemocratização, Estudos Históricos, v. 31, n. 65, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/PJhgrVYY98TwtpySSPWm6qJ/?lang=pt> (Acesso em: 7 de setembro de 2022).

na II e III Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada entre 1968 e 1978, respectivamente, na Colômbia e no México, consideradas como marcos da renovação do movimento comunitário.

Em resumo, os esforços da Igreja Católica por se conservar como uma instituição universal em uma sociedade cada vez mais secular, participante e que se queria democrática, propiciou o surgimento de grupos internos que vieram a questionar a sua missão institucional. Foram essas as circunstâncias que promoveram o surgimento da Igreja reformista, nos anos 1950. Entre as décadas de 1950 e 1970, além dos reformistas, surgiram os modernizadores. Em 1976 desponta a Teologia da Libertação. A partir de 1982 há o fortalecimento internacional dos conservadores (início do pontificado de João Paulo II).

Durante o processo de liberalização do regime político autoritário, a Igreja Católica contribuiu para a redemocratização, desde a defesa dos direitos humanos, críticas aos abusos do autoritarismo, até o apoio aos movimentos populares.

Entre o final dos anos 1970 e 1980, o clima é de reestruturação dos movimentos populares e das associações comunitárias. Novas lideranças comunitárias surgem conforme diminui o controle do associativismo por parte do Estado. No plano nacional, a militância se fazia pela restauração (a bem dizer, a instauração) da democracia no país.

É neste contexto que a Teologia da Libertação prega:

Uma Igreja mais voltada à realidade social, pois considera que a construção do Reino de Deus, anunciado por Jesus, se faz na Terra, assim entendido como um reino de paz e solidariedade entre os homens, criticando então uma Igreja ritualística e descolada da realidade (Brum, 2018, pg. 420).

O protagonismo do morador em favela, como agente político, se afirmava pela sua “posição central na construção desse reino”. Sendo assim, o pobre seria o agente de:

Transformação da sociedade e da Igreja. Com sua prática, sua fé, sua experiência de Deus, se faz sujeito mesmo da teologia. Neste caso, atribui-se muita importância aos movimentos populares, ao grito do povo, à reflexão orgânica das CEBS, junto dos quais o teólogo capta os temas, elabora-os, testa-os (Li-bânio apud Brum, 2018, p. 420).

O Processo de Reabertura Política E Os Novos Rumos da Igreja Popular

Conforme o processo de reabertura política se consolidava, a relação da Igreja com o Estado tornava-se menos conflitiva. O enfoque passa a ser a evangelização e menos a luta política e a defesa das liberdades civis. A articulação da Igreja com os movimentos sociais igualmente é transformada. Conforme o fim do bipartidarismo (durante a ditadura os partidos legalizados eram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Arena) e a expectativa pela redemocratização do país convertia-se em uma realidade, mais particularmente a partir de 1978, novas questões são impostas aos católicos progressistas quanto a promoção da democracia, no que se refere a relação entre os grupos (católicos), especialmente as CEBs. Segundo Mainwaring (1989), a cautela com que os progressistas delimitaram o papel institucional da Igreja era, em parte, uma tentativa de garantir a sua participação no contexto político que se apresentava. Uma vez que a Igreja, enquanto instituição, não era partidária nem priorizava, ostensivamente, os movimentos populares, as questões pedagógicas se impuseram como uma prioridade. Ademais, a pressão mais significativa para que a Igreja desempenhasse uma função política mais tímida adveio de setores neoconservadores. Esta maior hegemonia foi deflagrada, dentre outros fatores, pela discordância com o Vaticano em relação à autonomia da Igreja brasileira e à sua militância política. Em 1975, a CNBB promoveu o Tribunal Internacional de Direitos Humanos. Em 1977, publicou um guia objetivando compatibilizar o rito da missa com elementos da “cultura popular”, gerando, em 1979, a “Missa da Terra Sem Pecado” e a “Missa dos Quilombos”. Todas as propostas foram rejeitadas por Roma. Finalmente, em 1980, sob o papado de João Paulo II (1978-2005), o Vaticano toma medidas para vetar novas mudanças, adotando uma estratégia de não enfrentamento com a Igreja brasileira. Como estratégia, passou a dar uma maior ênfase ao controle das nomeações episcopais (Mainwaring, 1989, p.269-276).

A crescente autonomia das Igrejas nacionais entre as décadas de 1970 e 1980 não as isentou da autoridade do Vaticano. Sobre os movimentos leigos e a teologia, Roma exerceu o controle tanto por persuasão quanto por coerção. Entretanto, parte das mudanças pleiteadas foram incorporadas, logrando transformar uma instituição aparentemente impermeável. Esses movimentos introduziram novos conceitos de fé, novas teologias, a renovação de práticas pastorais, a exemplo da Pastoral de Favelas e, enfim, uma nova compreensão da Igreja. As comunidades de base e outras organizações, como a Comissão Pastoral da Terra e a Comissão Pastoral Operária, fortaleceram as lutas po-

pulares e, significativamente, o quadro político. Quanto às mobilizações políticas, a sua articulação com o catolicismo popular,²⁵ neste período, corroborou para que o clero progressista adquirisse uma maior consciência em relação às injustiças sociais e de sua função estratégica como entidade de carácter universal, vindo a influenciar as práticas pastorais do mundo inteiro (Id., 1989, p.55-56; 63).

1.4.2-A “Da Verdade do Povo À Verdade de Deus”²⁶: Seção “Ação Social Padre Anchieta (Arquidiocese do Rio de Janeiro)”



Figura 6: “Mutirão Para A Reforma da Escola Comunitária da Rua Um”. Década de 1980
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

Da coleção em análise, passo a ressaltar as seções documentais mais singulares para discorrer sobre o movimento associativo na favela da Rocinha, porém, sem não antes mencionar o tópico 4, desta dissertação, “O Movimento Associativo de Um Bairro Operário Que Seria Chamado Favela”, que recupera a trajetória de mobilização política desta comunidade.

Ao lado da Pastoral de Favelas, a Ação Social Padre Anchieta (ASPA) é uma entidade jesuítica de assistência social de grande influência local. Reativada em 1976, foi fundada em 1968. Paulo Machado Barbosa, professor da Pontifícia Universidade

²⁵ Por catolicismo popular entende-se um conjunto de crenças religiosas tradicionais e de práticas de envolvidas fora da Igreja Institucional. MAINWARING, Scott. Idem, p.30.

²⁶ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), foi o primeiro sacerdote a presidi-la. No sítio institucional da entidade é associado ao padre jesuíta a sua criação, juntamente com moradores e voluntários externos.

A ASPA foi fomentada em um período em que a Esquerda Católica e a Igreja Popular, em um processo que desencadeará na formação da Teologia da Libertação, nos anos 1970, se articulavam com os movimentos sociais, conforme visto anteriormente. A experiência pedagógica de Educação Popular, adotando-se o método paulofreiriano e a Pedagogia do Oprimido,²⁷ é projetada nesta conjuntura.

Fernando Ermiro afirma que a ASPA surgiu como uma creche e foi capitaneada pelos padres jesuítas. O coordenador do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha²⁸ não pôde fornecer maiores informações. Na obra “Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Rocinha”, membros da diretoria da ASPA, assim nomeada desde a sua inauguração, recordam que a entidade surgiu com a instalação da creche em uma capela, sob os cuidados do padre Paulo Machado Barbosa (Segala; Silva, 1983, p.146).²⁹

Por sua vez, em “Favelas E As Organizações Comunitárias” (Oliveira, 1993) reconstitui o surgimento destas casas de acolhimento:

Por agentes externos ligados a instituições de educação popular, tais iniciativas ocorreram, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980. Diversos grupos de mulheres se organizaram em “clubes de mães” de cuja ação surgiram muitas creches comunitárias, além da implantação de demais serviços (Oliveira, 1993, p.85).

Por gentes externos ligados a instituições de educação popular, tais iniciativas ocorreram, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980. Diversos grupos de mulheres se organizaram em “clubes de mães” de cuja ação surgiram muitas creches comunitárias, além da implantação de demais serviços (Oliveira, 1993, p.85).

A respeito da hierarquia organizacional, o Conselho Deliberativo é o órgão majoritário, sendo assessorado por um “Assistente Espiritual”, indicado pela Sociedade

²⁷ Ler MAINWARING, Scott. 1989, p. 90.

²⁸ Vide o tópico “Entrevistas.”

²⁹ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Favela da Rocinha, 1983, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063.

Brasileira de Educação (uma de suas subsidiárias), com poderes de veto em se tratando de resoluções internas.

O seu portal eletrônico informa como visão: “contribuir para a formação do indivíduo e do bem-estar social da comunidade da Rocinha através de projetos socioeducativos”. E, como valores: “acreditar que é possível educação de qualidade e justiça social através da união das pessoas, amparadas na perseverança, empatia, gratidão e fé.”

A assistência social, a que se refere o estatuto³⁰, alude a prestações de serviços públicos e aos equipamentos culturais e sociais que vem a suprir a ausência do Estado, todavia, controlado por Ele. Tendo como sede a “Escola-Capela”, a Equipe de Apoio (Agentes Externos), designada, pelos moradores da Rocinha, como Equipe de Fora ou Gente de Fora, encabeçam as frentes de trabalho, distribuídos entre: o Centro Comunitário, a Escola Noturna, voltada para adultos, a Escola da Tarde, para adultos e crianças, o Grupo de Menores Marginalizados, o Ambulatório, o Grupo dos Jovens e o Comitê de Mulheres. Estes dois últimos grupos de trabalho têm a maior participação dos moradores da Rocinha. Enquanto o primeiro é composto por jovens que, inicialmente, participam da educação ambiental,³¹ o segundo organiza atividades de serviços comunitários como coleta de lixo, gerenciamento de esgotos etc.

As iniciativas da ASPA, portanto, estão atreladas a medidas que promovem o bem estar social de “camadas marginalizadas da sociedade”³² Em articulação, principalmente, com as associações comunitárias locais e a Pastoral de Favelas, apoia as principais demandas dos residentes quanto a melhoramentos urbanos.

A trajetória de serviços prestados e apoio político, além do amparo espiritual e material, inclusive durante períodos de maior repressão da ditadura, progressivamente legitima a Ação Social, habilitando-a como um aparelho ideológico. Ainda assim, a catequese utiliza como estratégia a aproximação ao cotidiano do morador em favela. Desde o teor litúrgico das publicações do Ciclo Bíblico à didática das escolas comunitárias, que adotam o método paulofreiriano de ensino, os periódicos *Bronca da Saúde* e *Saúde E Sanea*

³⁰ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Proposta da Comissão dos Estatutos, 1980. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom MobAss ASPA ICom IP ICom001.

³¹ Vide o tópico “Entrevistas.”

³² Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Proposta da Comissão dos Estatutos, 1980, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom MobAss ASPA ICom IP ICom001.

mento serão um dos veículos de propagação deste catecismo comunitário.

Acerca da metodologia de trabalho da Equipe de Fora, “procura despertar o espírito crítico dos moradores frente aos problemas da vida, [...] incentivando as iniciativas vindas [deles próprios] para solucionar problemas.”³³ De modo geral, as equipes eram formadas pelos “de Fora” e por moradores que se reuniam periodicamente para a avaliação das atividades e, a propor novos problemas a serem supridos.

Desta forma, os moradores são munidos de meios materiais e humanos, contando com profissionais liberais (Gente de Fora), cada qual especialista em sua área de formação.

O “ciclo do padre” fortaleceu-se com a aquisição, em 1976, do Casarão ou Centro Comunitário ASPA, transferido do seu primeiro endereço, a capela e, posteriormente, Igreja N.S. da Boa Viagem. O Casarão é o atual endereço, à Travessa Luz, s/n. O seu líder espiritual passou a ser o padre belga Cristiano Camermam, Professor do Instituto Brasileiro de Apoio Ao Desenvolvimento Econômico E Social (IBRADES). Apesar de a comunidade política da Rocinha ser confundida com a comunidade cristã, o esforço era em sentido contrário. Havia a preocupação de expansão para todo o morro, todavia sem sobrepujar a imposição de um projeto baseado em um bem comum condicionado a visões prescritas de um grupo social hegemônico. A Igreja Católica, ao incrementar uma mudança social, pretendeu impô-la por meio de sujeitos políticos exógenos (à favela), entre os quais, os agentes externos enquanto voluntários da ASPA. Dentre estes, os cristãos buscavam a sua autosalvação, engajando-se para transmutar a “verdade do povo” na “verdade de Deus”, em um processo tanto de conversão quanto de mediação social.

[Objetivava-se] cultivar laços de afeto com o povo, na esperança de que o projeto fosse aperfeiçoado na vida prática [...] nas brechas do momento político de então, bastante desfavorável ao movimento popular. Nesta fase, os círculos de agentes preocupavam-se fortemente com a própria conversão. [...] Os moradores do local, [os introduziriam] na verdade do povo para que pudessem transmutá-la na verdade de Deus.³⁴

Isto posto, a categoria “agente externo” cristão, embora engajado no projeto po

³³ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Proposta da Comissão dos Estatutos, 1980. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom MobAss ASPA ICom IP ICom001.

³⁴ Id.

lítico (salvífico) da ASPA, igualmente integra o processo de conversão religiosa, sendo por ele influenciado, conforme verbalizado em depoimento prestado à Lygia Segala por um agente externo. A “consciência de que o sistema é ruim” e de que a mobilização da comunidade era o potencial de mudança sobrepujou qualquer projeto político que poderia ser adotado. A educação paulofreiriana centralizava as atividades pedagógicas e a troca entre professores e alunos e primava pelo saber teórico das “contradições da sociedade” e a “vivência” destes mesmos embates, experienciados pelo alunato:

O que eles pensavam, como é que eles viviam é que a gente não sabia. A gente ia acabar se fundindo com eles, com a classe. A gente não se considerava classe média, a gente se considerava padre, a primeira classe do padre quer dizer que não era classe nenhuma. A gente se considerava uma coisa à parte, uma classe média proletarizando, se purificando.”³⁵

Uma das pautas para assembleia certifica de que o catecismo comunitário da ASPA excede a mera assistência social. Dentre as atribuições da Gente de Fora estavam: contribuir para a formação dos líderes locais; colaborar para o fortalecimento das organizações representativas dos moradores e para a articulação das mobilizações locais com as demais lutas populares, a exemplo do Movimento do Custo de Vida, Pastoral de Favelas, FAFERJ, etc. A missão institucional, em suma, seria “o despertar o espírito crítico dos moradores frente aos problemas da vida.”³⁶

O foco dos grupos de trabalho da ASPA converge com o teor dos itens documentais produzidos por segmentos comunistas (naturalmente não datados nem assinados) e pela Pastoral de Favelas, ou seja, alertar para a precariedade das condições materiais dos moradores em favelas em busca de superá-las, por direito, renegando quaisquer atos de clientelismo por parte de partidos políticos.³⁷

O Grupo de Saúde (vinculado ao de Saneamento), emite parecer elaborado após o Encontro pela Saúde da Rocinha, em 1980:

³⁵ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

³⁶ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Proposta de Pauta Para Reunião do Grupo de Fora, 1978, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom Pg0102.

³⁷ Vide o tópico 2.5.1, “Clientelismo E Política Assistencialista No Período da ‘Redemocratização.’”

A assembleia foi unânime sobre [...] as precárias condições de moradia e transporte, a falta de saneamento básico, o enorme acúmulo de lixo, por falta de coletas sistemáticas, os baixos salários para famílias numerosas, a água contaminada, a falta de posto médico equipado [...] que garanta um planejamento familiar mais saudável [...], a falta de informação dos moradores quanto aos problemas básicos de saúde, a falta de fiscalização do comércio existente na Rocinha, que acarreta preços bastante altos e, mais ainda, as mercadorias sempre expostas ao ar livre gerando contaminação [...].³⁸

O boletim *Bronca da Saúde*, em sua 3ª. edição, pontua:

O governo tem conhecimento do número de crianças carentes? O governo planeja atender realmente a todas as crianças? Por que não foi mandado para a campanha número suficiente de vacinas? Por que a campanha de vacinação não é endereçada às comunidades?³⁹

A convocação de reunião do Espaço Comunitário, cuja pauta é a promulgação de leis de interesse da comunidade, manifestou uma de suas principais reivindicações — melhoramentos urbanos.

O caminho para o “reino de Deus” previa um projeto pedagógico, das escolas comunitárias da ASPA, que consistiu no “estar junto”, integrado à “verdade do povo”, a ser alçada a “fusão sacralizada” do “nós” (agentes externos) com eles (moradores cristãos), almejando compor uma nova sociedade “sem classes.”⁴⁰

No que se refere à didática adotada na escola noturna de alfabetização para adultos, é enfatizado em “*Perspectivas Para Os Cursos de Alfabetização (1979)*,” de autoria da escola comunitária, que o enfoque é preparar o aluno para o processo de organização popular, o que seria possível na medida em que passar a ser assumida, manejada e gerida pela comunidade, através das entidades locais. O ambiente de aula deve motivar o engajamento em trabalhos de base, grupos e movimentos populares.⁴¹ O educando seria habilitado a ler, escrever, interpretar e analisar textos.

Em relação a práticas educativas de Educação Popular, as escolas comunitárias da ASPA exemplificam a aplicabilidade da pedagogia paulofreiriana no que se refere a

³⁸ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Documento do Grupo da Saúde dos Moradores da Rocinha, 1980, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom GT004.

³⁹ Id.

⁴⁰ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PD001.

⁴¹ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. *Perspectivas Para O Curso de Alfabetização*, 1979, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom Pg002.

alfabetização com conscientização e a aproximação e adequação, do método de aprendizagem, à realidade social do aluno. Sintetiza o Mestre: “Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.” (Paulo Freire).

A ASPA participou de demais projetos de educação, ao longo da década de 1990, a exemplo do Pré-Vestibular para Negros E Carentes – PVNC, criado em 1994 (Silva, 2021).

O seu sítio eletrônico apresenta a trajetória de prestação de serviços comunitários em “Linha do Tempo”. Nota-se que a Ação mantém parcerias com organismos internacionais de “ajuda humanitária”⁴⁷ ao longo das décadas. O último registro foi publicado em 2018.

1.4.2-B Seção “Pastoral de Favelas (Arquidiocese do Rio de Janeiro)”: “Fermento E Luz”⁴²

A promoção social, premissa do trabalho de evangelização da Pastoral de Favelas, convida o cristão à ação, a atuar como “um estímulo à organização e conscientização da comunidade.”⁴³

A Pastoral:

Presta um serviço aos cristãos engajados, no sentido de conscientizá-los à uma participação mais ativa no bairro e animá-los a ser fermento e luz no meio do povo. O leigo [a atuação do voluntário junto à comunidade eclesial de base] tem a responsabilidade de ordenar as realidades temporais para pô-las a serviço da instauração do Reino de Deus. ⁴⁴

Os agentes externos, não moradores da favela da Rocinha, identificados, na ambiência do trabalho pastoral, como agentes pastorais, “cristãos engajados” ou “leigos” atuavam junto à Comunidade Eclesial de Base que, neste caso em específico, abrangia a favela da Rocinha.⁴⁵ Todavia, consideremos os designados setores progressistas da Igreja. O item documental intitulado “A Política de Intervenção Em Áreas Fave

⁴² Programa de Memória dos Movimentos Sociais, A Pastoral das Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro: Ensaio Sobre O Significado Político, S/D, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PF Past PF002.

⁴³ Id.

⁴⁴ Id.

⁴⁵ Id.

ladas do Município do Rio de Janeiro:1979-1981” historiciza a influência da Igreja Católica, na favela da Rocinha, revelando os mecanismos de mediação, por parte dos leigos, e o retraimento, por parte da comunidade, como sujeitos que se percebem objetos de catequização.

Durante os primórdios do povoamento da Rocinha, o pároco franciscano da Igreja da Boa Viagem, na Estrada da Gávea, coordenava as atividades religiosas e sociais, entre festas, passeios e futebol. Em 1946, as atividades se expandem na mesma proporção da catequese, a partir do convênio com a Fundação Leão XIII, que contava com moradores entre os seus funcionários. Além da escola primária, as atividades educacionais se ampliam para o ginásio e o curso noturno. A Juventude Operária Católica (JOC), a Cúria Legionária, o Grêmio Cultural, o jornalzinho e o grupo teatral geravam núcleos distintos com articulação para além do âmbito paroquial. A direção desses primeiros grupos de trabalho cabia aos moradores que possuíam formação escolar, o que, no contexto da favela, representava um distintivo. Consequentemente dá-se a centralização dos cargos sob a responsabilidade de algumas pessoas, resultando em instabilidade, pois os quadros não se renovaram. Até 1955 a Igreja era a instituição local mais importante. Nesta época as obras assistenciais eram subsidiadas pela Leão XIII, tanto com recursos humanos quanto financeiros. A partir de então, sem o seu apoio, a Igreja se restringiu à função religiosa. Na década de 1960, um novo período de expansão dá início por meio da subvenção da Caixa Assistencial Paroquial e da gestão das atividades paroquiais por um ex-Professor oriundo da Fundação Leão XIII, vindo a fomentar as atividades socio-assistenciais. À estrutura da década anterior foram incluídas atividades recreativas (esportivas, atrações musicais, eventos etc). Ao tornar-se um Clube-Escola, entidade de carácter privado, passa a se autossustentar por meio dos serviços que presta. Obtempera o autor do documento:

As instituições na Favela parecem ter sempre a mesma história. Uma iniciativa surgida por influência de alguém de fora, amparada em moradores que dispõem de recursos e que podem prever vantagens, materiais ou não, ou que podem lhes dedicar seu tempo sem afetar a sua vida diária, ou seja, a obtenção dos meios necessários para sua subsistência.⁴⁶

⁴⁶ Programa de Memória dos Movimentos Sociais, A Política de Intervenção Em Áreas Faveladas do Município do Rio de Janeiro: 1979-1981, 1982, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom TCT TD PRM TCT008.

Centralizando os cargos diretivos ou não, a composição destas equipes era transitória. Assim, complementa, “a duração dessas atividades tem assim uma certa precariedade porque, quando não dão vantagens, aqueles que podem não tem substitutos e quando dão, não querem ser substituídos.”⁴⁷ Em um caso ou outro, segundo esta ótica, tende à ruptura. Porquanto, aponta, se interesses externos penetram a favela, suscitando a exploração econômica, há o revigoramento das realizações.

O financiamento por meio da Caixa foi exitoso e essa célula é apontada como o embrião do protagonismo das obras assistenciais da Igreja. Entretanto, a catequese, distanciada do contexto social no qual se inseriu, entra em decadência, a ser renovada por uma nova proposta de apostolado.

A partir da ruptura de setores da Igreja com o regime ditatorial dos anos 1960 e 1970, o catecismo social se mobiliza por intermédio de grupos de trabalho, revisitados nesta dissertação,⁴⁸ e referidos pelos itens documentais do acervo em pesquisa. Na favela da Rocinha, vinculados tanto à ASPA quanto à Pastoral, ações comunitárias como mutirões, comissões de trabalho e periódicos comunitários são confiados a estes agentes externos, em ação conjunta com os moradores.

No final da década de 1970, os partidos de Esquerda, embora em ilegalidade, com destaque para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), se articulam com as organizações comunitárias, incluindo as associações e as agremiações carnavalescas. Uma carta, naturalmente não datada e assinada, endereçada ao “Movimento Favelado”, por segmentos comunistas, ressalta o fator de convergência entre o comunismo e a lógica dos movimentos populares urbanos. Segundo o documento, o Estado, detentor da prestação de serviços públicos em uma sociedade extremamente estratificada, ao priorizar os grupos hegemônicos, globaliza e politiza a questão urbana, pois massifica a precarização ou a ausência do fornecimento dos serviços públicos. Decorre que as massas populares acabam por se organizarem espontaneamente para buscar a resolução de fatos concretos. Percorrendo esta lógica, os Movimentos Urbanos, mais notadamente, os de Favelas, são intrinsecamente anticapitalistas, pois confrontam a lógica de acumulação capitalista mo

⁴⁷ Programa de Memória dos Movimentos Sociais, A Política de Intervenção Em Áreas Faveladas do Município do Rio de Janeiro: 1979-1981, 1982, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom TCT TD PRM TCT008.

⁴⁸ Vide o tópico 1.4.2, “A Igreja Popular E A Esquerda Católica: 1950-1980.”

nopolista. E prossegue o remetente, “as remoções servem à grande indústria imobiliária, em detrimento dos interesses do povo.”⁴⁹ Desta forma, os “Movimentos Favelados” é uma escola prática de democracia e poder popular a caminho do Socialismo.

A Pastoral de Favelas tem os seus fundamentos na Pastoral Social. Surge em 1976, sob o contexto da Igreja Popular⁵⁰ na igreja de Santa Cruz, presidida pelo padre Ítalo Coelho, paróquia esta cuja obra social se situava no Morro dos Cabritos, em Copacabana, zona Sul da cidade do Rio de Janeiro (Nunes, 1980, p.115).

A iniciativa, que integrara padres, advogados, moradores em favelas e uma diversidade de participantes, primava por proporcionar um espaço de articulação das comunidades e a reativação das associações comunitárias. O pároco promoveu reuniões entre antigas lideranças de favelas e membros da paróquia, buscando auxiliar as comunidades em suas demandas mais imediatas a partir da atuação pastoral da Igreja. A reativação do movimento sociocomunitário se coaduna com um movimento mais amplo no catolicismo latino-americano nas décadas de 1960 e 1970, que culminou na Opção Preferencial pelos Pobres (assunto anteriormente abordado) e tornou a Igreja um ativo participante no processo de redemocratização.

Semelhante à ASPA, os pilares de sua catequização é “a promoção humana como parte integrante da evangelização [priorizando-se] a participação do povo; é um trabalho com o povo e não para o povo [em esforço para] integrar mundos sociais diversos e diminuir os abismos da separação.”⁵¹

A estrutura da Pastoral era composta por:

- assembleias periódicas ao nível dos vicariatos, facultando um espaço de livre participação e expressão das aspirações em vias de serem concretizadas;
- assessoria, conforme as necessidades que surgissem, presididas por comissões, entre as quais: a comissão jurídica, de saúde, o programa de alimentação e de educação;

⁴⁹ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Favelas: A Política dos Comunistas Para O Movimento Favelado, 1981, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom FFRJ012.

⁵⁰ Vide o tópico 1.4.2, “A Igreja Popular E A Esquerda Católica: 1950-1980.”

⁵¹ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. A Pastoral das Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro: Ensaio Sobre O Significado Político. Rio de Janeiro, S/D, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PF Past PF002.

- publicações como referência para estudo e reflexão sobre temas de interesse e da atualidade;
- colaboração com as associações de moradores das Favelas e promoção das mesmas, em comunidades onde não existiam;
- incremento de Comunidades Eclesiásticas de Base e/ou Círculos Bíblicos;
- celebrações litúrgicas da Palavra e da Eucaristia e
- integração com as demais pastorais como, por exemplo, a do Ensino Religioso, do Trabalhador e a da Saúde.

A relevância da Pastoral de Favelas no processo de reorganização do movimento comunitário se justifica pelo fato das frentes de mobilização políticas, como os sindicatos e os partidos políticos, estarem proscritas ou sob severa vigilância até o final dos anos 1970. A Pastoral tornou-se um centro de formação para lideranças que vieram a atuar nas décadas seguintes. Para Itamar Silva, liderança do Santa Marta:

A Pastoral de Favelas era um espaço muito forte de articulação política [e o único]. [...] Como só havia dois partidos, o Arena e o MDB, a Pastoral abrigava todas as tendências. Depois, [...] a gente foi identificando quem era MR-8 [Movimento Revolucionário Oito de Outubro], quem era Convergência Socialista, ... [...] Mas antes, a Pastoral era um espaço em que todos estavam metidos como ativistas (Brum, 2018, p.427).

É interessante observar que, onde não havia associação comunitária, agremiações carnavalescas assumiam como representantes de suas comunidades. Nunes (1980, p.149-150) menciona um bloco carnavalesco, sediado no Morro dos Cabritos (zona Sul) que, como grêmio sociocultural, desempenhava esta atribuição, assessorado pelas obras sociais da paróquia local.

Representatividade: Das Comissões Jurídicas À Negociação Com Aparelhos do Estado



Figura 7: Manifestação em frente ao Palácio Guanabara (sede do governo estadual). Década de 1980
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

O período que se inaugura de maior efervescência política na Rocinha tem como marcos as passeatas em locais públicos e diante do Palácio da Guanabara, sede do governo do estado. Em destaque, a negociação, com as autoridades públicas, pela construção de uma passarela sobre a autoestrada Lagoa-Barra, como ponto de ligação entre a favela e os bairros adjacentes.⁵² Se sobressaem, ainda, as operações Mutirão em prol de melhoramentos urbanos na favela, ações coletivas estas que propiciaram um contato mais direto com os órgãos públicos. Sobre estes atos públicos estratégicos, Eliana Souza Silva, liderança da Maré que esteve à frente da Associação de Moradores e Amigos da Nova Hollanda, na década de 1980, nos esclarece:

Priorizava-se a mobilização dos moradores e a pressão permanente dos órgãos públicos, através das ações coletivas de impacto, como passeatas, atos públicos [...]. Palavras como participação, mobilização, dignidade e luta são emblemáticas do período [...]. Firma-se uma concepção de movimento combativo, crítico ao Estado e agressivo em relação às políticas clientelistas (Brum, 2018, p.415).

Faz-se necessário ressaltar que as mobilizações foram viabilizadas durante “in

⁵² Vide figura 34.

terregnos democráticos”⁵³ (tornando-se, a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), o primeiro órgão representativo dos Movimentos de Favelas. Este tema será abordado mais adiante.⁵⁴

O período de mediação, que primou pela atuação de grupos políticos vinculados à Igreja Católica em parceria com as associações comunitárias, progrediu para a representatividade, conforme se avançava a luta pelo Estado de Direito e pela renovação do associativismo comunitário (1970-1980). No período anterior, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, principalmente a partir do Ato Institucional de 1968,⁵⁵ a mediação das entidades católicas, como a ASPA e a Pastoral de Favelas, tornou-se imprescindível. As associações comunitárias passaram a ser cooptadas pelo poder público e pela Fundação Leão XIII.

Doravante, as demandas sociais da coletividade Rocinha passam a ser negociadas diretamente com os agentes do Estado, independente das entidades representativas.

Quiçá, o estopim para a deflagração da relativa autonomia das comunidades, vindo a configurar em o associativismo orgânico, foi a implementação em 1978, pela Pastoral de Favelas, do Serviço de Assistência Jurídica, conduzido por advogados vinculado à Igreja, dentre os quais Sobral Pinto, Bento Rubião e Eliana Athayde, que atuavam por intermédio das associações de moradores ou organização similar. O objetivo era conferir-lhes instrumentos legais para a conquista da titularidade do terreno e a permanência das habitações. Nesta conjuntura, as comissões jurídicas, ativas na Rocinha, surgirão para a garantia do direito à moradia. Sob a coordenação da Pastoral, a sua principal missão era a de “despertar e organizar as comunidades para lutarem pelos seus direitos, ou seja, despertar e incentivar a conscientização comunitária” (Brum, 2018, p.423-425). Dentre as suas atribuições, competia: “o levantamento de como estava a

⁵³ Em nosso país não tivemos a experiência de um regime democrático de fato e por direito. Recomenda-se Sousa Santos, Mendes (Org.). *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*. Em: *Epistemologias do Sul*. 1ª. edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. Vide o tópico 2.1, “O Surgimento da Colonialidade Interna Republicana E A Consolidação da Colonialidade Global: A Era Vargas E Os Anos 1960.”

⁵⁴ Vide o tópico 2.1, “O Surgimento da Colonialidade Interna Republicana E A Consolidação da Colonialidade Global: A Era Vargas E Os Anos 1960”

⁵⁵ O Ato Institucional nº 5 de 1968 (AI-5) acentuou o processo de suspensão dos direitos políticos e todas e quaisquer garantias constitucionais, dado ao presidente, na época o general Costa e Silva, o controle absoluto sobre os destinos da nação. Lideranças do movimento popular foram presas sem garantia de defesa, torturadas, mortas ou desaparecidas. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ato_Institucional_n.º_5 (Acesso em: 7 de fevereiro de 2022).

questão da posse da terra em cada favela, a assessoria às associações de moradores ou a criação destas onde não houvesse, e a disputa onde elas estivessem sob a influência do chaguismo” (Id., p.425, grifo nosso). O corpo jurídico da Pastoral almejava, ainda, formar comissões jurídicas comunitárias, se possível, composta somente por moradores.

A relevância das Comissões Jurídicas demonstra-se pela instrumentalização por si, evitando-se a remoção de favelas que coaduna com a flexibilização da negociação de pautas políticas com o Estado. Uma vez que as comunidades voltam a representar o eleitorado, na proporção em que a reabertura política avançava, retoma-se o poder de barganha para com as autoridades políticas.

1.4.3 Associação Comunitária União Pró-Melhoramentos E A Federação Representativa



Figura 8: Publicação da associação comunitária UPMMR, Década de 1980
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg Med LDig LVL Pg063



Figura 9: Publicação da associação comunitária UPMMR. Década de 1980.
BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg Med LDig LVL Pg063

As ponderações seguintes se referem às seções documentais “União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha” e “Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro”.

A União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR), em seu estatuto datado de 1961, é denominada como sociedade civil de fins filantrópicos e de caráter apartidário. Caberia à ela “assistir administrativa, cultural e socialmente aos associados” e “defender os [seus] interesses econômicos e sociais.”⁵⁶ Entretanto, cabe a ressalva de que a UPMMR se originou do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A sua atividade-fim, enquanto órgão representativo da comunidade, está previamente expresso no documento referido, incumbindo-se de representar os moradores, junto às esferas governamentais, em suas reivindicações quanto às melhorias estruturais da Rocinha, quais sejam, a “urbanização e a construção de escolas e postos médicos.”⁵⁷

Seguindo o teor da certidão de nascimento da UPMMR, é previsto o convênio com órgãos públicos, privados e de economia mista. A Diretoria deve ser eleita em Assembleia Geral Ordinária, cabendo-lhe a elaboração do Regimento Interno. Silvana Nunes de Araújo Porto assina o estatuto.

A Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ), fundada em 1963 como FAFEG (Federação de Favelas do Estado da Guanabara) que, por sua vez, se originou da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), é: “o órgão estadual de luta e união dos favelados. Através dela as associações de favelas podem desenvolver, em uma só luta, as lutas específicas de cada comunidade que, no fundo tem só um caminho para a sua resolução que está na união de todos os moradores em favelas.”⁵⁸ Este documento, datado de 1978, intitulado “A FAFERJ E A Luta dos Favelados,”⁵⁹ reflete a tônica dos Movimentos de Favelas. Além dos convênios com entidades públicas e privadas, a articulação entre entidades representativas e de defesa de direitos integra a mobilização com os demais movimentos da sociedade civil.⁶⁰

⁵⁶ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Assembleia Geral, 1981, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom UPMR MobAss CD Conv UPMR006.

⁵⁷ Id.

⁵⁸ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. A FAFERJ E A Luta dos Favelados, 1978, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PTV FFRJ IDD FFRJ013.

⁵⁹ Id.

⁶⁰ Assunto a ser abordado no tópico 2.5.2, “A Articulação Entre Os Movimentos de Favelas E Os Movimentos Urbanos.”

A sua atuação destaca-se em se tratando da principal agenda política da UPMMR: a mobilização contra a remoção, pela propriedade dos terrenos ocupados pelos moradores em favelas e o incremento da urbanização.

Segundo Guida Nunes (1980), a União surge apartidária, resultado do amadurecimento da mobilização comunitária e da união de lideranças descrentes com as ações de pessoas e organismos externos às favelas (Nunes, 1980, p.62).

1.4.3-A O Movimento de Favelas: Origem E Marcos Históricos

O movimento associativo enquanto prática de sociabilidade, surgiu nas primeiras décadas do século XX. De cunho recreativo, esportivo, religioso ou político, círculos sociais eram formados pela classe operária que ocupava espaços que viriam a ser classificados como favelas (Costa, 2019, p. 91). Estas agremiações, constituídas na década de 1920, refletem o processo de ocupação da Rocinha. Para além de afirmar laços de sociabilidade entre os seus sócios, permitia a conciliação das diferenças e tensões entre os moradores. Resta investigar como esse processo político-identitário, forjado em redes de solidariedade, pode ter alimentado a mobilização e a luta dos trabalhadores residentes na Rocinha, pela reivindicação de direitos e serviços básicos, inclusive, as de cunho recreativo e religioso que não excluía o político (Id., p.105).

Em relação às favelas cariocas, a par da articulação/tutela em relação ao Estado ou à Igreja Católica, os movimentos comunitários surgiram ao longo das décadas de 1940 e 1970, sendo que a Rocinha foi uma das pioneiras.

A União dos Trabalhadores Favelados (UTF), com sede no Morro do Borel, é fundada em 1954 da resistência dos moradores ao despejo e, durante a sua vigência (permaneceu ativa até o ano de 1965) passou a representar as favelas da cidade do Rio de Janeiro que a ela se filiassem. Progressivamente surgiram núcleos da União em cada favela filiada.

A Jornalista Guida Nunes (1980) recupera esta primeira etapa do movimento associativo de favelas no romance “Favela: Resistência Pelo Direito de Viver”: “a bomba necessária para a criação de um organismo de defesa destas populações explodiu no Borel, no início dos anos 1950 [...]. Espalhou-se a história de que a Seda Moderna havia comprado ... [a área]” (Nunes, 1980, p. 21-22).

A comunidade do Borel foi assistida, voluntariamente, por Atoine de Magarinos Torres, que ficou conhecido como o “Advogado dos Pobres”, quem apoiou a fundação da UTF.

As mobilizações ocorridas em 1954 foi o ensejo para a realização do I Congresso dos Trabalhadores Favelados em 1959. Na mesma década, a lei de proteção aos “trabalhadores favelados” (Id.) não foi contemplada pela Câmara Municipal, todavia, ações de despejo foram evitadas em diversas localidades. Os atos públicos, assim como vê-se na documentação referente à UPMMR, se davam por meio de manifestações diante da Câmara Municipal e do Palácio do Catete, sede do Governo Federal à época. Ainda em 1959 foi fundada a Coligação dos Trabalhadores Favelados da cidade do Rio de Janeiro (CTFRJ) e, mais uma vez, a Rocinha se fez representar. Dentre as suas prerrogativas, além da proteção legal às associações de moradores, estava a de “assegurar aos trabalhadores residentes em favelas e aos lavradores que cultivam terras devolutas, o direito de nela prosseguirem morando e trabalhando, os defendendo contra ações de despejo, derrubadas ou plantações e contra a inviolabilidade do lar.”⁶¹

A UTF, de orientação comunista, buscou unificar as lutas dos moradores em favelas com a luta operário-sindical, à semelhança do que ocorreu na favela da Rocinha, nos anos 1920. A amplitude de articulações era ampla, com a presença de agentes externos que, no caso do Borel e da Rocinha, eram profissionais liberais, militantes sindicais e partidários, especialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, no caso da Rocinha, além do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ressalta-se a militância do Partido dos Trabalhadores (PT). Além da visibilidade junto aos veículos de comunicação, se angaria a ampliação do espaço político. Magarinos Torres, que presidiu a UTF, lançou a candidatura às eleições para a Câmara Municipal, pela legenda PTB, em aliança com o PCB. Embora não tenha sido eleito, aumentou o poder de negociação do Movimento de Favelas junto ao Ministério do Trabalho.

Expandindo a sua abrangência para além do Borel, a UTF passa a congregiar os moradores das demais comunidades (inclusive a Rocinha), em embate contra a remoção e pela desapropriação dos terrenos ocupados pelas favelas. O Morro do Borel não é re

⁶¹ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. O Movimento de Favelados do Rio de Janeiro: Políticas do Estado E Lutas Sociais (1954-1973), 1989, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom TCT TD PRM TCT007.

movido, vindo a tornar-se em o Complexo [!]⁶² do Borel, composto pelas favelas Indiana, Borel e Chácara do Céu, no bairro central Tijuca.

Segundo lideranças, a influência da política partidária encerrou as atividades da CTFRJ, sendo substituída, posteriormente, nesta ordem, pela UTF, FAFEG e, finalmente, pela FAFERJ.

Ao abordar a História do movimento associativo das favelas, é necessário ressaltar que a significativa participação feminina é uma constante. Elas substituíam os seus maridos, ausentes em seus postos de trabalho, quando da ocasião de reuniões e manifestações. A própria ASPA, como observado, surgiu da iniciativa de um grupo de mães moradoras da favela da Rocinha. No final dos anos 1960 e início da década de 1970, o Departamento Feminino da FAFERJ se organizou. Constituído por esposas dos diretores, estavam presentes nas assembleias e fortaleciam o associativismo comunitário. Atuantes, cediam suas moradias para abrigar perseguidos políticos pelo regime ditatorial e se engajavam em atividades relacionadas a melhoramentos urbanos (Santos, 2009, p.158).

1.4.3-B Resistência Ao Regime Ditatorial Civil-Militar E O Diálogo Entre Os Movimentos de Favelas, Operário-Sindical E A Esquerda Brasileira

A FAFEG sofreu influência do movimento sindicalista vinculado ao PCB. Eladir Fátima Nascimento dos Santos recupera esta fase embrionária da Federação. A Jornalista e militante,⁶³ em sua dissertação, destaca a mobilização do Morro de São Carlos do qual surgiu uma das principais lideranças do movimento associativo de favelas, Vicente Ferreira Mariano, presidente da FAFEG e da Associação de Moradores do Morro de São Carlos, entre os anos de 1963 a 1972. A localização geográfica tornou-se um ponto estratégico para o intercâmbio entre operários residentes em favelas e sindicalistas:

A localização do Morro de São Carlos, por sua proximidade com o centro da Cidade, constituía-se em local privilegiado para a moradia de um número considerável de trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, do comércio e da indústria. Muitos desses trabalhadores receberam influências de sindicalistas

⁶² O termo é usualmente adotado para se referir a favelas de grande extensão assim como em “complexo penitenciário.”

⁶³ Vide o tópico 5.4, “‘A Memória É Um Debate Político’: Jornada Trabalho Memorial E Favelas Em Tempos de Ditadura.”

ligados ao Partido Comunista Brasileiro e, em seus locais de trabalho, participavam de lutas sindicais e de atividades políticas, nas quais construíam uma consciência de classe e, sobretudo, uma clara concepção de que se vivia um período ditatorial (Santos, 2009, p.121).

O Depoimento adquire ressonância em relação ao de Agamenon (sobrenome não informado), ex-diretor da FAFEG: “no período da revolução [regime de exceção], a FAFERJ foi praticamente fechada, porém nós nos reuníamos escondidos no sindicato dos metalúrgicos” (Id., p.122).

Irineu Guimarães, ex-diretor da FAFERJ, em entrevista à Eladir dos Santos, observou que nas favelas “sempre existiu discussão política [...] mesmo quando o Brasil vivia uma ditadura” (Id.), o que pode ser constatado pela leitura dos documentos do acervo em estudo. Um fato favorável ao Movimento de Favelas era que os órgãos de repressão desacreditavam do seu potencial reivindicatório, em virtude da visão prescrita pelo estigma de inferioridade. Para as autoridades, os “favelados” não estariam habilitados a questionar a política nacional e lutar contra o regime. O entendimento era de que as manifestações organizadas pelas lideranças se restringiriam a demandas por sobrevivência e, quaisquer ações paliativas para supri-las, como por exemplo, melhoramentos urbanos seria profícuo a sufocar as mobilizações. Descrédito este que propiciou a formação das redes de solidariedade, a viabilizar a conexão entre perseguidos políticos, conforme comenta o ex-presidente da FAFEG, Lúcio de Paula Bispo. A direção da FAFEG era coesa e quando a diretoria executiva foi presa, o Departamento Feminino organizou campanha para arrecadar alimentos e assistir às famílias dos presos. Lideranças se escondiam nas favelas para evitar a sua captura. A tática vigente era sufocar os movimentos sociais aprisionando os seus líderes.

Sobre o aspecto da tortura e a violação dos direitos humanos, há uma maior disseminação, pela historiografia oficial, de que quem a sofreu ostensivamente foram militantes como os do Movimento Estudantil e membros das organizações sindicais e partidárias, mas igualmente ocorreu entre as lideranças de favelas, torturadas e assassinadas que foram. Um segundo subterfúgio de aniquilamento da vida, apontado por Santos (2009), é a própria política de remoção, acentuada durante o governo Carlos Lacerda (1960-65). É sabido que as lideranças eram removidas para locais de modo a dificultar a sua comunicação. Uma vez transferidos, os moradores em favelas se tornaram “moradores de condomínios”, interferindo, assim, em sua identidade como ator político. Ainda

assim, as associações de moradores, filiadas à FAFEG, acabavam por ser extintas, resultando no esvaziamento da Federação. Foi desta forma que as filiadas combativas, as associações das favelas da Catacumba, Praia do Pinto, Ilha das Dragas, Piraquê, Macedo Sobrinho, a da Avenida dos Pescadores e a do Parque Leblon encerraram as suas atividades (Id., p.123). Burgos apud Santos aborda sobre este esvaziamento:

A desfiguração do favelado como ator político é um dos objetivos presentes no “remocionismo”, e seu relativo sucesso deixa um vazio político. Nesse vazio, duas lógicas distintas, porém complementares, se vão impondo: de um lado, o ressentimento gerado pelo “remocionismo” terrorista tende a distanciar a vida social das favelas e dos conjuntos habitacionais da vida política da cidade aí incluídas as associações de moradores; de outro lado, desenvolve-se uma dinâmica clientelista, resultante de uma acomodação pragmática dos excluídos às oportunidades existentes num contexto constrangido pelo autoritarismo (Santos, 2009, p.127).

Movimentos de Favelas E O Comunismo

Arnaldo José dos Santos, Secretário Geral da FAFERJ entre os anos de 1979 a 1983, em cooperação com Eladir dos Santos, relata sobre o seu dossiê, que compõe os fundos (arquivísticos) do Serviço Nacional de Investigação (SNI). Integra, este documento, um relatório elaborado pelo Terceiro Comando da Aeronáutica (III COMAR), sediado no Rio de Janeiro. Segundo consta no “processo subversivo”:

A liderança na FAFERJ vem sendo dividida entre as organizações MR-8 e PCB. Sua atual direção é composta por: presidente IG, MR8; vice-presidente, LPB, PCB; secretário geral, AJS, MR8; primeiro diretor de divulgação, NGP, MR8; segundo diretor de divulgação, RMP, PCB; segundo tesoureiro, JAC; MR8, presidente da mesa, AS, ACO; e, presidente do conselho fiscal JL, PCB (Santos, 2009, p.124).⁶⁴

Em relação à atuação da FAFERJ durante o período de agravamento do regime ditatorial, a Jornalista avalia que oscilou entre um “enfrentamento mais radical” e “atitudes de aceitação à nova ordem”, entretanto, dentre as conquistas mais significativas, conseguiu impedir remoções de favelas:

⁶⁴ As siglas se referem aos nomes e sobrenomes dos diretores da FAFERJ e das organizações políticas as quais eles pertenciam: IG – Irineu Guimarães, LPB – Lucio de Paula Bispo, AJS – Arnaldo José dos Santos, NGP – Nilton Gomes Pereira, JA – José de Arimatéa Campos AS – Altamiro Silva da ACO – Ação Católica Operária, JL, José Lira.

Todas as organizações populares do período da ditadura sofreram intensas perseguições, muitas delas se extinguíram por conta do seu enquadramento nas proibições determinadas pelo Ato Institucional nº 5 [1968]. Para essas entidades foi criado um conjunto de normas e regulamentos coercitivos que tinham como objetivo o retraimento da vida associativa. No entanto, a FAFEG, depois FAFERJ [...] conseguiu atuar nos anos 1970 e 1980 [...]. (Id.).

1.4.3-C “É A Dor Que Ensina A Gente A Gemer,”⁷¹ A Representatividade Sob Disputa: UPMMR *Versus* ASPA

A Pastoral de Favelas surge no final dos anos 1970, conforme previamente abordado, para reativar e fortalecer o associativismo comunitário das favelas cariocas que se encontrava desarticulado por anos de perseguição política e infiltração dos órgãos de repressão junto às bases, a exemplo das Juntas Governativas. O movimento de renovação das diretorias das associações comunitárias, bem como da própria FAFERJ, acirrou disputas internas entre moradores, agentes externos e a própria ASPA e a UPMMR, na Rocinha.

“Eu fui naquela reunião, no Morro da Coroa, pra chapa da FAFERJ, mas [...] vi muita gente de fora querendo que sua ideia prevalecesse” (Nunes, 1980, p.151). O diálogo em destaque reflete a representatividade em disputa entre lideranças orgânicas e agentes externos, demonstrando os limites impostos por moradores, a “pessoas de fora”. Susana, liderança da favela da Rocinha, aborda sobre o assunto:

“No início, foi grande a euforia do povo com o pessoal que vinha de fora. Foi montado o ambulatório, o pessoal começou a trabalhar para reorganizar a associação. [...] Mas depois começamos a questionar que tudo era feito por gente de fora e isso não permitia o aparecimento das lideranças locais” (informação verbal), (Id, p.70).

Em outro capítulo, a jornalista faz menção à disputa pela liderança do movimento associativo entre a UPMMR e a ASPA:

“A Susana [favela da Rocinha] ficou aborrecida quando descobriu o acordo secreto assinado entre a ASPA e a ex-Junta Governativa porque, com ele, a associação ficaria nas mãos do pessoal da ASPA” (Id., p. 129). À época, conforme anteriormente mencionado, a ASPA havia adotado como diretriz ampliar a comunidade para além da cristã, pretendendo estender o seu campo de atuação para toda a favela. Esta nova fase teve como marco a aquisição de uma nova sede, apelidada de Casarão. Em uma reunião da Pastoral Operária, em acordo com Nunes (1980), a rivalidade instaurada entre este

grupo (o do Casarão) e a União foi conduzida gerando críticas à UPMMR cuja coordenação ainda estava comprometida por elementos estranhos à luta democrática que se instaura naqueles anos:

Isso vai tudo contra a gente. Uma comunidade de 200 mil moradores dividida por pessoas [de fora] sem a mínima liderança e espírito comunitário [...]. A associação vende barracos, espaços, expulsa gente do quadro, não deixa que os outros entrem com medo de que votem na oposição, [...] prorroga mandato. E chama o pessoal cristão de comunistas [ASPA], subversivos, bota o DOPS [Departamento de Ordem Política E Social] no meio e escreve cartas anônimas. E agora, elas [UPMMR] resolveram trabalhar com as igrejas batistas e os centros espíritas porque viram que não é fácil controlar o pessoal cristão consciente (Id., p.153).

Estes agentes de fora, segundo Nunes (Id.), apoiava campanhas de políticos do Arena e se pronunciavam em apoio ao governador Chagas Freitas.⁶⁵

No último capítulo da obra, intitulado “Golpe Indefinido”, é ressaltada o clima tenso entre a “convergência, a Igreja e a Esquerda” em um momento (final dos anos 1970) em que a FAFERJ estava dividida entre dois grupos de rivalidade ideológica Este antagonismo resultou em duas federações distintas e a indecisão judicial se prolongou, o que pode se vislumbrar como estratégia para a desestabilização do Movimento de Favelas, por parte do regime ditatorial em declínio. Esta atmosfera é ilustrada pela fala de um sacerdote, o padre Mauro: “fui levado como as esquerdas querem levar a gente. To do mundo tá usando a gente” (Id., p.156).

2. POLÍTICA DE ESTADO, POLÍTICAS DE GOVERNO

2.1 O Surgimento da Colonialidade Interna Republicana E A Consolidação da Colonialidade Global: A Era Vargas E Os Anos 1960

Urbaniza-se? Remove-se?

São 200, são 300, as favelas cariocas?
O tempo gasto em conta-las/ é tempo de
outras surgirem.
800 mil favelados, ou já passa de um
milhão?
Enquanto se contam, ama-se/ em barra-
co e a céu aberto,
novos seres se encomendam ou nascem
à revelia.

[...] Os que são mortos a tiro
São logo substituídos
Onde haja terreno vago, onde ainda
não se ergueu
Um caixão de cimento Esguio (mas
vai se erguer)
[...] sob fumaça de lenha

Carlos Drummond de Andrade

⁶⁵ NUNES, Guida. Favela. Op. cit., p.155.



Fig.10: Remoção na Rocinha. S/D.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

O poema reproduzido acima foi uma contribuição de Carlos Drummond de Andrade ao I Encontro de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, promovido pela FAFERJ, que ocorreu no dia 29 de março de 1981.⁶⁶

2.1.1 A Era Vargas (1930'-1950')

A burguesia industrial brasileira, enquanto força política, surge com a consolidação de novas bases econômicas a substituírem a oligarquia agroexportadora, cuja qual predominavam as elites rurais do Nordeste e os plantadores de café de São Paulo até 1930, sob a supremacia comercial britânica dos últimos vinte e cinco anos do século XIX. Este período, conhecido como República Velha, marcou os primeiros quarenta anos do regime republicano. Rio de Janeiro e São Paulo alavancam o processo de industrialização e urbanização e o conseqüente deslocamento do poder político agrário e comercial do Nordeste para a região Sudeste do país e conseqüentemente, das tradicionais elites agrárias para os novos grupos majoritários, a tornarem-se urbanos. O embate de poderes hegemônicos resulta em acordo, a “Política Café Com Leite”, entre os governadores estaduais de São Paulo e Minas Gerais.

⁶⁶ SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. E Por Falar Em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963-1993): Memória E História Oral. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, 2009, p.148.

A burguesia emergente, representantes da política neocolonial,⁶⁷ preservou os valores tradicionais da elite rural agroexportadora, consolidando-se como uma oligarquia. Todavia, nenhum dos grupos dominantes — a “classe média”,⁶⁸ os setores agroexportadores, a indústria e o sistema financeiro e bancário — impuseram a sua hegemonia política à nação. Do equilíbrio instável das forças econômicas e, diante do cenário internacional fragilizado pela crise capitalista de 1929, deflagrou-se a crise econômica interna, designada como Revolução de 1930.

Durante a ascensão da burguesia, a consolidação da sociedade industrial foi ameaçada por insurgências internas, a exemplo do levante conhecido como Revolução de 1932 e o Integralismo (movimento fascista). Em contrapartida, mobilizações opositoras foram organizadas por grupos subalternizados, como o levante comunista de 1935, a formação da Frente Nacionalista Negra e a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O Estado Novo surge, neste contexto, para assegurar “a infraestrutura socioeconômica para o desenvolvimento industrial.” A supremacia econômica da burguesia industrial é assim garantida, bem como a integração das Forças Armadas ao aparelho administrativo, tornando predominante o discurso nacionalista “identificado com o desenvolvimento industrial privado da nação.” A confluência entre o Executivo e os militares resulta em um aparelho burocrático-militar na gestão do Estado que sofre contínua intervenção das Forças Armadas a fim de apaziguar o conflito de interesses oligárquicos (setor agrário e industrial), o que virá a favorecer o Golpe de 1964 (Dreifuss, 1981, p.21-38).

O processo industrial se caracterizou por substituir as importações, em vista do avanço do conflito na Europa (Segunda Guerra Mundial). A nacionalização da economia oportunizou o empreendedorismo de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como mineração, aço e petróleo.⁶⁹

⁶⁷ Vide o tópico 2.1, “O Surgimento da Colonialidade Interna Republicana E A Consolidação da Colonialidade Global: A Era Vargas E Os Anos 1960.”

⁶⁸ Raça e classe são conceitos, construções sociais, que acionam o dispositivo saber-poder, abordado nesta dissertação, o que justifica o emprego das aspas. Ler Souza, Jessé de. A elite do atraso. Op. cit., p.73-66

⁶⁹ Industrialização de tipo substituição, ou seja, apaziguamento do controle, por parte da colonialidade externa, cujo potencial de influência estava fragilizado em razão do conflito mundial.

Durante o Estado Novo o sistema político foi reestruturado, pois “forças socioeconômicas emergentes, assim como novas demandas sociopolíticas, necessitavam ser acomodadas”. A ideologia populista é incorporada a partir do pensamento corporativista, segundo o qual a estrutura socioeconômica é formada por “grupos econômicos e políticos ‘funcionais’ resultantes de uma divisão de trabalho [...] ‘natural.’” Esta premissa influenciou decisivamente a relação entre o poder público e o modo operante repressivo e coercitivo do regime ditatorial estadonovista contra as organizações e mobilizações populares. Para tanto, o Executivo passa a ter uma postura patrimonial⁷⁰ e, em decorrência, Getúlio Dorneles Vargas torna-se o “Pai dos Pobres”. A repressão ostensiva é utilizada por meio da burocratização das demandas e cooptação dos movimentos sociais por meio do populismo, em específico, do varguismo (Id.).

As disposições a favor (do varguismo) foram: o controle da mobilização política, a partir da criação de uma estrutura sindical comandada pelo Estado por meio dos partidos PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), resultantes da máquina política e, a promulgação das leis trabalhistas (1939) para fixar a remuneração, ao nível de sobrevivência, sem que o aumento da produtividade fosse incorporado ao aumento dos salários e, com isso, inibir a expansão da industrialização capitalista.

Portanto, em meados de 1940, a hegemonia econômica burguesa se reafirmava por meio do nacional-populismo:

O Estado foi projetado e percebido como protetor dos pobres, tendo à frente a figura do paternalista Getúlio Vargas. Após anos de autoritarismo e predominância do Executivo, o populismo favorecia a reentrada em cena do político profissional, juntamente com a participação de industriais e banqueiros em atividades político-partidárias no então reativado Congresso (Id.).

Durante a ditadura nacional-populista, a favela torna-se um “problema”, mas a ser administrado e controlado, ao contrário da década posterior, em que se tornarão contingentes a serem erradicados dos centros urbanos. Para Vargas, “a família constituía a

⁷⁰ Patrimonialismo ou Estado patrimonial (Patrimonialista) é uma forma de organização política onde a autoridade estatal é fundamentada principalmente no poder pessoal exercido pelo governante (ou corporação) sobre suas propriedades. Foi comum tanto nas monarquias quanto nas repúblicas pré-modernas. Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Patrimonialismo#:~:text=Patrimonialismo%20ou%20Estado%20patrimonial%20\(Patrimonialstaat,quanto%20nas%20rep%C3%BAblicas%20pr%C3%A9%2Dmodernas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Patrimonialismo#:~:text=Patrimonialismo%20ou%20Estado%20patrimonial%20(Patrimonialstaat,quanto%20nas%20rep%C3%BAblicas%20pr%C3%A9%2Dmodernas) (Acesso em: 8 de fevereiro de 2023).

célula política de base e a questão da moradia uma questão maior” (Gomes apud Valladares, 2005, p. 50). O regime de Vargas retomou a temática higienista (Reforma Pereira Passos, 1903-1906, aproximadamente) que atribuía a propagação de inúmeras doenças às más condições sanitárias das moradias populares, ensejando na remoção destas das regiões centrais da cidade).

A política (clientelista) municipal, presidida por Pedro Ernesto do Rego Baptista (1931-1934) enfatizou a construção de hospitais e escolas. O enfoque do médico sobre a questão social era pela “ajuda aos pobres”, priorizando-se a “responsabilidade pública com o intuito de reduzir o estigma da inferioridade e da dependência que frequentemente caracterizam o assistencialismo” (Conniff apud Valladares, 2005, p. 50). O prefeito inaugurou uma nova relação com os moradores em favelas, entre 1932 e 1934, intervindo como mediador nos conflitos sobre a propriedade do solo. Em 1933, o Código de Obras foi aprovado pela Prefeitura do Rio de Janeiro durante a sua gestão. Ressalta-se que o seu teor, que permaneceu em vigente até 1970, introduz a questão “favela” no capítulo XV, sob o título “Extinção das Habitações Anti-Higiênicas” (Valladares, 2005, p. 52-53). Em seu artigo 349, prediz:

Art. 349 A formação das favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres, regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.

– 1º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.

– 2º A Prefeitura providenciará, por intermédio das Delegações Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance impedir a formação de novas favelas ou a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas.

– 7º Quando a Prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebre ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dobro (...).

– 8º A construção ou armação de casebres destinados a habitação nos terrenos, pátios ou quintais dos prédios, fica sujeita às disposições deste artigo.

– 9º A prefeitura providenciará, como estabelece o Título IV deste decreto, a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo.

Reproduzo as observações da autora em relação ao teor normativo:

Nesta primeira definição oficial, bastavam dois casebres para formar uma favela. O conglomerado poderia ou não ter uma disposição ordenada, a construção [...] precária e o tipo de aglomeração desenvolvido fora da lei; As favelas existentes crescem por extensão — construção de novas casas — ou por densificação — ampliação das construções existentes; As favelas já funcionam, em parte, como mercados imobiliários: o volume dos aluguéis recebidos é importante o suficiente para chamar a atenção e, tanto se referem ao aluguel da construção quanto ao aluguel do solo; A favela não surge apenas da invasão de terrenos vazios: ocorrem também processos de “favelização” em zonas construídas, através da ocupação de interstícios, pátios, quintais ou jardins pertencentes a imóveis já existentes (Id., p. 53).

Durante a última fase da Segunda Guerra Mundial, (o conflito perdurou entre os anos de 1939 a 1945), aumentou o nível de miserabilidade da classe trabalhadora. Surgem sindicatos independentes do Ministério do Trabalho e se assiste o avanço da Esquerda bem como do PCB. A ideologia do nacional-populismo assegurou um aparente consenso entre os estamentos do poder, entretanto, “expôs a sua relação conjuntural com um pólo de influência transnacional específico, a saber, a subordinação à nação hegemônica, os Estados Unidos”, principal potência político-econômica após o término do conflito mundial (Dreifuss, 1981, p.21-38).

Em 1945 o cenário político-partidário constituía-se pelos recém-criados partidos mencionados anteriormente e a União Democrática Nacional (UDN), um cenário adverso composto por anticomunistas, antinacionalistas e antivarguistas (mais tarde antipopulistas), cuja base eleitoral encontrava-se principalmente nas “classes médias” e que era liderada por profissionais liberais, empresários e políticos.

A passagem do Estado Novo para o nacional-populismo, de orientação corporativista, apesar da tentativa de articulação de interesses das forças políticas resultou em uma conjuntura de suspeição por parte das “classes” dominantes. Ocorre que em razão das práticas varguistas, o governo federal tornou-se carismático e adquiriu um significativo apoio popular, podendo facultar-lhe relativa independência em relação às oligarquias e às Forças Armadas. Ainda assim, segundo o autor, “a estratégia de Getúlio Vargas vinculava o desenvolvimento da economia a um caminho nacionalista e estatizante-distributivo” (Dreifuss, 1981, p.21-38), contrário às ambições dos industriais brasileiros conectados com os interesses das multinacionais. Esse complexo de fatores reverteu na deposição do presidente, em 1954, pelos oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB), apoiados por um alinhamento de forças opositoras constituídas pelas oligarquias rural e industrial, as “classes médias” e os conglomerados multinacionais. Composto

por executivos de multinacionais e uma rede tecno-burocrática infiltrada na gestão do país, os interesses “associados”, representantes do capital estrangeiro, foram endossados pelos ideais antipopulistas (ou antivarguistas) e modernizantes dos militares e da classe financeira-industrial local, em oposição à pressão popular.

A coligação oligárquica industrial-multinacional obteve destaque como oposição durante o último governo de Vargas, iniciado em 1951, com ampla maioria dos votos. O golpe de Estado, em 1954, interromperá o mandato repercutindo no suicídio do presidente deposto.

Durante a sua última administração, sintetiza Dreifuss (1981), Getúlio Vargas tentou impor uma política nacionalista de desenvolvimento capitalista, em uma combinação de empresas industriais estatais e privadas, contrariando os interesses multinacionais que retomavam a sua influência sobre a economia brasileira após a retração provocada pela Segunda Grande Guerra. Estes oligopólios:

Tentariam agressivamente mudar essa situação, juntamente com interesses locais que temiam a ascendência política de Getúlio Vargas e, com forças reacionárias acuadas com as medidas sociodemocráticas com as quais o Presidente parecia ameaçá-las. Derrotado por outro golpe, em sua carta-testamento denunciou a conspiração antinacional de forças reacionárias apoiadas por interesses imperialistas (Dreifuss, 1981, p.21-38).

2.1.2 As Esferas Militar E Civil do Golpe Civil-Militar Sessentista

As Forças Armadas, a classe média burguesa, assim como a classe empresarial brasileira constituem os pilares para a eclosão do Golpe de Estado que instaurou a ditadura civil-militar na década de 1960. Retomo o período predecessor ao Golpe de Estado, em 1964, para analisar a constituição emblemática do poder Moderador republicano e da Esfera Pública Burguesa e os seus domínios sobre a opinião pública, a reverberar em um dispositivo de saber-poder. Para obter êxito em minhas conjecturas, previamente faz-se necessário definir a dinâmica social da sociedade brasileira, forjada na “viralatice” (Souza, ano) e as tensões sociais sobrepostas.

2.1.2-A O Pacto Antipopular da Colonialidade Brasileira: A Constituição da Esfera Pública Burguesa

“Como a classe social só é percebida como fato econômico, [...] isso equivale a simplesmente não compreender coisa nenhuma sobre as classes.” (SOUZA, 2017, p.85).

No capítulo “Os Conflitos de Classe do Brasil Moderno”, Jessé de Souza (2017) nos apresenta as classes sociais a comporem o viralatismo, ou, a colonialidade brasileira. A estratificação social, marcadamente racializada, escancara a falácia que corresponde ao mito da democracia racial.⁷¹

Por agora, consideremos que se referem a práticas discursivas (em analogia à Foucault), inscritas em uma episteme branca-colonizadora para a conservação do privilégio de quem as enuncia, a atender à manutenção do pólo positivo em contraponto ao negativo, o qual, *o índice de colonialidade*⁷² escalona. Neste terreno, o da linguagem, fiquemos atentos ao surrupiar das subjetividades, restritas à “classe” ou “raça”, que escamoteiam o racismo estrutural e estruturante: “as contradições e os conflitos centrais de uma sociedade são sempre relações de dominação entre classes sociais, desde que [...] não reduzamos as classes à mera dimensão econômica” (Souza, 2017, p.84). Um parêntese: as classes não são homogêneas, a exemplo dos setores divergentes, os conservadores e os progressistas da Igreja Católica, ou, as divergências identitárias entre as categorias sociais, na Rocinha, distinguidas por Lygia Segala, antagonismos abordados nesta dissertação.

Meritocracia, como um desses discursos legitimadores da linguagem normativa hegemônica, diz respeito ao pertencimento de classe que se relaciona com a opinião pública e a esfera pública, dimensões significativas para vislumbrar o que seja a viralatice e o padrão de dominação societário vigente. Retoma-se Jessé!

Mérito é a palavra-chave a nos invocar o seguinte impulso argumentativo. No tópico 2.1.2-A, “O Pacto Antipopular da Colonialidade Brasileira: A Constituição da Esfera Pública Burguesa”, perfazemos as classes sociais, em sua relação de domínio, em que os grupos majoritários, desde os primeiros anos da República, se caracterizam por uma oligarquia, quer seja agrária, quer seja industrial, não distributiva, de acentuada concentração de renda. Estrutura social quinhentista que, ao longo das sucessões dos regimes (colonial, imperial e republicano) se manteve de tal modo compulsório que para as gerações sucessivas tornou-se tão hercúleo quanto ilícito o trânsito entre as classes sociais instauradas, ao longo das políticas de governo. A estrutura político-econômica é

⁷¹ Vide o tópico 5.7.2-A, “Quilombos E Favelas: Fronteiras Étnico-Demográficas No Decurso do Tempo.”

⁷² O índice é tão mais severo na proporção em que a pessoa “acumula” características que a discrimina/racializa. Interseccionalidade.

de tal forma elitista e predatório que, ao longo de gerações, em relação a grande maioria das biografias, o pobre menos o miserável não consegue constituir capital cultural e meios materiais para sobrepujar a sua classe. Nem sequer aspiram a tal perspectiva, dado o seu contexto de vida: no limite da sobrevivência. Precede-lhe o descrédito (ontológico, associado à racialidade) e a instabilidade, ao mérito:

As classes sociais, pela força da transmissão familiar [sob o regime do apartheid brasileiro], vão reproduzir, por sua vez, capitais que serão decisivos na luta de todos contra todos pelos recursos escassos. Quem luta são os indivíduos, mas quem predecide as lutas individuais são os pertencimentos diferenciais às classes sociais e o seu acesso ou obstáculo típico aos capitais que facilitam a vida” (Souza, 2017, p.90).

Dessa forma, os “pertencimentos diferenciais” seculares demarcam pertencimentos de classe cujo mérito se origina de condições favoráveis inscritas em privilégios de classe, resultantes de um processo histórico que remete, a pelo menos, à nossa certidão republicana. Ou seja, mérito, nenhum! Quiçá, a meritocracia no âmbito da democracia que exclui a soberania popular, se faz presente.

A ilicitude, a que me referi anteriormente, se relaciona com o pertencimento de classe. Insta no reconhecimento dos privilégios sociais, por parte de quem os possui, de tal modo que os reconhece como hereditários, à semelhança de um regime de castas. Os valida moralmente, na mesma proporção que concorda com a pobreza, a lhes ser próprio, como que em uma leitura funcional ou cooperativista das interrelações sociais.⁷³ Em suma, é uma desrazoabilidade que responde à expressão “cada macaco no seu galho”. Decorre que toda injustiça, injúria ... toda ação que amplie esse abismo social é aplaudido, em dados casos distorcido ou acobertado pela opinião pública, pelo princípio de que cada um tem o galho que merece.

A discussão central é problematizar a opinião pública, contaminada por discursos dessa natureza, que acionam o racismo estrutural e a atuação da esfera pública como um dispositivo de saber-poder (sob a acepção foucaultiana).

Classe é um conceito que remonta à distinção econômica, pois que integra uma nomenclatura racista, a linguagem como um dispositivo. Por agora, nos limitemos à esta

⁷³ Ver doutrina cooperativista no tópico 2.1.2-B, “O Estado Cooperativista E O Poder Moderador”

percepção economicista, que nos leva a vislumbrar os embates sociais. Sob esta acepção, quais seriam as classes sociais, na sociedade brasileira contemporânea, que disputam pelos “recursos escassos”? (Id., p. 85).

A definição marxista é comparada à concepção liberalista de classe. Esta “se concentra na mera diferença de renda, [...] leva em consideração a distribuição e o consumo. Enquanto a leitura [...] dominante na Esquerda [...] concentra-se na produção e na ocupação” (Id., p. 87). Jessé desdobra o conceito, argumentando que o aspecto positivo na ênfase na produção e na ocupação permite equalizar produção e renda, fatores que predeterminam a “luta de classes” marxista.

Os embates sociais, ou a “luta de classes”, em nosso arcabouço social, é travado pelas frações da classe média contra a classe trabalhadora desqualificada e ainda inclui a “ralé de novos escravos” (Id., p.107), a massa indigente, composta pelos excluídos do processo produtivo, em grande maioria descendem dos africanos escravizados e dos povos de origem (as etnias indígenas brasileiras). Mão de obra subqualificada, analfabetos, semianalfabetos de letramento ou de acesso a bens culturais e educação que repercute em cognição crítica, submetem-se a precárias condições de trabalho, quando não, sob condições “análogas” à escravidão. Não há política de Estado que os qualifique. Políticas de inclusão social são adotadas, a depender de governantes que primam pelo bem-estar social, tradicionalmente, de orientação de Esquerda. Assim são classificados os moradores em favela ou os trabalhadores que ocupam os postos de trabalho ou subempregos. Comumente são quantificados, nas estatísticas oficiais, como nem-nem, os que nem estão empregados, nem estudam, como se fosse uma condição inerente, imutável. A classe trabalhadora regida pelo capitalismo financeiro é progressivamente precarizada, tanto em perdas salariais quanto a garantias trabalhistas.

Acima de todos, intacta, a “elite do atraso” ou a “elite da rapina”, que por meio da rapinagem e da conseqüente concentração de renda, estrutura e conserva, com a sua viralatice, o viralatismo conjuntural:

A elite dos proprietários mantém seu padrão predatório de sempre [...]. Os grandes latifundiários aumentavam a sua terra e riqueza pela ameaça e pelo assassinato de posseiros e vizinhos, como, aliás, acontece hoje. Nada muda significativamente com a elite do dinheiro de hoje que compra o Parlamento, sentença de juízes, a imprensa e o que for necessário [...]. O que importa é garantir o saque ao orçamento, a rapina das riquezas nacionais como sócio menos do capital estrangeiro [...] para a maior exploração possível do trabalho. (Id., p. 107-108).

A soberba quanto ao pertencimento de classe da elite da rapina difere o ódio inaudito contra a “ralé”, assertivamente “ralé”, como a oligarquia brasileira concebe as classes pobres:

Com a ralé dos novos escravos [...] o mesmo ódio covarde devotado ao escravo, não apenas pela exploração do trabalho a preço vil, mas a humilhação diária, o desejo e a alegria com assassinatos e massacres, a recusa de tolerar qualquer melhora nas suas condições.” (Id., p. 108).

Entretanto, a maior perversidade deste sistema de castas, que o conserva infinitamente, tornando-nos vulneráveis a golpes de Estado, é a marionete, sob a alcunha, de classe média. A qual, “forma um pacto antipopular comandado pela elite dos proprietários” (Id., p.108).

Marcelo Badaró Mattos, em seu artigo “As Bases Teóricas do Revisionismo: O Culturalismo E A Historiografia Brasileira Contemporânea”, aponta que a partir das décadas de 1970 e 1980, se empreendeu uma renovação em relação às referências da Escola dos Annales⁷⁴, francesa, e do materialismo histórico marxista:⁷⁵

Identificado como determinista, economicista, totalitário em sua ambição totalizante, estreito em seus horizontes de análise, teoricamente enrijecido e incapaz de dialogar com a empiria sem impor-lhe conceitos e explicações teóricas preestabelecidas [...]. (Mattos, 2014, p.83).

A historiografia brasileira contemporânea, afirma Mattos (2014), destituiu o conceito de “classe”, “luta de classes” e “pertencimento de classe”.⁷⁶ Prioriza-se conceituações como “cultura política” em associação a “ação política” (Cardoso apud Mattos, 2014, p. 83-84). As pesquisas são embasadas na História Política com ênfase no culturalismo, ou seja, no “papel alargado da cultura [em superação] à velha ‘história’ política com seu foco na ‘alta política’ das ‘elites’” (Fontes apud Mattos, 2014, p.85). A abordagem sobre o trabalhismo, abordado no tópico 5.7.2-C,

⁷⁴ A Escola dos Annales foi fundada a partir da reunião de um grupo de historiadores em torno da publicação da Revista Annales d'histoire économique et sociale em 1929 e de um projeto que visava o combate à história que prevalecia naquele momento, hegemonicamente positivista. Se destacou por incorporar métodos das Ciências Sociais à História.

Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1301271961_ARQUIVO_Consideracoes_sobre_Anales.pdf

^{75/76} Vide o tópico 5.1, “O Paradigma Pós-Moderno E A Historiografia Brasileira”.

“Valhacoutos de Bandidos”⁷⁷, “Negros Fujões”⁷⁸ E “Favelados”: “A História Que A História Não Conta”⁷⁹ das Mobilizações Políticas), exemplifica este carácter interdisciplinar.

Para Mattos, cultura é:

O conjunto de atividades, representações sociais e códigos de comportamento que forma as crenças, ideias e valores socialmente reconhecidos por um setor, grupo ou classe social. Estes padrões comportamentais surgem das experiências económicas, políticas e [sociais] dos indivíduos e dos grupos, que os expressam por meio da linguagem [...]. (Mattos, 2014, p.91).

A apreciação da cultura política possibilita compreender os fatores de agregação social de uma sociedade, desde um indivíduo, passando por grupos políticos, determinante (esses agrupamentos) para a constituição compartilhada de uma leitura “do passado e do futuro” (Id., p. 86) e, por conseguinte, a formação do ser político e histórico.

Define Mattos apud Cardoso cultura política (2014, p. 85), as associações desde extratos sociais à sociedade (se eximindo de limitar-se a uma visão totalitária), cada qual com a sua cultura política, e em diálogo, empreendem um sistema de representatividade autónomo. E complementa a definição: “cultura política é um conjunto de referências, mais ou menos formalizadas [...] e mais ou menos difundidas na sociedade. Ela não é homogênea e sofre transformações temporais e espaciais [...]”. (Gomes apud Mattos, 2014, p.87).

Concordo em parte, com o autor, pois que as relações sociais, diga-se interracialis, persistem enquadradas ao critério sociocultural e económico. “Classe” é um conceito baseado na racialidade, entretantes está enraizado na organização social brasileira. Apesar de propor cultura política como uma “identidade coletiva” (Mattos, 2014, p.91), suscita a seguinte indagação: há como a historiografia repudiar ou contornar concepções tais como “classe”? Atualmente, os coletivos comunitários em favelas e, a convivência entre agentes externos, agentes comunitários e moradores militantes, na favela da Rocinha durante as décadas de 1970 a 1980, são exemplos de agregações sociais horizontais (a par dos conflitos internos). Entretanto o que se observa cotidianamente, na grande maioria dos casos, são relações mais verticalizadas do que horizontais. O ódio à “ralé” e

^{77/78/79} Nascimento, 2021, p.162

ao proletariado ainda balizam a estratificação societária por classes, haja visto, em diligente exemplo, os veículos midiáticos e as redes sociais, em que primam discursos de ódio banalizados como liberdade de expressão. Relações primadas por identidade étnica ou identificação entre grupos sociais distintos, creio, pertencem a um processo em curso. Ademais, a transformação social condicionada a movimentos e a organizações sociais, a reunir numerosos contingentes de associados ou filiados, ou mesmo, em torno de um ou mais líderes alçados a revolucionários ou heróis, ao que parece, se encerrou no século XX. A representatividade exercida por pequenos núcleos em torno de pautas sociais nos parece mais ajustado aos dias de hoje, cujas ambições se concentram na necessidade de expressar a sua realidade (social), o fortalecimento de vínculos internos e iniciativas locais de promoção social. E acrescentaria, sujeitos políticos marginalizados organizam-se independente da macrorealidade (o que seria a sociedade ou a nação), em consonância com o seu lugar social, “pleno de normas e valores”, ou seja em razão de toda um cultura local (Id., p. 85-86). O Estado ou a “luta de classes”, a exemplo das favelas e demais regiões periferizadas, lhes são antagônicos.

Seguramente pode se considerar que convivem, em um mesmo cenário, ambos os sistemas de representatividade e que os grupos políticos subalternizados são investidos de ação política circunscrita aos seus respectivos territórios, a qual se amplia progressivamente por meio dos instrumentais de comunicação virtual.

A saber, considerar que a centralidade na cultura política, para traduzir a heterogeneidade das relações interraciais/sociais no contexto brasileiro, composto por identidades étnicas diaspóricas e demais culturas extremamente segregadas, deveras ser adotado em carácter complementar. Entretanto, os seus pressupostos atualizaram a historiografia brasileira ao paradigma pós-moderno contemporâneo e fez surgir a conceituação que corresponde ao “materialismo cultural” a interpretar o “materialismo histórico” marxista, sobre o qual abordaremos no tópico 5.1, “O Paradigma Pós-Moderno E A Historiografia Brasileira”.

A Esfera Pública Burguesa E, A Opinião Pública Como Um Dispositivo do Saber-Poder

Dotados de uma função estratégica dominante, os veículos de comunicação, com atuação sobre a esfera pública burguesa, é um dispositivo de saber-poder, pois ao determinar a opinião pública, reveste de legitimação discursiva o poder político alta-

mente concentrado em uma elite econômica. O principal alvo de normatização-regulamentação é a classe média. Se a biopolítica (o racismo de Estado) lhe facultar acesso à produção de riqueza e bem-estar na proporção em que sustenta o Estado, torna-se, naturalmente, o principal alvo de manipulação ideológica. Diz-se Estado consorciado ao Mercado e aos grandes proprietários (rurais e urbanos), em suma, os estamentos do viralatismo (colonialidade interna) que querem conservar o seu capital social e a sua concentração de renda, assim como ampliá-la progressivamente.

Sendo assim, a mídia, cuja influência massificada se dá, principalmente, pelas emissoras de rádio e televisão, e pelos portais eletrônicos e redes sociais e, apesar de cada vez mais secundário, por meio da imprensa escrita, além da digital. O monitoramento digital, atualmente, diante da voracidade por se estar conectado a todo tempo, regula o consumo, a ética, a estética e, o primordial: a opinião pública. No entanto, a violência simbólica e material é estrategicamente direcionada, afirma Souza (2017) de modo distinto, na esfera pública: “o domínio da elite sobre a classe média é simbólico e pressupõe convencimento. O domínio sobre as classes populares baseia-se, ao contrário, mais na repressão e na violência material” (Souza, 2017, p.115).

Vale ressaltar que a violência simbólica igualmente é dirigida às camadas populares por meio da “inteligência nacional”. A epistemologia, as expressões de cultura e a própria imprensa, produz conteúdos que repercutem o racismo e o preconceito social. A manchete que noticia a “Guerra do Tráfico” ou “Guerra na Rocinha”³ reflete o uso da linguagem para tanto. O racismo étnico-cultural repercute no ser social como um todo e se trata de uma violência simbólica e sistematizada, assunto sobre o qual pretendo abordar no tópico 3.2, “Poder, Saber E Subjetivação: O Racismo Étnico-Cultural (Estrutural)”.

Diante do exposto, a esfera pública é de tal modo vulnerável como instrumento de manejo político arbitrário, a naturalizar conceitos e *status* como meritocracia e perencimento de classe, (os quais são recíprocos em sua atuação, a se tornar, simbolicamente, um quarto poder do Estado (e seus consorciados), para além do Executivo, Legislativo e Judiciário, presidido pela Mídia, (em carácter conjuntural, no domínio da opinião pública).

A vulnerabilidade desta mesma classe média ensejou a legitimação ao golpe, civil e militar, a que designou Revolução.

2.1.2-B O Estado Corporativista E O Poder Moderador

A Escola Superior de Guerra (ESG), consorciada às multinacionais e associados (representantes das empresas estrangeiras infiltrados na política nacional), por intermédio das Forças Armadas, dota a política brasileira de um perfil tecnocrata-corporativista, cuja visão é a equiparação do Estado ao Mercado. O desenvolvimento industrial seria alicerçado, em plena Guerra Fria, pelo dogma americano de “construção nacional”:

A ESG encorajou [...] normas de desenvolvimento associado a valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não políticas (Dreifuss, 1981, p.80-82).

A ideologia empresarial importada, era embasada na “construção nacional” e na governança cooperativa, que adequou-se com êxito à cultura político-econômica brasileira, tradicionalmente oligárquica e autoritária, resultando em uma urbanização/industrialização conservadora nos anos 1968 a 1973, que ficou conhecida como “Milagre Econômico”. Dreifuss (1981) define como doutrina corporativista, uma sociedade cingida entre “elite” e “massas”:

Baseado na aceitação de premissas sociais, econômicas e políticas [...] esse sistema de ideias [...] encontrava a sua “razão de ser” em relações supostamente permanentes e mesmo naturais de posse e “apropriação privada.” Essa linha de pensamento excluía teoricamente e evitava praticamente qualquer transformação estrutural (Id.)

A doutrina de Segurança Nacional capacitava, por meio da instrumentalização da opinião pública, o autoritarismo político:

As Forças Armadas, imbuídas da ideologia de ordem e progresso, foram agregadas ao esforço de crescimento industrial, em um processo de desenvolvimento inspirado por interesses transnacionais e direcionados pelo Estado, onde os militares forneciam a ação orientada por critérios de eficiência e a muito necessária legitimação, ambas exigidas pela ideologia da “segurança nacional” (Id., p.76).

Segundo Dreifuss (1981), “os industriais e tecno-empresários, ligados à estrutura multinacional, transmitiam e recebiam treinamento em administração política e objetivos empresariais na ESG” (Id.).

Parte dos oficiais das Forças Armadas, para além da ideologia da “ordem e progresso”, desde a década de 1950, além de integrarem as agências tecno-burocráticas estatais ou conselhos de diretorias das corporações multinacionais, eram acionistas.

A convergência ideológica entre os militares brasileiros e o empresariado, sob os auspícios do desenvolvimentismo e da Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei n. 314, de 13 de março de 1967), resultaram em dois acordos de relevo. O código regulamenta sobre o que considera ameaça à segurança nacional contra a subversão da lei e da ordem em território nacional, o que representou um instrumental para a repressão contra civis e grupos dissidentes ou contrários ao regime ditatorial. O primeiro acordo militar, em 1952, entre o Brasil e os Estados Unidos, foi a Lei de Segurança Mútua, segundo a qual era necessário encorajar: “a eliminação de barreiras e de se proporcionar incentivos para um aumento constante na participação da empresa privada no desenvolvimento dos recursos dos países estrangeiros” (Id., p.79). Seguiu-se diversos acordos bilaterais (entres aqueles países), dentre os quais, o Programa de Assistência Militar (PAM) e o Acordo de Assistência E Defesa Mútua.

Tamanha parceria, incluiu viagens de brasileiros aos EUA, para minucioso treinamento (Id., p.78-79).

A ESG, como responsável pela cooperação entre civis e militares, suscitou, no Exército, um poder de arbítrio em relação aos demais estamentos da elite político-econômica, uma espécie de poder moderador (que não o imperial, à época de D. Pedro II):

Um dos resultados da íntima cooperação entre civis e militares e entre as Forças Armadas dos Estados Unidos e do Brasil e seus serviços de segurança foi a crescente convicção, dentro do Exército, de que eles deveriam desempenhar um papel de “moderadores” nos conflitos entre facções das classes dominantes (Id.).

Na prática as forças militares reacionárias foram fortalecidas e o desfecho foi o Golpe de 1964.

2.1.3 Os Anos 1960: Período Pré-Golpe de 1964

No início da década de 1960, durante o governo populista-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o JK (governo federal, 1956-1961), ocorreu a incorporação definitiva da colonialidade global⁸⁰ aos aparelhos do Estado, conforme o pro

⁸⁰ Vide o tópico 2.1, O Surgimento da Colonialidade Interna Republicana E A Consolidação da Colonialidade Global: A Era Vargas E Os Anos 1960

cesso de industrialização se consolidava, representada pelas multinacionais e associados, a consistir em um “poder paralelo”.⁸¹ O capital transnacional que, conforme anteriormente abordado, tomou a Escola Superior de Guerra como o seu núcleo de penetração na política brasileira, se infiltrou no aparelho burocrático estatal em definitivo. Por intermédio de funcionários de alto escalão, passaram a proporcionar-lhes condições políticas favoráveis de modo a interferir em assuntos de Estado e, por conseguinte, assegurarem diretrizes econômicas alinhadas com os interesses das multinacionais.

Posteriormente, entre os governos JK e Jânio Quadros, o que prosseguirá no período posterior ao Golpe de 1964, estes diretores de companhias sediadas no Brasil, passaram eles mesmos a ocupar cargos centrais na administração pública, tornando-se em tecnocratas, em ação política direta dos oligopólios transnacionais. Eram economistas, engenheiros, administradores, etc, Estes tecno-empresários introduziram a internacionalização da economia. Representantes dos interesses multinacionais e associados, divergiram do grupo hegemônico local, o Estado populista-desenvolvimentista e a oligarquia industrial.

Além do capital econômico, detinham o capital cultural, compondo escritórios de consultoria tecnoempresariais durante o governo JK, o que irá evoluir, ao longo da década de 1960, para projetos de cooperação internacional e parcerias como a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) etc. Entidades e agências tecnocráticas são criadas para suprir a política econômica de desenvolvimento industrial internacionalizado Juscelino Kubitschek, como o Banco Nacional de Desenvolvimento, BNDE (atual BNDES) e a Escola Superior de Guerra (ESG), que subsidiarão o Plano de Metas do Executivo.⁸² Escolas de administração pública e de empresas par a criação de um know-how administrativo, entre as quais, o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), o Escritório de Planejamento Econômico E Social (EPEA), embrião do Instituto de Planejamento Econômico E Social (IPEA), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) entre outras (Dreifuss, ano, p. 75-77).

⁸¹ Vide o tópico 2.1.3, “Os Anos 1960: Período Pré-Golpe de 1964”

⁸² Vide o tópico 2.3.1, “SAGMACS E A Escola de Chicago: Favelas, Campos de Intervenções Administrativas Ou Comunidades de Base”

Com a opinião pública sob domínio, a supremacia ideológica refletia no “controle oligopolista do mercado ... [que neste período significava] uma abordagem empresarial para os problemas do desenvolvimento e a colocação propriamente dita de tais problemas em termos capitalistas” (Id., p.73). Na época estava em voga as teorias do subdesenvolvimentismo e terceiro-mundismo.⁸³

Finalmente, os interesses multinacionais e associados estavam fortemente representados por um corpo técnico-militar, o empresariado militar e técnico-empresários civis no início da década de sessenta. Em 1962, entidades como a ESG e quadros do IBRE e FGV, constituíram parte da estrutura política dos aparelhos ideológicos dos interesses estrangeiros em ataque massivo contra os setores políticos e o Executivo, simpático às causas trabalhistas. Quando não, tomavam parte de atos políticos organizados pela burguesia para derrubar o regime, incluindo a manipulação da dita classe média (Id., p.77). Os Grupos de Ação IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) exemplifica esta dominação por vias indiretas.

A ação direta das multinacionais e associados, junto ao Executivo, ao legislativo, aos governos estaduais e demais quadros de governança, criou grupos de mobilização política para exercer o controle ideológico sobre a opinião pública. É neste contexto que surge o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ao findar a década de 1950.

O IBAD interveio em assuntos eleitorais, nacionais e regionais, apoiou parte do sindicalismo e movimentos estudantis.

O capital financeiro internacional (as multinacionais e associados) apoiaram, em 1961, o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, em sua campanha eleitoral de investidura para o maior cargo do país.

O cenário de embate político compunha a oligarquia industrial, consorciados com o “governo paralelo” colonialista e a resistência da mobilização operário-sindical que negociava as suas pautas políticas junto ao Congresso. Em resposta, haja visto que era necessário ter o comando político da administração do Estado, o presidente João Goulart (governo eleito após a gestão de JK) é destituído para a ascensão de Jânio Quadros à Presidência da República (investido no cargo por sete meses). Líder de um bloco

⁸³ Ver desenvolvimentismo.

nacional-reformista, Goulart (governo federal, 1961-1964) ameaçava frontalmente a estratégia global das corporações multinacionais.

A deposição de Goulart, mediante o Golpe de Estado de 1964, é apoiado pela burguesia industrial, para propiciar a internacionalização da economia:

Os principais técnicos e administradores das companhias instaladas no Brasil eram responsáveis imediatos pela combinação de fatores econômicos e direitos que afetaram a produção. Esses técnicos e administradores não possuíam grau algum de autonomia e não eram propriamente parte da burguesia oligopolista multinacional, mas representavam-na (Dreifuss, 1981, p.21-38).

2.1.3-A Carlos Lacerda E A Política de Erradicação das Favelas

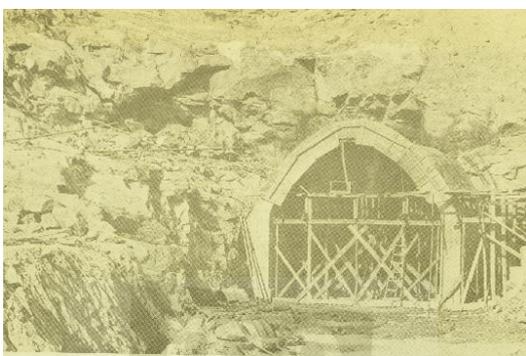


Figura 11: Túnel Dois Irmãos em construção.
1970-1971

Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg
MEd LDig LVL Pg063



Figura 12: Parque Municipal da Catacumba, Rio de Janeiro. S/D. Disponível em:

https://riotur.rio/que_fazer/parque-natural-municipal-da-catacumba/

Governador do estado da Guanabara entre os anos de 1960 a 1965, assume de forma incisiva a perspectiva de eliminar as favelas do centro da Cidade, da zona Sul e do bairro da Tijuca, transferindo seus habitantes para os conjuntos habitacionais em regiões isoladas da cidade.

Malgrado o jornalista, enquanto candidato, incrementara ações que pautaram pela urbanização das favelas em detrimento da remoção. A estratégia de Carlos Lacerda deve ser vista no contexto da política nacional brasileira no período que precedeu ao Golpe (1964), no início dos anos 1960. Interessado na Presidência, o ex-jornalista radical julgou oportuno seguir uma linha mais conservadora nesse período.⁸⁴

Lacerda já havia sido intimamente ligado à Igreja Católica e ao seu chefe da ala

⁸⁴ Wikifavelas. Disponível em: wikifavelas.com.br/index.php/Favelas_e_Comunidade_Pol%C3%80%93A_partir_dos_anos_1960 (Acesso em: 22 de fevereiro de 2023).

Direita no Rio de Janeiro, o cardeal Câmara, apoiando pautas favoráveis à entidade secular durante o seu mandato como deputado federal. Lacerda assegurou a candidatura de Quadros à Presidência da República, em 1959, pela UDN. O próprio Lacerda obteve a vitória sob a mesma legenda. Dessa forma, chegou ao poder com o múltiplo apoio, por um lado, da ala Direita da Igreja e dos interesses corporativos de grandes empresas e, por outro, de um certo populismo derivado das posturas de Quadros desde a campanha eleitoral. As próprias declarações do candidato primaram pela reforma administrativa e por maiores benefícios ao povo.⁸⁵

Sob o discurso de apoio às massas populares convidou o sociólogo José Artur Rios para presidir o setor de serviços sociais. A sua campanha era a favor da permanência das favelas e contrária aos parques proletários.⁸⁶

Seria efetuada a desapropriação dos terrenos conferindo, a posse, aos moradores em favelas. O remanejamento de famílias viabilizaria a urbanização em etapas. Como Coordenador, Rios, por meio do Serviço Especial de Recuperação de Favelas (SERFHA), era favorável a articulação com as associações comunitárias para o incremento do plano de urbanização, vindo a assessorar na formação delas onde não havia. Reuniões com líderes comunitários eram promovidas para relevar as prioridades de cada favela. No início da gestão Lacerda-Rios, o governo disponibilizou recursos técnicos e material de construção para o erguimento de equipamentos comunitários em regime de mutirão. Em 1962, o Sociólogo perde o apoio de Lacerda, então governador eleito, que o substituiu por Sandra Cavalcante.

Mais tarde, Sandra Cavalcanti, que havia sido a primeira Secretária de Serviços Sociais de Lacerda, estando à frente da presidência do Banco Nacional da Habitação — BNH (instituição financeira criada pela lei 4.380, de 21 de agosto de 1964), a política de erradicação das favelas adquiriu amplo apoio econômico e institucional.

Em consonância com programas governamentais, da esfera municipal, estadual e federal, agências, órgãos interventores e secretarias públicas, além de uma legislação

⁸⁵ Id.

⁸⁶ Moradias provisórias (1940'). "Os Parques Proletários Provisórios foram a primeira política pública visando dar solução ao "problema" da favela. (...) O interventor do Rio de Janeiro começou a transferir os moradores da Favela do Largo da Memória (ou Favela do Leblon) para o Parque Proletário Provisório nº 1, na Gávea". Wikifavelas. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Parques_Prolet%C3%Alrios. (Acesso em: 22 de fevereiro de 2023).

restritiva, vieram a concretizar o escopo administrativo-burocrático que radicalizou o tratamento dispensado às associações comunitárias e aos moradores em favelas.

Entre 1946 e 1960, foram criados órgãos na esfera federal, estadual e entidades que mantinham parceria com as entidades públicas, visando efetivar a política de habitação e de remoção na então Capital Federal. São eles as fundações Casa Popular e Leão XIII (Arquidiocese do Rio de Janeiro), inauguradas, respectivamente, em 1946 e 1947, a Cruzada São Sebastião (Arquidiocese do Rio de Janeiro), em 1955, e o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas, SERFHA, (1960). A Fundação Leão XIII, em 1962, passou de órgão vinculado à Igreja, à autarquia do Estado, vinculada à Secretaria de Serviços Sociais (SSS).

À frente da implementação das políticas de remoção e urbanização, destacou-se ainda, entre secretais e fundações, a Secretaria Municipal de Planejamento (SMP), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), o Fundo Rio, destinado ao financiamento de pequenos projetos sociais em favelas e, a Secretaria Municipal de Obras. Estas entidades públicas, por meio de projetos, mantinham convênios com fundos internacionais, entidades locais e regionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Fundação Municipal de Desenvolvimento (RIOPLAN) e a Fundação Para O Bem-Estar do Menor (FUNA-BEM).

2.2 A Colonialidade Global: EUA E A Política de Intervenção Em Favelas

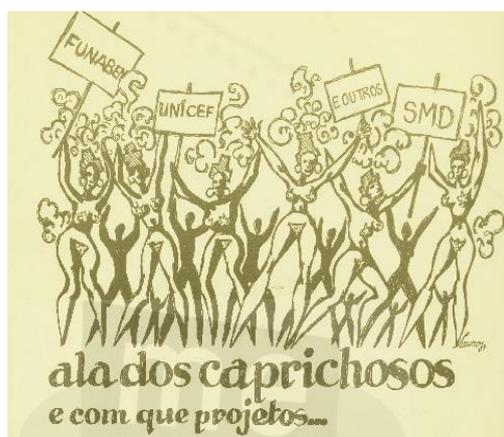


Figura 13: Ala dos Caprichosos. Década de 1980.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd
LDig LVL Pg063

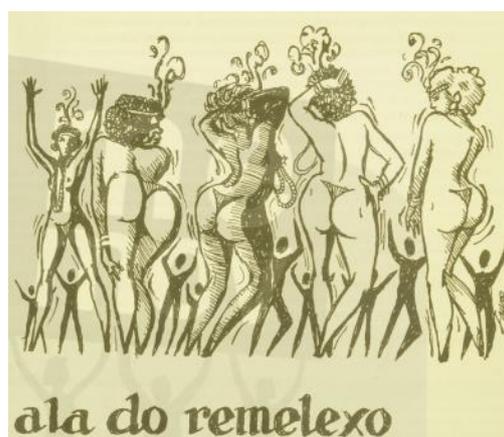


Figura 14: Ala do Remelexo. Década de 1980.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA
Pg MEd LDig LVL Pg063

Durante os primeiros anos do governo Carlos Lacerda, fase pró-urbanização, com Artur Rios presidindo a SSS, é criada a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), formada por jovens arquitetos, planejadores, economistas e sociólogos com recursos da Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A iniciativa objetivava: a urbanização das favelas, a concessão da posse legal da terra, preservando os moradores próximo aos locais de trabalho, a melhoria dos serviços públicos comunitários e a construção de casas, mediante financiamento a longo prazo e a juros baixos, inclusive a compra de material de construção. O programa incluía, ainda, a demarcação e a pavimentação dos principais logradouros e, a instalação de água, esgoto e energia elétrica (Nunes, 1980, p.95).

Com o passar do tempo, a CODESCO tornou-se uma simples imobiliária e as suas atividades se encerraram no início da década de 1970 (Id., p.101). Do planejamento inicial, que previa a urbanização das favelas Brás de Pina, Morro União e Mata Machado, a Companhia urbanizou a primeira e, parcialmente, a segunda.

A CODESCO funcionou durante um breve período. Programa de habitação participativa, adaptado aos recursos e julgamentos dos moradores em favelas, não viria a favorecer os interesses da indústria da construção civil, tampouco do BNH e das demais instituições financeiras, além da falta de apoio do governo federal.

Com a criação da Companhia de Habitação Popular (COHAB), em 1962, inicia uma era de erradicação das favelas, tanto na esfera estadual quanto nacional, apesar dos objetivos expressos oficialmente serem a assessoria para reformar, construir e urbanizar. A criação de uma autoridade de construção habitacional de baixo investimento poderia sugerir que seria para o fim de empreendimentos a baixos custos e em grande escala. No entanto, foi propagado, à época, que a Construtora teria surgido para arrecadar um aporte considerável de investimentos por meio da Aliança Pelo Progresso, acordo bilateral Estados Unidos-Brasil que, a partir do Fundo do Trigo destinava recursos a programas direcionados às favelas cariocas.⁸⁷ A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que coordenava os recursos, destinara, ao orçamento do estado da Guanabara, uma soma significativa isenta de tributação. Essa observação é de

⁸⁷ Wikifavelas. Disponível em: wikifavelas.com.br/index.php/Favelas_e_Comunidade_Pol%C3%DTica_%E2%80%80%93_A-partir_dos_anos_1960 (Acesso em 24 de setembro de 2022).

de especial interesse em vista da criação do Conselho Federal de Habitação, em 25 de junho de 1962, pelo governo Goulart (Decreto Federal n. 1, 281, 1962).

A Fundação Leão XIII, que durante o governo Carlos Lacerda tornou-se um órgão estatal semiautônomo, veio a ser subordinado à SSS assim como a COHAB, o Departamento de Recuperação de Favelas e o antigo Serviço Social. A Fundação passa a ser responsável pelo planejamento urbano, reconstrução das habitações, administração e aplicação das linhas de orçamento, pelas atividades técnicas e sociais relacionadas à habitação e à urbanização do estado do Rio (Brum, 2012, p.58-59). Coube-lhe, ainda, bloquear a “ameaça comunista”, embora tenha tido que negociar (a sua ação) diante da consciência de classe adquirida pelas lideranças locais.

A era do extermínio dos “aglomerados subnormais”, ou, das “habitações anti-higiênicas,” erradicação das favelas ainda contou, a partir de 1964, contou com a subsidiária da Leão, a Bemdoc Brasil-Estados Unidos – Movimento para o Desenvolvimento e Organização de Comunidades. De curta duração, encerrando as suas atividades em 1966, foi incorporado pelo SERFHA e pela Coordenação de Serviços Sociais, dirigida por Artur Rios. A Fundação Leão XIII deveria fornecer sede para a parceria, incluindo pessoal de secretaria e padres, manutenção de veículos e equipamentos e, controle fiscal, inclusive, se responsabilizar pela manutenção de contas e todas as operações do projeto. Em relação à questão financeira, a USAID alocava fundos ao Bemdoc que financiaram melhorias em favelas que, por sua vez, eram propagadas como autopromoção. O governador Negrão de Lima, por exemplo, em 1966 utilizou-se deste expediente, quando precisou consolidar sua posição política na Guanabara pela deposição dos cargos de liderança e do corpo administrativo de Lacerda, angariando apoio das favelas.

A extinção do projeto deveu-se pela incompatibilidade de interesses entre a USAID e a Fundação. Não interessava, à entidade brasileira, prosseguir como um projeto piloto, estendido a poucas comunidades, mas sim, ampliá-lo, a constituir-se em uma operação política vindo a suprir as suas pretensões populistas. Além disso, contribuiu para o encerramento das atividades, a dissonância que emergiu com a eleição de 1965, entre o governo militar cada vez mais controlador e repressivo, e o governo de oposição da base populista de Negrão de Lima, que havia sido eleito pela coalizão PTB-PSD. Por volta dos anos 1960, este era o único governo, nominalmente de oposição, que estava legalizado no Brasil.

A Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM), fundada em 1968, sob a gestão de Sandra Cavalcanti, Secretária do Serviço Social do governo Lacerda, impulsiona o processo de remoção e expropriação de terrenos, o que foi intensificado com a consolidação do Regime Ditatorial Civil-Militar, mais notadamente, a partir da promulgação do Ato Institucional (Nº 5, 13.12.1968). Na prática, a CHISAM passou a coordenar os processos de remoção, a COHAB se manteve como a construtora das moradias para onde as famílias seriam removidas e, a operação de expulsão estava sob a responsabilidade da SSS. Ao Banco Nacional de Habitação cabia o financiamento do sistema.

Portanto, no estado da Guanabara, na mesma época, observou-se duas diretrizes opostas em relação às favelas — o BNH-COHAB-CHISAM *versus* a CODESCO.

A política remocionista, promovida pelo consórcio BNH-COHAB-CHISAM é executada em clima de grande tensão e sob forte esquema policial. Durante o período, a COHAB, subsidiada pela USAID estadunidense, construiu os conjuntos de Vila Kennedy, Vila Aliança, Vila Esperança e iniciou a edificação da favela Cidade de Deus.

A Vila Kennedy é assim nomeada em razão do ex-presidente dos Estados Unidos John Kennedy (1961-1963), com o qual o Brasil firmou a Aliança Pelo Progresso. Por meio deste programa de cooperação internacional, aquele país passou a controlar as diretrizes econômicas e sociais da América Latina, tendo como modelo a sociedade urbana industrial estadunidense, além de manter a sua hegemonia ideológica contra o bloco comunista,⁸⁸ frente ao êxito da Revolução Cubana em 1961⁸⁹ (Brum, p.54-55, 2012). Este modelo modernizador importado repercutiu no combate às favelas no Rio de Janeiro. Sob o contexto da Guerra Fria⁹⁰ havia o temor de que os moradores de fave

⁸⁸ O Bloco Soviético, ou, o bloco comunista (socialista ou bloco do leste), foi uma aliança político-econômica liderada pela União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS). Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bloco_de_Leste (Acesso em: 16 de fevereiro de 2023).

⁸⁹ A Revolução Cubana foi um movimento armado e guerrilheiro que culminou com a destituição do governo do ditador Fulgencio Batista, em 1 de janeiro de 1959, pelo Movimento 26 de Julho, liderado pelo guerrilheiro revolucionário Fidel Castro. O apoio soviético, depois do movimento armado, enfatizou o seu caráter anticapitalista e antiamericano para posteriormente alinhar o país com o chamado bloco socialista. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Cubana (Acesso em 16 de fevereiro de 2023).

⁹⁰ A Guerra Fria (1940'-1990') foi um conflito (em dadas ocasiões armado) geopolítico e ideológico, pela hegemonia mundial, entre a União Soviética (países comunistas-socialistas) e os Estados Unidos e seus respectivos aliados (países capitalistas), após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Fria (Acesso em 16 de fevereiro de 2023).

las viessem a aderir ao comunismo, como se constata no relatório da Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS): “há favelas em que os comunistas são fortes e seu apoio ou oposição podem decidir o voto da maioria [...] Este [o comunista] aproveita os motivos gerais de agitação na favela, como faz em todos os meios” (Brum, 2012, p.56).

Durante o governo de Francisco Negrão de Lima (esfera estadual, 1965-1971), a COHAB recebe verbas do BNH que prossegue com a política de varredura de áreas favelizadas para a periferia da cidade, apoiado, na instância federal, pela CHISAM.

As Comissões de Eletricidade (ou Comissões Luz) e a Administração Regional da Rocinha foram entidades locais implementadas para exercer um maior controle sobre as lideranças, por parte do governo estadual, durante a gestão de Negrão de Lima,⁹¹ sob o alarde da “ameaça” comunista. As associações de moradores, por decreto, passaram a ser subordinadas à Secretaria de Serviços Sociais (SSS) e, suas diretorias, substituídas por Juntas Governativas eleitas por aquela Secretaria. Conseqüentemente, o espaço de negociação e mediação das bases faveladas, junto aos grupos políticos, foi amplamente comprometido. O decreto N. 870, 15.06.1967 determina que todas as atividades, estatutos, eleições e balanços financeiros deveriam ser apreciados pela SSS. Na Rocinha, a Fundação Leão XIII impunha uma Junta Governativa (Nunes, 1980, p. 77).

Os programas que promoveram a remoção de favelas só aumentaram o seu contingente, uma vez que os seus ex-moradores não conseguiam pagar as prestações, além dos gastos com transporte para o deslocamento até os postos de trabalho, pois ser removido representava guetificação. Tendo em vista a segregação social, comumente retornavam aos seus locais de origem ou aos locais mais próximos de onde moravam anteriormente (Nunes, p.70, 1980).

A gestão do prefeito Israel Klabin (1979-1980), priorizou iniciativas em conjunto com as entidades de atuação nas favelas. A linha de intervenção institucional das secretarias públicas era sobre o “problema” das favelas e não sobre as causas, a nível mais estrutural, afeitas ao governo federal. Quanto à posse da terra, recomendou-se a alteração do Código de Obras para legalizar as comunidades mediante o reconhecimento como área de interesse social, limitadas, em um primeiro momento, a terrenos públi

⁹¹ Sobre as Comissões, vide o tópico 4.3, “Favela da Rocinha, 1950-1990: As Conquistas Sociais”.

cos do município. A concepção de urbanização reporta às melhorias de infraestrutura que eram estimuladas pelas operações Mutirão, subvencionadas e geridas pelas organizações comunitárias.

Nos anos 1970, a Rocinha passou a ser alvo de pesquisas e projetos por parte das Secretarias de Estado. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) elegeu esta comunidade para a divulgação de sua política de urbanização pelos seguintes motivos: pela sua reconhecida experiência acumulada de trabalho comunitário; a pressão das ações reivindicatórias dos moradores através dos grupos de trabalho e de suas lideranças; o domínio público dessas iniciativas através dos meios de comunicação; os contatos pessoais e a cumplicidade política dos grupos de trabalho comunitário, por intermédio da Pastoral de Favelas, para com os técnicos das equipes da Secretaria de Desenvolvimento Social; a necessidade de legitimação da SMDS junto às favelas e aos Movimentos de Favelas, fazendo-lhes concessões e explorando situações exemplares de impacto; a localização estratégica do morro, na Zona Sul da Cidade, facilitando a difusão das iniciativas e, finalmente, a possibilidade de uma contrapartida eleitoral para o grupo político que gerenciava institucionalmente o conjunto desses projetos.

2.3 As Favelas Como Pesquisa de Campo

2.3.1 SAGMACS E A Escola de Chicago: Favelas, Campos de Intervenções Administrativas Ou Comunidades de Base

Para compreender como programas governamentais foram implementados sob forte influência da cooperação internacional, é necessário considerar o contexto político-econômico do pós-guerra. Os Estados Unidos da América, país vencedor da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tornou-se a maior potência capitalista global. A intervenção administrativa dos EUA, sobre as políticas públicas de habitação voltadas para territórios favelizados, é decorrente, em parte, das consequências deste conflito, tornando a economia brasileira dependente da americana e, conseqüentemente, redesenhando os pólos da colonialidade (domínio cultural-econômico). Doravante sob a hegemonia europeia (Europa Ocidental), o Brasil torna-se subalternizado aos EUA a partir das décadas posteriores ao conflito. A questão colonialidade será contemplada pelo tópico 3, “O Processo Identitário dos ‘Sujeitos-Forma’: As Colonialidades Global E Brasileira.” Por hora, examino as nuances desta intervenção que sofreu o protagonismo de atores inter-

mediários, ligados a setores da Igreja e às ciências sociais. Em se tratando de consultoria e cooperação internacional, há de destacar a atuação do padre-sociólogo francês Louis-Joseph Lebret e a Peace Corps (Voluntários da Paz) e, a contribuição do sociólogo Artur Rios que integrara o governo de Carlos Lacerda.

A produção de conhecimento sobre as favelas, nos anos 1950, enquanto não havia se tornando um “problema nacional” e objeto de política federal, irá situá-las como comunidades de base. O Peace Corps, assim como organismos internacionais, entre os quais a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização das Nações Unidas (ONU), A Organização das Nações Unidas Para A Educação, A Ciência E A Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas Para A Infância (UNICEF), serão autorizados a operar como campos de intervenção administrativa, sob o domínio teórico do subdesenvolvimentismo e do terceiro-mundismo. Em certa medida, estes organismos se aproximarão do voluntarismo paternalista, ou *caritas*, de setores da Igreja Católica, a exemplo da Fundação Leão XIII.⁹² De uma forma ou de outra, a convergência entre estes atores em destaque era relacionar investigação científica e atuação em campo de pesquisa além da cooperação por meio de universidades brasileiras.

Esses dois grupos, que poderiam ser designados (cautelosamente), como de Esquerda ou progressista (Lebret, Rios e a escola francesa) e de Direita (Peace Corps e a escola americana) influenciaram, nas décadas seguintes, o planejamento urbanístico voltado às favelas.

Entre os anos 1950 e 1960, é estabelecida a representação das favelas como comunidade e a inauguração de um verdadeiro trabalho de pesquisa de campo, mobilizando os métodos das ciências sociais. Do ponto de vista da abordagem metodológica, os pesquisadores retomam e desenvolvem as investigações do final do período anterior, quando os primeiros recenseamentos constituíram as pioneiras coletas sistemáticas de dados. Em contrapartida, a visão da favela como elemento da sociedade urbana muda de forma bastante nítida.

O Contexto Político do Subdesenvolvimento

Fatores políticos e econômicos afluíram de modo a transformar a percepção

⁹² Vide o tópico 2.1, “O Surgimento da Colonialidade Interna Republicana E A Consolidação da Colonialidade Global: A Era Vargas E Os Anos 1960.”

sobre a favela. Após a Segunda Guerra Mundial, tanto no Brasil quanto no conjunto da América Latina, a retomada do crescimento econômico acelera o crescimento urbano, e o afluxo dos migrantes rurais para as cidades contribui para intensificar o crescimento das favelas, tornando mais aguda a questão da moradia para as classes populares. Essa retomada ocorre em meio ao panorama do desenvolvimentismo⁹³ (cujo apogeu foi entre 1956 a 1960). Teoria marcada pelo papel central de um Estado planificador, seja no campo econômico, seja no plano territorial, foi traduzida no Brasil, por exemplo, pelo advento da construção de Brasília, inaugurada em 1960. Ao contrário da política de Vargas, o desenvolvimentismo marca a abertura internacional em um contexto em que as questões de aporte ao desenvolvimento e a evolução da cooperação internacional estão submetidos em virtude da Guerra Fria — às complexas injunções no tocante às relações internacionais. Para extirpar o subdesenvolvimento, técnicos e cientistas estrangeiros tornaram-se bem-vindos para proporem soluções inovadoras aos problemas de um Brasil em pleno desenvolvimento. Desta forma, na medida em que as ciências sociais se mobilizaram, assim o fizeram complementando ou prolongando ações que constituíram intervenções políticas sobre as favelas. Especialistas estrangeiros, realizando pesquisas de campo ou implementando ações concretas, redescobrem as favelas, estabelecendo importantes colaborações (Valladares, 2005, p.74-75).

O Padre Lebret E A Économié et Humanisme

O padre Lebret foi fundador do movimento internacional Économié et Humanisme, que propunha:

A elaboração de um conhecimento científico da economia humana a partir da cidade, do bairro e das associações locais; a construção de instrumentos de pesquisa ao mesmo tempo monográficos e estatísticos, apoiados em uma nomenclatura dos fatos sociais; a afirmação de uma ética fundamentada em uma comunidade de base: a família, o grupo profissional, a vizinhança ou o bairro; a intenção de desempenhar um papel intermediário entre um Estado burocrático e uma população sem representantes (Astier & Laé apud Valladares, 2005, p.84).

⁹³ Política econômica que se baseia na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com a participação ativa do Estado como base da economia. No Brasil, foi adotado por regimes autoritários, durante o Estado Novo (1930'a 1940') e no período correspondente ao Milagre Econômico (1970'). Wikipédia. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Novo_\(Brasil\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Novo_(Brasil)) (Acesso em: 15 de agosto de 2022).

Durante a sua estadia no Brasil, convidado pelos dominicanos brasileiros, entre 1947 e 1965, introduziu o pensamento da *Économie et Humanisme* por meio do curso de Introdução Geral à Economia Humana, por intermédio da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), onde se reuniram quadros da alta administração, engenheiros, médicos e membros da elite católica paulista. Este curso resultou na instalação do escritório de planejamento da SAGMACS que adotou o modelo da SAGMA criada na França em 1946. Ao contrário da sociologia da USP, mais teórica, o enfoque da sociologia aplicada da ELSP, originária da Universidade de Chicago, era o trabalho de campo. Os brasileiros, seguindo o modelo americano, dedicaram-se a numerosos estudos sobre comunidades em várias regiões do Brasil (Valladares, 2005, p.79-82).

É apontado por Valladares (2005) a grande importância do padre Lebert na formação de uma geração de planejadores paulistas nos anos 1950.

No Rio de Janeiro, o religioso descobriu as favelas cariocas por meio do padre Secondi, cuja paróquia era uma capela localizada no Morro da Babilônia, comunidade de Copacabana (zona Sul). Dom Hélder Câmara se tornou aliado do padre-pesquisador Lebert. A orientação teórico-política de ambos eram compatíveis, de modo que a SAGMACS de São Paulo foi convidada pelo primeiro, em 1947, para pesquisar sobre o habitat operário. Os princípios da *Économie et Humanisme* seriam assim aplicados às favelas:

Deveriam [as favelas] ter direito à uma representação política, deixando de ser um simples espaço de intervenções administrativas [...] para se transformar em comunidades de base nas quais a família seria a célula fundamental, e a vizinhança uma garantia de coesão social. Além disso, a ideia de comunidade permitia que indivíduos isolados fossem associados ao grupo [...]. A noção de comunidade tem tudo para descrever (...) a democracia participativa (Astier & Laé apud Valladares, 2005, p. 85, grifos nosso).

Estes pressupostos se coadunam com os da Pastoral de Favelas, que irá surgir no final da década de 1970.

Nos anos 1960, estando à frente do escritório carioca da SAGMACS o sociólogo José Artur Rios, que virá a presidir a coordenação da Secretaria de Serviços Sociais durante o governo Carlos Lacerda (estado da Guanabara), lhe será confiado o estudo socioeconômico sobre as favelas que veio a ser publicado pelo jornal Estado de São Paulo. Integrou a equipe de pesquisa, além de Rios e o padre Louis Joseph Lebert, o Etnólogo Carlos Alberto de Medina e o Arquiteto Hélio Modesto, com o apoio de Dom Hélder Câmara (Valladares, 2005, p.89).

As Repercussões do Relatório da SAGMACS

Valladares (2005) avalia a repercussão do relatório da SAGMACS, publicado no suplemento de um jornal de grande circulação. Além de ter reverberado sobre a opinião pública, os debates políticos sobre a favela influenciaram gerações de sociólogos e pesquisadores. Metodologia e temáticas foram incorporadas. O diferencial foi o reconhecimento das especificidades das favelas em lugar de uma visão padronizada, em se tratando de realidades heterogêneas em relação à sua origem e diferenciações internas. Valladares elenca as questões que se tornaram objeto de debate a partir de então:

A relação [da favela] com o processo de urbanização do país; a relação com o processo histórico do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro; os avatares do mercado e das políticas de moradia [...] o perfil sociodemográfico da população local; a vida cotidiana na favela, a vizinhança, a vida religiosa, a medicina popular, a escola na favela; a delinquência e a criminalidade (2005, p. 101-103).

No que se refere ao procedimento metodológico, que combina a análise dos dados estatísticos disponíveis, a observação e o estudo de caso tornou-se um modelo amplamente referenciado. Por exemplo, a abordagem estatística da SAGMACS foi a primeira a realizar uma comparação dos dados dos recenseamentos sobre as favelas e a sua população com as informações coletadas sobre os demais habitantes de bairros da cidade do Rio de Janeiro, o que em seguida será encontrado em inúmeros trabalhos e não tão somente em relação às favelas.

A renovação da representação das favelas, proposta pelo relatório, resulta no convite, por parte do então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, para que Artur Rios coordenasse o Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e das Habitações Insalubres (SERFHA), atuação anteriormente mencionada neste trabalho. O sociólogo se tornou uma referência internacional em relação às pesquisas sobre as favelas, assim como a SAGMACS. Artur Rios foi investido no cargo de professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) até se aposentar.

2.3.2 Peace Corps E A Teoria do Desenvolvimento Comunitário

Programa oficial da política externa norte-americana, o Peace Corps foi idealizado durante o governo Kennedy, com vistas a renovar a relação entre os EUA e o de-

signado Terceiro Mundo. Como estratégia diplomática, o objetivo era difundir um ideal humanitário por meio de jovens recrutados, para melhorar a imagem do país que se deteriorara durante os anos de 1960, a década da Guerra Fria. Tanto quanto a agência USAID, iniciativa contemporânea ao Peace Corps, era necessário, sobretudo, combater o avanço comunista na denominada América Latina, em um momento histórico em que a recém instauração do governo revolucionário cubano, em 1959, tornou-se um referencial histórico para o continente americano (América, excetuando os EUA).

Os estadunidenses se voluntariaram em regiões rurais e urbanas dos classificados países subdesenvolvidos. Dentre os pré-requisitos para que o candidato fosse aprovado, estavam: a maioridade, possuir formação superior (a maioria que residiu no Brasil era formada em ciências sociais) e ser receptivo à cultura local, em um meio diverso do seu, oriundos que eram das “classes” média e alta norte-americanas. O missionário deveria partilhar do cotidiano da comunidade, “era preciso viver como o outro para sentir as suas dificuldades, para demonstrar envolvimento e engajamento” (Valladares, 2005, p.105). Nos anos 1960 e 1970, a teoria do desenvolvimento comunitário⁹⁴ era considerada, pela maioria dos organismos internacionais de cooperação, como a perspectiva mais apropriada para qualquer ação junto a populações empobrecidas, fossem rurais ou urbanas. Desta forma, o Peace, propagava como missão a assistência a grupos sociais empobrecidos de modo a se organizarem e promoverem, eles próprios, o seu desenvolvimento.

O número total de voluntários enviados para o Nordeste e Centro-Oeste, entre os anos de 1961 a 1981, foi cerca de 6 mil (Hoffman apud Valladares, Id, p.106). Dentre estes, trinta foram alocados, com o auxílio da Prefeitura do Rio, no Morro do Borel, Tuiuti, Salgueiro, Morro Azul, Ruth Ferreira, Vigário Geral, Roquete Pinto, Morro do Estado, favela da Rocinha e Jacarezinho.

⁹⁴ Segundo esta teoria, as comunidades locais possuem, elas próprias, recursos que, sendo mobilizados, podem solucionar as suas demandas sociais (Mainwaring, 1989, p.260). “Após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a difundir o Desenvolvimento de Comunidade (DC). A ONU aliou-se aos Estados Unidos para combater o avanço do socialismo, ambos acreditavam que as comunidades pobres eram mais suscetíveis às propagandas comunistas que as sociedades ricas”. “A proposta oculta do DC para os países subdesenvolvidos era de caminhar em direção aos países industrializados, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do capitalismo.” PINTO, Adenilda Couto B. “Desenvolvimento local: a comunidade como coparticipante”. Revista Brasileira de Planejamento E Desenvolvimento, V. 3, no 1, Agosto, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/3589-20684-1-PB.pdf> (Acesso em: 11 de setembro de 2022). Relaciona-se ao tópico 2.2, “A Colonialidade Global: EUA E A Política de Intervenção Em Favelas.”

A sua ação efetiva se iniciaria pelo diagnóstico, elencando as prioridades locais para atuar.

O treinamento destes voluntários, ainda em solo americano, era orientado por uma visão homogênea da favela e uma linha de ação universalista, resultando no desconhecimento da realidade local. Valladares alude, esta preparação deficitária, à ignorância típica da perspectiva ‘missionária’ da intervenção social” (2005, p.112). Consequentemente, depararam-se com um cenário sociopolítico que desconheciam: a máquina burocrática brasileira; a densidade das redes de vizinhança; organizações informais para garantir o fornecimento dos serviços urbanos; a exemplo da mobilização coletiva por meio dos regimes de mutirão, vindo a se surpreenderem com as técnicas locais de “engenharia” e “urbanismo”; depararam-se com grupos políticos em situação de conflito, etc. Diante da complexidade conjuntural, os residentes estrangeiros acabaram optando por objetivos mais modestos. Alguns concentraram os seus esforços em programas de vacinação e prevenção de doenças, outros se dedicaram essencialmente a cursos de ensino profissional e de inglês.

Como as favelas reagiram à presença dos Peace Corps?

A primeira necessidade dos Voluntários da Paz era ser aprovados pelas comunidades, seu campo de trabalho. Pouco a pouco eles se familiarizaram com as favelas, com a geografia dos becos, descobriram a história de sua ocupação e tomaram conhecimento da trajetória de algumas famílias com as quais mantiveram um convívio mais próximo. No entanto, o trabalho de desenvolvimento comunitário deveria se dar com a concordância quanto às prioridades da ação a ser realizada. Muitos moradores sabiam que a organização produzia relatórios regularmente e mantinha relações com o Consulado Americano, o que os tornou suspeitos. Havia boatos de que eram agentes do Serviço de Inteligência Estadunidense (CIA). O período em que permaneceram nas favelas correspondeu ao recrudescimento do regime ditatorial, após o Golpe de Estado de 1964. Consequentemente tiveram que se submeter a um cenário político desfavorável, no qual remoções eram empreendidas indiscriminadamente. Além disso, eventos contemporâ

neos como a Guerra do Vietnã⁹⁵ e a Revolução Cubana em nada amenizaram a sua imagem. Em diversas favelas já existiam associações de moradores bastante atuantes e que mantinham acordos com diversas instâncias. A teoria do desenvolvimento comunitário era conhecida das assistentes sociais brasileiras desde os anos 1950 e, no âmbito da administração municipal, elas haviam favorecido e, até mesmo, impulsionado a criação de tais associações, compartilhando com os membros da Igreja Católica o controle da assistência social direcionada a estas populações. Com a chegada dos Peace Corps, um novo ator entrou em campo, competindo, naturalmente, para um embate (Id., p.100).

A Antropologia Comparativa de Anthony Leeds E Os Peace Corps

Os Peace Corps não obtiveram êxito como agentes de desenvolvimento comunitário, conforme o planejamento inicial. Para os alunos dos cursos de Antropologia e Sociologia, uma das opções que restaram foi se incorporarem, como observadores participantes, ao projeto do Professor da Universidade do Texas Anthony Leeds (1963-1972). Os favoreciam o fato de residirem em favelas, falarem o Português e terem estabelecido uma rede de relações. Como Antropólogo urbano, Leeds foi influenciado pela Escola de Chicago:

Suas influências principais foram Kroeber e Marx, além da corrente da ecologia evolucionista da Antropologia americana, a partir das quais ele teria desenvolvido uma orientação [...] atento à abordagem ecológica e à questão do poder (Sanjek apud Valladares, 2005, p. 112).

Leeds era crítico em relação à tese da “cultura da pobreza” e da “teoria da marginalidade”. Desde então, os voluntários se integraram ao estudo sobre a pobreza urbana na América Latina, ingressando em campo de pesquisa que englobou diversas favelas cariocas. O Etnólogo era adepto à tradição americana, tanto da pesquisa de campo quanto dos estudos de caso, privilegiando a Macroantropologia e, conseqüentemente, evitando-se a generalização a partir de uma comunidade como referência para a investigação

⁹⁵ No Vietnã é designada como Guerra de Resistência contra a América (Estados Unidos), que perdurou de 1955 até 1975, entre o Vietnã do Norte e o do Sul. O exército norte-vietnamita era apoiado pela União Soviética, China e demais aliados comunistas, enquanto os sul-vietnamitas eram apoiados pelos Estados Unidos, Coreia do Sul, Austrália, Tailândia e demais nações anticomunistas, cenário, portanto, influenciado pela Guerra Fria (1940'-1990').
Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Vietn%C3%A3 (Acesso em 14 de fevereiro de 2023).

científica. Valorizando a imersão no processo social, em suas dimensões econômicas e políticas, morou nas favelas do Tuiuti e Jacarezinho.

A maior relevância dos Peace Corps, portanto, parece ter sido como pesquisadores em cooperação com o Professor Leeds, parceria esta que se concretiza em um seminário de pesquisa e discussão, entre 1967 e 1968, sediado em diversos lugares no Rio de Janeiro, inclusive em seu apartamento em Copacabana. O evento reuniu membros do Peace, pesquisadores brasileiros e americanos, trabalhadores sociais e moradores em favelas para palestrar sobre as condições de vida nas comunidades; encontros informais que, segundo Valladares (2005, 114-115), tiveram grande importância na história da pesquisa sobre as favelas do Rio. E, finalmente, Anthony Leeds lançou os fundamentos da Antropologia Urbana por meio do mestrado em Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro — o Programa de Pós-Graduação em Antropologia E Sociologia (PPGAS).

2.4 Urbanização, Um Longo Processo



Figura 15: Lata d'água (Rocinha). S/D.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063



Figura 16: “Vala da Rocinha”. S/D.

Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

Em conformidade com o livro “Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Rocinha”, os moradores temiam a possível intervenção de programas governamentais que incrementariam a urbanização, pela possibilidade da remoção da favela, o que realmente ocorreu de modo parcial.⁹⁶ A construção do túnel Dois Irmãos (hoje, Zuzu Angel), entre os anos de 1967 a 1968, despejou as famílias, que moravam na encosta, para a longínqua Cidade de Deus, sob o pressuposto de que se tratava de obra de utilidade pública (Nunes, 1980, p.80).

A política pública voltada para as favelas, como visto anteriormente, primou por estabelecer políticas de governo, priorizando, alternadamente, a erradicação das favelas urbanas e a urbanização, preservando-se os residentes em suas comunidades. Ainda assim, o que legitimava o temor, além de uma parcela dos moradores ter comprado a sua casa, foi a experiência dos transferidos para áreas longínquas, isoladas de infraestrutura urbana como comércio, transporte, serviços básicos e postos de trabalho, resultando em desemprego e inadimplência no pagamento das prestações da casa própria. O dossiê PROMORAR/Projeto Rio, programa do Governo Federal, trata sobre esta experiência pretérita no que diz respeito a políticas de erradicação de favelas designadas como “submoradias”:

⁹⁶ Vide figura 10.

A remoção de agrupamento para pontos afastados dos locais de origem, por exemplo, nem sempre se mostra recomendável, porquanto, pode significar não só a ruptura de vínculos mantidos com a comunidade, mas, também, transtornos relativos a estilo de vida, situação de emprego, condições de trabalho da família a nível de complementação de salário, para se consumir no desconforto do aumento das distâncias e na ampliação dos encargos domésticos.⁹⁷

Os Grupos de Trabalho vinculados à ASPA e às associações comunitárias, sendo a UPMMR e a Associação de Moradores E Amigos do Bairro Barcelos (AMABB) as de maior expressão, tornaram-se intermediários entre a comunidade e as empresas prestadoras de serviços urbanos, reivindicando pela qualidade do serviço prestado, como a Comissão Comlurb (Companhia de Limpeza Urbana), formada por estes mesmos agentes. Desta forma, pleiteavam, por exemplo, por equipamentos para as atividades de limpeza, disponibilização de caçambas, desobstrução de manilhas etc. Esses núcleos atuantes em torno da pauta melhoramentos urbanos, tais como o Grupo do Saneamento Básico e o da Saúde, assim como as coordenações de escolas e creches locais, articulam-se com autoridades públicas de fomento à urbanização. O esforço gerou um consenso. “O Que A Rocinha Entende Por Urbanização”⁹⁸ é um documento assinado pelos presidentes das associações supracitadas, que aponta quais garantias deveriam ser prioritariamente observadas e sob quais critérios, respeitando-se, assim, as particularidades de povoamento do solo e questões socioeconômicas em detrimento de qualquer planificação urbanística imposta.

Indubitavelmente, assegurar-se-ia não só a fixação no local onde se habitava, como também o direito de posse e uso do solo, conferindo o título de propriedade a todos os moradores da Rocinha. Por motivo de força maior, ou seja, em caso de necessidade de obra em dada localidade por interesse social, as residências seriam remanejadas e reconstruídas em região dentro dos limites da favela. O fato das comunidades se localizarem em áreas não reconhecidas pela Administração dificultava o incremento da urbanização e a emissão de títulos de propriedade.

A favela da Rocinha já acumulara, por meio da força do trabalho comunitário e de suas entidades representativas, experiência quanto a soluções gregárias e criativas de

⁹⁷ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Promorar, 1981, Código: BR RJ Memov AsCom PPub Gov PP Prom DO Gov054.

⁹⁸ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. O Quê A Rocinha Entende Por Urbanização, 1983, Código: BR RJ UFRJ Memov AsCom TCT HR-Tec UTP Est-1 TCT014.

melhoramentos urbanos e, demais iniciativas coletivas, cujas operações em mutirão para a limpeza de valas e o recolhimento de rejeitos tornaram-se exemplares. Por exemplo, o manilhamento da Rua Três, uma das regiões de mais antigo povoamento, foi possível com fundos angariados em festas e com recursos do UNICEF. Os moradores participaram ativamente de pesquisas e censos, implementados por órgãos públicos, em busca do estabelecimento de serviços urbanos como a eletrificação e o fornecimento de água pela Companhia Estadual de Águas E Esgotos do Rio de Janeiro — CEDAE (fornecimento parcial, não incluindo a totalidade dos sub-bairros). Esta experiência acumulada por décadas predisps os moradores a elencar as suas reivindicações em ocasião oportuna, apresentando as soluções encontradas por grupos de trabalho que lutavam pela sobrevivência e por melhores condições de moradia. Para mais, considerar as peculiaridades da ocupação do solo é relevar a condição de baixa renda da quase totalidade da população residente. A legislação, à época, não contemplava o perfil comunitário.

A eletrificação de toda a favela foi um pleito vencido. Para os moradores era indispensável que o programa de urbanização incluísse o acesso a serviços públicos e sociais, a considerar a densidade populacional que já era significativa na década de 1980, segundo o próprio documento em análise. Acordado que as obras seriam edificadas mediante o trabalho comunitário, reivindicava-se por melhor infraestrutura urbana, pela construção de creches, escolas, postos médicos, telefones públicos, etc.

O Projeto Rio (Programa de Erradicação da Sub-habitação — PROMOR-AR/PLANHAP), em âmbito estadual, foi implementado em 1979 durante o governo do presidente João Figueiredo, o último pré-reabertura política, por meio do Ministro do Interior Mário Andreazza. As demandas do movimento comunitário da favela da Rocinha foram apreciadas, ao menos oficialmente, no que diz respeito à adequação do planejamento urbanístico ao contexto social, bem como a consulta prévia aos próprios moradores antes da implementação das resoluções técnicas. Igualmente foram contempladas as reivindicações quanto a urbanização integral da favela (em lugar da remoção), a construção de equipamentos sociais e comunitários. Foi garantido a emissão de título de propriedade dos imóveis a todos os moradores, mediante prestações fixadas em razão do poder aquisitivo das famílias.

Neste período, o SERFHA incentiva a participação ativa dos moradores em favelas nos projetos de desenvolvimento comunitário, a exemplo dos anos de gestão de

Artur Rios. Fase em que propiciou a atuação do associativismo comunitário (embora sob a tutela do Estado) e que impulsionou a chamada Operação Mutirão nas comunidades.

No âmbito federal, a política de habitação estava a cargo do Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP) e do BNH, responsável pelo planejamento, financiamento, execução e investimento que, em parte seria angariado com recursos da União e com subsídios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A COHAB-RJ e os estabelecimentos de créditos autorizados pelo BNH, atuavam como agentes financeiros. Quanto às obras de infraestrutura, ficou a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). Coube à Fundação Para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), realizar levantamentos socioeconômicos da população.

Desde a década de 1960, era evidente para o conjunto de moradores em favela da cidade e para a sua entidade federativa, que a urbanização não era implementada em razão do descompromisso dos governantes com a questão da habitação popular. Parte das comunidades anteciparam-se aos arquitetos e delinearão o traçado das ruas e becos, construíram caixas d'água, ligar suas redes de esgoto às redes da área urbanizada etc. A Associação de Moradores da Catacumba apresentou um plano de urbanização da favela ao governo do estado, em 1969. Ao final, os moradores foram removidos para a Cidade de Deus e na área correspondente à favela foi construído o Parque da Catacumba.⁹⁹ Em 1967 a FAFERJ apresentou ao governador Negrão de Lima um projeto de urbanização no qual constava a construção de um conjunto de blocos de apartamentos, semelhantes aos da Cruzada São Sebastião, com três andares em cada prédio, para serem construídos no terreno onde veio a ser erguido o Clube Caiçara. O projeto assinado pelos arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer pretendia resolver o problema de alocação dos moradores da favela da Praia do Pinto e Ilha das Dragas (Santos, 2009, p.164-165).

2.4.1 As Operações Mutirão: “Quem Pensa Na Limpeza Luta Contra A Remoção”¹⁰⁰

⁹⁹ Vide figura 12.

¹⁰⁰ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. De Quem É O Problema? 1980. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ArtRoc GT GSS RReun RPT GT038.



Figura 17: A Ala das Enxadas E Picaretas.S/D.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg
MEd LDig LVL Pg063



Figura 18: Mutirão na Rocinha. S/D.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg
MEd LDig LVL Pg063

O relatório¹⁰¹ descreve a trajetória histórica da Campanha de Limpeza da Vala, de 1977 a 1980, abordando, ainda, as perspectivas futuras. Embora associada à ASPA, a prática de auxílio mútuo para prover obras comunitárias é antiga, afirma Oliveira (1993, p.94), provavelmente um legado da zona rural. Um costume disseminado entre vizinhos para a construção ou reforma de casas, por exemplo, garantindo, além do material de construção, refeição para quem se voluntariasse.

A partir da década de 1970, setores da Igreja católica com atuação em diversas favelas e Organizações Não Governamentais (atualmente designadas Organizações Sociais) passaram a pro por um sistema semelhante para obras de interesse coletivo nas comunidades, identificadas como mutirão. Eram obras como a construção de caixas d'água, canalização de esgotos, forças-tarefas para limpezas de logradouros etc. A operação dependia do conhecimento acumulado, em construção civil, de pedreiros, serventes e mestres-de-obras, dentre os moradores voluntários, mesmo quando se lograva o fornecimento de material por parte do poder público. Os moradores se organizavam, definiam as prioridades para as obras, distribuíam as atividades. Cotizavam, entre si, as contribuições para o material e a alimentação ao mesmo tempo que reivindicavam por subsídio externo aos órgãos públicos, estes sim, que deveriam se responsabilizar pelo fornecimento daqueles serviços. Quando não, se requeria a políticos em período eleito

¹⁰¹ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. De Quem É O Problema?, 1980, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ArtRoc GT GSS RReun RPT GT038.

ral. No caso da Rocinha, eventos foram organizados pela própria comunidade para arrecadar verba, como o festival de músicas do mutirão.

No final de 77, numa missa foi colocada uma questão sobre qual seria o projeto mais importante que a comunidade poderia assumir, para melhoria das condições de vida. Após algumas sugestões, foi escolhido o trabalho de limpeza das valas. A partir daí, iniciou-se uma série de reuniões semanais para discussão do problema.¹⁰²

A proposta¹⁰³ de ampliação da comunidade política para o conjunto da Rocinha, restrita aos cristãos, entre moradores e agentes externos, obteve relevo neste período, uma vez que pessoas que não frequentavam a ASPA se voluntariaram aos mutirões.

Inicialmente as atividades eram coordenadas por comissões que não tinham um carácter fixo, podendo ser substituídas por outras, conforme a necessidade de trabalho. Sobre a incumbência de cada uma, passo a transcrevê-las. A Comissão Pesquisa encarrega-se de realizar uma enquete junto aos moradores que habitavam nas proximidades das valas. Demais comissões integravam a ação conjunta:

Comissão Foto [...] os *slides* foram passados em algumas reuniões e também em alguns becos, o que serviu para divulgar a campanha; Comissão Folheto: encarregada da confecção de um folheto com considerações sobre o porquê da existência das valas, males acusados à saúde e sobre a forma como está sendo levada a campanha; Comissão COMLURB: encarregada dos contatos externos com a COMLURB e outros órgãos, para reivindicações diversas.¹⁰⁴

Tanto a divulgação quanto a mobilização se tornavam relevantes para a ASPA, pois era necessário ressaltar a experiência coletiva contra qualquer protagonismo. Além da orientação em horizontalizar as atividades, os mutirões significavam a oportunidade de noticiar, pelos meios de comunicação, uma identidade positiva do morador em favela:

A campanha da vala leva uma grande vantagem sobre todos os trabalhos da ASPA, [...] trazia gente nova, [oportunizava] mobilizar um número grande de pessoas, criar embriões de organização, colocar o povo em contato (direto ou indireto) com órgãos governamentais.¹⁰⁵

¹⁰² Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Relatório: Campanha de Limpeza da Vala, 1978, Código: BR RJ UFRJ Memov ArtRoc GT GSS RReun RPT GT035.

¹⁰³ Id.

¹⁰⁴ Id.

Entre as conquistas alcançadas pelos mutirões, em relação à COMLURB, estão: a obtenção de equipamentos de limpeza, o aumento do quantitativo de caçambas disponibilizadas à comunidade e a contratação de moradores da Rocinha para trabalhar como agentes de limpeza ou garis.

O documento esclarece que, sendo a limpeza das valas de responsabilidade da Prefeitura, a perspectiva do mutirão era a de “aprofundar a reivindicação junto aos órgãos governamentais responsáveis”, bem como “questionar as causas das valas e refletir em cima dos fatos concretos [com a população].”¹⁰⁶ Desta forma, deliberou-se por “usar mutirões esporadicamente, como forma de divulgação e mobilização.”¹⁰⁷

O processo de construção e melhoramentos, nas favelas, através do sistema de mutirão remunerado, foi adotado posteriormente por meio de um programa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS (Oliveira, 1993, p.98). Progressivamente as obras passaram a ser reconhecidas, pelo morador, como públicas, apenas intermediadas pelas associações de moradores ou outra organização comunitária, sobre a qual recaía a prestação de contas à comunidade. Esta foi uma conquista do movimento comunitário.

2.5 POLÍTICA COMUNITÁRIA, POLÍTICA PARTIDÁRIA

2.5.1 Clientelismo E Política Assistencialista No Período da “Redemocratização”¹⁰⁸

¹⁰⁵¹⁰⁶¹⁰⁷ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Relatório: Campanha de Limpeza da Vala, 1978, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ArtRoc GT GSS RReun RPT GT035.

¹⁰⁸ Ler DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Op. cit., 21-37.



Figura 19: Membros da associação comunitária UPMMR visitam a prefeitura do Rio de Janeiro. S. Tranquilino, S. Moreti, Prefeito Júlio Coutinho S. Baiano, S. Chico Barbeiro (da esquerda para a direita). S/D.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

A Última Fase do Regime Ditatorial E As Repercussões Políticas No Movimento Associativo de Favelas



Figura 20: Ala dos Conquistadores Baratos. S/D.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

O regime de exceção principia o período de crise político-econômica, a deflagrar no processo de reabertura política (1979-1985). Doravante, as questões sociais ultrapassam o enquadramento restritivo ao Estado burocrático-autoritário e passam a ser

negociadas, haja visto que os moradores em favelas se convertem em um numeroso contingente de eleitores em potencial. Vê-se o retorno do clientelismo. Em decorrência, a política comunitária passa a ser praticada no campo das negociações políticas, adaptando-se à máquina política por meio de práticas clientelistas.

Candidatos a cargos públicos e agentes comunitários dissidentes garantem a troca de votos por benefícios e atendimentos circunstanciais direcionados às comunidades. Consequentemente, instala-se a tensão entre comprometimento comunitário e partidário e, por sua vez, o movimento associativo e o trabalho voluntário são decisivamente afetados.

O clientelismo, paternalismo, patronato e o populismo¹⁰⁹ são estratégias de dominação, por parte do Estado e da “classe” política, no campo da normatização-regulamentação dos grupos sociais subalternizados frente a iniciativas de autonomia e subversão da máquina política.

O conceito de clientelismo político-eleitoral, ou paternalismo, é descrito por Eladir Fátima dos Santos (2009) como uma prática política:

Na qual os eleitores são entendidos como “clientes” [...]. Ao se privilegiar a obtenção de benefícios obtidos em troca do apoio político ocorria o enfraquecimento das relações horizontais e diminuía a capacidade de colaboração destes indivíduos, de criação de redes de solidariedade e de práticas associativistas. Este processo [...] foi capaz de desmobilizar completamente as comunidades e, por tabela, também a organização federativa FAFEG (Santos, 2009, p.126).

O prefeito Klabin é substituído por Júlio Coutinho. Na SMDS, a gestão de Vicente Barreto se alinha à política clientelista de Chagas Freitas,¹¹⁰ conhecida como chaguismo (Antônio de Pádua Chagas Freitas, governador da Guanabara e do Rio de Janeiro, respectivamente, entre os anos de 1970 a 1975 e 1979 a 1983).

Em relação aos periódicos aos quais se fez referência no tópico 1.4.1, “Seção Informativos Comunitários E Jornais de Grande Circulação”, A Notícia e O Dia são redações fundadas pelo governador. Desta forma, o chaguismo consolidou-se por meio da autopropaganda, além dos editoriais favorecerem a eleição de candidatos que viriam a aprovar projetos populistas. Além do domínio de parte da opinião pública, após

¹⁰⁹ Vide o tópico 1.4, “Seções Documentais: Atores Políticos Antagônicos E A Negociação de Sentidos.”

¹¹⁰ Id.

o Golpe de 1964 Chagas Freitas ingressara no MDB, único partido legalizado de oposição ao Arena, controlando, igualmente, o cenário político. Posteriormente apoiou a eleição de Negrão de Lima (1968), candidato pelo PTB (de orientação remocionista, conforme já aludido).

O chaguismo consistiu em um sistema centralizado de prestação de serviços em troca do apoio político e do voto, que envolvia os parlamentares chaguistas e os moradores em favelas. Santos (2009) reproduz o depoimento do conselheiro da FAFERJ e presidente da Associação de Moradores da favela Mata Machado, Jair Caldas, concedido em 2007, no qual transparece a relação de negociação que marcou o chaguismo em relação às favelas:

Nós também temos que agradecer tudo que temos hoje primeiro a Deus, e segundo à Miro Teixeira, pois ele nos ajudou muito. Ele colocou asfalto em tudo e fez esse prédio que tem aqui. Fez um posto juntamente com a Fundação Leão XIII no primeiro e terceiro andar, e no segundo andar tem a Associação.

Em vista do cenário político desfavorável, o exercício do clientelismo político-eleitoral tornou-se uma estratégia adotada por lideranças como via direta às autoridades públicas:

Houve também referência à contribuição que o deputado ou vereador pode dar sob a forma de ajuda no atendimento de demandas específicas, tais como arruamento de uma viela, calçamento de uma rua, canos para água, manilhas para esgoto, cimento para obras, instalação de postes de iluminação pública, entre outras. Finalmente, alguns mencionaram a prestação de serviços ou favores pessoais como uma outra forma de ajuda possível (Diniz apud Santos, 2009, p.130).

Ressalta Eli Diniz, que durante a década de 1980 entrevistou lideranças comunitárias:

O desencanto com a política (sentido pelos entrevistados) não exclui a possibilidade de utilizar e até valorizar o recurso eventual ou sistemático das práticas clientelistas. [...] O apoio a um político ou a um partido não tem eficácia do ponto de vista de alterar a situação dos estratos sociais menos favorecidos. Porém, [...] é possível aproveitar as brechas existentes [...]. Assim a rede clientelista é aceita por uma parte das lideranças faveladas enquanto uma forma de sobreviver num meio indiferente e até adverso (Diniz, 1982, p.131).

Diante do exposto, este processo se caracteriza mais por negociação a cooptação, pois não equivale a uma aceitação passiva. Em um contexto sociopolítico hostil aos segmentos populares, elitista e excludente, os canais de acesso aos atores políticos com poder decisório acabam por serem acessíveis por meio desta moeda de troca: o voto.

Na proporção em que aumentava o empobrecimento da população, mais se alastrava o exercício do clientelismo nas favelas. Além disso, a FAFEG já se encontrava acentuadamente desarticulada. Da mesma forma que as remoções em si desestruturaram, quando não extinguiram as associações comunitárias (conforme abordado anteriormente), as práticas chaguistas incorporaram, progressivamente, estas organizações e a própria FAFEG, à estrutura do estado e do partido político da situação. Sobre esta ostensiva intervenção, acrescenta Diniz:

O envolvimento de políticos ligados à corrente chaguista com associações de favelas implicaria, em alguns casos [...] na intervenção na disputa eleitoral por ocasião de mudança de diretoria. Desta forma, os deputados Miro Teixeira e Aluisio Gama teriam apoiado uma das chapas concorrentes às eleições para a direção do Centro Social Joaquim de Queiroz, em Ramos [...]. Através de seus cabos eleitorais, os referidos parlamentares teriam promovido intensa campanha na favela [...]. (Id., p. 129).

Uma vez eleita, as gestões das associações comunitárias tinham a incumbência de fortalecer o chaguismo nas respectivas comunidades e tornar inócuo o movimento associativo. Administrações impostas ou cooptadas pelo governo se perpetuavam na diretoria através da prorrogação de mandatos e demais procedimentos anti-estatutários, resultando em absenteísmo e falta de combatividade diante de tentativas de remoção e outras formas de intervenção governamental rejeitadas pelas próprias comunidades.

O secretário-geral da FAFERJ, entre 1979 a 1983, testemunhou o que chama de “diretoria cartorial”:

A Federação tinha uma diretoria formada. Ela era composta basicamente pelo Jonas Rodrigues e sua esposa, e por duas ou três lideranças da área da Maré [...]. A atuação deles era voltada para troca de favores e pedidos junto aos políticos da ala do Chagas Freitas [...]. Não tinha o real objetivo de organizar os trabalhadores, de fortalecer as associações. A diretoria do Jonas era parasitária [...], fazendo dos moradores de favelas um verdadeiro “curral” de votos (Santos, 2009, p.129-130).

A Federação ainda procurou resistir quando organizou o III Congresso de Favelas em 1972 (os anteriores ocorreram em 1964 e 1968), porém, o cunho repressivo do decreto n. 870/1967 se fazia sentir. A Fundação Leão XIII é destacada por Diniz (1982, p.141-144) como uma das entidades que mais difundiram práticas clientelistas em seu relacionamento com as associações comunitárias, assim como a própria FAFERJ. Ainda assim, a política de bem-estar social receberia um novo enfoque a partir de 1975, cujo

marco foi a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. As Secretarias de Serviços Sociais da Guanabara e do estado do Rio dispensaram um tratamento particularizado. Após a fusão, esta competência foi transferida para o governo estadual, através do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), composto pelos secretários de estado e presidido pelo próprio governador. Deste órgão deveriam partir diretrizes norteadoras da ação do governo nas áreas da política econômica e social, objetivando um tratamento integrado dos diferentes programas governamentais.

O Decreto-Lei n. 44, de 24 de março de 1975, subordina a Fundação Leão XIII à Secretaria de Governo, incorporando diversos órgãos da extinta SSS do antigo estado da Guanabara. A partir deste momento, a Fundação vem a ser o órgão executor da política assistencial do governo para todo o estado do Rio, mantendo os programas assistenciais em territórios de favelas como uma de suas principais atividades.

Em 1979 seria criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social — SDS, (anteriormente SMDS), voltada prioritariamente para o atendimento aos grupos de baixa renda do município, notadamente os moradores em favelas. A organização desta secretaria refletiria uma nova visão da problemática da favela, cuja ênfase seria a urbanização destas áreas.

Portanto, ao iniciar a década de 1980, os principais órgãos responsáveis pela intervenção governamental nas favelas são a Fundação Leão XIII e a Secretaria de Desenvolvimento Social. A primeira entidade mantém o seu cunho assistencialista, desenvolvendo projetos de assistência médico-sanitária e jurídica, bem como de desenvolvimento comunitário em áreas prioritárias da região metropolitana. Entre as suas atividades, destaca-se o assessoramento a associações de moradores de favelas, a conselhos de moradores de conjuntos habitacionais de baixa renda e outros grupos representativos de interesses locais.

Das atribuições da Fundação Leão XIII, cabia-lhe a fiscalização das eleições das associações comunitárias, incumbência prescrita pelos próprios estatutos destas organizações comunitárias. A Comissão Eleitoral, além de ser designada pela entidade, indicaria um representante para integrá-la, quem se responsabilizaria por regular o processo eleitoral juntamente com o Administrador Regional. A autoridade atribuída à Fun-

dação Leão XIII como instância legitimadora das associações comunitárias, junto ao Estado, era exercida desde o credenciamento das entidades representativas, o que antes da fusão referida era expedido pela SSS. Em caso de haver mais de uma associação na mesma comunidade ou conjunto habitacional (a exemplo da UPMMR na Rocinha), um novo processo de escolha seria realizado sob a supervisão da Fundação, uma vez que para cada localidade somente uma associação comunitária seria legitimada. Competia à Fundação, ainda, como órgão de apoio, integrar os programas federais e municipais para a urbanização de favelas, realizando levantamentos e fornecendo informações.

Em síntese, a arena política se consolida durante o período de “reestruturação democrática”, não engessada à negociação (política) entre o movimento associativo e o Estado, favorecendo manobras por meio da lógica clientelista.

São estas circunstâncias que favorecem, no período designado como redemocratização, o reerguimento ou o surgimento de entidades de interesse social, forças sindicais, partidos políticos, igrejas e políticas públicas de intervenção, por parte das esferas estatais que, ora inaugurarão parcerias com as associações de moradores ou prescindirão a elas, em negociação com agências de cooperação internacional, ou seja, não necessariamente priorizarão as reivindicações das entidades no que diz respeito a defesa dos interesses coletivos e do bem público.¹¹¹

2.5.2 A Articulação Entre Os Movimentos de Favelas E Os Movimentos Urbanos

A carta¹¹² de autoria do Movimento pela Organização e Renovação da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha — MORA, repercute a crise institucional da UPMMR. Ao conclamar os moradores para exercer oposição à Diretoria vigente e participar da reestruturação da associação,¹¹³ simultaneamente o documento referencia as diversas mobilizações urbanas que lutavam “pela participação na riqueza gerada pelo seu trabalho, pela participação na vida e no destino do país”. As conquistas elencadas se relacionam com a classe trabalhista dos garis e com as mobilizações do Morro do Vidigal, cujos moradores superaram a ameaça da remoção por meio de sua associação.

¹¹¹ Vide o tópico 2.2, “A Colonialidade Global: EUA E A Política de Intervenção Em Favelas.”

¹¹² Programa de Memória dos Movimentos Sociais. MORA Como Articulador de Lutas Concretas. Rio de Janeiro, 1980, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom MobAss UPMR MORA IR UPMR0135.

¹¹³ Vide o tópico 2.5.3, “‘Bota A Mão Nas Cadeiras, Menina’: A Crise de Mediação das Organizações Comunitárias”.

A Pastoral de Favelas apoia a greve dos Professores do Estado do Rio de Janeiro por melhorias salariais, conforme documenta “MORA Como Articulador de Lutas Concretas,”¹¹⁴ cujo indicativo é que a coordenação do movimento se empenhe em reunir o maior número de pessoas e entidades de atuação na Rocinha, mediante a experiência de cada qual em sua área de atuação, para viabilizar o êxito de uma possível gestão comunitária. As organizações comunitárias são assim citadas: as igrejas, escolas, creches, ambulatórios, agremiações carnavalescas, os grupos de trabalho subordinados à ASPA, além do Jornal Tagarela da Rocinha como um mecanismo de divulgação das atividades do MORA, das lutas dos Movimentos de Favelas e das pautas dos trabalhadores em geral.

A articulação entre movimentos urbanos de territórios periferizados, como o Movimento do Custo de Vida, é reafirmada, assim como o intercâmbio destes com a FAFERJ e a Pastoral de Favelas.

A organização de eventos e assembleias, os quais reuniram diversos movimentos sociais e favelas do Rio de Janeiro, aproximando entidades locais e partidos políticos, são constatados durante a pesquisa. Destaca-se:

- Encontro de Lideranças Populares

Código de Referência: BR RJ UFRJ Memov AssCom ArtRoc Com Abl Com009

Pauta: o projeto de reforma partidária aprovada pelo Congresso Federal.

Data: 09.12.?

Participantes: Movimentos Operários e “Populares”.

Local: Igreja de Santa Rita, em Nova Iguaçu.

- “Encontros E Assembleias”

Pauta: assistência em razão de deslizamentos; “política municipal que visa a participação; transporte; educação à comunidades faveladas; saneamento básico; visando a propriedade da terra, a assistência jurídica; troca de experiências por meio da Pastoral de Favelas; religião nas favelas e confraternização de Natal da Pastoral”.

Data: 18.04 a 12.12.1985

¹¹⁴ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. MORA Como Articulador de Lutas Concretas. Rio de Janeiro, 1980, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom MobAss UPMR MORA IR UPMR0135.

Participantes: Pavão-Pavãozinho, Santa Marta, Morro Azul, Vidigal, Rocinha, Cantagalo etc.

Local: cada favela participante sedia.

- “Reunião Geral”

Código de Referência: BR RJ UFRJ Memov AssCom MobAss UPMR InfUPM
FC RAES UPMR068

Pauta: Urbanização da Rocinha.

Data: 30.03.1980

Participantes: Moradores; os Grupos de Saúde; Saneamento e de Menores; Creches; a Escola Noturna; Recine; Grupo do Teatro; MORA; Jornal Tagarela da Rocinha, Igreja da Boa Viagem; Capela do Largo do Boiadeiro.

Local: Fundação Leão XIII.

“Também estão convidados: a Secretaria de Desenvolvimento Social; de Obras; a Light [concessionária fornecedora de energia elétrica]; a CEDAE; a FEEMA [Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente] e a UNICEF”.

- Encontro de Favelas (Partido dos Trabalhadores)

Código de Referência: BR RJ UFRJ Memov AssCom PTV Part PT FavPT
Part039

Pauta: Campanha eleitoral. Candidato: Bittar.

Data: 25.02.1989

Participantes: Favelas do Rio de Janeiro

Local: Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem.

- I Encontro Estadual de Favelas

Código de Referência: BR RJ UFRJ Memov AssCom PTV FFRJ FavRJ
FFRJ011

Pauta: remoções de favelas, prestação de serviços públicos (saneamento, luz, água etc), etc, desapropriação e posse dos terrenos ocupados.

Data: 29.03.1981

Participantes: Favelas do Rio de Janeiro.

Local: não informado.



Figura 21: Jornal Tagarela da Rocinha. 1977-1983.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom Per InfCom Roc Tg

- DESAPROPRIAÇÃO DAS TERRAS
- ÁGUA E ESGOTO DIRETO DA CEDAE
- LUZ DIRETA DA LIGTH.
- 30% DA RENDA BRUTA DO ESTADO PARA AS FAVELAS.

AO ENCONTRO COMPARECERAM REPRESENTANTES DE FAVELAS E BAIROS DO RIO GRANDE DO SUL, SÃO PAULO, PARANÁ, PERNAMBUCO, CEARÁ E MINAS GERAIS. TODOS FALARAM DA NECESSIDADE DE UNIR AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES EM TODO O BRASIL, PARA AUMENTAR A NOSSA FORÇA NA LUTA PELOS NOSSOS DIREITOS

O 1º ENCONTRO DE FAVELAS CONTOU COM O APOIO DOS

SINDICATOS DOS METALÚRGICOS, MÉDICOS, NUTRICIONISTAS, RODVIÁRIOS E PROFESSORES.

DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES UNE

COMPARECERAM TAMBÉM AO ENCONTRO:

MOVIMENTO AMIGOS DE BAIRRO DE NOVA IGUAÇU - MAB

CONSELHO DE UNIÃO DE BAIROS - CUB

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAMERJ

PASTORAL DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

PARTIDOS POLÍTICOS: (PMDB - PDT - PTB - PT)

CEAC
CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO COMUNITÁRIA
R. OTÁVIO TARQUÍNIO, 209 - S. 906 - N. IGUAÇU - TEL. 767-7592

FASE
RUA SENADOR DANTAS, 117 - SALA: 1518.
TEL: 220-7198 - RIO DE JANEIRO

FAFERJ
RUA SENHOR DO EOMFIM
FAVELA DO JACAREZINHO - RIO DE JANEIRO

Figura 22: I Encontro Estadual de Favelas. 1981.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PTV FFRJ AEA FFRJ011

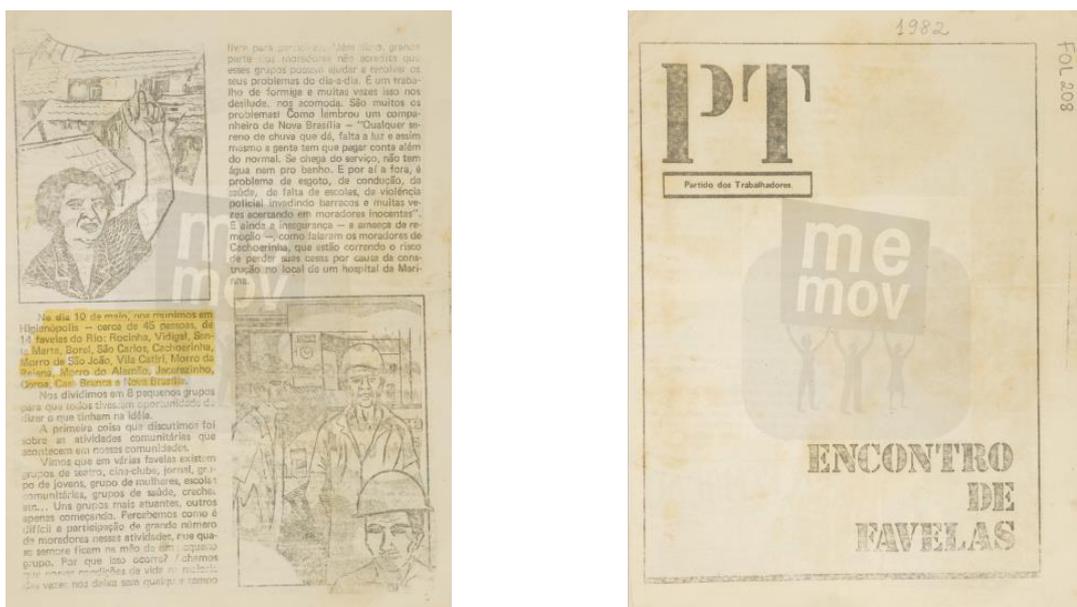


Figura 23: Encontro de Favelas (Partido dos Trabalhadores).1989.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PTV Part PT FavPT Part039

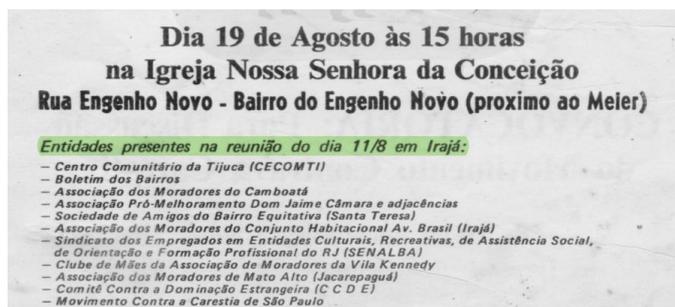


Figura 24: Movimento Contra A Carestia. 198?
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ArtRoc Com AblCom006



Figura 25: Movimento Contra A Carestia. 198?
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ArtRoc Com AblCom006

O cartaz acima diz respeito ao Dia Nacional de Luta Contra a Carestia, sediado pela Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Engenho Novo, no dia 19.08.?. Foram convidados associações de bairros, sindicatos, donas de casa, estudantes, parlamentares, religiosos e o público em geral, nesta mobilização contra o aumento do custo de vida.

2.5.3 “Bota A Mão Nas Cadeiras, Menina”:¹¹⁵ A Crise de Mediação das Organizações Comunitárias



Figura 26: “Meninada”, Rocinha. S/D.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

A Federação Representativa

No período intermediário, entre o declínio do regime ditatorial e a articulação política pela redemocratização, surgem movimentos de reestruturação, tanto por parte das associações comunitárias (a exemplo do MORA, caso anteriormente exposto) quanto da própria FAFERJ. Desde o primeiro semestre de 1978 o movimento de oposição ao regime progredia. Pelas capitais do país crescia a luta por liberdades democráticas. Organizavam-se atos públicos e greves em que as principais palavras de ordem eram pela anistia e pela eleição de uma Constituinte. Manifestos eram distribuídos à imprensa. Organizações, antes postas em ilegalidade, entre as quais as entidades estudantis, retoma

¹¹⁵ Programa de Memória dos Movimentos Sociais, Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Favela da Rocinha, 1983, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063.

vam as suas atividades. Naquele ano, o que se estendeu entre 1978 e 1980, surgem os movimentos grevistas do ABC Paulista. O operariado do parque industrial paulistano, com destaque para os metalúrgicos, que reivindicavam por melhorias salariais e autonomia sindical, conquistaram aumentos salariais em meio a política de arrocho dos salários. Nos bairros do Rio de Janeiro, moradores criaram suas associações, a deflagrar na Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ).

O contexto era de:

Retomada do dinamismo da vida associativa no país e com as novas características dos novos movimentos sociais urbanos, que primaram pela centralidade das associações de moradores na luta pelo direito à cidade. Foi neste quadro conjuntural que os moradores em favelas se reorganizaram para atuar novamente na cena política (Santos, 2009, p.132-133).

O Sr. Vicente, que em 1979 era presidente da Associação dos Moradores da Vila Cruzeiro, sugere como era a relação entre os moradores e as associações por aqueles anos. Ao invés da convocação de uma assembleia para decidir sobre uma manifestação em frente a uma concessionária de prestação de serviço público, a orientação era para consultar a Fundação Leão XIII e o Administrador Regional. Em seguida, iniciar a negociação com os vereadores Tobias Luís e Aluísio Gama, que, segundo ele, “mandavam na área da Penha”. Além do mais, “não se podia ficar contra o governo porque era perigoso” (Id., p.127).

Em 1979, o Movimento de Favelas passaria a ser conduzido por dois grupos antagônicos. Enquanto um era apoiado pela Fundação Leão XIII e pela ala chaguista da Câmara dos Vereadores e da Assembleia Legislativa, o grupo que se declarou de oposição à situação dominante, se opunha à máquina político-partidária do governo estadual. Ambos se autoproclamam como os representantes da população favelizada (Id., 1982, p.144-146).

Naquele mesmo ano foi mobilizada, por parte das associações comunitárias, uma campanha pela renovação da FAFERJ. O mandato do presidente em exercício, Francisco Vicente de Souza, que representava a federação sob flagrante vigilância e controle do regime ditatorial, havia expirado. Segundo os líderes do movimento, a Federação encontrava-se desativada, permanecendo alheia às comunidades. Desse momento em diante passaram a coexistir duas federações: a chamada “FAFERJ 1”, era credenciada pelos poderes públicos para atuar junto às agências governamentais, contudo a Federação dissidente ampliaria a sua base de apoio. O grupo de oposição alegava que seus

adversários chaguistas (em parte associados ao MDB), não reuniam condições para representar os interesses das comunidades haja visto a sua dependência em relação à máquina estadual e a sua falta de legitimidade junto aos moradores. O caso sobre o envolvimento da Fundação Leão XIII e de políticos chaguistas na disputa pela organização da FAFERJ foi alvo de denúncia.

A independência, o fortalecimento e a autonomia das associações são formas de possibilitar maior poder de negociação para o atendimento dos interesses do setor social por elas representado. Rejeitar a tutela do estado — o paternalismo — e propor a liberdade ao Movimento de Favelas para a definição das suas prioridades e a formulação de suas reivindicações, eram as palavras de ordem da oposição em relação ao grupo continuísta (Diniz 1982, p.156). O estreitamento dos vínculos com o governo deve dar-se sob uma orientação apolítica. É extremamente necessária a mediação político-partidária para viabilizar a representatividade, conquanto sem manobrar uma entidade representativa de modo a anular o caráter reivindicatório. Por esta razão, a relação entre a Federação e as associações afiliadas é fortalecida pela assistência jurídica e o trabalho de orientação quanto aos canais apropriados para encaminhar as demandas mais relevantes (Id., p.154-156).

Associados se mobilizam, em 1979, para intimar o Conselho de Representantes a garantir a convocação de eleições, pois a Diretoria não tinha o apoio da maioria. Dá-se por iniciada a reconstrução da FAFERJ que passa a ser composta por uma diretoria progressista. Durante o pleito da federação houve significativa participação de militantes da Esquerda brasileira, representada por lideranças comunitárias ou por meio de segmentos sociais filiados a partidos como o PT e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), e vinculados à Pastoral de Favelas. O momento histórico era o de construir os rumos do movimento comunitário das favelas e, em âmbito nacional, mobilizar-se para a reconstrução do país.¹¹⁶

Ao iniciar o período brizolista, em 1983, novas diretrizes pontuaram as ações da FAFERJ. A ditadura Civil-Militar agonizava e cessam novas ameaças de remoção. Leonel Brizola foi eleito governador do Rio de Janeiro com amplo apoio das favelas cariocas após quase vinte anos de suspensão do processo eleito

¹¹⁶ Wikipedia. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Pastoral_de_Favelas#cite_note-31 (Acesso em: 11 de agosto de 2022).

ral. A expectativa era por um canal mais amplo de negociação entre as associações de moradores e os órgãos governamentais. As propostas de urbanização e estruturação das favelas e de bairros populares foram aprovadas. Destacam-se, neste período, os programas Proface (saneamento básico), Luz Direta da Light e Cada Família Um Lote (programa voltado para a regularização fundiária).

No entanto, em proporção à reabertura política, verifica-se um processo de perda de autonomia da FAFERJ: diretores e presidentes de associações de moradores são convidados a integrar a estrutura de governo. Investidos que são em cargos públicos na Fundação Leão XIII e em demais órgãos do estado, flagra-se a retomada da manobra política por meio da cooptação das lideranças.¹¹⁷

A federação das favelas inaugura a década de 1990 com um novo desafio: a convivência com o narcotráfico. Associações filiadas à entidade passam a ser são assediadas pelas facções até o momento em os “donos do morro” tornam-se diretores eleitos. A participação deste novo personagem – o narcotraficante – implicou em novas territorializações e, ao lado de outros fatores como a fluidez do mundo moderno, que favorece o individualismo, paulatinamente foi ocorrendo a decadência das ações coletivas. Começaram a ser vivenciadas experiências que impediram as sociabilidades, o exercício de direitos como o de ir e vir ou manifestar-se livremente. O interesse dos membros do narcotráfico pelas organizações políticas das favelas deu-se, possivelmente, devido a duas principais causas. A primeira está ligada à busca de expansão dos negócios da atividade que, em disputa entre quadrilhas rivais, necessita ter o controle total sobre o território da favela. A segunda, é a ambição por institucionalizar-se, estreitando as relações entre o negócio do tráfico e os moradores. Uma vez que viesse a se tornar uma organização que também lutasse por melhorias locais, facilitaria a aceitação das suas atividades por parte da comunidade.

A previsão da CHISAM de erradicar as favelas até o ano de 1976, mediante recursos do BNH, não se cumpriu (Nunes, 1980, p.83).

Entre os anos de 1980 e 1990 a FAFERJ dedicou-se ao trabalho de expansão territorial da prática associativa bem como ao incentivo à realização de atividades cultu-

¹¹⁷ Wikipedia. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Pastoral_de_Favelas#cite_note-31 (Acesso em: 11 de agosto de 2022).

rais.118

A UPMMR

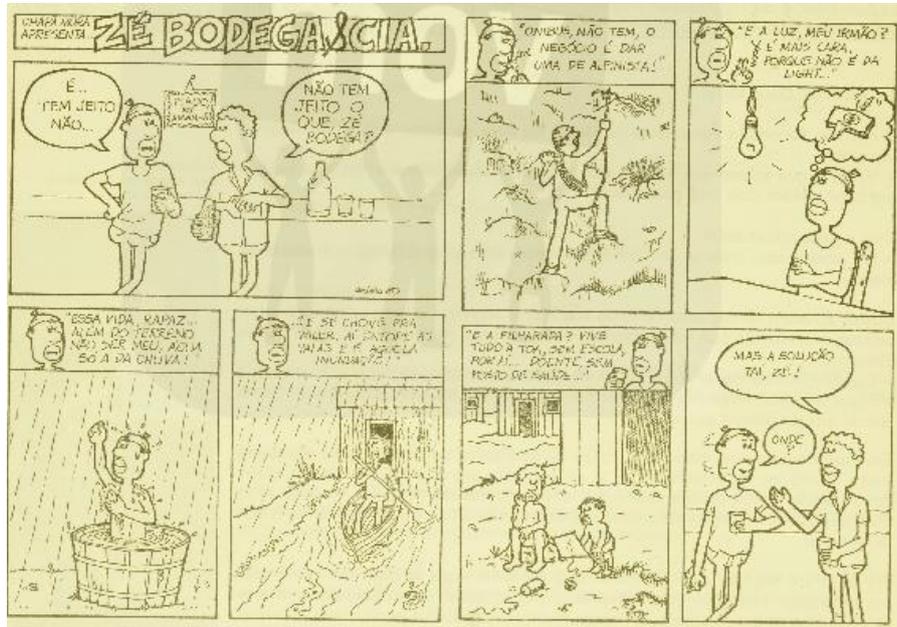


Figura 27: Publicação do Movimento pela Organização e Renovação da associação UPMMR. S/D Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MED LDig LVL Pg063

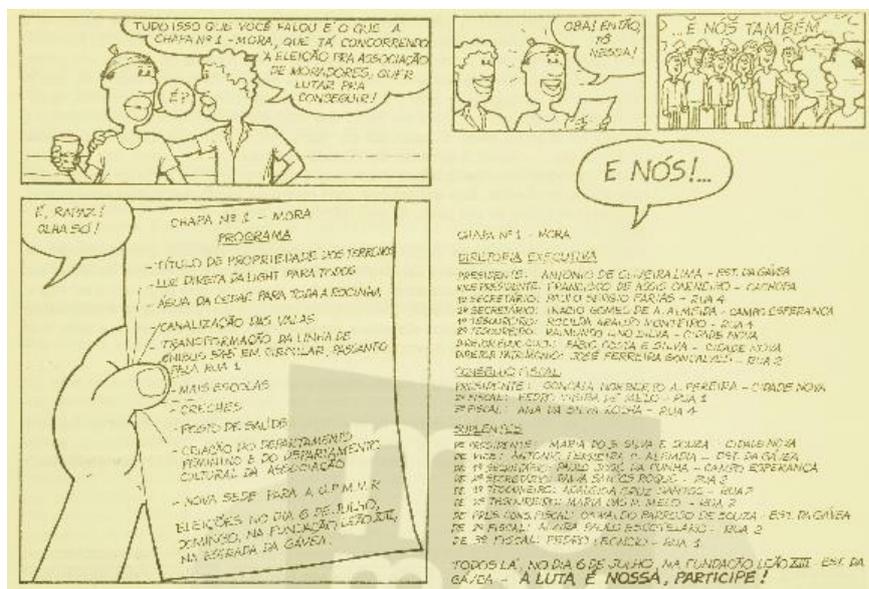


Figura 28: Publicação do Movimento pela Organização e Renovação da associação UPMMR. S/D. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MED LDig LVL Pg063

118 Wikipedia. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Pastoral de Favelas#cite_note-31](https://wikifavelas.com.br/index.php/Pastoral_de_Favelas#cite_note-31) (Acesso em: 11 de agosto de 2022).

O acirramento entre grupos políticos opostos pela representação das favelas da cidade igualmente se deu na Rocinha. Uma publicação do MORA sobre o pleito eleitoral para a votação de nova diretoria da UPMMR, em 1980, recapitula o episódio que originou o funcionamento concomitante de dois órgãos representativos sob o mesmo nome, por parte da administração eleita e por forças políticas externas (à favela). Segundo o folheto:

Em 1979, Silvana Nunes de Araújo – então presidente – foi obrigada a se internar e, no hospital, foi convencida por Eleonora Castanho a passar uma procuração “com amplos poderes” a Sebastião Soares, morador que não fazia parte da diretoria da Associação. Esse procedimento [...] foi totalmente ilegal, [...]. Após conseguir a procuração, Eleonora, “que não é favelada e trabalha, apenas, paras os comandados de Chagas Freitas”, [...] conseguiu o apoio da Fundação Leão XIII e fundou uma Associação paralela, usando, inclusive, o nome [...].

Em 1979, Eleonora Castanho Ferreira (ex-integrante da ASPA), aproveitando-se da hospitalização da presidente Silvana Nunes de Araújo Porto, apoia Zé do Queijo (José Inácio de Assis), morador da Rocinha que se auto elege e passa a coordenar a associação “UPMMR2”, como ficou conhecida entre os moradores. Eleonora manteve alianças com o governador Chagas Freitas e com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e PDT. O documento aponta esse antagonismo exercido por grupos de direita, quiçá associados ao Arena (Aliança Renovadora Nacional) ou ao MDB (posteriormente sob a sigla PMDB). Esses partidos eram legalizados entre os anos 1960 e 1970 e sistematicamente penetravam:

Nas associações de moradores, na FAFERJ, nos blocos carnavalescos, na Pastoral de Favelas e nos órgãos do governo que atuam nas favelas, como a Fundação Leão XIII, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a Secretaria de Obras, a Secretaria de Saúde etc.¹¹⁹

Utilizando-se de estratégias, “oferecendo vantagens às associações”, “procuram dividir as diretorias” criando grupos internos de oposição e:

¹¹⁹ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Favelas: A Política dos Comunistas Para O Movimento Favelado, 1981, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PTV FFRJ IDD FFRJ012.

Oferecem vantagens [...]inclusive de órgãos do Governo, que eles controlam como acontece com a Secretaria de Desenvolvimento Social. Exemplo [ocorrido] na Rocinha, durante o Governo Klabin, a Secretaria de Desenvolvimento Social fez um projeto de obras reivindicadas há anos pela legítima Diretoria da Associação, sem consultar esta diretoria, mas sim o “grupo de oposição”, ligado aos Deputados Délio dos Santos e Heloneida Studart [...]. Devido a esta organização de base espalhada em quase todas as favelas, a influência destes grupos nas comunidades cresce cada vez mais.¹²⁰

A plataforma do MORA, ao privilegiar a reestruturação da UPMMR, contrário a intervenção massiva de partidos políticos e opondo-se à “direção cartorial,”¹²¹ venceu as eleições de 1979 e, em 1980, após a convocação, em juízo, de novo processo eleitoral, inicia a sua gestão.

“Carta Aberta Aos Moradores da Rocinha”, cujo extrato reproduzo, é o programa político de reestruturação da União e estabelece uma avaliação de conjuntura, além de denunciar os desmandos da gestão anterior, entre as quais, o aumento das mensalidades, a desobrigatoriedade da prestação de contas e demais ações arbitrárias como alterações no estatuto e prorrogação de mandatos. Convoca-se para a:

Luta de todos pela concessão do título de propriedade como forma de evitar remoção; Luta de todos nas reivindicações perante os órgãos [públicos] por melhorias que nos dê condições de vida e moradia mais justas e humanas; Luta de todos para conseguir infraestrutura [...] água, posto de saúde, mais escola, urbanização ou saneamento básico; Luta de todos pela organização e conscientização do povo oprimido na luta pelos seus direitos, principalmente os favelados que são trabalhadores e só são lembrados em épocas de eleições; Luta de todos por associação de moradores que realmente represente todos os interesses e direitos da comunidade.¹²²

Em 1980 a Rocinha tinha em torno de doze mil eleitores. Naquele ano, as votações mais expressivas foram para o PDT, PMDB, Partido Democrático Social (PDS), PT e, em menor número de votantes, para o PTB. Candidatos eleitos, como Leonel Brizola pela legenda PDT-PT, com a participação do PC, são exceções segundo o “Plano de Ação Para As Favelas”, consolidando uma “organização de base”:

¹²⁰ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Favelas: A Política dos Comunistas Para O Movimento Favelado, 1981, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PTV FFRJ IDD FFRJ012.

¹²¹ Vide o tópico 2.5.1, “Clientelismo E Política Assistencialista No Período da ‘Redemocratização.’”

¹²² Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Favelas: A Política dos Comunistas Para O Movimento Favelado, 1981, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PTV FFRJ IDD FFRJ012.

Até recentemente, os únicos grupos políticos que davam importância às favelas eram os grupos de esquerda. Os partidos políticos tradicionais não se importavam com as favelas, a não ser na véspera das eleições, quando alguns candidatos apareciam nas comunidades com promessas demagógicas, ou então para inaugurar alguma obra sem importância: bicas d'água, clubes de futebol, etc. [...] Isto é evidente: num lugar onde falta tudo, é fácil fazer oposição ao governo.¹²³

Os moradores Antônio de Oliveira Lima e Francisco de Assis Carneiro, da associação eleita legalmente, lançaram chapa sob a sigla MORA. Por sua vez, Paulo Sérgio Beleira e José Martins, moradores da Rocinha ligados ao PT, apoiam o trabalho conjunto unindo a ASPA e a UPMMR.

A Crise da ASPA



Figura 29: Inauguração da passarela para pedestres, construída sobre a estrada Lagoa-Barra. 1978.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

Como anteriormente abordado, as entidades representativas sofreram fases de retraimento e expansão, conforme se alternam períodos de exacerbação e abrandamento do regime ditatorial. Com a reabertura política, entidades como a ASPA, propulsora de ações comunitárias de evangelização, deixa de ser um dos poucos espaços de articula

¹²³ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. MORA Como Articulador de Lutas Concretas, 1980, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom MobAss UPMR MORA IR UPMR0135.

ção política, atribuição que desempenhou durante os anos de crise mais acentuada do movimento associativo (de 1968 a 1975), o período de maior atuação das forças representativas

O ideário de autonomia e autoria foi motivado por práticas como as operações Mutirão, trabalho coletivo entre agentes externos e moradores da Rocinha. A conquista, pela Rocinha, da construção de uma passarela para pedestres sobre a autoestrada Lagoa-Barra, foi um outro marco, vindo a destacar a relação de mediação entre a Igreja Católica e a Administração Pública, ao mesmo tempo que gerou conflito entre a ASPA e a associação de moradores UPMMR, que se sentiu desautorizada enquanto mediadora entre a comunidade e o Estado.

A nova conjuntura política que resultou na crise de mediação social promovida pela ASPA, reverberou na avaliação da representatividade da própria UPMMR, o que desencadearia no Movimento pela Organização e Renovação da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (MORA).

O Esvaziamento das Pastorais de Favelas

De 1981 a 1986, a Pastoral foi subsidiada pela Fundação Ford. A verba foi destinada ao serviço jurídico, capacitação de lideranças, custeio dos agentes pastorais, à estrutura administrativa e ao jornal Favelão, veículo de informação que articulava as várias iniciativas locais de imprensa popular realizadas pelos moradores, um espaço para publicar notícias das comunidades. O fim desse financiamento acabou por dificultar o trabalho da entidade.¹²⁴

Em razão do contexto sociopolítico de reabertura política, conforme tem-se abordado, a mediação política das entidades católicas foi substituída pela representatividade das associações comunitárias em relação às suas respectivas favelas, reinaugurando-se um canal direto com as autoridades políticas para reivindicar por suas demandas sociais. Não obstante, a Pastoral não abandonou o seu trabalho político, tendo se engajado nas manifestações contra a Chacina de Vigário Geral, em 1993; contra a Revisão Constitucional, no mesmo período, e, em confronto com a ação do Exército nas favelas do Rio de Janeiro durante a Operação Rio, em 1994.¹²⁵

¹²⁴ Wikifavelas. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Pastoral_de_Favelas#cite_note-7 (Acesso em: 2 de agosto de 2022).

¹²⁵ Id.

Em fins da primeira década do século XXI, durante a preparação da cidade para os Grandes Eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), a Pastoral de Favelas volta a atuar. Logra agregar um contingente significativo de moradores em favelas em seus fóruns e ações em um momento em que as comunidades voltam a ser ameaçadas de remoção. A Pastoral mediou, junto às autoridades responsáveis, em nome da Vila Autódromo, Canal do Anil, Horto, Barrinha, Araçatiba, entre outras comunidades, seja assessorando juridicamente ou em ações diretas como passeatas e atos de resistência. Entre as iniciativas está a criação do Conselho Popular que tem desempenhado importante papel na resistência às remoções. Este fórum, inclusive, é protagonizado por lideranças femininas.

3. O PROCESSO IDENTITÁRIO DOS “SUJEITOS-FORMA”¹²⁶: AS COLONIALIDADES GLOBAL E BRASILEIRA

Previamente é premente definir os conceitos de modernidade e pós-modernidade, pós-colonialidade e “mediação”.

Mediação é sobredeterminar de fora. Para Fanon apud Bhabha (1998, p.74), o sobredeterminado é o sujeito colonial. Mediar, embasado em Bhabha, é representar um sujeito a partir da alteridade recíproca (entre dois sujeitos), sendo que um se veste do outro. Aproximando-se dos sujeitos em estudo, em relação aos agentes externos em convívio com os moradores da Rocinha, poderia afirmar-se que há uma demanda — a diferença — que reivindica para uma aproximação por meio da identificação¹²⁷ (dos primeiros em relação aos segundos). Neste sentido, “existir é ser chamado à existência em relação à uma alteridade” (Bhabha, sic, p.76). Em suma, “o sujeito fala e é visto, de onde ele não está (Bhabha, 1998, p.80).

¹²⁶ FOUCAULT apud Aparecida Sueli Carneiro. A Construção do Outro Como Não-Ser Como Fundamento do Ser. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo/USP, 2005, p. 38-46.

¹²⁷ Empatia estabelecida a partir da linguagem enquanto comunicação, mas sobretudo, como base para a tradução de um indivíduo/grupo exógeno em relação ao sujeito social traduzido de dada realidade individual/social. HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Decorre, portanto, que há um deslocamento do lugar de enunciação,¹²⁸ em que a identidade que seria exercida pela representatividade,¹²⁹ é traduzida.

A epistemologia do Sul Global (“América Latina”), produzida por acadêmicos periféricos pelo Norte Global, ou, da periferia do capitalismo global, entre os quais Nelson Maldonado-Torres, situa a modernidade no colonialismo, que em sua contemporaneidade se expressa pela colonialidade.

A matriz colonial, inaugurada com o expansionismo marítimo, no século XV, é a mesma do "mundo moderno" do século XVIII: a expolição e a consequente subalternização político-econômica e cultural, ao longo dos séculos, dos chamados "colonizados" ou "conquistados". Em síntese, a crítica decolonial é a de que "não pode existir a modernidade sem a colonialidade" (Mignolo apud Maldonado-Torres, 2008, p. 88).

Portanto, o legado da colonização/modernidade, qual seja, a dependência, se inscreve na colonialidade. Reinscreve-se assim, a linha histórica linear, concebida pela historiografia hegemônica — o colonialismo/modernidade, desde o século XV, impõe, no domínio do poder, a racialidade/hierarquização das culturas até os dias atuais, dado o seu âmbito ideológico de permanência.

O pós-colonialismo ou pós-modernidade (no qual se expressa a colonialidade) é o período em foco, investigado pelas epistemes decoloniais constituídas por acadêmicos, no início do século XXI, “do seu testemunho colonial [para subverter] os discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma normalidade hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, ‘raças’, comunidades, povos” (Hall, 2011, p.23-46). O que demarca a modernidade ou a cultura moderna é associar ao indivíduo, enquanto sujeito político, uma identidade fixa resultante da cultura de seu contexto socioeconômico. Como extensão, à sociedade e aos estados-nação, lhes são

¹²⁸ Lugar de enunciação ou lugar de fala é o contexto discursivo no qual a pessoa está inserida. É a pertença de seu grupo social — a sua identidade/linguagem. Em contrapartida, é o seu papel social inscrito pelo dispositivo do saber-poder (conceituação foucaultiana). Entretanto, o aspecto positivo, ou, o empoderamento, a partir da consciência de seu papel social como sujeito político subalternizado, dá-se pela representatividade, pela expressão de sua identidade étnica Ler: Ribeiro, Djamilia. Lugar de Fala. Rio de Janeiro: Pólen Editora, 2019.

¹²⁹ Id.

sujeitados agenciamentos restritos em relação aos centros do poder mundial (Europa Ocidental), a perpetuar a codependência dos primeiros em relação a estes últimos; preservada, ideologicamente, por teorizações como subdesenvolvimento e Terceiro Mundo (Hall, 2011, p.7-18).

Segundo Bhabha, “a crítica pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno” (1998, p. 239).

A cultura moderna tem como contranarrativa a cultura transnacional e híbrida – pós-moderna. Simultaneamente, o decolonial não nega a cultura hegemônica: “os discursos críticos pós-coloniais exigem formas de pensamento dialético que não recusem ou neguem a outridade [alteridade], que constitui o domínio simbólico das identificações psíquicas e sociais” (Bhabha, id., p. 242).

São os fundamentos destas contranarrativas decoloniais que visam: “elaborar estratégias legitimadoras de emancipação” e “encenar outros antagonismos sociais”. A “revisão radical da temporalidade social na qual histórias emergentes possam ser escritas, demanda a rearticulação do ‘signo’ no qual se possa inscrever identidades culturais.” A perspectiva pós-moderna “abandona as tradições da sociologia do subdesenvolvimento ou teoria da dependência [entre as economias centrais e as periféricas – o Centro Sul, México, América Central, África e Ásia]” (Id.).

3.1 Colonialidades: A Globalização E O Viralatismo

“Acho que é mania de pobre, principalmente a gente favelado, registrar uma coisa: faz música, um samba principalmente. O pessoal gosta e não esquece.” Morador da favela da Rocinha ¹³⁰

“Seu Tião, o que o senhor achou de gravar esta entrevista, de contar estas histórias?” “Eu acho que é preciso esse diálogo, porque samba também é cultura. [...] Tem muito compositor que dá lição de história do Brasil e geografia a muitos meninos que estudam e são reprovados no final do ano. Agora, chega em qualquer morro, em qualquer escola de samba, vai encontrar poetas [...]. [...] É preciso que não olhem a gente com menosprezo. [...] O Brasil precisa dessa cultura [...]. É isso aí. Tenho dito” (informação verbal).¹³¹

Os anos 1600 inauguraram o sistema colonial, ou, a divisão internacional do

¹³⁰ Programa de Memória dos Movimento Sociais. Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Favela da Rocinha, 1983, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063.

¹³¹ Id.

trabalho. Concerne à expansão territorial dos estados-nação europeus para o continente americano, asiático e africano, durante os séculos XV a XIX, e o decorrente processo de extrativismo das riquezas naturais e a escravização dos povos, a designada colonização. Reedificada na contemporaneidade, como colonialidade, há que considerar o que a sustenta.

Si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, (colonialidad/modernidad), y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamientos coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje (Mignolo apud Maldonado-Torres, 2007, p.129).

A dimensão econômica e política, portanto, é sustentada pela colonialidade do saber, a que Hall (1997, p.27) designa como “virada cultural”. Segundo o autor, a cultura passaria a exercer uma condição constitutiva da vida social e, portanto, precedendo a esfera político-econômica societal, o que resultaria em governos “através da cultura”. Aspecto, este, que se relaciona com a indústria cultural. Sob este contexto, a cultura ocidental, mais especificamente, a das economias centrais (Europa Ocidental e Estados Unidos), impõe os seus mercados e mantém as demais economias subalternizadas, por meio do mesmo processo de colonização.

Todavia, o que legitima a hierarquização entre as culturas, base estrutural e estruturante da colonialidade do saber-poder?

A colonialidade do saber (a serviço da colonialidade do poder), é autorizada pela racialização dos povos, premissa segundo a qual o estoque cultural dos contingentes é determinado pelas características fenóticas herdadas. Desta forma, a ciência justifica as diferenças sociais e de desenvolvimento entre os países a partir de uma premissa racista, uma vez que a distinção ontológica entre seres humanos é adotada.

Aos EUA e à Europa, continentes que abrigam as economias hegemônicas em um processo que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial, lhes é próprio, segundo o dispositivo de racialidade, uma superioridade difusa em relação aos “latino-americanos”, aos asiáticos e africanos. Desta forma, a escravização, em ordem mundial, é demarcada pela dependência da maioria do globo em relação a um bloco econômico, liderado pelos vencedores da referida Guerra, centralizando-se em os norte-americanos.

A racialização dos povos, base da colonialidade (global e interna) pelo saber-poder, sobredetermina a dinâmica entre as “classes” sociais. O comportamento social da “classe média” e “rica”, passa a refletir a relação de superioridade e subserviência a que o dispositivo da racialidade legitima (sendo, “classe”, assim como “raça”, conceitos que engendram dispositivos de poder, justificando o acréscimo do sinal de aspas aos termos). Foucault teoriza sobre dispositivo como, intrinsecamente, dotado de uma função estratégica dominante (conceito que difere do dispositivo como instrumento de emancipação, a que se refere o título desta dissertação). O conceito de dispositivo nos dá recursos para melhor compreender a “virada cultural”, de Hall, e a relação entre o saber e poder, em Walter D. Mignolo (Mignolo apud Maldonado-Torres, 2007, p.129), ao enunciar que ele (o dispositivo) atua por meio de “estratégias de relações de força, sustentando tipos de saberes e sendo por eles sustentada.”¹³² Para o autor:

Ao instituir um novo campo de racionalidade em que relações de poder, práticas e saberes se articulam, um dispositivo [...] instaura uma prática divisora que primeiramente tem efeitos ontológicos, constituindo sujeitos-forma. No âmbito do dispositivo a enunciação sobre o Outro constitui uma “função de existência” (Foucault apud Carneiro, 2019, p. 38-46).

A “função de existência” é representar o polo negativo para positivar a identidade que se torna padrão — o corpo burguês branco como paradigma da humanidade e civilização. A este “outro”, “sujeito-forma”, se lhe impõe uma desumanização fatalista pois que definida por características permanentes. Inscrito (o “outro”) no “signo da morte”, é instaurada a “ontologia da diferença” (Id.).

O caráter fatalista da “ontologia da diferença” preserva e renova-se, no tempo, a subserviência do “outro” pela autoafirmação do sujeito-padrão a constituir-se em senso comum. Advém que “a moral ditada pela burguesia é um agenciamento político da vida, que se constitui, não através da submissão de outrem, mas em uma afirmação de si” (Id.). Deste aniquilamento:

É que deriva o senso comum, segundo o qual a vida dos brancos vale mais do que a de outros seres humanos, o que se desprende, por exemplo, da conster-

¹³² Associando as conceituações dos três autores (Mignolo, Hall e Foucault), se adotará a expressão dispositivo (de subalternização) do saber-poder, de modo a ressaltar a dominação cultural/ideológica no exercício do poder.

nação pública que provoca a violência contra brancos das classes hegemônicas, em oposição à indiferença com que se trata o genocídio dos negros e outros não-brancos em nossa sociedade (Carneiro, 2019, p.38-46).

Prática discursiva que gera um comportamento social a que, contundentemente resume Souza (2017), é da esfera da síndrome do vira-lata; terreno ideológico fértil para a estigmatização que responde pelos arquétipos/dispositivos do saber-poder “favela” e “favelado”.

O saber ou a produção da verdade é subserviente aos interesses de domínio do poder do capital. Pela força de legitimação da Ciência, as escolas, universidades, bens de consumo cultural, os meios midiáticos e os círculos culturais disseminam o viralismo, o equivalente à colonialidade interna ou brasileira. Utiliza-se do mesmo pressuposto fatalista, pois que, da gênese do ser social, classifica a humanidade entre os sujeitos-padrão e os “outros”. Nesta escala de classificação, o grau de humanização e normalidade entre seres racializados é maior conforme se aproxima do fenótipo heterossexual-branco-nordocêntrico (EUA e Europa Ocidental) e das “classes” de maior concentração de renda, representantes da cultura valorizada. Diametralmente opostas estão as “classes” trabalhadoras, negras e não brancas, os “outros”, a representar o trabalho braçal e muscular, parâmetro este que designo como *índice de colonialidade*.

O *índice de colonialidade* é uma prática discursiva engendradora na racialização. Como demarcador, subalterniza a subjetividade do sujeito, o inscrevendo em grupos sociais cuja anormalidade lhe é inerente. No caso do negro ou da negra — o “outro” —, o extremo “negativo” desta escala, a sua diversidade étnico-cultural é associada a um saber que impõe uma diferenciação social (segundo a racialidade), autorizada por “discursos de raça produzidos no interior das relações de poder” (Foucault apud Carneiro, 2019, p. 46-51).

3.1.1 Dos Interditos da Racialidade: A Normatização-Regulamentação do Biopoder

Foucault apud Castro-Gómez aborda as diferentes práticas engendradas pelos jogos do saber-poder (2005, p.87-93). O autor se refere a correlações de forças estratégicas e dinâmicas que percorrem todo o corpo social. Decorre que o poder não é homogêneo e se adapta às circunstâncias históricas, diante da dependência (do poder) da construção de práticas discursivas para moldar e normatizar as subjetividades. Da di-

mensão de produção da verdade está o saber, a serviço dos interesses de domínio do poder. As verdades impostas são naturalizadas até resultarem em senso comum.

A esfera do saber-poder, portanto, é abordada tanto por Mignolo (2007) e Hall (1997) quanto por Foucault (Foucault apud Carneiro, 2019, p. 38-46). A ressalva é a matriz ontológica embutida na conceituação de biopoder e biopolítica no que diz respeito diretamente ao vira-lata e ao viralatismo (Souza, 2017). A dimensão disciplinar do saber-poder (sob o parâmetro do *índice de colonialidade*) instaura um sistema político-econômico em que o corpo é uma máquina biológica a ser controlada, enfim, uma espécie a ser sujeitada à biopolítica.

Neste modo operante (do saber-poder), há a produção de subjetividades dicotômicas — normal/anormal, vagabundo/trabalhador, doente/saudável — a serem disciplinadas para se adequarem à referência positiva, a um modelo-padrão. Estes dados que pré-definem as condutas dos sujeitos sociais, balizam as tecnologias biopolíticas para a manutenção da ordem social. Cálculos estatísticos e demográficos avaliam os processos que envolvem o corpo-espécie em conjunto, homogeneizando-o e massificando-o. Da avaliação destes fenômenos, se estabelece quais são os que afetam a produção de riqueza pela produção da capacidade produtiva e pelo custo em manter estruturas de tratamento/assistência. Neste sentido, a cobertura social representa gasto. Desta distinção, segundo o “padrão de normalidade” ou o *índice de colonialidade*, são gerenciadas as políticas públicas (que afetam a expectativa de vida dos sujeitos), condicionando, aos “normais”, um maior enriquecimento e sustentação do Estado. Os “aptos” prosseguirão tendo acesso a mais bens materiais e melhores condições de vida, por gerações sucessivas, para patrocinar este mesmo Estado. Torna-se, então, imprescindível definir como política de Estado a estratificação dos grupos sociais, segundo o gênero, etnia e condição social, ou seja, a racialização social diminui os riscos de aplicação de capital. Desta forma, a população é um problema científico e político, potencializando a biopolítica como um saber de governo (Id.).

Os campos de atuação, de produção de riqueza e bem-estar (dos sujeitos), tornam-se cronicamente restritos ou ampliados. E assim o é, pois que o exercício do poder age sobre a sua própria ação — além da normatização, o saber-poder é exercido por meio da regulamentação. Normatização e regulamentação disciplinam as subjetividades, a repercutir na subordinação dos corpos e da linguagem, como expressão de pensamento,

ao extremo de adotarem os modelos de perfeição, de felicidade e de pureza que lhe são anunciados (Id.).

A partir da contribuição de Foucault, adotarei para o biopoder, “viralatismo”, pois além de serem conceituações que se harmonizam, o termo “vira-lata”¹³³ exprime ordinariamente a inferioridade étnica do brasileiro em relação ao Norte Global (EUA e Europa Ocidental), os quais seriam os “caucasianos superiores.”¹³⁴

Em suma, o viralatismo/biopoder é a racialização para fins de governança em seu potencial normatizador-regulamentador.

Foi visto que práticas de poder são dinâmicas e se renovam continuamente, todavia, o projeto de inferiorização será o mais subalterno conforme a colonialidade interna se expressar. A esse respeito, Quijano afirma:

Colonialidade [...] refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controlo da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. (2009, p.73).

A colonialidade global tem como referência a racialização e reverbera no controle da força de trabalho. Destarte, quanto mais sometido ao grau de proletarização que impõe o capital mundial, menos humanizado é o indivíduo.

Portanto, o viralatismo (a colonialidade interna ou brasileira) e, em escala mundial, a globalização (colonialidade global) é a racialização para fins de governança do capitalismo, em um contexto em que as soberanias nacionais são substituídas por “sociedades de regulamentação” a partir da “modernidade ocidental”, ou seja, o “racismo de Estado” ou a “estatização do biológico” (Foucault apud Carneiro, 2019, p. 38-46).

O Poder Sobre A Vida E A Morte

O viralatismo/biopoder percorre o corpo social. É explícito nas políticas públicas destina das aos grupos *minoritários majoritários*, com destaque para o planejamento urbano, cartograficamente racista, assim como os sistemas de educação, saúde, encarre

¹³³ Complexo de vira-lata: expressão criada pelo Dramaturgo e Escritor Nelson Rodrigues, que se refere à inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Complexo_de_vira-lata (Acesso em: 28 de janeiro de 2022).

¹³⁴ Ler SOUZA, Jessé de. A elite do atraso. Op. cit., p.11-35.

ramento e exílio social. Além do Estado, a política partidária a exerce. As entidades católicas e a sua evangelização o reafirmam, a certa medida, assim como os organismos internacionais de “ajuda humanitária”.

Forças políticas endógenas e exógenas, à favela da Rocinha, normatizam e instrumentalizam a população, ora como eleitores em potencial, rebanho ou clientes, respectivamente (não ignorando-se os processos de negociação com os poderes constituídos).

Desta forma revisamos o cenário que nos é familiar, atinente à dissertação, sobre o qual sintetiza Foucault, em se tratando dos campos de intervenção da biopolítica que repercute no poder sobre a vida e a morte:

Eu lhes assinalo [...] as primeiras das suas áreas [da biopolítica] de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é a da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder (Foucault apud Carneiro, 2019, p. 72-76).

É sob esta perspectiva:

Que [inscreve-se] a negritude sob o signo da morte, a partir da análise das distinções que se apresentam no processo nascer-adoeecer-morrer [...] em que se aliam predisposições genéticas com a produção de condições de vida diferenciadas (Carneiro, 2019, p.72-76).

3.1.2 Desde Canudos: A Formação do Arquétipo “Favelado” Sob A Conjuntura da Colonialidade

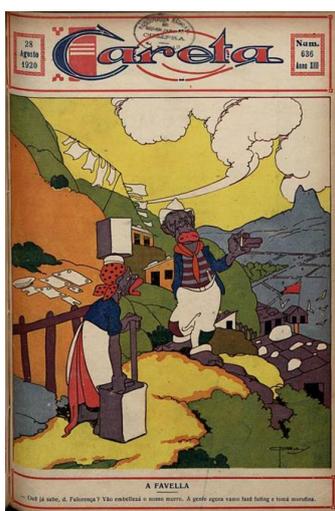


Fig. 30: Fundação Biblioteca Nacional. “A Favella. ‘Ocê já sabe, d. Fullorença? Vão embellezá o nosso morro. A gente agora vamo fazê futting e tomar murufina.’” 28 de agosto de 1920.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=24058>

3.1.2-A Segregação Social



Fig. 31: Morro do Castelo, Rio de Janeiro. S/D.
Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/morro-do-castelo/>

Não irei ater-me ao período da escravização legal vigente no Brasil (1550-1888) e às subsequentes leis segregacionistas, dos primórdios da República, que inauguraram o *apartheid* social da população negra brasileira, haja visto que muito já se publicou sobre o assunto.

Desde os primeiros anos do século XX, a segregação dos grupos sociais empobrecidos (negros e não brancos, em sua maioria), na cidade do Rio de Janeiro, tornou-se uma política de Estado. Morros como o do Castelo e o de Santo Antônio, no Centro da Cidade, foram desmoronados, assim como cortiços e casas de cômodos demolidos. Desta forma logrou-se espaço urbano a fomentar iniciativas estatais (governo estadual e federal) de urbanização e embelezamento da capital federal (Rio de Janeiro).

Lima Barreto e Joaquim Manuel de Macedo foram um dos jornalistas que defenderam o alto cume das “reformas civilizatórias”,¹³⁵ em discordância com a ala do “bota-baixo”, dentre os quais, os renomados escritores Machado de Assis, João do Rio e Luiz Edmundo.

O combativo cronista e escritor cobriu o processo de desmoronamento do Morro do Castelo, que se deu por meio de maquinários como bombas hidráulicas (vide deta

¹³⁵ Disponível em: <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/index.php/galerias/87-exposicoes/o-rio-do-morro-ao-mar/saiba-mais/219-na-era-das-demolicoes-o-morro-do-castelo.html>

lhe na figura 34). Barreto foi o autor de “Os Subterrâneos do Morro do Castelo” e uma série de reportagens pela Revista Careta (figura 30), intitulada Megalomania, publicada em 1920, que viria denunciar o projeto e defender a sua preservação, aludindo à importância histórica do monte. Este periódico é custodiado pela Fundação Biblioteca Nacional que, além do Instituto Moreira Salles, do Rio de Janeiro, e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro é detetora de documentação sobre o morro.

Lima Barreto incita ao debate, na reportagem publicada em 28 de agosto de 1920, sobre a utilidade pública de “deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras”. São “reformas [...] fantásticas e babilônicas [...] que elites propõem sejam feitas, no mais breve espaço de tempo possível”. Enquanto “miseráveis e pobres que não tem um hospital para se tratar, [...] mendigos e estropiados [...] não possuem asilo onde se abrigar”. Válido se torna reproduzir o seguinte parágrafo que demonstra a crítica mordaz deste gênio literato, um grande observador atento às mazelas e “megalomanias de seu tempo”¹³⁶:

A função primordial dos poderes públicos [...] é fornecer passatempos a quem os já tem de sobra [...]. Nesse caminho, a Prefeitura deve desapropriar as “montras” [vitrines] da rua do Ouvidor e da Avenida (provavelmente a Avenida Central, atual Rio Branco) para ampliá-las, embelezá-las [...]. De quando em quando, dá-nos essa moléstia [megalomania] e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cinematográficas. [...] Queremos arrasar o Morro do Castelo, tirando a habitação de alguns milhares de pessoas. Como lógica administrativa, não há coisa mais perfeita!¹³⁷

O que nos interessa ressaltar é que a opinião pública é capitaneada por meio dos mesmos argumentos para operar programas de segregação social de áreas empobrecidas, décadas antes da exacerbação da miséria com o conseqüente adensamento demográfico que originou as favelas urbanas. Quiçá, pela própria estrutura societária reacionária-elitista, reiteradamente abordada neste trabalho, a expectativa é justamente por um porta-voz que lhe venda um enunciado a remediar os falsos moralismos de plantão.

Sanitaristas, respaldados pela ciência, legitimam o discurso higiênico pela aeração e ventilação da cidade, uma vez removidos “a ralé de novos escravos” (a que se refere Jessé de Souza). Engenheiros e planejadores defendem o embelezamento associa-

¹³⁶ Artigo Na Era das Demolições: O Morro do Castelo, referente à exposição O Rio do Morro Ao Mar. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012-2013.

¹³⁷ BARRETO, Lima. Megalomania. Revista Careta, Ed. 0064, 1909.

do ao que chamam de civilidade. Em relação ao Morro do Castelo, o discurso específico, no que se refere à saúde pública, primava pela penetração dos ventos do mar e a circulação do ar na cidade, prejudicada pelo relevo histórico, resultando em a proliferação das pestilências causadoras das doenças tropicais que afetavam a população, inclusive a mais pobre. Ao avançar o século XX, a justificativa de expulsão devido a “obra por interesse público” e a questão ambiental, somou-se a argumentação pela periculosidade que, associado ao estigma do favelado/banditismo, persuadi a classe média para a expulsão de camadas empobrecidas dos centros urbanos. Quando não, eventos pontuais deflagram obras de grandes vultos, o que ocorreu na década de 1920, quando a Exposição Internacional pelo Centenário da Independência foi uma das justificativas para a extinção do Morro do Castelo, assim como ocorreu com os grandes eventos esportivos Copa do Mundo e Olimpíadas, sediados pela cidade, respectivamente, em 2014 e 2016, a resultar em novas remoções.¹³⁸



Fig. 32: Instituto Moreira Sales. Demolição do Morro do Castelo. No alto, à direita, a igreja de São Sebastião. Rio de Janeiro. 29 de outubro de 1921
Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=morro-do-castelo>

¹³⁸ SIMAS, Daniel. O Desmonte do Morro do Castelo. Fundação Biblioteca Nacional, 2020. Disponível em: < <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/desmonte-morro-castelo> > Acesso em: 3 de abril de 2023.



Fig. 33: Fundação Biblioteca Nacional. Moradores do Morro do Castelo.
Revista Careta, 19 de julho de 1924
Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=14030>



Figura 34: Instituto Moreira Sales Demolição do Morro do Castelo. Rio de Janeiro

Desmoronamento do Morro do Castelo.
9 de outubro de 1922. Disponível em:
<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=14030>

No alto do Morro do Castelo, as ruínas da Igreja
de São Sebastião. 14 de outubro de 1922.
Disponível em:
<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=14030>

Portanto, assim como o Morro do Senado e o de Santo Antônio, dentre demais elevações que compunham o conjunto topográfico serra-mar do Rio de Janeiro, o Morro do Castelo deveria ser “expurgado” do Centro da Cidade para descaracterizar a feição colonial da capital federal da República. O interesse pela valorização dos terrenos mobilizava as deliberações das autoridades públicas e sanitárias.¹³⁹

Nas primeiras décadas da República, a saber, entre as gestões Pereira Passos e Carlos Sampaio (1920-1922), com o desmonte de morros, aterros de lagoas e arrasa-

mento de ruas, dá-se a construção de amplas avenidas e o Centro da cidade adquirira ares de modernidade, assim como ambicionavam os engenheiros e urbanistas:

Semelhante às antigas e prestigiosas instituições que, arraigadas aos costumes dos povos e defendidas pelos interesses e pelas tradições de classes privilegiadas, resistem à força potente da civilização e do progresso, e à influência destruidora do tempo, e só pouco e pouco se vão desmoronando, agora pelo triunfo pacífico de novas ideias, logo pelo impulso violento de uma revolução política, o Morro do Castelo, firmado em sua imensa base, tem até hoje zombado de não quantos projetos e planos de arrasamento com que o ameaçam desde muitos anos [...].¹⁴⁰

Assim como a elite econômica desceu os morros e, em contrafluxo, as camadas pobres os subiram, provavelmente os ex-escravizados acompanharam estes últimos, a manterem-se com residência próxima aos seus postos de trabalho.



Fig. 35: Instituto Moreira Sales. Largo da Igreja de São Sebastião do Rio de Janeiro (a antiga Sé). 31 de março de 1920. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=14030>

139 Id.

140 Id.



Fig. 36: Instituto Moreira Sales. Demolição do Morro do Castelo
Rio de Janeiro, 23 de março de 1925.

Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=morro-do-castelo>

O Morro do Castelo, particularmente, foi o primeiro núcleo urbano da cidade após a sua transferência, no século XVI, do sopé do Morro Cara de Cão, no atual bairro chamado Urca (zona Sul), para o Alto de São Sebastião que veio a ser conhecido como Morro do Castelo. A demolição, iniciada em 1904, terminaria em 1950.¹⁴¹

Dentre as primeiras edificações, lá estavam instalados a primeira Sé, consagrada ao padroeiro São Sebastião, o colégio e a igreja dos jesuítas, a cadeia pública a câmara municipal e demais prédios públicos, assim como moradias que se conservaram até o século XVII.¹⁴²

No século seguinte, conforme a cidade crescia se transferia para a várzea, provavelmente para a região hoje conhecida como Praça XV e adjacências (Centro da cidade), onde foi instalado o porto. Desde essa época deu-se os primeiros aterros de charcos e pântanos e rios foram desviados e canalizados. Ao mesmo ritmo os prédios públicos foram ocupando a planície, desativando os imóveis no Castelo, assim como ocorreu com as propriedades da irmandade após a expulsão dos jesuítas do Império português.¹⁴³ A administração pública e a elite, ao desabitarem o antigo cume, restou a permanên-

¹⁴¹ Id.

¹⁴² Artigo Na Era das Demolições: O Morro do Castelo, referente à exposição O Rio do Morro Ao Mar. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012-2013.

¹⁴³ Id.

cia e a ocupação da população mais pobre e, conseqüentemente, o abandono da região, tornando-a esquecida das autoridades públicas, iniciando assim um processo de periferização.¹⁴⁴

Foi desta forma que o morro histórico viu-se vulnerável diante de empreendimentos urbanísticos “megalomaniacos”.

O Morro de Santo Antônio e o do Senado



Fig. 37: Fundação Biblioteca Nacional. Morro do Castelo (grifado em verde), Morro de Santo Antônio e Morro do Senado. Rio de Janeiro. S/D. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=14030>

Os moradores do Morro do Senado (centro da Cidade), em diversas ocasiões foram ameaçados de serem removidos, mas conseguiam permanecer por meio de ordem judicial. Todavia, em 1916, um grande incêndio, de causas desconhecidas [!] fez com que os residentes se transferissem para o Morro do Telégrafo, próximo à Quinta da Boa Vista.¹⁴⁵

Em meados da década de 1960, o arrasamento do Morro do Senado seria concluído.

Em seu lugar surgiu a esplanada composta por arranha-céus, a abrigar entida-

¹⁴⁴ Id.

¹⁴⁵ Id.

des públicas como o BNDES e a Petrobrás, no Centro da Cidade, próximo ao atual Largo da Carioca.¹⁴⁶

A gestão do prefeito Pereira Passos extinguiu ou iniciou as obras de desmoroamento de três relevos, localizados no Centro da cidade, entre os anos de 1895 a 1905. Na figura 37 são eles o Morro do Castelo e, na sequência, de baixo pra cima, o de Santo Antônio e o Morro do Senado. Este último se localizava no Campo de Santana, onde hoje é a Praça da Cruz Vermelha. Por avizinhar-se ao Senado, no prédio onde atualmente abriga a faculdade de direito da UFRJ (CACO), recebeu essa denominação.¹⁴⁷

Em meados da década de 1960, o arrasamento do Morro do Senado seria concluído.¹⁴⁸ Em seu lugar surgiu a esplanada composta por arranha-céus, a abrigar entidades públicas como o BNDES e a Petrobrás, no Centro da Cidade, próximo ao atual Largo da Carioca.¹⁴⁹

A extinção do Morro do Senado deu lugar às avenidas Mem de Sá e Gomes Freire.¹⁵⁰

O Morro de Santo Antônio¹⁵¹

"O quadro ofende, de qualquer forma, o cenário da praça [atual Largo da Carioca]. Não raro, aos sábados, senhoras elegantíssimas, homens de sobrecasaca e de cartola, fazem mescla, com essa gentinha alvoroçada e suja. [...] Imundos quiosques [...] que vendem café-caneca, cachaça e broas de milho, reunindo ranchos espetaculosos de bêbados e vagabundos em torno. [...]. E dizer que é, essa, uma parte do coração do Rio de Janeiro na aurora do século XX!"

Na "aurora do século XX,"¹⁵² por volta de 1920, o Largo da Carioca e as ruas no entorno, que se avizinhavam ao Morro do Senado, já haviam sofrido profundas transformações.

¹⁴⁶ Id.

¹⁴⁷ Id.

¹⁴⁸ Id.

¹⁴⁹ Id.

¹⁵⁰ Na figura 37, localiza-se entre os morros do Castelo e do Senado.

¹⁵¹ Id.

¹⁵² Luís Edmundo. O Rio de Janeiro do Meu Tempo. Brasília: Senado Federal, 2003. p. 74, 82 e 83. Artigo Na Era das Demolições: O Morro de Santo Antônio, referente à exposição O Rio do Morro Ao Mar. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012-2013.



Fig. 38: Museu Histórico Nacional. No detalhe, um quiosque típico do Centro da Cidade do Rio de Janeiro do século XIX. Mercado da Praia do Peixe, 189? Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=morro-do-castelo>



Fig. 39: Casa de Oswaldo Cruz. Uma estalagem na Rua Caminho Pequeno no Morro de Santo Antônio. Rio de Janeiro, 1916. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=13719>

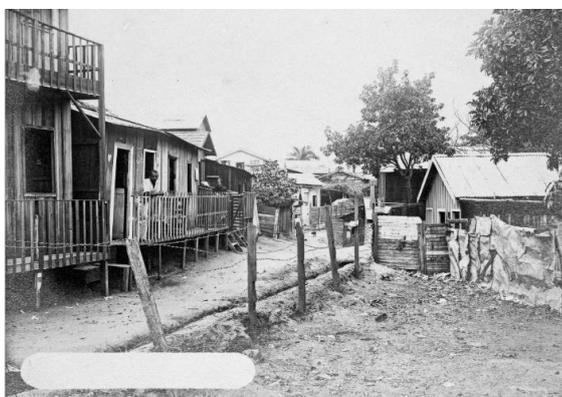


Fig. 40: Casa de Oswaldo Cruz. Início da Rua Rio de Janeiro no Morro de Santo Antônio. Rio de Janeiro, 1916. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=13719>

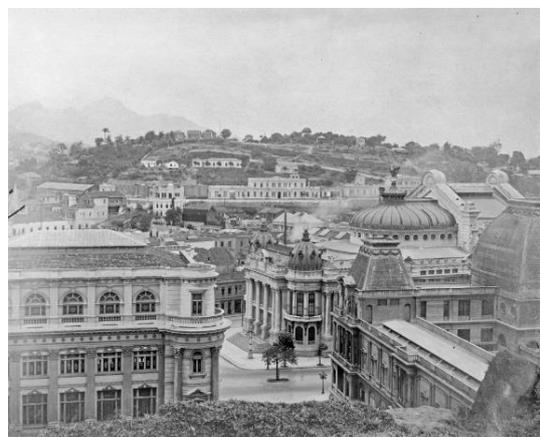


Fig. 41: Casa de Oswaldo Cruz. Foto realizada no alto do Morro Castelo, do Morro de Santo Antônio (No detalhe, a partir do morro, os prédios do Teatro Municipal, do Museu de Belas Artes e da Biblioteca Nacional (?), todos preservados até os dias atuais). Rio de Janeiro, 1916. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=13719>

das quais restou o convento de Santo Antônio.¹⁵³

O Hospital da Ordem Terceira da Penitência, os quiosques, ponto de encontro dos "bêbados e vagabundos" dos morros do Castelo, Senado e Santo Antônio, como afirma ironicamente Luis Edmundo (prólogo acima) e antigas edificações foram varridas para o regozijo da "boa sociedade carioca". Inclusive, um exemplar, dentre os quiosques mencionados por Edmundo, pode ser apreciado na figura 38. O chafariz, que não mais abastecia a população como fonte de água, foi demolido em 1925. "Magazines e lojas elegantes" condiziam com a cidade "civilizada", ao longo da rua da Carioca ampliada e festejada por políticos e pela imprensa.¹⁵⁴

Na década de 1920, segundo um plano urbanístico elaborado pelo francês Alfred Agache, em lugar do antigo cume se construiria vias de ligação da cidade e um bairro comercial. O plano Agache foi abortado para, em 1950, o arrasamento do morro possibilitar a abertura das avenidas Chile e República do Paraguai. O conjunto arquitetônico do convento foi poupado em razão de seu tombamento, em 1938. Grandioso, o edifício ainda se impõe sobre o largo da Carioca, como que uma fortificação.¹⁵⁵

O Centenário da Independência do Brasil



Fig. 42: Fundação Biblioteca Nacional. Álbum da Exposição Internacional do Centenário da Independência, 1922. Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1922 a 31 de março de 1923.

Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=morro-do-castelo>

¹⁵³ Artigo Na Era das Demolições: O Morro de Santo Antônio, referente à exposição O Rio do Morro Ao Mar. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012-2013.

¹⁵⁴ Id.

¹⁵⁵ Id.

A Exposição Internacional do Centenário da Independência (1822-1922), com o arrasamento do antigo morro, logra espaço para abrigar os pavilhões e os palácios construídos para o evento. Treze nações foram representadas: Estados Unidos, Argentina, e México, Inglaterra, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica, Noruega e Japão. Apenas quatro dessas construções resistiram ao tempo e à especulação imobiliária, entre as quais o pavilhão da Administração, atualmente o Museu da Imagem e do Som e o palácio da França, o Centro Cultural Casa França-Brasil, além das edificações que atualmente sediam o Museu Histórico Nacional, o Museu da Imagem E do Som, a Academia Brasileira de Letras e o Ministério da Saúde.¹⁵⁶

Os “Estandes” da Exposição de 1922



Fig. 43: Fundação Biblioteca Nacional. Pavilhão das Grandes Indústrias, atual Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, 1922. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=13719>

¹⁵⁶ Marly Motta. Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: < <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/desmonte-morro-castelo> >



Fig. 44: Instituto Moreira Sales. Exposição Internacional do Centenário da Independência Rio de Janeiro, 1922. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=morro-do-castelo>



Fig. 45: Instituto Moreira Sales. Exposição Internacional do Centenário da Independência, Pavilhão México. Rio de Janeiro, 1922. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/discover?query=pavilh%C3%A3o+do+m%C3%A9xico>



Fig. 46: Instituto Moreira Sales. Exposição Internacional do Centenário da Independência, Pavilhão Japão. Rio de Janeiro, 1922. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=13719>

É flagrante o contraste das imagens. Era necessário expurgar o que representava a miséria e a cidade colonial e apresentar a modernidade da república brasileira, tendo como anfitriã a capital federal após o franco (parisiense) embelezamento e higienização dos cortiços, estalagens, sobrados e mocambos. Onde se refugiou este contingente? Parte dos exilados se transferiu compulsoriamente para o Morro da Favela (o atual Morro da Providência) que, como o Morro do Castelo e o de Santo Antônio, também se localiza no que hoje é o Centro da Cidade (embora não deva ser desconsiderado que se tratava de distâncias mais longínquas).

A este tempo, a região, que seria denominada como favela da Rocinha, pertencia aos arrabaldes da cidade. No início da década de 1920, os primeiros moradores da Rocinha usufruíam de uma área rural e trabalhavam bem próximo aos seus postos de trabalho. O suntuoso hotel nacional, um marco da valorização imobiliária da região, seria construído cinquenta anos depois.

Dentre as reformas implementadas pelas esferas públicas, talvez a mais conhecida foi a “Pereira Passos” (mencionada anteriormente). Assomado a estes fluxos urbanos, dentre os “abolidos” das fazendas agroexportadoras e os “escravos de ganho”¹⁵⁷ das

¹⁵⁷ Durante o Brasil Colonial e o Império (XVI-XIX) eram escravos que realizavam, sob obrigatoriedade, alguma prática comercial na zona urbana, cujo lucro (o somatório quase total) era destinado ao seu proprietário. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escravos_de_ganho (Acesso em: 4 de fevereiro de 2023).



Figura 47: À esquerda, o hotel Nacional visto da praia de São Conrado. À direita, a favela da Rocinha e o hotel Nacional ao fundo. Rio de Janeiro, S/D.

Disponível em:

https://en.wikipedia.org/wiki/Hotel_Nacional_Rio#/media/File:Hotel_Nacional_Rio_de_Janeiro.jpg

Disponível em:

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rocinha - S%C3%A3o_Conrado.jpg

regiões centrais da Cidade, posto que o instituto da escravidão passa a ser ilegal a partir de 1888, estão os flagelados da desigualdade social das regiões Norte e Nordeste do Brasil, rumo a capital federal, principalmente durante as primeiras décadas do século XX.

A política higienista das primeiras décadas do século XX, a influenciar decisivamente na ocupação do espaço urbano conforme anteriormente abordado, é retomada na década de 1960 com uma maior intensificação das remoções de favelas da zona Sul e Centro da Cidade, o que gera um novo fluxo de migrantes entre favelas. A pesquisa “Mudanças Ocorridas Nas Favelas E Em Suas Organizações Comunitárias”¹⁵⁸ (Oliveira, 1993, p. 29), aponta que nesta década, a formação ou a maior densificação das favelas derivou do achatamento salarial incontido e do vertiginoso aumento do preço da terra urbana (Oliveira, 1993, p. 72). A situação será agravada com o retorno dos favelizados

¹⁵⁸ Vide o tópico 3.2.4, “Condições de Moradia E de Vida: A Prestação dos Serviços Públicos E Melhoramentos Urbanos.”

que, uma vez transferidos para conjuntos habitacionais, por intermédio dos programas governamentais de remoção de favelas, além de retornarem para comunidades vizinhas acorrem a regiões desabitadas da Cidade, formando tantas outras comunidades (processo já anteriormente abordado). E, finalmente, o “Milagre Econômico” foi um programa governamental implementado durante a ditadura (1970’) o qual acentuou o nível de miserabilidade e a desigualdade social no país.

Estes dados, portanto, esclarecem que foi um conjunto de fatores que resultaram na superpopulação das favelas cariocas, em contraponto ao preconceituoso discurso que associa, tão somente, o adensamento demográfico ao fluxo nordestino/nortista para cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Acerca da historicidade das favelas, destaco a abordagem de Brum (2012), autor que remonta ao movimento conselheirista¹⁵⁹ (1896-1897), levante ocorrido no sertão baiano em período de transição para o sistema republicano. Os ex-combatentes se transferiram para o Morro da Providência ou Morro da Favela, próximo à sede do Exército brasileiro (Centro da Cidade), para aguardar o recebimento de seus soldos. O escritor Euclides da Cunha cobriu o conflito como correspondente do jornal O Estado de São Paulo, em 1897. É flagrante a semelhança da descrição dos “elementos étnicos” formadores das “raças mestiças do Brasil”, entre “silvícolas”, “bantos” e “o português”, a integrar o arraial de Canudos, com a tônica das reportagens dos periódicos que cobrem a coleção em estudo:

Qualquer, porém, que tenha sido o ramo africano para aqui transplantado trouxe, certo, os atributos preponderantes do homo afer, filho das paragens adustas e bárbaras, onde a seleção natural, mais que em quaisquer outras, se faz pelo exercício intensivo da ferocidade e da força [...]. Quanto ao fator aristocrático de nossa gens, o português, que nos liga à vibrátil estrutura intelectual do celta, está, por sua vez, malgrado o complicado caldeamento de onde emerge, de todo caracterizado (Cunha, 1902, p.68, grifo nosso).

¹⁵⁹ Movimento Conselheirista ou Movimento de Antônio Conselheiro (ver Nascimento, 2021, p.194). Conflito armado conhecido pela história oficial como Guerra de Canudos que envolveu o Exército Brasileiro e membros da comunidade sócio-religiosa liderada por Antônio Conselheiro, em Canudos, no interior do estado da Bahia. Os confrontos finalizaram com a destruição da comunidade e a morte da maior parte dos 25.000 habitantes de Canudos. A região, historicamente caracterizada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico, passava por uma grave crise econômica e social. Milhares de sertanejos partiram para Canudos, cidadela liderada pelo peregrino Antônio Conselheiro, unidos na crença em uma salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Canudos (Acesso em: 4 de fevereiro de 2023).

Valladares aponta que:

A dualidade sertão e litoral que Canudos inscrevia no plano nacional, a favela trazia à capital da República. Em Canudos e na favela reinavam o atraso, o messianismo, o exótico, a desordem e a falta de moral; no litoral e na ‘cidade’ havia (...) o progresso, racionalismo, modernidade, ordem e hábitos civilizados (Valladares apud Brum, 2012, p.37).

Brum tem acesso a documento da Subcomissão de Favelas (Ministério do Trabalho), emitido em 1952, durante o governo Getúlio Vargas, no qual confirma a concepção negativa do sertanejo que ensejou em a do favelado: “Conforme os maus hábitos já adquiridos de morar, sem qualquer preocupação com higiene e conforto, contentam-se em residir em ‘barracos’, ‘mocamos’ ou ‘malocas’ que se achem mais perto de seu trabalho” (2012, p.45).

A intelectualidade colonialista, mais notadamente, sanitaristas, médicos eugenistas, higienistas, ambientalistas e jornalistas, chancelaram a política de Estado racista que, desde a República Velha (1889-1930), propaga um discurso atinente à biopolítica/viralatismo, a justificar o exílio de populações pobres. Teorias sanitaristas respondem pela profilaxia, pela melhor aeração dos ventos, a repercutir em clima mais salutar.

Em meados do século XX, especificamente, a partir do governo Carlos Lacerda (1960-65), as administrações públicas implementaram medidas baseadas no estigma do “favelado” e da “favela”, qualificado como marginal, “parasita do Estado”, “fisicamente sujo e promíscuo”, apresentando “qualidades morais nas quais não se pode confiar” (Ibid). Neste período, as políticas de governo, direcionadas a “aglomerados subnormais”, foram alinhavadas pelo discurso da preservação estética da cidade. Outro argumento predominante respondia pela “área de risco”, enfatizando a vulnerabilidade das favelas quanto a acidentes naturais, como deslizamentos de terra que teriam como causa a falta de infraestrutura urbana. Mais parte (e na atualidade) essa qualificação seria relacionada às áreas mais expostas à violência urbana, agravado pela evolução do narcotráfico. Desde então o morador em favela passa a ser mais fortemente incriminado e associado à mácula do banditismo. Ao longo dos anos a qualificação como “área de risco” se estende das favelas à região em seu entorno, igualmente estigmatizada pelo “asfalto” ou a dita “classe média”.

Apreciamos as autoridades públicas e a intelectualidade colonialista como funcionários que são do viralatismo. Toda a depreciação contra o morador em favela,

transmutado em o “favelado”, irá demarcá-lo no *índice de colonialidade* a incidir sobre a precarização da sua vida, quando não, como um prévio atestado de óbito.

Posteriormente, foi disseminado o argumento ambiental que primava pela remoção para a preservação ou recuperação de áreas verdes. Discursos que escamoteiam o que será qualificado como *etnogeocídio* ou racismo cartográfico, variação do racismo, que interfere no planejamento urbano de modo a segregar os “outros” – negros, não-brancos, nordestinos, nortistas, o operariado pobre, enfim, o que não se adequa à sociedade normatizadora-regulamentadora e ao perfil branco burguês, o padrão positivo do “índice”.

O *etnogeocídio* é um legado do próprio período tricentenário escravocrata:

Considerando a descartabilidade social que caracteriza a situação do negro no pós-abolição, fundada na convicção de sua inaptidão para a sociedade disciplinar, a condição de incorrigível aparece como inerente ao ser negro, determinando as formas de controle e punição que sobre ele se exercerão bem como o estado de suspeição permanente em que será socialmente apreendido e as formas de normatização que lhe corresponderão a partir da atribuição de suspeição e incorrigibilidade (Carneiro, 2019, p. 125).

As instituições sociais, inclusive as de correição, lhe impugnará (ao negro) maior vigilância, pois exercida “não ao nível do que se faz, mas do que se é” (Focault apud Carneiro, 2019, p. 125). Neste sentido, “os atos infracionais dos negros são a consequência esperada e promovida da substância do crime que é a negritude” (Carneiro, 2019, p.125-133).

Assim sendo, o processo de urbanização e industrialização das cidades brasileiras flagram o *etnogeocídio*. O *racismo cartográfico* tem como alvo principal sempre foi a população negra e pobre, a refletir sobre os “quase negros” pela sua condição de pobreza e miséria. Historicamente, os planejamentos urbanos, desde o período imperial, primaram por expurgar e segregar a massa empobrecida das elites econômicas. Assim foi com o cais do Valongo, aterrado para se tornar o cais da Princesa Teresa Cristina Maria de Bourbon,¹⁶⁰ com o arrasamento dos morros centrais da cidade, dentre os quais, o do Castelo e o Morro de Santo Antônio, os primeiros núcleos urbanos do Rio de Janeiro que, empobrecidos, seriam removidos dos olhares da sociedade carioca, e tantas outras remodelações, aterros, desmoraamentos, incêndios criminosos, de populações inteiras e de marcos da escravização, enfim, varreduras gerais para suprir as ambições

¹⁶⁰ Wikipédia. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1645/>

aristocráticas e de mercado.

A ocupação de áreas desabitadas por favelas, em um primeiro momento não valorizadas pelo mercado imobiliário, irá despertar a planificação dos capitalistas, o que será abordado mais adiante, em relação a ocupação da região que ficaria conhecida, no entrar do século XX, como favela da Rocinha.

3.2 Poder, Saber E Subjetivação: O Racismo Étnico-Cultural (Estrutural)

3.2.1 “Taubá de Tiro Alvaro”: A Licença Poética Não Autorizada

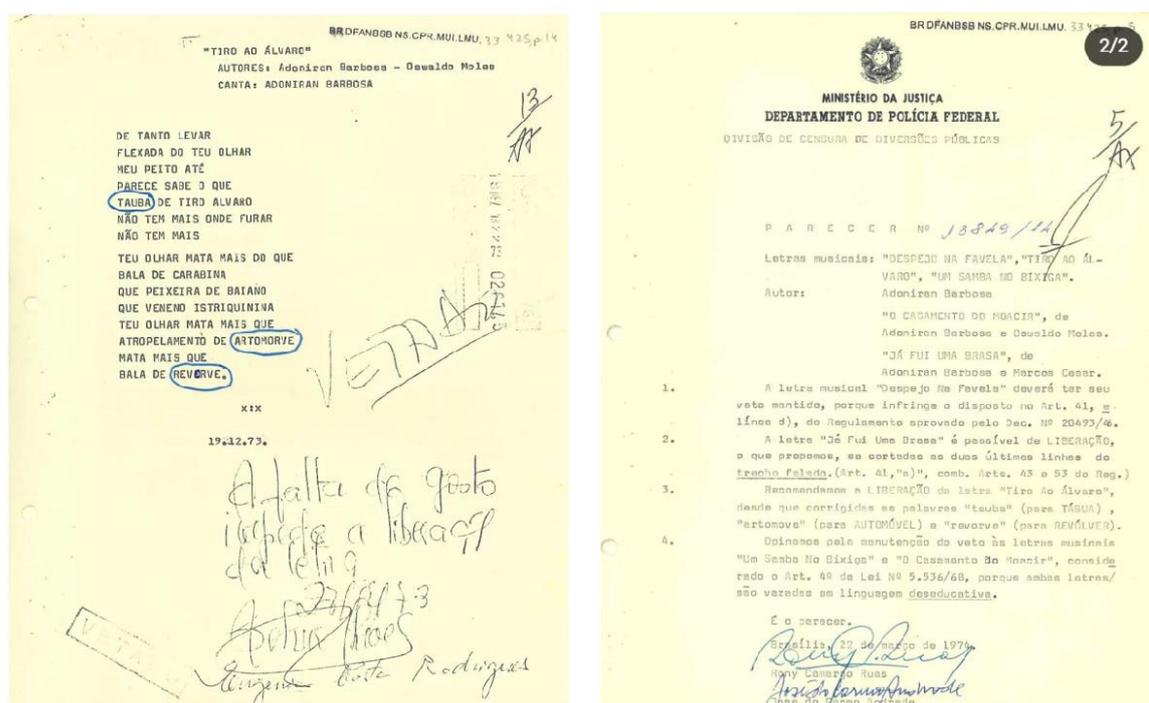


Figura 48: Portal Documentos Revelados (Editora Campo). Parecer da censora Eugênia Costa Rodrigues, referente às composições de Adoniran Barbosa, “Tiro Ao Álvaro”, “Despejo Na Favela” e “Um Samba do Bexiga”. Brasília, 1973. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/documento-mostra-censura-da-letra-de-tiro-ao-alvaro-de-adoniram-barbosa/>

Na imagem acima, a composição “Tiro ao Alvaro,”¹⁶¹ de Adoniran Barbosa e Oswaldo Moles, é censurada na década de 1970 pela Divisão de Censura de Diversões Públicas. Segundo o parecer, a “falta de [bom] gosto impede a liberação da obra”, recomendando-se a correção das palavras para a norma culta da língua Portuguesa como

¹⁶¹ Documentos Revelados. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/documento-mostra-censura-da-letra-de-tiro-ao-alvaro-de-adoniram-barbosa/> (Acesso em: 14 de dezembro de 2022).

prerrogativa para a liberação. “Tauba”, “artomove” e “revorve” expressam uma linguagem cotidiana, de origem italiana, típica de alguns bairros paulistanos como Barra Funda e Brás. Exponente da classificada como música popular, representante do samba do Bixiga, bairro operário de São Paulo, Adoniran nasceu em Valinhos (SP) em 1910. Era filho de italianos que migraram para o Brasil em um afluxo de substituição de mão de obra africana escravizada pela de imigrantes europeus empobrecidos, que ocorria desde fins do século XIX.¹⁶²

Originalmente, a vitimização do personagem seria pela “flexada” do olhar da amada, a musa da canção. Entretanto, o alvo seria facilmente o Álvaro, a depender do *índice de colonialidade* a que não superara — homem, se pobre, se preto, se “favelado”, alvo de “bala de revorve” que “não tem mais onde furar”. Ou melhor, auto de resistência,¹⁶³ “eventuais incidentes” noticiados recorrentemente pela imprensa. Acaso trinta tiros, quiçá, uma bala alojada no crânio do “elemento” (termo típico de linguagem jornalística), abatido em legítima defesa (do policial!) durante operação policial.

É de notar que demais obras do mesmo autor foram vetadas, como “Um Samba no Bixiga” e “Despejo na Favela” que, segundo o censor, são “[letras] vazadas de linguagem deseducativa”.¹⁶⁴

“Despejo,”¹⁶⁵ como crônica musical, registra a prática das remoções de favelas, operações contemporâneas a Adoniran:

Quando o oficial de justiça chegou / Lá na favela e, contra seu desejo
Entregou pra seu Narciso / Um aviso, uma ordem de despejo
Assinada, seu doutor / Assim dizia a petição
Dentro de dez dias quero a favela vazia / E os barracos todos no chão
É uma ordem superior / [...] Não tem nada, não, seu doutor, não tem nada, não
Amanhã mesmo vou deixar meu barracão / [...] Vou sair daqui pra não ouvir o
ronco do trator / Pra mim não tem problema

¹⁶² ebiografia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/adoniran_barbosa/ (Acesso em: 14 de dezembro de 2022).

¹⁶³ O artigo 292º do Código de Processo Penal (auto de resistência) tem por finalidade registrar os eventuais incidentes ocorridos durante a prisão, mas jamais substitui um ato de prisão em flagrante quando um crime é constatado. Se o pre so praticar a resistência (art. 329º do código penal), lavra-se o devido flagrante, igualmente. Decreto Lei nº 3.689 de 03 de Outubro de 1941. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/69748/o-auto-de-resistencia> (Acesso em: 14 de dezembro de 2022).

¹⁶⁴ Documentos Revelados. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/documento-mostra-censura-da-letra-de-tiro-ao-alvaro-de-adoniram-barbosa/> (Acesso em: 14 de dezembro de 2022).

¹⁶⁵ ebiografia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/adoniran_barbosa/ (Acesso em: 14 de dezembro de 2022).

Em qualquer canto me arrumo/ [...] Depois o que eu tenho é tão pouco/ Mi-
nha mudança é tão pequena/ Que cabe no bolso de trás/ Mas essa gente aí,
hein, como é que faz?
Mas essa gente aí, hein, como é que faz?...

Adoniran Barbosa, pseudônimo de João Rubinato, retratava em sua arte o cotidiano das camadas pobres da população urbana e as mudanças causadas pelo processo de industrialização e urbanização no país.

A censura pela “linguagem deseducativa” ou “falta de bom gosto”¹⁶⁶ está inscrita no racismo estrutural-estruturante, cujo qual o viralatismo se expressa. A colonialidade, prática discursiva que se impõe por meio da hierarquização étnico-cultural, é a tônica que alude à crítica do censor. O “bom gosto” não seria associado a composições que não retratam a estética hegemônica (branca e burguesa), menos à uma temática que denuncia abismos sociais, como é o caso da remoção de uma favela em “Despejo”.

Todo racismo é *necroracismo*, abriga o impulso do extermínio ou a precarização da vida do “outro” (foucaultiano), seja do convívio social, seja as expressões da cultura (quando não se tornam um produto cultural). Adoniran era branco, mas “quase negro”, pela condição social e pelo que propunha com a sua obra. Quase negros também são os nordestinos pobres e os brancos “favelados”. Por extensão, são descartáveis, apesar do “alvo” primordial continuar sendo o negro (abordagem já reiterada, a referir-se ao *índice de colonialidade*).

Até o presente momento, verificou-se as variações da racialidade: o biopoder/viralatismo, a colonialidade global e o *etnogeocídio* (variante etimológico, por neologismo, de *etnocídio*¹⁶⁷ e racismo étnico-cultural¹⁶⁸). Haja visto a sua amplitude e renovação no tempo, o racismo que deriva da racialização dos povos, os hierarquizando (entre os pólos negativo e positivo), torna-se, então, estrutural e estruturante. Eficaz em seus meios de normatização-regulamentação, em relação ao genocídio negro, torna-se redundante acrescentar, ao vocábulo, o prefixo “necro” (*nekros* = cadáver, em grego).

O racismo estrutural, portanto, incide em todas as esferas da subjetividade do

¹⁶⁶ Documentos Revelados. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/documento-mostra-censura-da-letra-de-tiro-ao-alvaro-de-adoniram-barbosa/> (Acesso em: 14 de dezembro de 2022).

¹⁶⁷ O etnocídio engloba o genocídio cultural.

¹⁶⁸ O racismo étnico-cultural, ou estrutural, se relaciona à hierarquização étnico-cultural que o próprio processo de racialização impõe aos indivíduos e às nações.

ser negro: nas expressões da cultura – epistemicídio¹⁶⁹ – na sobrevivência material, nos processos de insurreição social, enfim, engendrado em todas as dimensões do sujeito social.

A imagem seguinte, da exposição "Carolina Maria de Jesus: Um Brasil Para Os Brasileiros", promovida pelo Museu de Arte do Rio e sediada pelo Parque de Madureira (subúrbio do Rio de Janeiro), entre novembro e dezembro de 2022, retrata a subjetividade alicerçada em padrões de domínio brancos, que são resultantes de discursos historicamente construídos, sob o paradigma da racialização. Nos convoca Foucault, quanto a produção de um discurso: “é preciso [diante de um discurso] perguntar quem ele pretende subordinar, que saberes e sujeitos ele pretende desqualificar” (Foucault apud Carneiro, 2019, p.139).

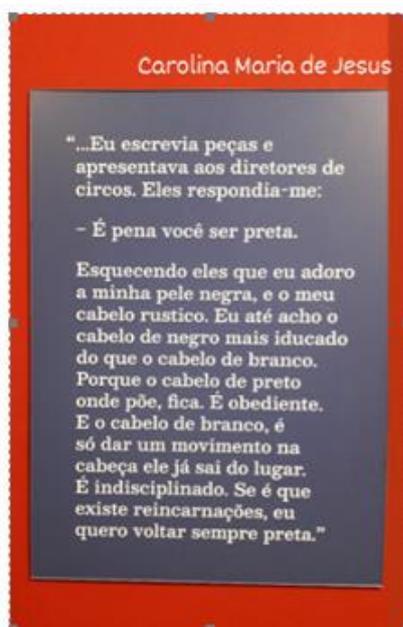


Figura 49: Exposição "Carolina Maria de Jesus: Um Brasil Para Os Brasileiros. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/15/parque-madureira-no-rj-recebe-mostra-gratuita-sobre-a-escritora-carolina-maria-de-jesus>

O texto em exposição aborda sobre a colonialidade que persiste em racializar a

¹⁶⁹ O epistemicídio é um elemento constitutivo do dispositivo saber-poder, ou, variante da racialização. “Se constitui em um dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento” (Sousa Santos apud Carneiro, 2005, p.96). Assuntos correlatos: racismo étnico-cultural, o Direito à Memória, contranarrativas, representatividade e mediação.

dinâmica social, a qual decorre na imobilização (social) dos sujeitos periferizados. O ser negro é julgado não pelo que faz, mas pelo que é, ou seja, a desumanização ontológica sobre a qual disserta Carneiro, cuja passagem foi destacada na introdução deste trabalho (Carneiro, 2019, p. 125-133).

3.2.2 Etnocídio E A Memória Como Arquitetura

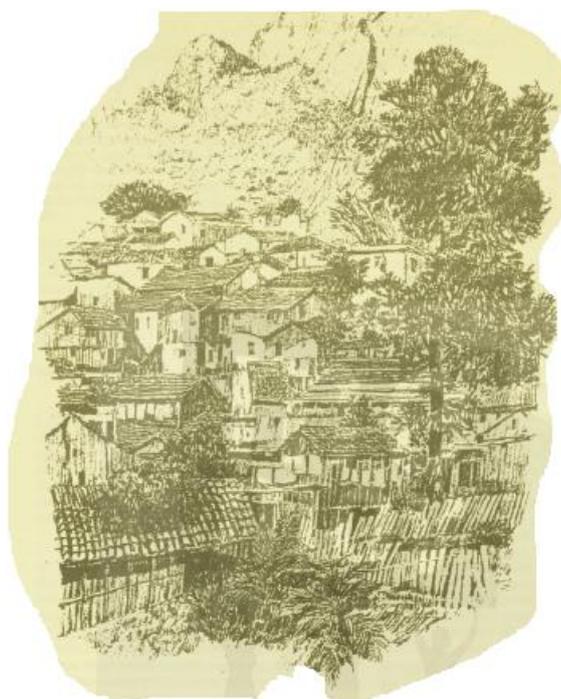


Figura 50: Rocinha, S/D.

Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

O ativista Ailton Krenak, na obra “Lugares de Origem” (Campos; Krenak, 2021),¹⁷⁰ aborda sobre memória, patrimônio material e imaterial.

A memória é um lugar de disputa, a saber pela matriz colonial que impera por meio do saber-poder. O paradigma ocidental-cristão, disseminado durante o processo de expropriação-genocídio/catequização, designado colonização, atualizado pela colonialidade, é refletido na “monocultura”, a “radical exclusão das outras perspectivas de existência, privilegiando uma só” (Campos; Krenak 2021, p.58-69). O que difere, pertencem

¹⁷⁰ Vide o tópico 5.5, “‘Lugares de Origem’, Lugares de Memória: A Potencialidade Afetivo-Política do Território Social.”

te à Cultura, Arte, Memória e História, quando não demonizado/criminalizado é transformado em mercadoria, em produto cultural, a adequar-se ao cânone (ocidental). Neste sentido, a cultura hegemônica: “se dá o direito de falar do outro sem sentir o mundo pela presença e o tempo/espaço do outro” (Rufino, 2019, p.52).

O “Memória”, que se refere à entidade museológica sediada na Rocinha (Um seu Sankofa Memória E História da Rocinha), conforme introduzo neste trabalho, diz respeito justamente ao lugar de fala em disputa, o apropriar-se das autorias, o Direito a reproduzir as suas subjetividades e disseminar contranarrativas a despeito das narrativas oficiais impostas. Esta história oficial é flagrada nos periódicos de circulação nacional¹⁷¹ ou em Os Sertões,¹⁷² a negar percursos e subalternizar saberes, a impor trajetórias “monoraciais” (Rufino, 2019, p.52) a sujeitos historicamente racializados, apropriando-se das experiências coletivas.

Para os povos indígenas, quilombolas, para os povos de matriz africana que numa sociedade individualista, capitalista, disputam um lugar para continuar reproduzindo a sua subjetividade, é fundamental esse exercício de reconhecer os diferentes campos de luta e de disputa a partir dos lugares onde nossas comunidades vivem (Campos; Krenak, 2021, p. 51-56).

Fernando Ermiro, um dos coordenadores do Museu Sankofa Memória E História da Rocinha, nos fala a respeito do Direito à memória como uma experiência política. O apoderar-se e empoderar-se do e pela memória, é o principal objetivo do Museu, na figura do Sankofa. O conceito de Sankofa (*Sanko* = voltar; *fa* = buscar, trazer):

Origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em Akan “se wo were fi na wosan kofa a yenki” que pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”. Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro.¹⁷³

3.2.3 Violência Urbana E A Opinião Pública

A política de segurança pública não é invulnerável à racialização/criminalização do morador em favela. As ações policiais, nestes territórios, estão

¹⁷¹ Vide o tópico 1.4.1, “Seção Informativos Comunitários E Jornais de Grande Circulação.”

¹⁷² Vide o tópico 3.1.2, “Desde Canudos: A Formação do Arquétipo ‘Favelado’ Sob A Conjuntura da Colonialidade.”

¹⁷³ Disponível em: <https://museusankofarocinha.com.br/> (Acesso em: 31 de março de 2023)

condicionadas à ideologia dominante, cuja identidade “favelado” é inscrita em negro-pobre-bandido. Em decorrência, no convívio diário as próprias corporações policiais tratam os moradores com violência. Ocorre estarem corrompidas, em articulação com os traficantes, ou impossibilitadas de oferecer qualquer proteção contra aqueles devido ao seu armamento pesado.

Os conflitos armados entre policiais e traficantes são identificados, em algumas favelas, como “guerras.”¹⁷⁴ Ocasões estas em que a condição de refém dos moradores se torna mais nítida, acuados entre forças armadas, hostilidade esta que nas últimas décadas se intensificou com a rivalidade entre as milícias e os narcotraficantes.

A cada “guerra” há a possibilidade de um novo conflito, pois o grupo rival expulso pode vir a retomar o seu poderio na favela perspectiva, expectativa esta que, por si só, constitui-se em uma violência.

Os meios de comunicação, que cobrem ostensivamente estes confrontos, acabam por exacerbar os fatos e gerar modelos de compreensão da favela, tanto internamente quanto externamente. Esta distorção da realidade remarca a estigmatização do morador em favela pela opinião pública, assim como sobre a favela, qualificada como local inerente de crime e violência.

3.2.4 Condições de Moradia E de Vida: A Prestação dos Serviços Públicos E Melhoramentos Urbanos

“A senhora acha que é muito violento aqui? Quando chove aqui menino, vou te contar, essa vala aí chega a água faz assim zip-zip, água é uma coisa triste aqui, não é mole não, esse barraco antigamente chovia dentro de casa. [...] Ninguém conseguia dormir, tinha que dormir [...] depois que a chuva parava, aí fica só tirando água choc-choc ...” (Oliveira, 1993, p. 29).

O parágrafo que introduz este tópico reproduz entrevista à morador, para integrar os dados da pesquisa “Mudanças Ocorridas Nas Favelas E Em Suas Organizações Comunitárias” (Oliveira, 1993, p. 29). A resposta aparentemente não corresponde à pergunta, porém foi essa a correlação da moradora no momento da entrevista. Dona Vera, conscientemente ou não, residente em um território majoritariamente negro, denunciava a violência estrutural que caracteriza a sua condição de vida.

A incidência de chuvas prejudica os moradores, quer seja em razão das enchen

¹⁷⁴ Vide o tópico 1.4.1, “Seção Informativos Comunitários E Jornais de Grande Circulação”.

tes ou deslizamentos de terra, quer pela precariedade das moradias. Ocorre que as instalações sanitárias são precárias, pois a canalização do esgoto foi estruturada para que os rejeitos fossem despejados em valas abertas. Assim são as obras públicas e os serviços urbanos instalados nas favelas, de um padrão de qualidade inferior se comparado aos bairros não favelizados, além da manutenção irregular (Id.). O equipamento de eletricidade estatal (transformadores, postes, fios, relógios etc.), na favela da Rocinha, por exemplo, foram pagos pelos moradores. Até 1990 o fornecimento de água era irregular, com constantes interrupções em vista da quase ausência de serviço de manutenção das bombas instaladas. Em razão da má qualidade dos encanamentos, a água chegava contaminada para o consumo (Id.). Neste período a comunidade ainda não usufruía de um sistema sanitário. A depender do volume pluviométrico das chuvas, o esgoto se alastrava pelas ruas, becos, escadas e pelas encostas, ameaçando a saúde dos moradores. Para piorar o quadro de calamidades, a coleta de lixo era irregular, podendo resultar em enchentes. (Id.).

Parte das obras públicas e serviços de manutenção foram realizadas integral ou parcialmente, por meio do regime de mutirão, cuja força-tarefa era composta por moradores, entre os quais operários da construção civil. Desta forma se viabilizou a construção de equipamentos comunitários, limpeza de valas e recolhimento de rejeitos, manilhamento de ruas, canalização de esgoto etc., mão-de-obra esta que deveria ser fornecida pelos poderes públicos, haja visto se tratar de obras de infraestrutura, um direito básico para o exercício da cidadania.

As iniciativas de urbanização de favelas pelo poder público, em sua grande maioria, não consideraram as particularidades de povoamento, ou seja, a baixa renda da quase totalidade da população residente e as características da topografia. A adequação do planejamento urbanístico não previu a consulta prévia à população a ser beneficiada para a implantação de resoluções técnicas favoráveis.

Melhoramentos urbanos, resultantes da iniciativa dos próprios moradores, foram implementadas, ao menos, desde a década de 1960.

3.2.5 A Cooptação do Associativismo Comunitário E da Mobilização Política

Ao recuperar a trajetória do associativismo comunitário verifica-se que o Estado e setores da Igreja Católica promoveram uma política populista-assistencialista e ca-

ritativa, em relação aos territórios de favelas, mais notadamente, a partir da década de 1940. A cooptação da mobilização política, por parte do Executivo, alternou-se (não necessariamente com exatidão) com a repressão direta e indireta, desde a ditadura estado novista, prosseguindo durante as décadas de 1960 e 1970.¹⁷⁵ Quando não criadas por políticos situacionistas, as entidades representativas eram integradas por interventores ou apoiadores da Ditadura Civil-Militar forjando um grupo opositor. Agentes externos que exerciam trabalho comunitário junto ao quadro das associações, vieram a apoiar campanhas políticas, o que ocorreu, por exemplo, em relação ao partido Arena em apoio ao governador Chagas Freitas. No final dos anos 1970, a cisão da FAFERJ confrontava três grupos políticos, a “convergência, a Igreja Católica e a Esquerda comunista” (Santos, 2009, p.132-164).

Entidades legalmente instituídas pelo regime de exceção (1960’-1980’), a exemplo das Regiões Administrativas, a atuar por meio de Juntas Governamentativas, normatizavam e monitoravam as associações comunitárias respaldados pela legislação que tratava sobre a matéria e legalizava a repressão contra as mobilizações sociais. O próprio credenciamento para legalizar o funcionamento das associações seria apreciado por um órgão estatal, a própria Fundação Leão XIII.

O caso desta Fundação é emblemático por ter exercido poder arbitrário, ora de maneira dissimulada ora ostensiva, a atuar tanto em projetos de assistência médico-sanitária e jurídica e, de desenvolvimento comunitário, quanto em operações de remoções e intervenção em conselhos de moradores de conjuntos habitacionais de baixa renda (os quais removidos de favelas pela mesma entidade).

Desta forma o Movimento de Favelas, enquanto processo emancipatório, quando não negociava via populismo, durante os períodos de interregnos das ditaduras, entre as décadas de 1930’ a 1980’, adotaram estratégias de sobrevivência, entre as quais, a receptividade ao assistencialismo cristão de entidades e grupos católicos, com destaque para a Ação Social Padre Anchieta (ASPA).

4. O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE UM BAIRRO OPERÁRIO QUE SERIA CHAMADO “FAVELA”

4.1 A Ocupação do Território

¹⁷⁵ Vide o 2.1, “O Surgimento da Colonialidade Interna Republicana E A Consolidação da Colonialidade Global: A Era Vargas E Os Anos 1960.”



Figura 51: Moradia. Rocinha, S/D.

Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063



Figura 52: Rocinha, Moradia em Dois Tempos. S/D

Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

Mariana Barbosa da Costa, em sua tese “A Rocinha Em Construção: A História Social de Uma Favela na Primeira Metade do Século XX” investiga a ocupação social das terras que vieram a ser chamadas Rocinha, utilizando-se de fontes documentais custodiadas por arquivos públicos. Durante o final da década de 1920, conforme a região começa a adquirir a atenção dos empreendimentos privados e o consequente investimento do poder público em obras de infraestrutura, atrai mão de obra operária, dando início a um incipiente povoamento. As primeiras casas começaram a concentrar-se entre a Pedra da Gávea e a Dois Irmãos e, entre a Pedra do Macaco e o Morro Laboriaux, região cortada pela Estrada da Gávea. A área (mais próxima à planície) equivale ao Largo do Boiadeiro e ao Campo do Esperança, onde a companhia Castro & Guidão, proprietária da chácara Rocinha, demarcou os primeiros lotes entre os anos de 1925 e 1927. Do loteamento derivaram as Ruas Um, Dois, Três, Quatro e o Laboriaux. Conforme o local, que virá a se tornar os bairros de São Conrado, Gávea e Vidigal, se torna atração turística-

ca, por se avizinhar ao Rio Atlântico (Copacabana), a várzea progressivamente é ocupada por famílias abastadas, impulsionando a valorização comercial dos terrenos e a especulação imobiliária.

Costa (2019) nos remete ao panorama de 1900. O que hoje se conhece como o bairro da Gávea foi oficializado pela Carta Cadastral do Rio de Janeiro, documento cartográfico expedido pela Prefeitura Municipal. As delimitações, segundo a doutoranda:

Eram circunscritas somente até o início da rua Marquês de São Vicente. Constava no mapa a indicação das fábricas de tecelagem Carioca e Corcovado, localizadas respectivamente à rua D. Castorina (atual rua Pacheco Leão) e rua Jardim Botânico, assim como as vilas operárias situadas à rua D. Laura e rua Henrique, atual Horto (Costa, 2019, p.32).

A localidade que abrangia o que atualmente é a favela da Rocinha, entre as montanhas e a praia da Gávea (hoje praia de São Conrado), não é contemplada neste momento.

Um Bairro Fabril



Figura 53: Roçado. Rocinha, S/D.

Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

Entre o final do século XIX e início do XX, deu início ao processo de instalação de companhias voltadas para a fabricação de tecidos. A região que hoje equivale ao bairro da Gávea, era abundante em recursos hídricos e próxima aos centros financeiros e

ao mercado consumidor, atraindo a indústria têxtil e, posteriormente, alguns dos principais investimentos industriais realizados no Rio de Janeiro, como a fábrica de chapéus Braga (Id., p.45). Com isso, nos anos seguintes à instalação das fábricas, decorreu o afluxo de trabalhadores à procura dos postos de trabalho e das vilas operárias. Apesar do adensamento urbano principiar, a região mantinha características predominantemente rurais.

A ocupação capitalista incrementou a infraestrutura necessária para atender à produção fabril e à fixação de residência da mão de obra próximo ao local de trabalho. Além da inauguração de linhas de bonde, em 1899, o *Jornal do Brasil* noticiou que a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro expandiria os serviços de esgoto para a população local, investimento este patrocinado por empresas dentre as quais a Companhia de Tecidos Carioca (Id., 45-47).

Apesar desse tipo de moradia se concentrar em torno das instalações fabris, a ocupação de parte do Jardim Botânico e da Gávea não foi uniforme. Operários, que trabalhavam em obras patrocinadas pela prefeitura, se estabeleceram na região situada na Estrada da Gávea, pois adquiriria, progressivamente, a diligência das autoridades públicas. Após o período de incremento urbano, resultante da produção têxtil, a região que se tornava um pólo turístico atrai investimentos municipais para a Estrada da Gávea e para a avenida Niemeyer, que ligava a praia do Leblon à esta estrada, a qual, por sua vez passou a concentrar empreendimentos comerciais e opções de lazer (Id., 67-71).

A evolução do turismo incrementou obras públicas, como a ampliação de estradas, facilitando o acesso entre as demais regiões da cidade e, conseqüentemente, aumentando a oferta de emprego e a atrair tanto operários da construção civil quanto trabalhadores voltados para a lavoura. Conforme se ampliava as linhas de bondes e novas indústrias eram instaladas, a população operária, do território marcadamente rural, aumentava.

A chácara denominada Rocinha se localizava à Estrada da Gávea número 359 (o antigo número 1), propriedade, no início do século XX, de Manoel Fernandes Cortinhas (tendo sido adquirida em 1912 pelo engenheiro Luiz Cantanhede). Em 1915 foi comprada pela Companhia Castro Guidão, dos irmãos Adriano e Visconde de Castro Guidão, que chegaram ao país no final do século XIX (Id., p. 63).

Portanto, desde os primeiros anos da década de 1920, a chácara do “lugar denominado Rocinha”, já era ocupado por trabalhadores de baixa renda segundo os jornais e os dados censitários da época (Id., p. 67-71):

Durante as décadas de 1930 a 40, estes trabalhadores construíram a sua alternativa de moradia às margens dos morros da região, décadas antes da inauguração do Hotel Nacional, época em que o local ainda não havia sido ocupado pela elite carioca. O recenseamento predial de 1933 registrou 345 “casebres” na Estrada da Gávea (Id., 82-91).

O Campo do Esperança e o Largo do Boiadeiro, assim como o Bairro Barcelos são apontados como a região mais populosa, já densamente habitados no final da década de 1950. Até 1957, os barracos eram distantes uns dos outros de modo que os moradores mantinham roçados nos quintais. O ambiente bucólico da época, uma verdadeira “roça”, é relatado por Costa (2019) por meio de uma personagem, a Susana: “quando cheguei, em 1950, o Largo do Boiadeiro era cheio de goiabeira e criação. O bairro Barcelos era um matagal e tinha um riacho onde as mulheres lavavam roupa e tinha até peixe. De vez em quando era uma gritaria por causa de cobra” (Id., p.117).

Em 1957 deu-se início ao povoamento do Bairro Barcelos. De propriedade da família Barcelos, era independente do restante da Rocinha e foi loteado pelos proprietários. Os que não compraram adquiriram os terrenos como posseiros.¹⁷⁶ O crescimento populacional da Rocinha avançou em 1945:

Em 1945, um candidato a vereador, que apresentara-se como proprietário de vasta área da localidade, abriu mão desses direitos, [...] e autorizou a construção de barracos para quem precisasse morar. [...]A área encheu-se de casebres, ocupados de imediato por gente que chegava de toda parte, nessa avidez de um abrigo numa área próxima do trabalho e da praia! Depressa, gente do Nordeste, principalmente cearenses, tomou conta da Rocinha. [...]A comunidade vai se tornando depressa [...] uma localidade na qual transações de moradia atingem quantias vultosas, negócios feitos assim na clandestinidade, sem nenhum cheiro de cartório (Id.).

¹⁷⁶ Posseiro é aquele que tem a posse legal de algo. Indivíduo que ocupa terra devoluta ou abandonada e passa a cultivá-la. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Posseiro> (Acesso em: 6 de dezembro de 2022).

Além da barganha eleitoral, conforme as remoções de conglomerados pobres evoluíram ao longo das décadas de 1960 e 1970, ex-moradores destas localidades se transferiram para a favela da Rocinha em busca de mercado de trabalho. Assim a favela torna-se populosa. Os depoimentos foram coletados entre os anos 1980 a 1982:

“Prédios — não barraco — são construídos sem a necessária supervisão da engenharia sanitária. Resulta que as vielas [...] vão sendo engolidas e ao mesmo tempo transformadas em lamaçais. [...] Este, passa a locador de imóveis, realizando verdadeira exploração imobiliária paralela à do asfalto. O governo vem [...] permitindo que [...] milhares de famílias permaneçam nessa infraestrutura social, com crianças patinando na lama, de mistura, quantas vezes, com dejetos humanos” (informação verbal), (Oliveira, 1993, p.72-85).

À proporção da demanda por mão-de-obra, não foi garantido moradia à classe trabalhadora, menos condições adequadas de infraestrutura urbana e serviços públicos, cujo investimento concentrou-se na área turística. Esta negligência dos primeiros anos de povoamento irá se estender até os dias atuais. Entretanto, o que é negligenciado — os espaços apátridos — são criados e reorganizados pelos “outros” (sob a concepção foucaultiana), a demarcar mobilizações e estratégias de autoafirmação.

Agremiações Religiosas, Esportivas, Dançantes E Políticas



Figura 54: O “Império da Gávea”, “Destaque D. Sebastiana, S/D.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg

A dissertação abordou a militância política, na favela da Rocinha, a partir das seções da coleção "Associativismo Comunitário, Redes de Vizinhança E Disputas Polí-

ticas na Favela da Rocinha, 1965-2014”, por meio das organizações comunitárias, como a ASPA e a UPMMR, e entidades exógenas à favela e de grande influência local. Previamente ao movimento associativo, que veio a se consolidar nos anos 1960 a 1980, agremiações a partir da década de 1920, em iniciativa embrionária, inauguraram uma mobilização pautada nas redes de vizinhança ao longo do processo de ocupação do território que veio a ser chamado Rocinha. A articulação entre a incipiente comunidade e o entorno foi garantida pelos espaços de convívio, ora na labuta da lavoura, ora na fábrica, ou ainda, como operários da construção civil. Não por acaso a leitura dos itens documentais indica o vínculo entre o Movimento Operário-Sindical e o Movimento de Favelas.

Estas primeiras entidades de convívio social eram de cunho cultural e recreativo, todavia sem abdicar do carácter político, o que seria uma tendência na Rocinha. Além disso, se propunham a ser espaços de encontro, lazer e para a prática de atividades poliesportivas, a suprimir o tempo ocioso do público infanto-juvenil, o que foi o caso de clubes de futebol e agremiações carnavalescas que ofereciam, além das práticas desportivas, uma programação que incluía festas e bailes. Festividades e blocos carnavalescos se concentraram no Largo do Boiadeiro. A primeira escola desfilou em 1962. Dentre as agremiações, estavam os blocos carnavalescos Império da Gávea, o Acadêmico, da Rua Um, o Sangue Jovem (1978) e O Solitário, do Campo da Esperança. O Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Unidos da Rocinha tinha como objetivos:

Unir todos os moradores, do Bairro Barcelos até a Rua Um [...]; proporcionar aos moradores com uma faixa de idade acima de trinta anos, uma opção aos sábados, que é a Noite da Nostalgia [...]; criar um quadro social efetivo pra grandes eventos como: concursos, gincanas e toda a modalidade de esportes, para competição com outras favelas; fazer reivindicação juntos aos órgãos competentes para o bem-estar social do povo da Rocinha [...] (Costa, 2019, p.106-110).

A Liga Esportiva da Rocinha, criada em 1950, oferecia modalidades de esportes para os moradores mais jovens, inclusive aulas para formar surfistas. Quanto ao carácter político, o Diário de Notícias e o Jornal do Brasil divulgaram um festival esportivo, realizado em 1934, organizado em homenagem ao Centro Cívico da Gávea, no campo do Jardim *Foot-ball* Clube, à rua Marquês de São Vicente, n. 173.

Eram clubes dançantes, esportivos, carnavalescos, assim como entidades reli

gias que tiveram um acentuado crescimento durante a década de 1930 em toda a região do Distrito da Gávea (Id.).

A Igreja da N.S. da Boa Viagem foi inaugurada nos anos 1940. As irmandades católicas conviviam com os centros de matriz africana democraticamente, até os anos 1980. Identificados por seus mentores espirituais ou dirigentes, os seguintes podem ser citados: o terreiro de São Sebastião (Rua Dionéia), o da Dona Mariana (Rua Três), o do Seu João Alfredo (Laboriaux), entre outros.

Demais associações atuantes localizadas na rua Jardim Botânico, formadas por operários, foram as dos Empregados da Fábrica Corcovado e a Sociedade Beneficente José da Cruz, criada em 1902, cuja finalidade era o auxílio mútuo aos seus sócios. Dentre as associações voltadas para o lazer dos moradores da Rocinha e dos bairros vizinhos, constava o Clube Musical Recreativo Carioca, com sede à rua D. Castorina, o Carioca *Sport* Clube, à rua Jardim Botânico e o Jardim *Foot-ball* Clube, cuja sede ficava na rua Marquês de São Vicente, todos em localidades próximas à Rocinha. Em relação às associações situadas na própria comunidade, os clubes de futebol se concentravam no Campo do Esperança e na Estrada da Gávea, quais sejam, o Liberdade *Foot-ball* Clube e o União Futebol Clube (1970) e, a Irmandade São João da Rocinha, que mantinha a sua sede na Estrada da Gávea.

Constitui-se, portanto, uma sociabilidade que flagrantemente viria a determinar o movimento associativo nos anos procedentes.

No início da década de 1930, a região experimentou um significativo processo de crescimento e adensamento populacional, vindo a concentrar entre três a quatro mil habitantes (Id., p. 91-95).

É interessante notar como se determina a ocupação do espaço em razão das organizações comunitárias, de carácter político-cultural, sejam grêmios recreativos, futebolísticos, entidades religiosas ou grupos musicais. Desde os primeiros anos as ruas concentram interações sociais que resultam em agrupamentos a se distinguirem do coletivo Rocinha. Este dado é relevante, refere-se à organização sociocultural do espaço para além da socioeconômica, a nos informar sobre as circunstâncias de sociabilidade e as redes de vizinhança ou de solidariedade, em contraponto às tensões circunstanciais.¹⁷⁷

¹⁷⁷ Vide o tópico 5.7.1, As Categoriais de Autorreferência dos “Sujeitos-Forma”.

Pelo menos desde a década de 1930 houve um grande esforço, por parte dos moradores, em organizar espaços de convivência voltados para a prática do lazer e religiosidade, haja visto o isolamento relativo em relação a várzea que adquiria status de “área nobre”, sem contar que os meios de transporte eram limitados. É bem verdade que redes internas, a se distinguirem do conjunto total da comunidade, começaram a se formar. A tomar como referência os clubes esportivos, o Liberdade *Foot-ball* Clube se localizava na Rua Cinco, o Esperança *Foot-ball* Clube, na rua Dois e o Santa Cruz *Foot-ball* Clube se situava na Estrada da Gávea (Id., 100-101). Portanto núcleos de convívio começam a se configurar como redutos dos seus membros frequentadores.

Acerca das relações de convivência, até a década de 1990 a integração entre os vizinhos era pautada, principalmente, pela solidariedade, assemelhando-se ao de cidades do interior onde o cotidiano aproxima os moradores. A relação solidária comporta a ajuda mútua nos casos de desabamentos, doenças, enterros etc. Era comum vizinhas acolherem filhos pequenos de mães que se ausentavam do lar para trabalhar. As relações de vizinhança, a partir da década de 1970, foram afetadas por fatores como o crescimento da cidade, pelo adensamento populacional das favelas e mediante a falta de perspectiva socioeconômica. As mulheres que antes cuidavam tanto dos seus filhos quanto os dos vizinhos, começaram a disputar pelos postos de trabalho, refletindo, assim, na heterogeneidade socioeconômica das favelas. Na mesma proporção aumenta o individualismo a afetar na dinâmica das redes de solidariedade. O incremento da violência, a partir do surgimento do narcotráfico, foi outro fator decisivo a interferir na sociabilidade.

Por fim, os dados elencados neste tópico são predeterminantes para compreender o movimento associativo político que virá a se intensificar em meados do século XX.

4.2 O Movimento Associativo da Chácara Rocinha: 1930 – 1940



Fig.: 55: Festa em comemoração pela fundação do Centro de Melhoramentos da Rocinha, 1954. (Costa, 2019, p. 228).

Nos anos 1940, o Centro Cívico da Gávea, a exemplo da UTF em relação às favelas do Rio de Janeiro, foi criado para agregar as demandas sociais dos trabalhadores da favela da Rocinha e dos moradores dos bairros da Gávea e do Jardim Botânico, embora não houvesse uma unificação de fato.

O Correio da Manhã e o Jornal do Brasil, em publicação do dia 24 de janeiro de 1935, informa que o Centro Cívico da Gávea, em reunião de véspera, deliberou:

Convidar todas as organizações locais para uma reunião no próximo dia 25 a fim de ser delineado um movimento pró calçamento da rua D. Castorina (onde estava localizada a fábrica Carioca e diversas habitações operárias) e de uma escola primária para a Rocinha (Costa, 2019, p.106-110).

Reivindicações por equipamentos sociais e melhoramentos urbanos, desde aquela época, já eram demandados pela população local, como a campanha que se prolongou por meses pela instalação de um posto de emergência médica e pela inauguração de uma instituição de ensino na Rocinha (Id., p.100-101).

Se a articulação com a imprensa foi uma estratégia adotada desde as primeiras décadas do associativismo, o mesmo se deu em relação ao exercício do populismo, à época, varguismo. Nos primeiros anos da década de 1930, parte das associações comunitárias da Rocinha representavam redutos eleitorais de candidatos situacionistas, podendo se considerar que, embrionariamente, estas organizações praticavam a política partidária que, nos anos 1970, passa a ser uma estratégia reprovada em embate com o exercício da política comunitária:

Com essa finalidade, como reduto político, em 1931, por exemplo, o Centro Cívico da Gávea organizou uma “grande manifestação operária” junto a outras associações erradicadas nos bairros da Gávea e do Jardim Botânico, e formadas em sua maioria por empregados das fábricas têxteis da região. O evento foi promovido em homenagem aos Senhores Adolpho Bergamini e Lindolfo Collor, respectivamente, o primeiro interventor do Distrito Federal nomeado por Getúlio Vargas e o chefe do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Id.).

O interventor do Distrito Federal, Pedro Ernesto Baptista, cuja candidatura foi lançada pelo Partido Autonomista, em 1934, foi eleito prefeito do Distrito Federal, em parte, pelo apoio da entidade associativa. O *Jornal do Brasil*, naquele ano, anuncia que o Centro de Alistamento Eleitoral, com sede à rua Lopes Quintas n.º. 42, realizaria:

“Empolgante e animada festa” nos salões do Carioca *Sport* Clube, à rua Jardim Botânico, em comemoração à vitória no último pleito do Partido Autonomista. Poucos dias depois era a vez do Jardim *Foot-ball* Clube realizar dois grandiosos bailes em homenagem ao Centro Cívico da Gávea, apontando mais uma vez para o papel dos espaços associativos formados por trabalhadores da região nos recentes acontecimentos políticos eleitorais no país (Id.).

Sendo assim, o populismo como um intermédio de negociação para a consecução de reivindicações sociais do Movimento de Favelas, logra êxito desde a Primeira República, se consolidando durante a Era Vargas. Quando se tornou prefeito do Distrito Federal (à época, o Rio de Janeiro), por exemplo, Pedro Ernesto priorizou (ao menos em sua campanha) a instrução das camadas populares da capital federal, tornando-se um dos pontos centrais do programa do Partido Autonomista, que defendia a implementação do ensino primário gratuito e obrigatório.

A própria entidade representativa, presidida por Amoacy Niemeyer, foi gerada durante o Movimento Tenentista deflagrado em de outubro de 1930, que resultou no primeiro governo de Getúlio Vargas, convertendo, o Centro Cívico da Gávea, como um dos núcleos formados por lideranças tenentistas e seus aliados civis, dentre os diversos sediados pelos estados da federação, os quais objetivavam consolidar o Governo Provisório. Durante a ditadura dos anos 1960 a 1980, quando não fundadas por forças situacionistas, as associações comunitárias serão fortemente regulamentadas e monitoradas pelo Estado, assunto já abordado nesta dissertação (Id.).

Além das estratégias revisitadas, quais sejam, a adesão ao populismo/clientelismo e a articulação com a imprensa, a conexão entre associações representativas igualmente é uma característica do associativismo de favelas desde os seus pri-

mórdios. Diversas delas estiveram representadas em notas publicadas em 1935, nas quais reivindicavam a inauguração da escola primária na Rocinha e o calçamento da rua D. Castorina.

A possibilidade de atuação conjunta, em favor de pautas em comum, era forjada a partir da própria experiência cotidiana experienciada por tais sujeitos naquele momento. Era o caso, em particular, do interesse em atividades de lazer voltadas para a prática do futebol e eventos dançantes que aproximavam membros de diferentes clubes da Rocinha e da região. Um morador (da Rocinha), Inácio de Almeida, destacou que o Esperança *Foot-ball* clube e outra associação dedicada ao jogo de malhar, cujo nome ele não chegou a mencionar, eram “ambos muito relacionados com idênticos clubes do Leblon e da rua Marquês de São Vicente” (Id.). Um segundo ambiente de convívio entre trabalhadores da Rocinha e das áreas adjacentes eram os expedientes na fábrica Carioca, localizada à rua D. Castorina. Notícias veiculadas pelos jornais, nos primeiros anos da década de 1930, sugerem que os trabalhadores residentes na Rocinha participavam com frequência de eventos organizados por associações da circunvizinhança. Consolidava-se, assim, uma rede associativa que nos ajuda a compreender como foram viabilizadas as campanhas relacionadas à instalação da escola na Rocinha e do calçamento da rua D. Castorina, regiões relativamente distantes naquela época (Id., p.111-116).

4.3 Favela da Rocinha, 1950’-1990’: As Conquistas Sociais



Figura 56: Os Sub bairros da favela da Rocinha, 2022

Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/Projetos/Concluidos/Cartografias/Historico-Rocinha-1038>

Os Sub bairros da favela da Rocinha são o Vila Cruzado, Laboriaux, Portão Ve

lho, Vila União, Dioneia, Rua 4, Almir, Cachopa, Cachopinha, Vila Verde, UPMMR, Cidade Nova, Bairro Barcelos, Largo do Boiadeiro, Roupas Sujas, Terreirão, Capado, Faz Depressa, Setor 199, Vila Vermelha, Rua 1, Rua 2, Rua 3 e Campo do Esperança.

Ressalta-se que as áreas de maior incremento comercial são as localizadas ao longo da Estrada da Gávea, região limítrofe entre o “asfalto” e a comunidade. É onde se localiza a região mais urbanizada da favela, o Condomínio Barcelos. Como anteriormente visto, este é o perímetro de ocupação mais antigo, que remonta aos anos 1920. As primeiras ruas demarcadas foram as de nome Um, Dois, Três e Quatro (visualizadas na figura 56). Os equipamentos sociais, incluindo os de propriedade da ASPA, estão nesta localidade.

Prossigo em tentativa de constituir uma topografia sociocultural, a par dos dados informacionais escassos (e não necessariamente delimitados quanto a datação), a partir das obras “Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Rocinha”, organizada por Tânia Regina da Silva e Lygia Segala (1983, p. 19-170), “Favela: Resistência Pelo Direito de Viver”, de autoria de Guida Nunes (1980, p. 9-150), e “Favelas E As Organizações Comunitárias”, por Anazir Maria de Oliveira (et al), (1993, p. 9-109).

Em se tratando de serviços públicos há um grande contraste entre os sub-bairros que perdurou, pelo menos, até os anos 1980. A partir desta década, observou-se uma participação crescente do poder público na implantação de serviços e obras nas favelas, através de instâncias federais, estaduais e municipais. É desta época o Programa de Eletrificação de Favelas da Light, o Fala Favela entre outros. Em nível estadual, a Companhia Estadual de Águas E Esgoto – CEDAE, (privatizada, atualmente a distribuição é gerida pela Águas do Rio), desenvolveu projetos de instalação de redes de água e, em alguns casos, também de saneamento, através do Programa de Favelas da CEDAE – Proface, em 1983, durante a gestão do governador Leonel Brizola. A ação do poder público municipal também se fez presente por meio da Rio Luz e da Secretaria de Obras. O município atuou através da SMDS que incentivou o Projeto Mutirão.

Parte dessas melhorias passam a ser realizadas sistematicamente por intermédio de operações de mutirão misto ou remunerado e, quando não, por meio da contratação de empreiteiras. Embora menos oneroso em termos de taxação de impostos, morar na favela implica gastos extras como por exemplo, a taxação sobre o valor do gás e do

material de construção, cujos preços são acrescidos do custo de transporte até a moradia na razão direta da dificuldade de acesso.

Em 1947, existia uma linha de ônibus que ligava Ipanema (Visconde de Pirajá) e a autoestrada Lagoa-Barra. A Rocinha mantinha o seu aspecto rural, uma comunidade de chácaras e algumas casas de alvenaria. Os trabalhadores percorriam a Rua Um para, ao chegar à Gávea (Rua Marquês de São Vicente), tomar o bonde para os seus turnos de trabalho. Moradores mencionam uma lotação, o “amarelinho”, que circulava pela Rocinha desde 1965. Em 1977 havia sete lotações. Atualmente há pelo menos dez linhas em conexão com a favela, saindo de bairros centrais, como São Cristóvão, Maracanã, Tijuca e Lapa, assim como com a zona oeste, além da linha 1 do metrô, em conexão com a linha 4 que dá acesso à Rocinha, além do transporte por vans.¹⁷⁸

Na década de 1950 a região Bica das Almas (de localização imprecisa) abrigava bicas que era o sistema de fornecimento de água além dos poços. Quatro bicas foram instaladas no Largo do Boiadeiro, na década de 1960,¹⁷⁹ por iniciativa do vereador Amando da Fonseca, quem também construiu tanques de água e um poço no Campo do Esperança, no final dos anos 1950. Local este onde promovia comícios em períodos pré-eleitorais. O fornecimento instável ensejou na criação de Sociedades da Água que, por seu turno, era um serviço particular. Explica o morador S. Lindolfo:

A água vinha [...] pegava um caninho pra umas vinte pessoas. Dava importância, fazia um encanamento, comprava os canos, trazia a água de lá aqui. Agora chegava aqui, aqueles donos da água – sempre tem um chefe; eu, por exemplo, entrei como sócio, mas sempre tem aquele cabeça – puxava a água pra vinte pessoas, com um pouco tinha cem. Ele cobrando de um, de outro e acabava a gente sem água. Mudava para outra sociedade, dava na mesma [...]. Sempre havia desonestidade no meio. Assim com esses tanques de lavar a roupa foi a mesma coisa. De início foi muito bom mas depois passou a fracassar e acabou a água.¹⁸⁰

O abastecimento de água começou a ser fornecido nos anos 1980, passando a ser regular somente no Bairro Barcelos, atendido por uma rede de abastecimento oficial da CEDAE que percorre o túnel Dois Irmãos (a localização do reservatório é imprecisa).

Uma segunda é situada na Estrada da Gávea que abastecia os demais bairros

¹⁷⁸ Moovit. Disponível em: https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%BAblico-Rocinha- (Acesso em: 15 de janeiro de 2023).

¹⁷⁹ O Largo do Boiadeiro foi apontado como tendo surgido na época do loteamento, juntamente com as Rua 1, 2, 3 e 4.

¹⁸⁰ Programa de Memória dos Movimento Sociais. Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Favela da Rocinha, 1983, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063.

por meio de bicas e redes particulares, ou seja, contava-se com dois pontos de fornecimento e a intermediação privada ainda era uma realidade para a maioria dos moradores. As bicas citadas, localizadas nas partes mais altas, deveriam ser substituídas por novos reservatórios, assim como a instalação de bombas, que é o caso da Rua Um, Vila União, Cachopa e Morro da Alegria (antigo Morro da Roupas Sujas). O fornecimento precário de água ocorria sem que houvesse tratamento de esgoto e coleta de lixo regulares, resultando em calamidades como enchentes.

Em 1990, o fornecimento continuou sendo intermitente e irregular. Eram frequentes a interrupção no abastecimento, dada a sua precariedade e quase inexistência da manutenção da estrutura de bombas. Em razão das más instalações dos encanamentos, a água chegava contaminada para o consumo. O sistema de abastecimento de água não previu as instalações do sistema sanitário. Desta forma, se antes o esgoto escorria pelas valas abertas passou a se alastrar pelas ruas, becos, escadas e pelas encostas. Agrava, assim, os problemas de saúde e de segurança das residências, quadro que é intensificado a depender do volume das chuvas. O lixo lançado pelas residências, apesar das campanhas sucessivas de limpeza das valas, não garantiu uma resolução definitiva. As regiões mais prejudicadas pela água das chuvas é a área plana da favela, o Campo do Esperança e parte do Bairro Barcelos. Os moradores conseguiram, junto à prefeitura, o remanejamento de casas para a construção de duzentos metros de vala no Campo.

O controle do fornecimento de água passa a ser compartilhado entre as associações de moradores.

Nos anos 1980 a comunidade era atendida pela COMLURB por meio de caçambas instaladas na planície da favela, ao longo da Estrada da Gávea, a caminho do Largo do Boiadeiro, uma na passarela de pedestres, sobre a autoestrada Lagoa-Barra, e outra na Rua Dois. O Bairro Barcelos tinha coleta domiciliar, mas insuficiente. A partir de 1990, o lixo continuou a ser recolhido nas caçambas ou lixeiras, porém com maior regularidade.

As primeiras ruas asfaltadas, em 1958, foram a Dois e a Estrada do Boiadeiro.

Até o final da década de 1950, a luz de lampião era disseminada. Energia elétrica somente na região da Estrada da Gávea, no entorno da Rocinha, no ano de 1958. Das cabines instaladas surgiram os “gatos de energia” (ligações clandestinas), gerando um fornecimento instável. Até 1967 foi o esquema adotado. Descrito por Nunes (1980),

consistia em instalar uma cabine, sob a responsabilidade de um morador, cujo fornecimento era subdividido entre os demais vizinhos. Ao arrecadar o valor marcado no relógio pagava-se ao órgão responsável. Pela intensa propagação, a luz começava a ficar fraca e havia inadimplência, o que levou a concessionária Light a reprovar o sistema que era burlado com o auxílio de políticos.

Em 1967 a primeira rede elétrica foi inaugurada. A Companhia Estadual de Energia (CEE) ofereceu um transformador e os moradores tiveram que comprar postes e fios. Foi estabelecido oficialmente, em 1963, durante o governo de Carlos Lacerda, o fornecimento de luz elétrica às favelas por intervenção da concessionária Light canadense. A empresa (ainda em funcionamento) deveria “moralizar” a exploração exercida, contra os moradores em favela, pelas redes de energia privatizadas — as chamadas Comissões de Luz.

As Comissões de Eletricidade, a partir de 1968, puderam operar regularmente, uma vez que as associações que não existiam foram criadas durante o período de Artur Rios no SERFHA (1960-1962). Geridas (as comissões) pela Light, mantiveram-se independentes das organizações comunitárias. A Companhia passaria a controlar as finanças das comissões por meio de relatórios financeiros quinzenais a serem sujeitados à CEE.

Segundo moradores, “ele [o presidente da Comissão de Luz] começou a cobrar o que queria e quem se recusava a pagar tinha a luz cortada imediatamente” Por sua vez, a CEE cobrava o dobro da taxa se comparado aos moradores do “asfalto” (Nunes, 1980, p. 9-150).

Assim como as Administrações Regionais, a criação destas Comissões foi entendida por moradores e lideranças comunitárias como mais uma estratégia, por parte das autoridades públicas, para controlar as associações (comunitárias). Não subordinadas às associações, o artifício seria estender o controle estatal às comunidades por meio da criação de dissidências e facções no interior das favelas.

Outrossim, o morador pagava pela instalação do equipamento de eletricidade estatal (transformadores, postes, relógios etc.), além de ter que arcar com uma taxa extra de 20% sobre o total da conta de luz de cada favela (devido à Companhia Light), a ser depositada na conta de cada Comissão de Luz, a priori para serviços de manutenção. As contas, mantidas no Banco da Guanabara, eram dispensadas da auditoria do Tribunal de Contas da União. Ao exigir que os fundos de manutenção fossem depositados no banco

estadual, o estado dispunha dos 20% acumulados da CEE e de outras fontes, como uma verba sigilosa a ser mobilizada para objetivos políticos não divulgados. Embora a CEE já houvesse estabelecido algumas Comissões de Luz por volta de 1964 (ano do Primeiro Congresso de Favelas), a mudança na administração do estado, no início de 1966, iniciou um período de rápida irradiação do poderio da CEE nas favelas.¹⁸¹

Das Comissões de Luz, em 1968, sucede a Rede Coletiva que, igualmente era um serviço privado, a exemplo do fornecimento de água. Segundo um morador, S. Ismael, a Rede Coletiva se destinava a:

Muitos que não conseguiam entrada nas cabines pequenas. [...] Por falta de saber lidar com a luz houve muitos deslizos, certas discrepâncias. Além disso, essas redes de luz muito grandes têm uma perda de energia no trajeto. O excesso de consumo deixa a rede sobrecarregada [...]. Quer dizer, o Nilzo cobrava o preço do quilowatt tal qual a Light cobrava pra ele. Em suma, a perda de energia ele estava pagando sem saber [...]. A Comissão [de Luz] filiou-se depois à Comissão Estadual de Energia (CEE). A CEE foi uma ação do governo com fins de moralizar essas leis. Tinha um estatuto uniforme para todas as Comissões de Luz. Contávamos também com a sua assistência para facilitar a administração e orientar as comissões”, (Nunes, 1980, p. p. 9-150).

Conforme consta em reportagem do Jornal do Brasil, publicada em 1977:

Morador na favela desde 1954 e ex-presidente da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha [UPMMR], o pernambucano Gerônimo Agripino Pereira diz que sabe toda a história das irregularidades cometidas pelo Sr. Benedito Batista [presidente da Comissão de Luz]. [...] “Estes relógios (existiam mais ou menos quinhentos) eram requeridos à Light por alguns moradores, alegando benefício próprio. Dos aparelhos eram esticados fios, estendendo a energia recebida, pelos barracos. Havia dezenas de pequenas redes particulares com até vinte usuários em cada uma” (Id.).

O fornecimento de energia elétrica sem intermediação, diretamente da concessionária Light, foi conquistado pelos moradores através da UPMMR, além da articulação com lideranças de demais favelas. Finalmente, a partir do mapeamento da Rocinha, elaborado pelo Projeto Rondon para o censo de 1980, incluindo o envolvimento de um grupo de moradores, a instalação da rede elétrica logrou êxito, todavia não foi confirmado se o serviço foi expandido para o conjunto total da favela.

¹⁸¹ Wikifavelas. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Favelas_e_Comunidade_Pol%C3%ADtica_%E2%80%93_3_A_partir_dos_anos_1960 (Acesso em 22 de agosto de 2022).

Para além da conquista em si, a mobilização repercutiu para uma maior integração entre as lideranças e uma maior inteiração sobre o território da favela.

O grande problema da maioria das obras implantadas pelo poder público, anteriormente mencionado nesta dissertação, é a manutenção. No caso da Light, não se observaram, inicialmente, muitos problemas dessa natureza, porém houve posteriormente a necessidade de algumas adaptações em função da especificidade da ocupação espacial das favelas. Como o processo de eletrificação deu-se em curto espaço de tempo, e a necessidade dos serviços por parte dos moradores era significativa, tornou-se em muitos casos impraticável uma avaliação mais criteriosa da necessidade desses ajustes. Em 1990, a Light reativou o programa de revisão e manutenção da rede de distribuição de eletricidade nas favelas, tendo já iniciado este trabalho em alguns locais.

De uma maneira geral, a energia elétrica implantada pela Light era mais barata e de melhor qualidade para o morador do que aquela distribuída pelas Comissões de Luz anteriormente existentes. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1980, o custo do fornecimento aumentou mais do que a renda das pessoas e muitos moradores foram levados a obter luz através dos “gatos”. Paralelamente, muitos Marcadores (funcionários da concessionária) passaram a alegar dificuldades para fiscalizar e registrar o consumo nas favelas em função da presença constante da violência relacionada ao narcotráfico. Pode-se inferir que interessa às facções controlar a iluminação pública e demais prestações de serviço, a fim de favorecer as suas atividades.

5. ETNICIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

5.1 O Paradigma Pós-Moderno E A Historiografia Brasileira

A fim de retomar o dinamismo estratégico do poder normatizador-regulador do viralatismo, ressalto as considerações de Hall a relativizar com o tensionamento das identidades. A saber, o poder não é homogêneo e se adapta às circunstâncias históricas, diante da dependência (do poder) de práticas discursivas para moldar e normatizar as subjetividades. Tais verdades impostas são naturalizadas até resultarem em senso comum. Em contraposição, consideremos que do grau de subjetividade com que o sujeito social se relaciona nos seus ambientes de convívio, a determinar a sua sociabilidade, deriva a imprevisibilidade com a qual virá a negociar com as impossibilidades que lhe são impostas, relacionadas à vida material e o acesso a direitos sociais.

O indivíduo não é incólume à vida social que é marcada pela diferença. Derrida apud Hall (1997, p.33) argumenta procura o fechamento (a identidade), a sua “classe” mas é constantemente perturbado pela diferença. Os grupos sociais marginalizados da estrutura societária, tomam como identidade nacional a comunidade local, pela condição de pertencimento (Brennan apud Hall 1997, p.59).

Tanto Derrida quanto Brennan, citados por Hall, se aproximam da conceituação de Lygia Segala que responde pelas “categorias de autorreferência”, a serem abordadas mais adiante.

Diante da imprevisibilidade da ação reativa ao contexto social adverso, a depender da leitura que a Histórica, enquanto ciência, faz da Memória, torna inexitosa a complexa investigação da dinâmica social. “A sobrevalorização de uma única dimensão da vida dos homens em sociedade termina quase sempre por traduzir-se em uma perspectiva determinista” (Id., p.70). Restrito a este escopo, os aspectos da cultura e da linguagem como a expressão das identidades, para além dos grupos sociais e da “luta de classes”¹⁸² acabam por não serem elementos valorados para a investigação. “Cultura, aqui, como uma instância determinante e não tão somente como organização e comunicação social” (Id., p.74). Sendo assim, a interpretação historiográfica determinista veste-se de uma rigidez que se desatualiza diante das esferas da vida em constante mutação, no que cabe a definição de história como:

Um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido pro um grupo de trabalhadores cuja cabeça está no presente [...], que tocam o seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros (maneiras que estão posicionadas em termos epistemológicos, metodológicos, ideológicos e práticos) e cujos produtos [...] correspondem a uma gama de bases de poder que existem naquele determinado momento [...]. (Mattos, 2014, p.75).

Fica a dever, tanto a Arquivística quanto a História, ao projetarem, a interpretação dos fenômenos sociais do presente para o futuro, circunscritos que estão ao especulativo e à parcialidade de seu tempo, apesar da metodologia científica concernente. Para

¹⁸² Normatizações de espaços que, embora integrem uma mesma cidade, um (a favela) é segregado pelo outro, o “asfalto” (área da cidade que não constitui a favela), subalternizados em sua identidade étnico-cultural (assunto abordado nesta dissertação). Neste contexto de marginalização, as “leis da favela” são subterfúgios contra a criminalização e a precarização da vida, agenciada, dentre demais atores políticos, pelo Estado (biopoder-biopolítica/viralatismo).

além de seus pressupostos epistemológicos, faz-se oportuno conviver com “diferentes formas de produção do conhecimento histórico”, a não hesitarem quanto a “enfoques [...], métodos e procedimentos diferenciados” (Id., p.77).

O “materialismo cultural”, conceituado por Raymond William (1979) remodela a historiografia brasileira à contemporaneidade pós-moderna, a que Hall (1997) designa como “virada cultural”, ou, o governo através da cultura (abordagem anteriormente contemplada), pré-determinando a subordinação político-econômica entre as nações, no contexto global. O “materialismo cultural” (Williams apud Mattos, 2014, p. 81) traduz os novos processos de construção das hegemonias contemporâneas, quais sejam, a colonialidade global e o viralatismo.

A cultura, sob esta acepção, para além de ser “uma manifestação intelectual e/ou artística [...] é como um modo de vida (Id.). Fenômenos sociais, associados à cultura, tornam-se objetos de estudo de modo que a historicidade abranja o sujeito em sua dimensão social, cultural e política, no que se refere às expressões artísticas, inclusive as rotuladas como “cultura popular”, a literatura, e demais canais de expressão da “consciência social” (Mattos, 2014, p.81-90), repassadas por gerações por meio de suportes fixos da oralidade. Maria Beatriz Nascimento, em “Uma História Feita Por Mãos Negras” revela que a sobrevivência de uma festa popular, entre remanescentes de quilombolas, tomou o carácter de testemunho para que a existência do assentamento social pudesse ser confirmada: “Decidimos acompanhar, na segunda etapa da pesquisa, todo o processo que culminava com as festas do Reinado [...], manifestação impregnada de conteúdos simbólicos [...], podendo mesmo ser uma dramatização das condições de vida dos habitantes negros, possíveis reminiscências traduzidas no código cultural, mas, principalmente, com a própria dinâmica das relações raciais na povoação (Nascimento, 2021, p.141-142). Demais festas populares, como a Congada de Minas Gerais (vide figura 68), o Caxambu e a Folia de Reis, do Rio de Janeiro e de Minas, são, em verdade, “rituais de memória” (Id., p. 240).

Um segundo traço culturalista da narrativa da historiadora, professora, poeta e ativista negra, é o reconhecimento quanto as variáveis sincrônicas e acrônicas da trajetória humana: “a visão da história oficial é de que [os fatos históricos] são atemporais e sem continuidade no espaço de uma determinada estrutura histórica” (Id., p. 192).

O fazer história, a partir da centralidade na cultura, nos lega uma perspectiva mais abrangente, a ressaltar a identidade social étnica, para além da visão economicista do materialismo histórico, embora a abordagem marxista flagre a opressão e a reação entre os sujeitos políticos de uma sociedade cingida em classes. As análises de Nascimento (2021) e Rodrigues (2017) nos prestará insumo para formular a relação entre identidade étnica forjada na cultura diaspórica e cultura política, no tópico 5.7.2 “Memória, Cultura Étnica E Consciência Política”.

Mattos sugere, por meio de autores culturalistas, como o francês Ciro Cardoso, que a história cultural e a cultura política tornam-se predisposições para a formulação das representações do mundo real, mais do que os elementos constitutivos da realidade social, no plano material. Ao recorrer a Durkeim e Mauss, afirma que as próprias representações coletivas são “as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (Mattos, 2014, p.72). Desta forma, dispensa um enfoque totalizante para a interpretação da história social ou da vida material.

Sob esse prisma, culturalista, portanto, a historiografia se aproxima do “influxo pós-modernista” (Id.). Para citar as temáticas sobre as quais os “historiadores culturalistas” se debruçam, desde as últimas décadas do século XX, é exposta a proposição de Jean François Lyotard. Segundo o filósofo francês, vivemos o período da história que equivale ao pós-industrial, inaugurado pela disseminação das tecnologias da informática, conhecido como A Era da Informação, a que poderíamos designar, apenso, como a Revolução da Linguagem Virtual. E me refiro à linguagem como a expressão da cultura que potencializaria “aglutinações identitárias” por meio destes canais de comunicação tão globais quanto locais. Como consequência:

O espaço da política se veria reduzido assim às causas específicas dos pequenos “nós”: lutas entre grupos definidos por identidade, cuja legitimidade dos relatos e propostas só pode ser validada por critérios compartilhados por aqueles que pertencem a um mesmo espaço identitário (Id., p.75).

A era pós-moderna tem como marco a ruptura com a era moderna, inteligível por meio dos marcos do capitalismo tradicional e da sociedade industrial. No contexto do pensamento pós-moderno, a historiografia culturalista irá se opor a concepção de história a partir de prismas totalizantes para a vida social. Tais perspectivas, deterministas ou totalitárias, não inteiram a dinâmica cultural (Id., p.78).

A história culturalista, no Brasil, teria surgido na década de 1990, segundo Mattos (2014), cujos autores Chartier e Burke são apontados como as grandes influências desde então. Durval Muniz de Albuquerque Júnior ressalta a confluência entre a literatura e a “veracidade científica” inerente a metodologia histórica. O interessante é que segue sendo publicados trabalhos de conclusão de curso embasados em obras literárias, o que reporta à identidade social. Ao recorrer ao que chama de “virada linguística”, anuncia que:

A questão da verdade em História também é impactada por esta discussão à medida que nos leva a problematizar a distinção entre fato e ficção, que durante dois séculos assegurou a separação entre o campo literário e o campo historiográfico. [...] Inclino-me pela defesa do carácter artístico da História, do seu carácter poético e literário, e pensando com a literatura e não contra ela. Reflito neste primeiro conjunto de textos sobre as implicações para a prática do historiador de pensá-la como uma arte literária, sem que isso signifique necessariamente abandonar suas pretensões a ser uma prática científica (Id., p.77).

5.1.1 Historicidade No “Varal”: Favela da Rocinha



Figura 57: “Destaque Joãozinho da Caixa d’Água”.
S/D.

Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd
LDig LVL Pg063



Figura 58: Dona Santa em devoção aos santos São Cosme e São Damião. S/D. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

As entrevistas que constam no livro “Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Rocinha” exemplificam o que seja *identidade flexível*, ou a prática da etnicidade,

forjada na dualidade “leis da favela” e “leis do asfalto”.¹⁸³

Obra literária organizada pelas educadoras comunitárias Lygia Segala e Tânia Regina da Silva, tem como autores os seguintes moradores:

- Alberto Moreira Lima, fotógrafo, pintor, baiano, 52 anos;
- Antônio Carlos Fernandes, o Tuninho, arte-finalista, 28 anos;
- Antônio de Oliveira Lima, o Oliveira, comerciário, presidente licenciado da UPMMR, cearense, 36 anos;
- Antônio Estêvão Nascimento, vigia, motorista, 62 anos
- Antônio Miranda, mensageiro, 28 anos;
- Avelina Maria de Jesus, a Maria do Carmo, crecheira da ASPA;
- Bernardino Francisco de Souza carpinteiro, 32 anos de Rocinha;
- Caetano Evangelista da Silva, biscateiro, 56 anos
- Carlinhos dos Santos, compositor;
- Carlos Alberto, compositor;
- Carlos Roberto compositor letrista, carioca;
- Cristiane Pessoa Lima — estudante, carioca, 6 anos;
- Dalva Celeste de Melo — secretária, coordenadora do Grupo Jovem, catequista de jovens para a Primeira Comunhão e Batismo, mineira, 32 anos;
- Dayse Lúcida da Silva Ferreira, educadora comunitária da Rua 2, carioca, 20 anos;
- Fábio Costa Silva, fotógrafo, carioca, 23 anos;
- Francisca Honorata Nóbrega de Oliveira, coordenadora do Projeto Fé E Luz na Rocinha para excepcionais, 34 anos;
- Francisco de Assis Pereira dos Santos, o Francisco da Gê, bancário, coordenador da creche da ASPA;
- Francisco Eliseu Cosmo, o Chico Barbeiro, birosqueiro, paraibano, 47 anos;
- Francisca Elisa Pirozzi, a D. Elisa, costureira, educadora comunitária da Rua 1;
- Francisco Tavares Carneiro, o Seu Carnera, comerciante, 56 anos de Rocinha;

¹⁸³ Programa de Memória dos Movimento Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

Germelina de Araújo Siva, a Loló, cabeleireira, cearense, 17 anos de Rocinha;
Guilhermina Coelho da Silva, funcionária têxtil aposentada, 55 anos de Rocinha;
Gonçala Norberta Araújo Pereira, educadora comunitária da ASPA, cearense;
Hélber Bôscoli Leal, o Hebinho, compositor carioca, 25 anos;
Inácio de Almeida, faxineiro a domicílio, poeta, 73 anos;
Iracly Carlos de Lima, balconista, carioca, 18 anos;
Ismael Elias da Silva, vendedor, ex-presidente da UPMMR, 22 anos de Rocinha;
Ivan do União Futebol Clube;
Ivan Martins do Unidos da Rocinha, bancário, 27 anos;
Ivens Guedes, barbeiro, 63 anos;
Jonas da Conceição, vendedor. carioca, 33 anos;
Jonas Januário da Silva, o Seu Jonas da Feira;
José Benigno da Rocha, o Zé das Jóias, vendedor, alagoano, 69 anos;
José da Silva Macedo, o Zézinho da Sapataria, comerciante, cearense, 35 anos;
José Henrique compositor, carioca, 22 anos;
José Lopes dos Santos, o Zé do Mutirão;
Laura de Oliveira Santos, funcionária têxtil aposentada, carioca, 70 anos;
Lindolfo Soares da Silva, comerciante, 30 anos de Rocinha;
Luís Fernandes da Silva, o Petrô, educador comunitário da ASPA, carioca, 27 anos;
Manoel Quintino, instalador de acessórios, carioca, 28 anos;
Maria Dylma da Silva Ferreira, educadora comunitária da Rua 2, carioca, 21 anos;
Maria das Dores de Melo, a D. Maria do Teatro, cozinheira, compositora, 44 anos;
Maria das Graças Alves, cabeleireira, carioca, 32 anos;
Maria do Carmo Pereira Mota, balconista, cearense, 30 anos;
Maria Jandira da Silva, artesã;
Maria Joselita Figueiredo de Souza, baiana, trabalha no grupo de menores da ASPA, 23 anos de Rocinha;

Marta Lúcia Magalhães Loyola, estudante, carioca, 19 anos;
Maurício Trajano Sobrinho, pintor, carioca, 27 anos;
Meninos da Rua 1: Antônio Manuel, Cláudia, Elisabeth, Fátima, José, Marcos, Paulinho e Rogério;
Neli Francisco de Farias, cozinheira, 31 anos;
Nestor Vianna Filho, sapateiro Luíz XV, 32 anos de Rocinha;
Nilda Lourenço, do Lar, carioca, 39 anos;
Paulo Reis, artista plástico, 34 anos;
Paulo Sérgio Farias, eletricista, vendedor, presidente em exercício da UPMMR, carioca, 28 anos;
Quitéria Maria Bezerra, doméstica, moradora da Rua 1, 24 anos de Rocinha;
Raimundo Lino Silva, copeiro e motorista aposentado, cearense, 17 anos de Rocinha;
Rapeize: Tinhosa, Perna, Charo, Descansado e Lancinha;
Rita da Siva, a D. Santa, mãe-de-santo;
Rocilda Araújo Monteiro, comerciante, presidente da ASPA, cearense, 56 anos;
Ronaldo Batista do Nascimento, do grupo Sangue Jovem da Rua 1;
Severina da Silva Nascimento, lavadeira, 52 anos;
Severino Batista da Silva;
Sebastiana do Império da Gávea;
Sebastião de Oliveira Assunção, o Seu Tião Seresteiro, funcionário do correio aposentado, boêmio, compositor, 62 anos;
Silvana Nunes de Araújo Porto, do Lar, ex-presidente da UPMMR, 62 anos;
Sílvio Martins Dantas;
Tadeu Pinheiro Sondório, da Rua 1;
Tania Regina da Silva datilógrafa, educadora comunitária da Rua 2, carioca, 22 anos;
Timóteo Bispo de Oliveira da Rua 3;
Tranquilino Diniz da Silva, consertador de guarda-chuva e máquina de costura, 28 anos de Rocinha, 60 anos;
Turma do Bojo: baloeiros da Rocinha;
Zenite Eduardo, crecheira da ASPA, 31 anos de Rocinha.

O livro foi editado pela União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR) e Editora Tempo E Presença/SEC/MEC/FNDE. O lançamento foi festejado com uma roda de samba, na escola municipal Paula Brito, localizada na Rua Dionésia, s/n, favela da Rocinha.

Ao longo dos relatos, coletados desde 1980 e publicados em 1983, constatou-se que os testemunhos convergiam para marcos temporais que se delineavam como uma cronologia, a ultrapassar datas demarcadas, como que “tempos coletivos da memória social, tempos do ciclo de vida do grupo doméstico”. Assim, os “tempos da comunidade” ou “registros da consciência do povo” correspondem à formação da identidade social em evolução para a constituição das “leis do morro”, em confronto e articulação com as “leis do asfalto”.

Os “tempos da comunidade”, conduzidos por um encadeamento de narrações, em lugar da demarcação cronológica rígida e linear, é assim classificado: o tempo de antes da vinda para a Rocinha, o tempo dos barracos cobertos com papelão pichado, o tempo dos políticos, o tempo das enchentes, antigamente ou o tempo do mutirão e o tempo do hoje em dia (década de 1980). Este “sistema de lealdade”, de modo que “as próprias histórias faziam o caminho delas” proporciona a apropriação, de fato, do lugar de enunciação.

A respeito dos primeiros anos de povoamento da Rocinha — o “tempo de antigamente”, quando “se amarrava cachorro com linguíça”, período anterior a intensificação demográfica, os moradores recordam que não havia a imposição estigmatizante favela-asfalto. Período em que moravam próximo aos postos de trabalho (fábricas, comércio, construção civil, casas de família etc), este “tempo mítico” é revestido de nostalgia por parte dos moradores mais velhos, uma vez que a “poluição moral” não havia os segregado da cidade. Desde então, a ação repressora da polícia é destacada pelos testemunhos, período no qual deflagrou a instauração da ordem do morro. A “ordem do asfalto” (repressora) versus a “ordem da favela” (resistência), reúne os moradores segmentados por forças políticas internas, sob a condição de favelado, como que uma autoafirmação transgressora conforme anteriormente visto:¹⁸⁴

¹⁸⁴ Programa de Memória dos Movimento Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

As especulações sobre as engenhosas estratégias de sobrevivência, o jeitinho e o proveito no morro foram também frequentes, corroborando à definição de um tipo de herói, meio malandro, meio super-homem, eles mesmos: o favelado.¹⁸⁵

As especificidades da sociabilidade dos sujeitos e o contexto de periferização ou marginalização, influenciou na metodologia inicialmente definida:

Sem sombra de dúvidas, o registro da memória social da Rocinha trouxe uma acalorada discussão sobre identidade social. A preocupação em contornar situações geradas por estigmas aparece até na definição de procedimentos básicos para a identificação do entrevistado. As perguntas iniciais — nome, idade, profissão, procedência, etc — foram franca e enfaticamente refutadas pelos moradores, uma vez que pareciam aproximar a nossa pesquisa do interrogatório policial. Optou-se por apresentar esses dados apenas quando “saíssem nas conversas”.¹⁸⁶

O mesmo se deu em relação à temática. O capítulo “Destaque: Joãozinho Caixa d’Água” refere-se à entidade Malandro, de nome Joãozinho Caixa d’Água, cultuado pela religião de matriz africana Umbanda. Segundo sugestiona a moradora Dona Santa (Nilda Lourenço):

“Eu acho que tinha que botar nesse livro é que as melhores macumbas que tem na cidade são dentro das favela. No centro granfino [“asfalto”] é só pedir dinheiro. Onde se acha caridade é nos Santos que existem nas favelas.”¹⁸⁷

Nota-se um valor positivo ao pertencimento “favela” em antítese ao seu equivalente, o “asfalto”, identificado como “granfino”. A Respeito do Malandro, esclarece Dona Santa:

“O que ele conta é que ele foi morto muito novo, com dezessete anos, na malandragem [...]. Aí um dia teve um atrito e cagoetaram ele. Aí fizeram cerco pra prender ele. Ele então se jogou dentro da caixa d’água. Preferiu morrer do que ser pego pelos marginais contra-guerra. Porque era uma turma que estava em guerra contra a outra. Não era época de ele se acabar. Morreu antes do tempo. Agora ele volta pra se purificar, porque ele foi muito vadio. Ele mora

¹⁸⁵ Programa de Memória dos Movimento Sociais. Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Favela da Rocinha, 1983, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063.

¹⁸⁶ Programa de Memória dos Movimento Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

¹⁸⁷ Id

va mesmo no morro.”¹⁸⁸

A rede de entrevistados foi se consolidando por meio de indicações. Conforme avançava o trabalho, os mais idosos e as lideranças locais eram apontados como depositários da memória local. Foram sessenta e nove moradores entrevistados. Na proporção em que eram confrontadas as experiências, confirmou-se um sistema de representatividade.

O trabalho com fotografias e folhetos merece observações mais detalhadas, na medida em que assumiu a importante função de fixar a informação e apresentá-la na sua totalidade para fora do círculo de conhecidos, incentivando reações criativas em cadeia, versões auxiliares para o trabalho. Distinguiu-se complementarmente das ideias mais fragmentadas que corriam de boca em boca, reinterpretadas em cada nova conversa.¹⁸⁹

A memória coletiva estava, enfim, inscrita em uma obra literária. Entretanto, era necessário disseminá-la entre os próprios atores dos acontecimentos, os depoentes, que, de certa forma, representavam a favela da Rocinha. Para tanto, se empreendeu eventos e registros para a divulgação, dentre os quais, pesquisa, folhetos, quadrinhos, fotografias, filmes, cantos e esquetes de teatro. Linguagens estas que facilitaram a apreensão dos moradores analfabetos. As encenações, pelos becos, foram dinâmicas, propiciando a interação do Grupo de Teatro com o público.

Transcrevo a percepção, por parte de Segala, quanto a repercussão do processo de historicidade:

O resultado faz lembrar a cristaleira de guardados. [...] Móvel de certo destaque na sala, guarda e expõe ao mesmo tempo coisas que não podem ser esquecidas, transparentes, nas portas de vidro. Além dos copos, pratos e bibelôs é lá que estão algumas relíquias do grupo doméstico: o primeiro sapatinho do filho, os santos de proteção, a palma seca do domingo de Ramos, velas de aniversário e de devoção, [...] enfeites de aniversário de menino, retratos. Arrumados pela ordem de uso, pela ordem do tempo e pela ordem dos afetos, esses objetos em si e entre si permitem muitas leituras como o livro.¹⁹⁰

5.1.2 Tempos Sociais E Historicidade: Morro do Borel E Favela da Rocinha

A tese “Caminhos do Lembrar: A Construção E Os Usos Políticos da Memória

¹⁸⁸ Programa de Memória dos Movimento Sociais. Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Favela da Rocinha, 1983, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063.

¹⁸⁹ Programa de Memória dos Movimento Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

¹⁹⁰ Id.

no Morro do Borel” (Amoroso, 2015) reflexiona sobre o uso político da memória e a narrativa histórica a partir de baluartes políticos e entidade representativa que vêm a demarcar as identidades sociais relativas à mobilização. A militância é assim acionada para a constituição de uma tradição.

A memória que resulta das atividades inerentes à União dos Trabalhadores Favelados (UTF), associação anteriormente citada nesta dissertação, vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pioneira no contexto do Movimento de Favelas, torna-se, assim, um referencial positivo. Lugar de memória, tal como uma “manifestação fisicamente concreta da memória [...] investida pelo imaginário social de uma certa aura que a [caracteriza] como tal, [pois], inicialmente é preciso ter vontade de memória” (Nora apud Amoroso, 2012, p.64).

Tal como os lugares de memória, os tempos coletivos não lineares, conforme convencionado pela historiografia hegemônica, são predeterminados por critérios funcionais e simbólicos (Id). Os “tempos” da favela da Rocinha, recuperados pelo livro “Varal de Lembranças ...”, mencionados anteriormente, bem como os tempos do Borel, as “lutas de antigamente,”¹⁹¹ pela obra de Manuel Gomes,¹⁹² são compostos por fatos históricos a retomarem a biografia de um coletivo e a autobiografia do próprio autor.

Para remontar à origem das favelas, como um aglomerado urbano, o livro de Gomes (1980) põe sob perspectiva a luta de classes do discurso marxista, ao referir-se à espoliação contra o migrante que em busca dos postos de trabalho na então capital federal (Rio de Janeiro), na “ausência de receber o valor real da venda do [...] produto que é a força [de trabalho]”, submete-se aos “sagrados direitos de determinação do valor da mão de obra,”¹⁹³ aferidos aos patrões, determinando, assim, a sua condição habitacional. Associar a existência das favelas à exploração do homem pelo homem, sob a perspectiva marxista, é tomar a experiência humana por meio da noção de processo (Hartog apud Amoroso, 2012, p.57). É imperioso destacar a relevância da obra de Manoel Gomes, “As Lutas do Povo do Borel”, quem como operário destacou-se à frente da UTF, tendo testemunhado o surgimento e o período mais combativo da União.

¹⁹¹ Depoimento de Josias Pereira, morador do morro do Borel. AMOROSO, Mauro. Caminhos do Lembrar: A Construção E Os Usos Políticos da Memória No Morro do Borel (Dissertação de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas/FGV, 2012, p.59.

¹⁹² Id.

¹⁹³ Id.

Um testemunho autobiográfico fixado em suporte material, como o de Gomes, potencializa o uso político da memória social. A memória registrada torna-se um artifício para “a construção de significados e representações sociais sobre si” (Silva apud Amoroso, 2012, p.65). Neste sentido, vale ressaltar a construção da contranarrativa, de dentro para fora, da favela para o asfalto, o que convencionou-se disseminar como “empoderamento”: sujeitos sociais “em busca do direito à memória que atuaria como uma ferramenta para ressignificar a própria figura do morador de favelas no imaginário urbano, à qual historicamente tem sido atribuída uma série de valores negativos” (Amoroso, 2012, p. 67).

A importância da publicação de testemunhos contemporâneos ao fato histórico, além de desconstruir as narrativas estigmatizantes, é intervir na produção do conhecimento e do discurso, a persuadir para a construção de uma base societária senão antirracista, não exacerbadamente segmentária, condicionada por estímulos de solidariedade e diversidade em futuro não próximo. Sob a perspectiva da cultura étnica, a disseminação de contranarrativas é significativo por marcar uma oposição histórica, para além do enfrentamento e da autoafirmação.

Amoroso se ocupa em mencionar as tensões e disputas internas escamoteadas no “caminho discursivo”: “trata-se de agentes com interesses específicos e com uma visão própria das favelas, consideradas como espaços para a concretização de seus projetos políticos junto às classes populares” (Id). Com efeito, a construção das identidades decorre do conflito entre agentes externos e agentes comunitários, em interação com a comunidade e, antagonismos internos são deflagrados entre sujeitos de um mesmo grupo social,¹⁹⁴ e não tão somente entre grupos dicotomicamente opostos em relação a estratificação social. Entretanto, mais digno de nota é sobre a pertinência das narrativas testemunhais e o seu “sólido coeficiente de valorização” (Id., p.59).

Conforme a política remocionista se tornava menos agressiva, pode se considerar que a fixação mais prolongada, no local de moradia, propiciou um maior estabelecimento de vínculos entre os vizinhos a favorecer a constituição da memória social. Famílias foram separadas, términos de casamentos ocorreram em razão das remoções sistêmicas e, a exemplo da depoente Anazir Oliveira,¹⁹⁵ em determinados casos, a trans

¹⁹⁴ Vide o tópico 5.7.1, “As Categorias de Autorreferência dos “Sujeitos-Forma”

¹⁹⁵ Vide o tópico 5.4, “‘A Memória É Um Debate Político’: Jornada Trabalho Memorial E Favelas Em Tempos de Ditadura.”

ferência compulsória afetou o mesmo núcleo familiar sucessivamente. Portanto, favelas concretizadas, memórias consolidadas.

Ao observar o fazer história a partir de duas obras de referência, cuja a autoria é de moradores de duas favelas de sólida e longeva militância política: a Rocinha (livro organizado por Tânia Regina da Silva e Lygia Segala) e o conjunto de favelas do Borel (tese escrita por Mauro Amoroso em citação a obra de Manoel Gomes), pode se elencar as seguintes características:

- marcos temporais coletivos em detrimento de uma cronologia linear;
- conteúdo em conformidade com a produção de contranarrativas;
- metodologia e temário influenciado pelo perfil do coletivo historicizado;
- dadas categorias sociais se legitimam como guardiões do legado da comunidade,
- quais sejam: os mais velhos, apontados como os moradores mais antigos e os moradores militantes;
- a identidade militante gera a tradição secular local;
- o direito à memória e o seu uso político relacionado a “representações sociais sobre si” (Amoroso, 2012, p.64);
- narrativa autobiográfica (Manoel Gomes) e testemunhos oriundos da “rede de vizinhança” da qual o autor integra (Tânia Regina da Silva);
- o direito à memória e o lugar de enunciação vinculados;
- testemunhos recolhidos a partir de uma rede de conhecidos cujos participantes indicavam outros possíveis relatos e assim em diante — rede de conhecidos;
- penetração do pesquisador, em campo, em função da prerrogativa desta mesma rede de conhecidos, por meio do “quem indica”;
- os fatos históricos são narrados sob a perspectiva processual;
- adoção de um sistema de representação para suscitar narrativas: fotografias e folhetos (por exemplo);

Um aspecto que converge, em ambos os processos de historicidade, é o considerável valor simbólico, por parte dos moradores ou sujeitos em pesquisa, em relação a fixação da memória em um suporte físico, inclusive, a expectativa quanto aos usos políticos que porventura viessem a repercutir positivamente para as comunidades. A materi-

alidade, em lugar da oralidade, a representar a permanência e a transmissão a posteriori, é um valor ressaltado, uma “manifestação física da memória” (Amoroso, 2012, p. 64). Valoração que é constatada no depoimento de Josias Pereira:

“Uma coisa certa que a gente pensava: tem que ter algo guardado para ficar na lembrança. Todo mundo falava nas lutas de antigamente, mas ninguém tinha nada anotado. [...] Tem que ter algo arquivado.” Com essa passagem, notamos a necessidade de meios de garantia da perpetuação dessas lembranças sobre as “lutas de antigamente”, e que elas possam ser consultadas, a exemplo de anotações ou de arquivo (Id., p.58, grifo nosso).

Embasado em Rodrigues (2017), há de considerar que nas circunstâncias sociais, a solidariedade e a adversidade vivificadas demarcam os tempos coletivos, resultando em uma memória compartilhada pelos membros do grupo. Sendo assim, a narrativa é condicionada à história comum e aos sentimentos entre os membros. Conhecimento acumulado (memória social) a qual pode vir a tornar-se em patrimônio cultural. Importa evidenciar o processo subjetivo: recorre-se ao patrimônio como artefato de consolidação da identidade ou das identidades híbridas, em construção contínua e em relação dialógica com os tensionamentos sociais.

5.2 A Museologia Social: O Museu da Maré E O Museu Sankofa da Rocinha

O Museu da Maré



Figura 59: O pássaro Sankofa¹⁹⁶

A Museologia Social questiona a Museologia tradicional, voltando-se para aqueles aos quais sempre lhes foi negado protagonizar as suas próprias histórias.

O Museu da Maré (MuM), favela localizada na cidade do Rio de Janeiro, foi inaugurado em 2006. A curadoria apresenta o processo sócio-histórico de produção do espaço urbano (da Maré) em doze tempos, por meio da descrição do cotidiano de seus

¹⁹⁶ Disponível em: Em: <http://museudarocinha.blogspot.com/> (Acesso em: 15 de fevereiro de 2023).

moradores. O processo sociomuseológico com ênfase no associativismo local de décadas, integra o arquivo histórico ao território, patrimonialização, esta, a enfatizar a narrativa contra hegemônica. A favela é incorporada à formação da identidade cultural da cidade carioca e da sociedade brasileira.

O movimento museal contemporâneo utiliza-se da criação ou ocupação de espaços físicos fechados ou abertos, onde seja possível socializar as memórias produzidas pelos moradores.

Desde o surgimento dos museus contemporâneos de favelas, na década de 2000, com o pioneirismo do Museu da Maré,¹⁹⁷ desponta a estética museal cujo enfoque é comunicar a existência de um patrimônio imaterial, que traz em sua gênese a memória sociopolítica da produção do espaço urbano, ou seja, incluindo as comunidades à cidade. O campo nos revela a existência de um musealismo crítico e engajado na luta comunitária, que ultrapassa as ferramentas da museologia social, a partir do acúmulo de mais de cinco décadas de resistência do Movimento de Favelas, além das diversas parcerias para a organização e consolidação da memória local.

Claudia Rose Ribeiro da Silva, fundadora do CEASM (Centro de Estudos E Ações Solidárias da Maré),¹⁹⁸ em entrevista concedida em 2019 (Baptista, 2020, p.21), destaca a importância das parcerias iniciais para a criação do Museu, do Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional (DEMU-IPHAN), voltado para os museus e centros comunitários, a se tornar, posteriormente, em o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Antônio Firmino e Fernando Ermiro relatam sobre a assessoria do Ibram em relação a concepção do Museu Sankofa Memória E História da Rocinha.¹⁹⁹ O foco era a museologia social para todo o território brasileiro.

A proposta do MuM, enquanto organismo sociocultural transmídia, com suas dinâmicas que atravessam a dorsal imaginária e factual da favela, para além de guardar memórias consiste em ressignificá-las, estimulando o olhar crítico dos próprios moradores e dos visitantes interessados.

O Museu da Maré é um espaço não-formal de educação e de produção de co

¹⁹⁷ Museu da Maré. Disponível em: <http://www.museudamare.org.br/> (Acesso em: 12 de agosto de 2022).

¹⁹⁸ Centro de Estudos E Ações Solidárias da Maré. Disponível em: <https://www.ceasm.org.br/> (Acesso em: 12 de agosto de 2022).

¹⁹⁹ Vide o tópico 5.3, “Entrevista”.

nhecimento. A expressão “lugares de memórias”, foi cunhada por Pierre Nora, e engloba socialmente os museus, escolas, universidades, sindicatos, fundações culturais, ruínas, conjuntos arquitetônicos, agremiações, clubes, arquivos, centro de documentação, dentre outros (Id., p. 99).

As memórias podem ter lugares predeterminados, mas podem também estar e circular em qualquer lugar. O Museu da Maré é local e internacional, a memória produzida, através da tecnologia museal desenvolvida por seus protagonistas, pode ser conectada com outras redes de memórias afetivas em outras partes da cidade e, com determinados recursos atuais das avançadas tecnologias de comunicação, pode se conectar com o mundo. A dimensão afetiva é digna de ressalva:

As experiências de lazer em torno dos campos de várzea fazem parte da história da Maré. Com certeza marcaram, também, sua vida e a potencialização da memória afetivo-política daquele contexto que, tem certa influência sobre sua formação sócio-política de intelectual orgânico da favela, (Silva apud Baptista, 2020, p.29, grifos nosso).

Os museus comunitários ou ecomuseus, surgiram a partir de 1983 no Brasil, mas foi em 2006, com o surgimento do Museu da Maré, que se consolidaram (Araújo apud Baptista, 2020, p.33). Mário Chagas (DEMU/IPHAN), mencionado pelo morador Fernando Ermiro, foi um grande incentivador.

O Museu Sankofa da Rocinha

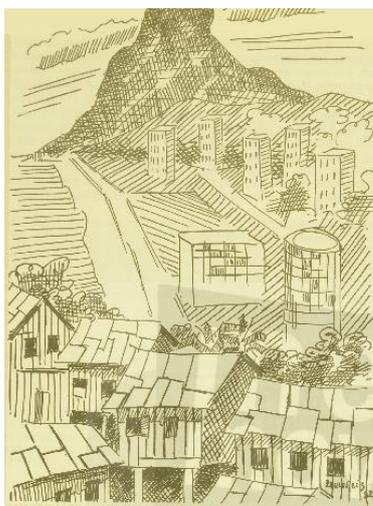


Figura 60: “Tempo de Hoje Em Dia”, Década de 1980
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

O I Fórum Cultural que resultou no Plano Cultural,²⁰⁰ realizado na favela da Rocinha em 2007, estimulou uma ambição antiga: a criação de um centro de memória. O evento, subsidiado pelo governo do estado, propunha o estímulo ao desenvolvimento cultural da localidade e reuniu empreendedores locais de iniciativas socioculturais, entre artistas, cantadores e artesãos. Estiveram presentes o Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha, a Casa de Bamba, a Rocinha dos Construtores, entre outras entidades, além da reedição do livro “Varal de Lembranças: Histórias e Causos da Rocinha”.

A expectativa era a de reunir as iniciativas culturais da comunidade, todavia, definir um lugar fixo se tornava inviável devido a dimensão das redes políticas e de sua diversidade interna, afirma Lygia Segala (Segala; Firmino, 2010, p.4). Em 2007, o Departamento de Museus (DEMU/IPHAN), na pessoa de Mário Chagas, incentivou a criação do museu. É nessa etapa que o Laboep (FEUFF-UFF) integra o projeto por meio da extensão universitária. Naquele ano, em parceria com o IPHAN, no âmbito do Projeto Memória Social E Trabalho Comunitário Na Rocinha,²⁰¹ juntamente com o Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha (ProExt-MEC), é oferecido um curso de extensão sobre Museus Comunitários. No sítio eletrônico do Laboep o projeto “Museu Comunitário Performance Memorial E Disputas Políticas: O Caso da Favela da Rocinha”, se apresenta:

Sobre os modos através dos quais se constroem sentidos e práticas narrativas/expositivas dentro de um processo contemporâneo de museu comunitário. [...] Com base na análise de outras experiências nacionais e internacionais afins, busca-se compreender como redes de moradores mobilizados por esta ideia entendem um “museu da comunidade”. Que representações e apresentações informam esse trabalho memorial? [...] Que usos sociais e políticos do passado são objetivados nesta proposta e negociados junto a agências públicas de cultura? Como conflitos internos, pactos de silêncio, alianças institucionais instigam mediações, linguagens, categorias de valores e de objetos patrimoniais para a produção de reconhecimento social e reapropriação simbólica da cidade? ²⁰²

²⁰⁰ Fórum de Cultura da Rocinha. Disponível em: <http://forumdeculturadarocinha.blogspot.com/p/plano-cultural-da-rocinha.html> (Acesso em: 7 de agosto de 2022).

²⁰¹ Laboratório de Educação E Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://laboep.uff.br/quem-somos/> (Acesso em: 7 de agosto de 2022).

²⁰² Id.

Definido, no sítio do Museu da Rocinha, como Movimento Pró-Museu da Rocinha Sankofa Memória E História, é: “composto por moradores da Rocinha, que vem, realizando ações no sentido da valorização e constituição de acervo da Memória e História da Favela da Rocinha, e políticas públicas de cultura para a Rocinha”.²⁰³

Os Museus Comunitários

As negociações políticas com o tecido social ultrapassaram a política-partidária, estendendo-se ao direito e aos usos da memória, disputa simbólica para tornar o “outro” (foucaultiano) em protagonista de sua narrativa histórica, de seu “discurso identitário”:

Os museus comunitários, interessados na construção de uma memória coletiva que organize um discurso identitário, expressam assim disputas simbólicas [...], flutuações de valores atribuídos a acontecimentos e às lembranças, mediações autorizadas no uso político do passado (Segala; Firmino, 2010, p. 3).

O discurso social sobre a favela, o sujeito coletivo da patrimonialização, prioriza o cotidiano, afirmando-se autorias e trajetórias políticas. É ele (o sujeito coletivo) quem legitima “o que é importante”. Neste processo, o morador adquire uma participação ativa, trata-se de uma ação coletiva. A exemplo do *exotic tours* praticados nas favelas, propagado entre os turistas nacionais e estrangeiros, a proposta é avessa ao “museu-gueto”, estigma relacionado aos museus comunitários ou museus sociais, que prima pela: “razão mítica — o encantamento, a exotização das culturas populares — e ao miserabilismo — a vitimização da pobreza” (Id. P.3-10).

Tanto o Museu da Maré quanto o Museu Sankofa, guardam como características em comum: a musealização a partir de um circuito temporal, tendo em exposição ruas e vielas que recuperam temáticas como a história de ocupação local e as reivindicações urbanas, além de um espaço fixo (no caso do MuM); a parceria com entidades públicas e privadas; são espaços museais transmídia, em consonância com os museus contemporâneos; prioriza-se a concepção de museu como um espaço de diálogo como o conjunto da sociedade, integrando a comunidade à cidade e, para além da “consagração da memória”, o seu uso político é enfatizado tendo como perspectiva que o passado e o presente não percorrem uma trajetória rígida e linear:

²⁰³ Museu Sankofa Memória e História da Rocinha. Disponível em: <https://museussankofarocinha.com.br/> (Acesso em: 12 de abril de 2022).

Sankofa é uma palavra Akan das nações africanas de Ghana e da Costa do Marfim que significa “devemos olhar para trás e recuperar o nosso passado, [...] assim compreendemos [...] como viemos a ser quem somos nós hoje.” Uma das formas de representação baseia-se na imagem de um pássaro mítico [vide figura 59] que está com os pés plantados firmemente para frente e com a cabeça olhando pra trás, como um certo guia para planejar o futuro (Id., p.5).

5.3 Entrevista²⁰⁴

Inicialmente defini um roteiro para ensejar uma breve cooperação de Fernando Ermiro, um dos fundadores do Museu Sankofa: Memória E História da Rocinha. A partir dos questionamentos aqui reproduzidos, dadas informações puderam ser melhor esclarecidas em relação à coleção objeto de estudo.

O encontro foi à distância, pela plataforma *meet*, em 06 de setembro de 2022.

Identificação do Entrevistado

Fernando Ermiro da Silva

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação de História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde estudou a representação historiográfica de Nzinga Mbandi. Atua, desde 2009, como coordenador de projetos sociais e culturais. Destaque para o projeto “Contos da Rocinha: Memória Feminina em Três Tempos” (2012). Atualmente é coordenador do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, além de ser membro-fundador. Integra a rede de museologia social do Rio de Janeiro. Tem experiência como pesquisador e docente no campo da história, memória social e identidades.

Assunto: Mobilização Social, Política Partidária e Regime Ditatorial Civil-Militar

1. Como o “resistência” política ao regime ditatorial (1960-80) se manifestou?

Comunistas integravam grupos de trabalho, vinculados à ASPA e à UPMMR, entre os quais, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro UPMMR, entre os quais, o Movi

²⁰⁴ Este tópico se relaciona ao 1.4.2-A, “Da Verdade do Povo À Verdade de Deus”: Seção “Ação Social Padre Anchieta (Arquidiocese do Rio de Janeiro)” e ao 5.4, “A Memória É Um Debate Político”: Jornada Trabalho Memorial E Favelas Em Tempos de Ditadura.”

mento Revolucionário Oito de Outubro (MR8). Poderia comentar sobre o assunto?

3. Os “intelectuais da PUC”, foi uma expressão mencionada em um dos itens documentais, referindo-se a origem das obras sociais na Rocinha, mais precisamente, junto à ASPA. Poderia abordar o tema?

4. Paulo Sérgio Beleira e José Martins, moradores da Rocinha ligados ao PT, apoiaram o trabalho conjunto unindo a Ação Social e a União. As entidades chegaram a divergir pelo protagonismo do movimento comunitário na Rocinha. Comente, por gentileza.

5. O MORA (Movimento de Organização e Reestruturação da Associação de Moradores) continua atuante? E quanto a UPMMR, a ASPA, como órgãos representativos da comunidade, prosseguem com as suas atividades?

6. Qual é o panorama do movimento associativo na Rocinha e na cidade do Rio de Janeiro? Há articulação entre as associações comunitárias ou os movimentos de base das favelas? Aborde a relação entre as associações comunitárias e a FAFERJ.

7. É pertinente considerar que na atualidade os coletivos comunitários com um enfoque cultural, em detrimento do político (apesar de lhe ser intrínseco), se destacam quanto a representatividade de grupos seletivos, moradores de comunidades?

8. As iniciativas do Grupo de Estudos de Programa de Saúde da Rocinha, Grupo de Saneamento, Campanha de Limpeza Vala e Operações Mutirão e, da Comissão Permanente de Defesa dos Interesses dos Moradores da Rocinha eram relativamente independentes da ASPA ou da UPMMR?

O exame do acervo em estudo sugere que a representatividade, por parte de grupos comunitários, se deu relativamente desvinculada da mediação das entidades católicas e da UPMMR. A independência ou autonomia política, foi induzida, dentre demais fatores, mediante a nova diretriz da ASPA que primou por fortalecer a mobilização.

Assunto: Jornal Tagarela da Rocinha e Informativos Comunitários

9. Quais são os informativos comunitários, de seu conhecimento, atualmente em circulação na Rocinha?

Assunto: Museu Sankofa Memória E História da Rocinha

10. Qual é a proposta da curadoria do Museu Sankofa? Ao historicizar a Rocinha, qual foi a narrativa proposta de modo a protagonizar os moradores, a ocupação do território e a trajetória política da comunidade? O recorte temporal definiu uma vinculação com a militância contemporânea? Quais foram os recursos empregados e as temáticas para socializar a memória comunitária? Exemplos: recursos de mídia, história oral, interatividade, tempos coletivos (temática) etc.

11. O sítio institucional é o recurso eletrônico para franquear o acesso digital ao acervo?

12. Como se dá a socialização/difusão e a problematização do acervo museológico no contexto da Rocinha?

13. Houve uma parceria entre o Instituto Moreira Sales e o Museu Sankofa. A articulação prossegue?

Inicialmente, o Sankofa se tornaria um museu de território, composto por intervenções e instalações propagadas pelos becos da favela. Aborde sobre a relação entre o Museu e o Instituto no que se refere a difusão da coleção.

14. Desejaria acrescentar informações que não foram sugeridas por esta entrevista?

DEPOIMENTO: FERNANDO ERMIRO

O Museu Sankofa

São onze as pessoas que integram o Museu Sankofa Memória e História da Rocinha. A premissa principal, para a constituição de um centro de memória, é apoderar-se, enquanto moradores da Rocinha, da própria história para além da narrativa oficial. Desta forma, “eu tenho direito à memória e eu tenho direito à história. Eu não tenho direito somente à coleção das minhas memórias”. Portanto, o direito à memória, incluindo a favela da Rocinha à cidade, e a sua difusão pelos próprios protagonistas, torna-se a questão central dos fundadores do Museu Sankofa Memória e História da Rocinha. Inicialmente, o objetivo era recolher documentação acumulada, entre os anos 1960 a 1970, por parte de residentes, associações de moradores e coletivos, além de periódicos e trabalhos acadêmicos, incluindo, ainda, o projeto “Varal de Lembranças: Histórias E

Causos da Favela da Rocinha”. Elaborado na década de 1980, o projeto originou a obra homônima, previamente citada, e viria a facultar a acessibilidade ao acervo.

O Museu Sankofa conserva todos os exemplares do jornal Tagarela da Rocinha (redação citada neste trabalho). Além de extratos de jornais diversos e teses acadêmicas, a coleção é composta por fotografias, documentos produzidos por entidades públicas de prestação de serviços (públicos) referentes à política de habitação, transporte, saúde, saneamento, serviço social etc., totalizando vinte mil itens documentais digitalizados (sendo que há um excedente de, pelo menos oito mil documentos não tratados), preservados em HDs externos. As doações são contínuas. A previsão é que em março de 2023 o sítio eletrônico se torne um instrumento de pesquisa virtual, associado a um repositório de modo a garantir a salvaguarda do acervo a longo prazo. Atualmente, o único canal de divulgação do museu é o blog.

Dentre as parcerias e os eventos realizados na primeira década dos anos 2000, mediante o surgimento do movimento que resultou na museologia social e em os museus de territórios, Ermiro destaca o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), os Encontros de Memória e a Teia Nacional de Memória, ambos de abrangência nacional. Estes eventos possibilitaram a articulação entre os museus comunitários cariocas que tinham como referência o Museu da Maré. Estes encontros reuniam, além das comunidades e demais territórios periferizados, acadêmicos, entre cientistas sociais e museólogos, c sendo que, estes últimos, foram fundamentais para a efervescência dessa mobilização. De fundamental importância, entre estes combatentes, ressalta Ermiro, foi Mário Chagas, atualmente, diretor do Museu da República. Em 2007 ele integrava o Departamento de Museus (DEMU) do IPHAN. Antônio Carlos Firmino esclarece que foi Chagas quem sugeriu o projeto que resultou no museu da Rocinha (Segala; Firmino, 2010, p.6).

Para a fruição do acervo Sankofa, são organizadas, anualmente, exposições locais em equipamentos públicos, dentre os quais, escolas, postos de saúde e agremiações esportivas da Rocinha, além das galerias a céu aberto, com murais itinerantes, em tamanho natural, sob a ótica do museu de percurso.

A UPMMR E O Associativismo Comunitário

A associação comunitária UPMMR surge vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Apesar de seu estatuto não conferir-lhe carácter partidário, torna-se um

instrumento político, de orientação esquerdista e, nos dias atuais, de tendência de Direita. Neste percurso, conforme já visto, desde os anos 1960, durante os interregnos “democráticos” e, após a reabertura política, nos anos 1980, as associações foram cooptadas por partidos políticos, as tornando progressivamente menos combativas. Atualmente, as associações da Rocinha representam os seus associados em detrimento da representatividade de toda a comunidade, como que uma “reunião de condomínio”, como afirma Ermiro. A partir de 1970, conforme as associações se distanciam da política comunitária, além do MORA, demais coletivos surgem, entre os quais, grupos de jovens e idosos da Rocinha e o próprio Museu Sankofa. Trata-se de um campo diverso que engendram grupos combativos de cunho político-cultural, como o Rocinha Sobre Lentes e o faveladarocinha.com, ambos formados por fotógrafos, o Vídeo Comunitário, o jornal Fala Roça, assim como os clubes esportivos, de capoeira etc.

Para além de toda a conjuntura de repressão e monitoramento que vige no período em estudo, conflitos internos ocorriam, na convivência entre moradores, que presidiam as associações comunitárias e agentes externos. Embates estes, já aqui mencionados, ocorreram entre as organizações comunitárias de maior influência na comunidade, a UPMMR e a ASPA. Fernando Ermiro sugere que se tratou de um conflito gerado pela disputa pela representatividade da Rocinha e pela visibilidade em relação ao trabalho comunitário. A ASPA, por sua vez, mantinha o aporte financeiro por parte da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A campanha do mutirão foi um período em que este atrito se tornou mais explícito.

O Tagarela E O Grupo Jovem

O jornal comunitário Tagarela da Rocinha foi idealizado na ASPA, de iniciativa do Grupo Jovem, cujo engajamento repercutiu em um legado que perdura, por meio da criação de centros comunitários, em relação aos quais o embrião foi o instalado na Rua Dois, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Demais iniciativas do grupo jovem, mencionadas no acervo em estudo, custodiado pelo Memov, foram o Cine Rocinha, o Grupo Teatral e os referentes à saúde e ao saneamento (o Grupo de Estudos de Programa de Saúde da Rocinha e o Grupo de Saneamento).

O Grupo Jovem foi influenciado pela Esquerda brasileira, afirma Ermiro, nos anos 1960 e 1970, dentre os quais, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), desempenhando a função de articulador entre este e a ASPA. Esta conexão, com militan-

tes da Esquerda brasileira, foi mais ampla, atravessando o associativismo comunitário da Rocinha e de demais comunidades, conforme referiu-se ao longo desta dissertação, incluindo o PCB e o PT nos anos 1980.

O “enfrentamento político”, à ditadura nos anos 1960-1980, já exposto neste trabalho, por razões evidentes, deu-se de modo indireto e através de mediação, particularmente, pela Esquerda Católica nos períodos de exacerbação do regime.

5.4 “A Memória É Um Debate Político”²⁰⁵: Jornada Trabalho Memorial E Favelas Em Tempos de Ditadura

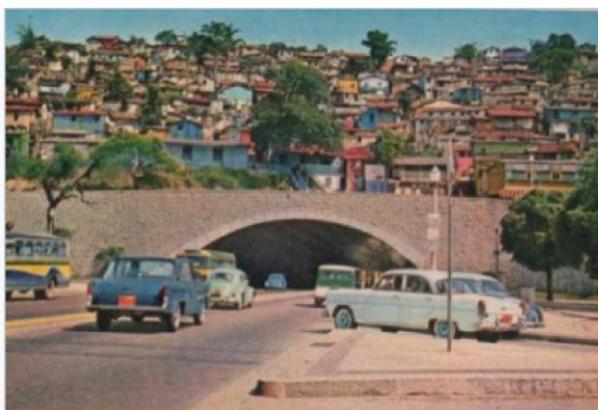


Fig. 61: Remoção do Morro do Pasmado; Morro do Pasmado (sobre o túnel); Homenagem a Yitzhak Rabin onde se localizava a favela (Morro do Pasmado). 1963-1964; S/D Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Pasmado>

²⁰⁵ Adair Leonardo Rocha

Coordenada pela Antropóloga Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto (Laboep-UFF) e sediada pelo Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE-FCC/UFRJ), a jornada Trabalho Memorial E Favelas Em Tempos de Ditadura (conjunto documental: BR RJ UFRJ Memov ET G50 TMF) foi composta por três sessões, realizadas em 13 de agosto de 2014. Organizada pela Associação Redes de Desenvolvimento da Maré, resultou da parceria entre o Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov-CBAE-FCC/UFRJ) e o Museu Sankofa Memória E História da Rocinha. Pesquisadores envolvidos com a temática e os moradores em favelas, que integraram o trabalho de documentação e interpretação da memória social de suas comunidades, estiveram presentes.

A jornada dialogou com a pesquisa “Museu Comunitário, Performance Memorial E Disputas Políticas: O Caso do Museu Sankofa na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro”, de autoria de Lygia Segala. As sessões propuseram a reflexão sobre a memória, a consistir em um elemento fundamental, por parte da população residente em favelas, contra diversas formas de violação de seus direitos. As discussões abordaram que a repressão vivenciada pelas favelas não se restringiu ao período do Regime Ditatorial Civil-Militar, perdurando o tratamento repressivo por parte da polícia, do tráfico, da milícia e do próprio Estado após o processo de reabertura política do país.

O filme “Remoção”, de Luiz Antônio Pilar e Anderson Quack (Central Única das Favelas-CUFA) e a exposição “Varal de Lembranças” compuseram a programação.

As sessões foram as seguintes:

- As Três Ditaduras;
- O Tempo do Medo das Remoções: Memórias, Testemunhos;
- Juventudes, Redes e Movimentos Sociais.

As Três Ditaduras

A sessão foi coordenada por Lygia Baptista P. Segala Pauletto (UFF). O Professor Adair Leonardo Rocha (UERJ; PUC-RJ), a Antropóloga Adriana Facina Gurgel do Amaral (PPGAS-MN/UFRJ), Antônio Carlos Firmino (Museu Sankofa Memória E História da Rocinha), Mônica Francisco (Assessoria & Planejamento para o Desenvolvimento – ASPLANDE do Borel) e Edison Diniz (Rede de Desenvolvimento da Maré) integraram a mesa.

Apresentação: Antônio Carlos Firmino

O título, “As Três Ditaduras”, se justifica por referir-se à Ditadura Civil-Militar, à Ditadura do Tráfico e à Ditadura das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs).

Antônio Carlos Firmino afirma que, ao ser interpelado sobre como o regime ditatorial se manifestou nas favelas, esclarece que, no período (1960-1980), assim como nos dias atuais, a partir do incremento do tráfico de drogas e o armamento pesado a circular pelas comunidades, não houve mudança no cenário de repressão. A criminalização do morador em favela se manteve, quer pela Lei de Vadiagem,²⁰⁶ quer pelas incursões da polícia federal. Enquanto os jornais de grande circulação nacional propagam manchetes como “A Guerra do Tráfico,”²⁰⁷ o Estado mantém o controle social das comunidades. Segundo Firmino, “para mim a Polícia Militar passou a existir quando acabou a escravidão”. Mais recentemente, prossegue Firmino, a partir de 2008, ao instalarem nas favelas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)²⁰⁸ prosseguem nesta diretiva (o Estado como repressor). Com o *slogan* de “pacificação das favelas”, a operação, junto a diversas comunidades, teve cobertura ostensiva da mídia. Mais uma estratégia exitosa de controle da opinião pública, “em nome do capital”. E prossegue Firmino: a instalação das UPPs incrementou a indústria imobiliária, com o aumento de vendas de imóveis nos bairros que margeiam a Rocinha.

Apresentação: Adair Leonardo Rocha

“A memória é um debate político”, afirma Adair Leonardo Rocha (PUC-Rio/UERJ). “Durante o período ditatorial, afirmavam que acabar com a Ditadura era acabar com a bica d’água.” O Professor faz menção a práticas clientelistas e paternalistas que marcaram a relação entre políticos em campanha e programas governamentais em favelas, anteriormente abordados nesta dissertação.

²⁰⁶ Contravenções Penais. A vadiagem configurava crime de quem “habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que assegure meios bastantes de subsistência, ou de prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita”. A origem da criminalização da vadiagem no país é, no entanto, muito anterior, aparecendo por exemplo no Código Penal de 1890, no qual vadio incluía a exibição pública de “exercícios de habilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem”. Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm (Acesso em: 15 de janeiro de 2023).

²⁰⁷ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Periódicos de Circulação Nacional, Comunitários e de Bairros, 1965-2014, Código: BR RJ UFRJ Memov LSank Per.

²⁰⁸ Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Unidade_de_Polícia_Pacificadora# (Acesso em: 3 de fevereiro de 2023).

A política pública direcionada às favelas, conforme exposto ao longo dos capítulos, é a prática do poder normatizador-regulamentador do viralatismo, que pode ser exemplificado pelas próprias medidas assistencialistas, por parte do Estado, mas sem repercutir em mudanças estruturais. Em lugar de a política de habitação instrumentalizar as secretarias públicas, entre as quais, a de Educação, Obras E Saneamento e, Saúde, para garantir o acesso à moradia, cultura, educação e à qualidade na prestação de serviços e equipamentos públicos, entre os serviços essenciais como água, saneamento, energia elétrica, postos de saúde, escolas etc, a instalação de uma “bica d’água, por exemplo, vinha a suprir o fornecimento de água para uma parcela mínima da comunidade. Desta forma conferia, ao morador em favela, a impressão de que estava sendo assistido pelos órgãos públicos.

Na década de 1970, complementa Rocha, grupos políticos de favelas da zona Sul e Norte da Cidade iniciaram um trabalho comunitário que propunha autonomia em relação ao assistencialismo das entidades católicas.

Adair Rocha, com um extenso currículo, é Professor da UFRJ e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É Presidente de Honra da Ação da Cidadania Contra A Miséria e pela Vida.

Apresentação: Adriana Facina

Ao citar o controle das UPPs no funcionamento de bailes funks, Adriana Facina (PPGAS-MN/UFRJ), em acréscimo à participação de Firmino, exemplifica a militarização da vida, em cará ter normativo sobre os que residem em favelas, a garantir a permanência ditatorial, o que independe da vigência do estado democrático de direito. Ao se referir às três ditaduras, a Professora conclui, “a gente transita, rapidamente, de um discurso de um Estado ausente, onde a questão é a demanda por direitos e a sua ampliação, para o discurso de um Estado como inimigo.”

Adriana Facina, com uma carreira acadêmica reconhecida, é Professora pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (PPCULT/UFF).

Apresentação: Edilson Diniz

Edilson Diniz (Redes de Desenvolvimento da Maré), Historiador que integra o

Núcleo de Memória e Identidade da Maré,²⁰⁹ e Mônica Santos Francisco (Rede de Instituições do Borel) discutiram sobre memória e identidade.

A Cientista Social remeteu-se ao maior incremento de projetos memoriais que surgiram em favelas do Rio de Janeiro, a partir do final dos anos 1990, entre os quais ressaltou o Museu de Memória da Maré (MuM) e o Museu de Favela,²¹⁰ museu de território que perpassa o conjunto de favelas do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (MUF). O espaço museal é descrito tendo como missão: “transformar o Morro do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo em monumento turístico carioca da história de formação de favelas, das origens culturais do samba, da cultura do migrante nordestino, da cultura negra, de artes visuais e de dança.”²¹¹ Projeto cultural, este, que se articula com o turismo social. Lugares de memória, pontua a Articuladora, que reafirmam a identidade.

O Tempo do Medo das Remoções: Memórias, Testemunhos

A sessão foi coordenada por Antônio Carlos Firmino (Museu Sankofa Memória E História da Rocinha). Dona Zica (Anazir Maria de Oliveira), moradora da Vila Aliança (Bangu, Rio de Janeiro), Luiz Antônio Pilar (Diretor do filme “Remoção”), as Historiadoras Eladir Fátima Nascimento dos Santos (SEEDUC-RJ) e Dulce Chaves Pandolfi (FGV), Tania Regina da Silva (Creche E Aí Como É Que Fica?) e a Antropóloga Lygia Segala (Laboep-UFF) integraram a mesa. Participação de Celso Bredariol, Afrânio Garcia Jr (IESP/UFRJ), Itamar Silva (IBASE) e Viviane Grace Costa (SEEDUC/RJ).

Os principais tópicos abordados foram:

- o relato de Dona Zica, submetida a processo de remoção, entre as regiões de Manguinhos, Penha e Vila Aliança, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos 1960 a 1970;
- o documentário “Remoção” como registro de uma memória coletiva;
- a militância no contexto do movimento de favelas do Rio de Janeiro;
- o direito à memória, as continuidades e descontinuidades da intervenção estatal, nos territórios de favelas;
- as novas modalidades de remoção e de ditadura e

²⁰⁹ Museu da Maré. Disponível em: www.redesdamare.org.br (Acesso em: 15 de dezembro de 2022).

²¹⁰ Museu de Favela. Disponível em: <https://www.museudefavela.org> (Acesso em: 15 de dezembro de 2022).

- a criação do projeto “Varal de Lembranças” no contexto das remoções sucessivas e das reivindicações por urbanização (1970-1980), por parte dos moradores da Rocinha.

A exposição “Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Rocinha” integrou o evento. Idealizada a partir do livro homônimo, aborda, de forma dialogal, a historicidade da favela da Rocinha a partir de seus moradores.

Apresentação: Anazir Maria Oliveira

Anazir Maria Oliveira (Dona Zica) mora em Vila Aliança, no bairro Bangu. Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), foi pioneira no Movimento Sindicalista das Domésticas do Brasil e atua no Centro Comunitário de Defesa da Cidadania de Nova Aliança, no Rio de Janeiro. Mineira, morou em duas favelas, de onde ela e a família foram removidas. Conseguiu emprego como empregada doméstica ao chegar ao Rio de Janeiro. A adaptação foi facilitada pela solidariedade que havia entre os vizinhos que, conforme enfatizou, resistiram à remoção. Na região seria construída uma refinaria. O órgão público responsável (não identificado por Anazir), que operava a remoção a qualquer dia e sem aviso prévio, subsidiava somente a mudança. Para onde os novos moradores fossem removidos, deveriam, por eles mesmos, construir a casa. Restava-lhes recolher a madeira que ex-vizinhos removidos deixavam em seu terreno para servir-lhes como material para a construção do “barraco” na nova localidade. As condições do terreno eram “indignas” para construir uma habitação, resumiu ela.

Após onze anos de permanência na primeira comunidade, sucede a ameaça de uma nova remoção, justificada por obras que incrementariam a sua urbanização. Vê-se que não se trata de remanejamento entre pontos distintos de uma mesma comunidade, mantendo o morador em sua vizinhança. De São Cristóvão, bairro próximo ao centro da Cidade, foi expulsa para o bairro longínquo de Bangu (Baixada Fluminense). Em se tratando do ano de 1964, à época só havia um ônibus para circular do Centro da cidade para o bairro. Nesta ocasião, prossegue a Assistente Social, foi disponibilizado um imóvel para abrigá-los. Em contrapartida, tornaram-se exilados, desprovidos de transporte, posto de saúde, escola, comércio, enfim, da infraestrutura de um bairro. E acrescenta, “não pensam que nós temos vida, querem é limpar a cidade, excluir cada vez mais os pobres pra ficarem cada vez mais distantes do Centro da Cidade [...] a maioria são negros, são

mulheres, têm muita dificuldade de sobrevivência”. Vizinhos que residiam a dez minutos do posto de trabalho passaram a enfrentar um trajeto de duas horas.

Um grupo de mães foi criado pelas moradoras para, além do artesanato, debater sobre melhorias das condições de moradia, tornando-se, na Vila Aliança, o embrião para o que veio a se tornar o Conselho de Moradores. Ao finalizar o seu relato, Anazir destacou que as remoções não cessaram, citando um caso que ocorreu no conjunto de favelas do Borel naquele ano (em 2014).

Eladir Fátima Nascimento dos Santos

Eladir Fátima Nascimento dos Santos (Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro) foi ativista, pelo Movimento Estudantil contra o regime ditatorial (1960-1980), que a designou para atuar no Movimento de Favelas do Rio de Janeiro. Recém-formada pela Faculdade de Direito da UFRJ, tornou-se assessora na favela do Jacarezinho. Durante os anos de 1963 e 1964 a população residente em favelas da cidade sofreu remoções sistemáticas, iniciando com o Morro do Pasmado, cujos moradores foram removidos, em 1964, após um incêndio de causa desconhecida (!),²¹¹ para a Villa Kennedy (conjunto subsidiado pelos EUA por meio do Fundo do Trigo, assunto abordado anteriormente). Doravante, a região passa a integrar uma área “nobre da cidade” — o bairro Botafogo. As imagens da figura 61 (que introduz este tópico) se refere ao Morro do Pasmado no período prévio e posterior à remoção da favela.²¹³ No local, como pode ser visto, próximo à Associação Religiosa Israelita (ARI), foi construído um parque onde foi instalado um busto em homenagem ao líder político israelense e israelita, Primeiro Ministro de Israel, Yitzhak Rabin.

A política de remoção das favelas cariocas inicia-se nos anos 1920, mas este episódio foi o estopim para a fundação da Federação das Favelas do Estado da Guanabara — FAFEG (posteriormente FAFERJ), segundo a Professora.

Eladir passou a descrever como era a relação entre os interventores, representantes dos órgãos de repressão do regime ditatorial, e as lideranças comunitárias que, embora sob extrema vigilância, eram subestimadas quanto ao seu potencial de mobilização, concluindo-se (as autoridades públicas) que práticas assistencialistas viriam a suprir as demandas dos moradores em favelas por melhores condições de moradia.

²¹¹ SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. E Por Falar Em FAFERJ ... Op. cit. Santos, p.103-105.

Eladir Fátima dos Santos é bacharel em História (UFRJ) e doutora em Memória Social (UNIRIO).

Apresentação: Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC/FGV)

Assim como foram nomeados interventores para intervirem nas associações de moradores de favelas, o mesmo se deu com a sua federação, a FAFERJ. A Professora destaca a retomada do associativismo comunitário nos anos 1980, últimos anos do regime de exceção, repressão esta, substituída pela do narcotráfico, em disputa desigual pelos territórios de favelas. A longo prazo os moradores retomam o seu espaço, mas este passa a ser negociado com o poder regulamentador interno, um contingente fortemente armado.

Além do direito à memória, deve ser garantido o direito de socializá-la com todos, ressalta Pandolfi. “Favela é a cidade”.

Dulce Pandolfi foi militante pela Ação Libertadora Nacional (ALN).

Apresentação: Lygia Segala (UFF) e Tânia Regina da Silva (Coordenadora da Creche E Aí Como É Que Fica?)

Ao coletar depoimentos para reuni-los, juntamente com Tânia Regina da Silva, no livro “Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Rocinha”, Lygia Segala, sob a perspectiva do tempo transcorrido (passados trinta anos da publicação da obra), afirma que o “tempo da ditadura”, é subliminar aos tempos sociais que, em substituição a um tempo cronológico linear, foram demarcados pelos moradores. São eles: o Tempo de Antes da Vinda da Rocinha, o Tempo dos Barracos Cobertos com Telha de Papelão Pichado, o Tempo dos Políticos, o Tempo das Enchentes, o Tempo do Medo da Remoção, o Tempo do Mutirão e o Tempo de Hoje Em Dia a demarcar os capítulos. Se os primeiros “tempos” flagram um Estado ausente e algoz, o último se impunha aos moradores em favelas, como um meio de resistência às remoções e como um subterfúgio a pressionar pela adoção da política de urbanização. Este último “tempo” coincide com o refluxo militante das associações comunitárias.

Lygia lecionou em uma escola noturna da ASPA, conforme já abordado. Juntamente com Tânia Regina, testemunham o processo de criação da obra literária coletiva, cujos autores foram os moradores entrevistados.

Juventudes, Redes e Movimentos Sociais

A sessão Juventudes, Redes e Movimentos Sociais foi coordenada pela Cientista Social Marina Alves (UFF). O Historiador Fernando Ermiro (Museu Sankofa Memória e História da Rocinha), a Professora Lívia de Tommasi (UFF), a Cientista Social Regina Novaes (UFRJ) e Raul Santiago (Coletivos Ocupa Alemão e Papo Reto) participaram como pesquisadores convidados.

Concernente à juventude residente em favelas, os principais tópicos abordados pelos palestrantes foram:

- o Regime Ditatorial Civil-Militar e as continuidades no presente;
- a violência mediante o incremento da “Pacificação”, por meio da instalação de unidades policiais em comunidades do Rio de Janeiro — as UPPs;
- o jornal combativo Tagarela da Rocinha;
- mecanismos de inclusão social e promoção de autonomia em prol dos moradores de favela, respectivamente, a difusão da cultura local e coletivos, como o Ocupa Alemão e o Papo Reto;
- memória, juventude e identidade.

Apresentação: Fernando Ermiro (Museu Sankofa Memória E História da Rocinha)

O jornal Tagarela da Rocinha circulou entre 1977 a 1983. A redação mantinha articulação com os grupos de trabalho da Rocinha e com as entidades católicas de assistência social, sem contudo significar um enfrentamento direto com o Estado, enfatiza Ermiro. Por conseguinte, a diretriz editorial é por abordar o tema remoção por meio de proposições, em tentativa de dialogar com as secretarias públicas competentes.

A agenda política primordial da comunidade compunha as reportagens de destaque, quais sejam, urbanização, moradia e emprego, evidencia o Historiador. Demandas estas que permanecem nos dias atuais. Os investimentos públicos, quando ocorrem, prosseguem sendo impostos de modo precário, sem a participação ativa da população.

O jornal atinge o acesso direto ao Governador Negrão de Lima, a vereadores, assim como ocorre, atualmente, por parte do movimento comunitário em relação às esferas municipais, ao Prefeito ou ao Secretário de Cultura, relata. Dessa forma, conclui ele, a “escuta” conquistada deve ser refinada pela efetividade das soluções em relação às reivindicações.

A crítica à imprensa escrita, enquanto aparelho ideológico do Estado, é costumeira, cujas publicações propagavam o estigma “favelado” e “favela”, incitando o debate entre os leitores do Tagarela.²¹²

Fernando Ermiro finaliza, tratando sobre a desarticulação dos boletins informativos da Rocinha, veículos de debate e oposição que está sendo retomado (pelos anos de 2014).

Apresentação: Raul Santiago

Raul Santiago (Coletivos Ocupa Alemão e Papo Reto) contemporiza o regime ditatorial vigente nas favelas, cujo cenário é a disputa de poder entre as milícias e as facções do narcotráfico, acirrado pela presença do Estado por meio das UPPs, cuja relação com a comunidade é a de suspeição. A ditadura da UPP renova a ditadura sessentista. Ambas são empresário-militares, uma vez que foram os grandes oligopólios empresariais que as financiaram, a saber, contemporaneamente, a indústria imobiliária, conforme previamente comentado.

O coletivo surge a partir da operação Pacificação²¹³ que resultou na instalação destas unidades nas favelas cariocas. Formado por jovens moradores, por meio de canal de comunicação virtual, a contranarrativa é propagada por meio de mídia audiovisual. O Papo Reto “é uma alternativa que confronta todo aquele olhar vicioso e pesado sobre estes territórios [...] é o nós por nós”, ressalta Santiago. “A pacificação, hoje, é a contenção da camada pobre”, o que ontem foi a remoção.

Ativista de Direitos Humanos, Jornalista Periférico e especialista em Segurança Pública, Raul Santiago é um dos idealizadores e preside a diretoria do Coletivo Papo Reto de Comunicação, Direitos Humanos e Cultura.

5.5. “Lugares de Origem”, Lugares de Memória: A Potencialidade Afetivo-Política do Território Social²¹⁴

²¹² No tópico 1.5.1, “Seção Informativos Comunitários E Jornais de Grande Circulação”, desta dissertação, o assunto foi apreciado.

²¹³ O programa de “Pacificação” de favelas no Rio de Janeiro, iniciado em 2008, cujo objetivo, a priori, foi combater a criminalidade violenta através da “ocupação” dessas localidades pela Polícia Militar, abrangeu 38 favelas, disseminando as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2012/10/14/interna-brasil,328007/policia-ocupa-favelas-do-rio-de-janeiro-para-iniciar-pacificacao.shtml> (Acesso em: 5 de fevereiro de 2023).

²¹⁴ CAMPOS, Youssef; KRENAK, Ailton. Lugares de origem. São Paulo: Editora Jandira, 2021, p. 99.



Figura 62: “Foto cedida pelo União Futebol Clube”, Década de 1980.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063



Figura 63: Conjunto Raízes E Razões. Década de 1980.
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

Ao discorrer sobre patrimônio documental, optou-se por não discriminar a legislação em vigor. Em diálogo com a Arquivologia Pós-Custodial e a Museologia Social, áreas do conhecimento que importam ser investigadas, a fala do autor Ailton Krenak se impõe, mediante o seu carácter decolonial. Na sequência, em carácter complementar às suas ponderações, tomo como empréstimo “Pedagogia das Encruzilhadas”, de Luiz Rufino.

Na obra “Lugares de Origem”, o ativista indígena, da etnia crenaque, em entrevista à Yussef Campos em 2013, aborda sobre o conceito de patrimônio material e imaterial, memória, produção cultural e, recupera o período dos debates constituintes, do qual participou entre 1987 e 1988, os quais resultariam na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988.

Em esforço pela redemocratização do país após vinte e um anos de ditadura, a Assembleia Constituinte contou com a mobilização das agendas políticas de movimentos sociais de modo a garantir que as pautas políticas que lhe eram correspondentes fossem contempladas pela Carta Magna, também conhecida como a Constituição Cidadã.

Filósofo e escritor de grande envergadura, insta a transcrição de seu depoimento.

Krenak participou da Constituinte representando a causa indígena ao longo de plenárias e assembleias, a exemplo da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes.

“Participei como membro de um segmento da nossa sociedade que estava demandando ao Congresso questões de direitos que ainda não estavam definidos. E demandando [...] em torno de novos direitos como conceito de patrimônio cultural [...] com implicação direta na fruição da nossa cultura, das nossas práticas, coisas ligadas à saúde, educação, à memória e ao próprio acervo material da cultura” (informação verbal), (Campos; Krenak, 2021, p.12-25).

“A nossa participação na Constituinte foi muito rica e reflexiva porque a gente estava ao mesmo tempo descobrindo novos direitos, projetando para o futuro esses novos direitos e, na verdade, inventando novas dimensões de mundo, novos lugares de vivência de exercício da cultura e da subjetividade. Quando os indivíduos conseguem atinar com a grandeza, com a amplitude que a cultura ganha com a imaterialidade, ambos, cultura e indivíduo, transcendem [...] à realidade monolítica estruturada” (informação verbal), (Id.).

“O artigo 216 da Constituição tornou-se pioneiro ao definir e distinguir, no conjunto do patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, a partir da identidade, da memória e da ação dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira” (informação verbal), (Id.).

Ao citar a Arte Kusiwa, da etnia Wajãpi, Krenak afirma que os seus artefatos são recursos do cotidiano, são inerentes, fazem parte da vida das pessoas. Neste sentido,

“patrimônio é mais recurso do que direito. Antes de aparecer para mim como um acervo [...], aparece como um recurso [...] porque é aquilo que frui na vida” (Id.).

“Os objetos da cultura são suportes de visões e de conhecimentos deles [de seus produtores] que são intangíveis” (informação verbal), (Campos; Krenak, 2021, 26-28).

“Os Wajãpi²¹⁵ fizeram, assim como demais etnias, inventários culturais com elementos que só eles mesmos valorizam e consideram transcendentais na sua visão de mundo. Eles querem reivindicar o direito de permanecerem em seu território e experimentar a sua cultura como um direito inalienável. Nem o Estado nem o Mercado têm o direito ou o poder de decidir sobre isso. Ao contrário, essas entidades supranaturais, que estão cada vez mais se materializando e entrando na vida de todo mundo, não têm mais o poder exclusivo de decidir sobre a fruição desses direitos [...] de os povos, viverem em determinado lugar. Os seres humanos não são só portadores de necessidades materiais, mas são reconhecidamente seres criativos, criadores e portadores de dons transcendentais” (informação verbal), (Id.).

“Patrimônio e memória são duas grandes balizas que têm demarcado, de certa maneira, o debate entre os povos originários, entre as comunidades tradicionais e o sistema de controle que o Estado usa para administrar as relações com os nossos territórios e com o nosso modo de estar no território. Se temos uma oportunidade de refletir dentro do campo da memória e do patrimônio cultural, seria interessante observar como, ao longo dos últimos quarenta anos, o Estado Nacional evoluiu no trato dessas questões relativas aos povos não integrados no sistema da propriedade privada. E também refletir sobre a apropriação do conhecimento e da produção intelectual de quem não está dentro do mercado convencional” (informação verbal), (Campos; Krenak, 2021, 45-49).

“Quando nós deixamos de abordar só aquilo que o Yussef e os colegas dele chamam de “pedra e cal” — patrimônio material edificado — paramos de nos preocupar com aquilo que foi construído pelas mãos dos trabalhadores, que foi o patrimônio que demarcou esse campo de interesse até os anos 1960 a 70. Só depois das décadas de 1970

²¹⁵ Os oiampis, também chamados de guarampis, Wajãpi, Wayãpi ou Waiãpi, são um povo indígena do norte da América do Sul cuja língua pertence à família linguística tupi-guarani. São os mesmos guaiapis, mencionados na região do baixo rio Xingu - sua área de origem desde o século XVII. Mantêm contato com não-índios desde meados do século XVIII. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Oiampis> (Acesso em: 22 de janeiro de 2023).

e 1980 é que se atinou que existe um vasto campo de criação que é muito importante e talvez, cada passagem de tempo, se constitui no que poderia mais estar em disputa. Eu me refiro àquilo que é produzido pelo campo da cultura e pelo espaço das nossas subjetividades” (informação verbal), (Id.).

“A nossa subjetividade não é um lugar de produção que o sistema capitalista demarca e a partir do qual opera. O Estado tem muita facilidade de controle sobre os acervos materiais da cultura. É capaz de fazer a sua identificação e classificação, pela possibilidade de apropriar-se dele e de transformá-lo em mercadoria” (informação verbal), (Id.).

“Durante muito tempo, a ideia de patrimônio se confundiu com a ideia de mercadoria. Uma ponte construída no século XIX, uma torre construída no século XVIII são elementos que têm uma materialidade, uma existência tão óbvia que são facilmente percebidos como patrimônio e como algo que pode ser objeto de disputa. Isso resulta na produção de regulação de meios, de dizer quem pode mexer naquilo e quem não pode. A própria restauração desses bens é regulada. É para isso que existe o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por exemplo. O IPHAN existe muito mais para fazer regulação do que para atuar no campo de conservação, preservação e mesmo restauração. Então, é como se fosse [...] a polícia patrimonialista que, a partir de um certo momento, se torna uma espécie de banco de dados sobre patrimônio material” (informação verbal), (Id.).

“Foi assim até a década de 1970. Da década de 1980 para cá, principalmente com a implementação do capítulo da Constituição de 1988, o artigo 216, que inaugura e avança na ideia de imaterialidade de alguns campos da criação e da produção cultural, é que a coisa fica mais fluida. Algumas outras ideias e produções passaram a se integrar também ao sistema de identificação, regulação e registro que compõe esse complexo patrimonial – material e imaterial. É como uma fronteira quase invisível daquilo que a gente podia chamar de memória” (informação verbal), (Id.).

“O Santo Sudário²¹⁶ é o quê? É um patrimônio material ou imaterial da cultura do Ocidente? É uma fronteira quase invisível. Ele não era um patrimônio, mas virou.

²¹⁶ O Santo Sudário é um pedaço de pano de linho com o negativo da imagem de um homem. Há quem acredite ser a mortalha fúnebre a qual teria envolvido Jesus de Nazaré após a sua crucificação. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/SuC3%A1rio_de_Turim (Acesso em: 7 de janeiro de 2023).

Antes era só um pano para enxugar suor. Nos debates de que nós participamos nos últimos vinte anos, a gente vem produzindo uma crítica e uma análise sobre o caminho que esse tipo de regulação acaba produzindo. Vemos objetos que tem um estatuto material e passam também a carregar um sentido subjetivo que dá a eles o sentido imaterial” (informação verbal), (Id.).

“O José Mujica,²¹⁷ ex-presidente do Uruguai, diz que não existe mais cidadania, o que existe agora são consumidores. Os Estados, com suas políticas, os governos e o mercado devem produzir clientes, consumidores e não cidadãos. Cidadão é uma experiência temporária que interessou ao desenvolvimento global por um tempo com o objetivo de estimular a ideia de Estados e cidadãos interagindo com o aparato estatal e produzindo isso que muitos de nós aprendemos a chamar de políticas públicas. Políticas públicas não acontecem só nas experiências de Estado democrático. Acontecem dentro de qualquer aparelho, porque é exatamente por meio delas que o Estado controla a gente. Política pública não é só para assistir: é para controlar, e a política patrimonial é para apropriar-se de tudo o que nós produzimos e controlar. Controlar, inclusive, o nosso acesso a esse patrimônio. A partir do momento em que o patrimônio cultural é demarcado, ele vira uma coisa controlada. E o nosso acesso a ele vai ter que ser negociado. Quanto mais materialidade um bem constitui, mais ele é disputado pelo mercado para virar mercadoria. Quanto mais complexa vai ficando uma comunidade, uma sociedade, mais o Estado inventa mecanismos de controle e de classificação das nossas experiências de vida” (informação verbal), (Id.).

“Se estamos cada vez mais nos transformando em clientes e consumidores, e cada vez menos em cidadãos, seria muito importante incluir num debate sobre patrimônio a experiência da produção cultural, não só no sentido das expressões que a gente lista como produção cultural, mas ampliando isso também para o campo daquilo que nós consideramos que é a subjetividade. A maior violência a que nós estamos sendo submetidos não vem do campo material, e sim do imaterial” (informação verbal), (Campos; Krenak, 2021, 45-49).

²¹⁷ José Alberto Mujica Cordano foi Presidente da República Oriental do Uruguai entre 2010 e 2015. Mujica teve importante papel no combate à ditadura militar no Uruguai (1973-1985). Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Mujica (Acesso em 12 de janeiro de 2023).

“O Estado Colonial tem uma matriz dominada pelo mercado. Desde os tempos em que vinham aqui retirar pau Brasil até hoje quando tomam terra para plantar soja transgênica, a matriz é a mesma, é colonial. Não tem nenhuma modernidade nisso, é uma ação colonial. Eu costumo dizer que o capitalismo deu metástase. Parece que só tem uma cultura no mundo, é a cultura ocidental.

Quem não estiver dentro desse cânone é marginal. Nem os pigmeus, de alguma remota região da África, têm chance de fugir disso. Isso que eu chamei de cânone ocidental é sustentado pela produção intelectual, pelo que consideramos que é a cultura, a arte. Tudo isso funciona como aparato de sustentação de uma narrativa para nos incapacitar de imaginar e criar outros mundos, achando que nesse mundo tão abrangente cabe todo mundo. É meio “conto do vigário”, isso sim. Essa narrativa é tão potente que nela cabe todo mundo e quem ainda não está dentro vai entrar, mesmo que ela já esteja prestes a falir tudo. É o paradigma do Ocidente que afirma que nós somos uma humanidade. É uma mentira grave dizer que a humanidade é um evento que acontece só porque a gente quer, só porque a gente acha que existe, mesmo que mais da metade de todos os seres humanos fique do lado de fora. Quem está dentro do clube fala que está tudo bem. Os que estão fora não dizem nada, eles não têm microfone, estão desligados. Então, assim, é uma radical exclusão das outras perspectivas de existência, privilegiando uma só, que eu chamo de monocultura. Monocultura não se refere apenas à forma de produção, é também aquilo que se reflete na nossa maneira de estar no mundo e de pensar o mundo. Por isso que tem sentido reclamar a possibilidade de outros mundos. Reclamar outros mundos é se insubordinar contra a lógica monolítica de um mundo só” (informação verbal), (Campos; Krenak, 2021, 58-69).

“Ao longo de décadas, tivemos uma política insistente que consistia em abordar um determinado contexto da nossa diversidade cultural, identificar uma atividade interna naquela comunidade e começar a chamar aquela prática de “produção”. A ponto de o Serviço de Apoio À Micro E Pequenas Empresas (Sebrae) e outros tantos programas de inclusão mandarem para a comunidade gente que vai lá potencializar aquelas habilidades e transformá-las em mercadoria. É a ideia mesmo de que no campo da subjetividade, no campo da criação do que não é material, existe uma vasta seara para ser explorada e transformada em mercadoria. E pessoas que viviam a experiência do prazer de fazer a sua própria existência viraram produtores de alguma coisa [de criadores se

tornaram produtores]. Quem antes desenhava, pintava, cantava, fazia balaio [...] virou produtor. Vai ter um selo, vai ganhar um carimbo de registro. Esse modo de trazer uma comunidade para dentro do regime do mercado e do que a gente poderia chamar de inclusão social é o máximo da violência contra a nossa diferença. Rompe com a possibilidade de a diferença continuar sendo um bem a ser apreciado e compartilhado, pois transforma isso numa produção, num mercado. A ferramenta do mercado é a produção. O mercado só existe porque existe, entre aquele lugar do consumo e o lugar da origem, uma atividade que se reproduz. Esse fluxo só existe quando há integração com o mercado”, (informação verbal), (Campos; Krenak, 2021, p.73-74).

Krenak ao se referir à Arte Kusiwa, da etnia Wajãpi, define a que ordem pertence o patrimônio, vinculando-o à identidade, a formação do indivíduo, à fruição da cultura, pois é inerente ao seu cotidiano, “antes de aparecer para mim como um acervo [...], aparece como um recurso [...] porque é aquilo que frui na vida” (Id.).

O patrimônio, enquanto recurso, artefatos do cotidiano, suporte de visões de mundo, é da ordem natural, incluindo o território. Somente os seus portadores podem decidir sobre esta matéria. De ordem supranatural, o Estado, ao contrário, não pode fazê-lo. O Estado e o seu sistema de normatização-regulamentação (viralatismo), ao tentar controlar as subjetividades, transforma o patrimônio, resultante das práticas sociais, em “pedra e cal”, ou melhor, em produto cultural, em detrimento do seu campo de criação, da imaterialidade do “complexo material” — a dimensão material e imaterial. O campo de disputa torna-se a demarcação do patrimônio, pela matriz mercantilista do Estado colonial, como um “lugar de produção”, como mercadoria. Esta mercantilização influencia na política que regula a preservação do patrimônio cultural brasileiro, assim como o ordenamento jurídico específico e como operam as instituições de custódia nas esferas públicas. Política pública é uma expressão do dispositivo de saber-poder, quer seja a política pública de habitação, dissertada enfaticamente ao longo deste trabalho, quer seja a política patrimonial; ambas são “mecanismos de controle e de classificação das nossas experiências de vida” (Campos; Krenak, 2021, 45-49).

Em relação ao contexto de hegemonia da cultura nordocêntrica, discorrido nesta dissertação, Krenak refere-se como monocultura. Consistindo em “uma radical exclusão das outras perspectivas de existência, privilegiando uma só”, subsidia uma visão monolítica dos campos de criação que derivam no patrimônio cultural, o circunscreven-

do em produção cultural. Corresponde afirmar que “no campo da subjetividade, no campo da criação do que não é material, existe uma vasta seara para ser explorada e transformada em mercadoria” (Id.).

E, finalmente, o autor destaca o território como constitutivo do patrimônio e da cosmovisão, ao que se pondera no que concorre para o *etnogeocídio*: o território é anterior e transcende ao Estado ou ao país.

5.6 A Arquivologia Pós-Custodial E A Função Social e Cultural dos Arquivos Públicos

5.6.1 O “Arquivo-Informação”²¹⁸

“É consenso entre os autores que só podemos falar em arquivo quando o homem passou a produzir registros escritos de seus atos, sentimentos e conhecimento”, considera Santos (2009). No Brasil, a Lei dos Arquivos,²¹⁹ define como sendo um arquivo:

O conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (Santos, 2009, p.104).

Cabe uma ressalva quanto a definição de arquivo: considerar o suporte informacional intangível, próprio dos documentos digitais e digitalizados. Portanto, releva-se os dados informacionais em detrimento da materialidade, do aspecto físico, próprio do documento analógico (não processado digitalmente). Considera-se, portanto, o “arquivo-informação” resultando em o “documento-informação”.

As tarefas de levantamento/investigação, organização/arranjo e descrição de documentação resultante do recolhimento de parte dos arquivos originais, constituindo-se em uma coleção, acentua o processo arqueológico que representa arranjar acervos arquivísticos ou com características orgânicas, o que define o acervo de referência. Em razão dessa característica, — a organicidade —, isto é, a interdependência entre os conjuntos documentais (estabelecida a relação de “1” para “1.1”, de “1.1” para “1.1.1” e

²¹⁸ Belloto, 2004, p. 246.

²¹⁹ BRASÍLIA. Lei nº 8159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: Presidência da República [1991]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm (Acesso em: 05 de janeiro de 2023).

assim em diante), há de se formar grupos significativos que, reunidos em conjuntos e

subconjuntos, atenderão à recuperação da informação. O célebre Arquivista americano Schellenberg define arranjo como “o processo de agrupamento dos documentos singulares em unidades significativas e o agrupamento, em relação significativa, de tais unidades entre si” (Schellenberg apud Belloto, 2004, p.125). Este desafio impõe ao Arquivista o esforço para tentar recuperar a organização original, em observância ao Princípio da Proveniência ou o Princípio do Respeito aos Fundos, também designado como da Ordem Original²²⁰, segundo a entidade geradora adotara, privilegiando-se, assim, a organicidade. Mais adiante, irei exemplificar os princípios teóricos mencionados a partir do acervo em estudo.²²¹

No caso da coleção “Rocinha”, a prioridade a estes princípios basilares é dificultada diante de conjuntos documentais pré-selecionados (o que caracteriza uma coleção) que foram tão somente recolhidos pelo Memov. A ordenação primária reflete as atividades de seus produtores, sejam entidades ou entes — sujeitos sociais que registram os seus atos, recuperando-se, assim, o contexto de produção. É uma informação intrínseca, sobre a origem do acervo, que não pode ser dispensada e o esforço deve ser por recuperá-la o quão possível. Ser detentor e não produtor pode significar que as coleções derivam de acervos custodiados por entidades diversas, representando como que uma espécie de amostragem do quantitativo total originalmente custodiado. Consequentemente, complexifica a reconstituição das interações genuínas dos conjuntos documentais (o que diz respeito ao fluxo original com o que os documentos foram produzidos, não se restringindo a ordenação propriamente dita). E, finalmente, o escopo teórico e a metodologia arquivística não é aplicada de modo uniforme dado as especificidades de cada coleção ou acervo arquivístico.

O acervo em análise é constituído por documentação de guarda permanente, mais conhecido como histórico (valor histórico). A sua salvaguarda é imprescritível por lhe ser atribuído o valor de pesquisa, como subsídio teórico para as áreas do conhecimento humano, a depender do seu conteúdo informacional. Destarte, as operações de

²²⁰ NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf> (Acesso em 05 de janeiro de 2023).

²²¹ Vide o tópico 5.6.4, “A Arquivologia Pós-Custodial E A Função Social e Cultural dos Arquivos Públicos: Adendo”.

arranjo “classificação”²²² (arranjo) e descrição devem ter como premissa o valor social enquanto patrimônio documental.

A descrição de um acervo de guarda permanente, que supri a sua organicidade, é a mutinível,²²³ por estratificá-lo em níveis e subníveis, preservando-se, assim, a sua interrelação intrínseca (entre estes mesmos níveis) e em relação ao todo. Designada Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)²²⁴ é padronizada, no Brasil, pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).²²⁵

O arranjo de acervos orgânicos é um assunto sobre o qual faz-se necessário prolongar-se, haja visto que há administrações que, privilegiando a telemática, objetivando o imediato acesso digital aos acervos, propõe a descaracterização da norma. Conforme anteriormente dito, os itens documentais não são peças isoladas, ao contrário do que pode ser observado em acervos bibliográficos ou museológicos e, a preservação da interdependência entre as partes é essencial para a sua significação. Desta forma o agrupamento de documentos segundo cada núcleo documental respectivo propiciará, aos pesquisadores, a disposição dos dados informacionais de modo o mais integral possível, uma vez que reflete (o arranjo) “a estrutura, articulação e relações materiais entre as partes, essenciais para o seu significado [...]. A sua qualidade de arquivo só permanece intacta enquanto se lhe mantêm a forma e relações naturais” (Jenkinson apud Belloto, Id., p. 138). Considera-se, deste modo, informação estratégica não só para a administração detentora, como também para o público em geral, projetando a eficácia na recuperação da informação. Manter a organização e a função que produziram o acervo (como informação estratégica) resgata as circunstâncias em que foi gerado. Assim sendo,

O conteúdo das peças individuais, produto de determinada atividade, apenas será plenamente inteligível quando no contexto dos demais documentos que se referem a ela. Se os [documentos] atinentes à atividade forem arbitrariamente extraídos de seu encadeamento no conjunto, e reordenados segundo

²²² O termo classificação será adotado como sinônimo de arranjo para facilitar a compreensão embora não corresponda à terminologia arquivística, o que justifica o emprego das aspas.

²²³ Vide o tópico 5.6, “A Arquivologia Pós-Custodial E A Função Social e Cultural dos Arquivos Públicos: Adendo”.

²²⁴ NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf> (Acesso em 05 de janeiro de 2023).

²²⁵ Conselho Nacional de Arquivos. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf> (Acesso em: 05 de janeiro de 2023).

Em caso de lhe interessar um assunto em específico, é franqueado, ao pesquisador, a informação pontual por meio de instrumentos de pesquisa, como inventários, catálogos, quadros de arranjo, índices ou guias de arquivo, por exemplo. Se lhe importar uma compreensão mais abrangente, igualmente terá acesso:

Para o historiador, seria mais fácil que a ordenação fosse meramente temática, cronológica ou geográfica. Entretanto, tal ordenação faria desaparecer ou diluiria a percepção da razão de ser do documento, o que, afinal, o deformaria aos olhos do consulente. Em muitos casos pode vir, ao encontro de uma pesquisa, muito mais a natureza e o significado do documento dentro do conjunto orgânico do que a informação nele contida (Belloto, 2004, p. 139).

E, por fim, a sistemática do arranjo viabiliza um critério universal, resultando em uma uniformidade na descrição (embora não seja um emprego rígido dado as especificidades de cada acervo).

5.6.2 A Geopolítica da Informação

O Princípios da Proveniência (ou da Ordem Original) e a organicidade devem ser preservados quando da disponibilidade dos dados informacionais em plataforma digital. Em suma, é oportuno que a Arquivística seja reconhecida como uma ciência interdisciplinar entre os demais campos epistemológicos, dentre os quais, as Ciências da Informação, Humanas e Ciências Sociais, haja visto a sua característica multidisciplinar mediante o conteúdo informacional, a promover a gestão do conhecimento.

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) automatizaram os processos de produção, tramitação e difusão do patrimônio documental. Ciclo documental em relação ao qual há que adotar-se *softwares* específicos que garantam a autenticidade e a integridade dos documentos digitais e digitalizados. A escolha das ferramentas tecnológicas definirá a confiabilidade do ambiente de guarda. Em se tratando de preservação em meio digital, é imprescindível que seja viabilizado o funcionamento de uma linha ininterrupta digital, desde a produção e organização até as etapas de seleção e preservação a longo prazo, incluindo a acessibilidade ao público.

Para este fim, uma das plataformas eletrônicas que melhor se adequam é o Atom, em associação ao repositório Archivemática. O Memov está implementando o Tainacan, planilha de acesso a acervos que garante a disponibilidade da descrição e dos objetos

digitais (documentação). A planilha será vinculada ao sítio institucional, facultando a pesquisa. O Tainacan é executado pelo *WordPress*,²²⁶ todavia, associado à planilha seria imprescindível a adoção de um repositório²²⁷ para suprir o tratamento técnico do acervo enquanto fonte de pesquisa, assegurando, além da acessibilidade e difusão, um ambiente de guarda confiável.

5.6.3 O Profissional da Informação E A Produção do Conhecimento

Se a memória é o substrato do campo dinâmico entre o que emerge e submerge, entre narrativas e contranarrativas é, per si, o ponto de partida, assim como um acervo o é.

Vieira (2005, p.40) conforme citado por Santos (2009, p.186) destaca que o acervo, sob a gestão do Arquivista, deve ser organizado de modo que possa representar um recurso de investigação científica para consulentes externos (à entidade detentora), tornando-se fonte de fruição cultural para o público em geral.

Jardim (2003, p.14) discorre sobre a prática da transparência pública, a qual corresponderia a medidas e procedimentos administrativos para facultar a atribuição coercitiva de uma auditoria, uma esfera da ética (pública), a ser assimilada de modo a propor o não personalismo e o enfoque no público-alvo. Quer-se dizer que a Arquivologia, como afirma o autor, não deve constituir-se como um saber do Estado, estruturado, como outrora, no âmbito das esferas estatais.

A Gestão do Conhecimento

A contribuição de Luis Carlos Lopes (Lopes apud Santos, 2009, p 112) diz respeito tanto a organicidade dos acervos de caráter arquivístico como as interpretações que incitam, em que se baseia:

- os atos humanos produzem informações de modo arbitrário, de acordo com as relações que estabelecem entre si e com o contexto social;

²²⁶ É um sistema de gerenciamento de conteúdo (um software) ou uma aplicação para a internet, executado no navegador, que permite a criação, gerenciamento e atualização de um *website* e seu conteúdo sem a necessidade de conhecimento de programação. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/WordPress> Acesso em: 03 de dezembro de 2022).

²²⁷ É um sistema de informação que armazena, preserva, organiza e dissemina a produção das instituições de ensino e de pesquisa, utilizando um software. Como referência, o software mais utilizado no Brasil é o *DSpace*. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/WordPress> (Acesso em: 03 de dezembro de 2022).

- a informação é uma categoria abstrata que se materializa quando é registrada e representa uma sucessão de atos ou fragmentos que possam ser definidos como fatos;
- quanto mais único e isolado for o registro da informação, mais ele será parcial, fragmentário e de difícil cognoscibilidade. E em sentido contrário, quanto mais plural e correlacionado for [...] mais será integral e passível de ser interpretada;
- há várias possibilidades de leitura de um objeto, isto é, poderão ser atribuídos a ele conteúdos informacionais distintos. Essa multiplicidade vai depender de fatores históricos e sociais.

A funcionalidade dos documentos de arquivo está em facultar ao pesquisador, de modo o mais imparcial possível, a interpretação ou a análise crítica dos fatos históricos e dos dados culturais, considerando-se, como consulente, não somente o acadêmico, mas sim, de sobremaneira, a quem interessar. Neste sentido, as plataformas eletrônicas devem priorizar o acesso o mais democrático possível à informação, embora uma maior disseminação esteja condicionada ao acesso à internet por parte da população.

Sendo assim,

A Arquivística funda a sua razão de ser na simples existência de informação social [...] e implica numa dinâmica, também ela eminentemente social, de comunicação. As informações arquivísticas são, também, extensões do pensamento e da ação humana e social, contendo uma margem variável de imprecisão e de representação subjetiva. (Silva apud Santos, sic, p.111).

Ainda sobre o público-alvo, o Arquivista deve arranjar o acervo de modo a projetar o seu constante reuso e revitalização dos registros, tensionando sobre o dinamismo das sociabilidades e as novas perspectivas do Historiador ou do consulente do futuro. De modo a evidenciar a função social e cultural dos arquivos, a sua gestão deve estruturar serviços de difusão cultural e de assistência educativa. Do contrário, “não alcançará a dimensão que lhe é legitimamente devida, se fizer do seu recinto apenas um espaço cultural onde bem sucedidos eventos sociais irão mascarar sua inércia e inoperância no que tange às suas verdadeiras atribuições” (Belloto, 2004, p.226). Esta prestação de serviço à sociedade, esmiúça Belloto, desenvolve-se em “duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de

abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, aceitando com atrativos no recinto do arquivo” (Id., p.228).

Remetendo-me ao ambiente de guarda em consideração — uma universidade pública — projetos de extensão devem primar por se articular com o pesquisador não acadêmico, de modo a reverter ao público a verba (pública) empregada nas etapas de tratamento documental, a fim de que coopere para que seja superada a escassa visibilidade social dos arquivos. É contraditório observar que comumente, os sujeitos “arquivados”, cujas trajetórias são representadas por documentação custodiada e, sobre as quais os intelectuais investigam, não tem acesso ou não interagem com a mesma, principalmente em parcerias na etapa de gestão da informação. Qual método pedagógico poderia aproximar os arquivos públicos das escolas, a exemplo de projetos viabilizados por museus e bibliotecas?²²⁸

A autora destaca, inclusive, o convênio entre estas instituições de guarda de patrimônio documental público e o turismo cultural, objetivando desenvolver atividades socioculturais. Em verdade, os arquivos públicos, quanto ao usuário externo (não incluindo os produzidos por atividades administrativas) ainda primam pelo atendimento ao público “erudito” e ao cientista em detrimento da disseminação mais ampla. Dessa forma,

Mesmo não sendo a função primordial do arquivo, essa nova abertura para a educação pode se constituir numa forma de aproximação que lhe garantirá um novo espaço social. E isso acabará beneficiando — e até reforçando — o próprio protagonismo do arquivo-informação administrativa e do arquivo-informação histórica (Id., p. 246).

Diante do ambiente de guarda como um campo arqueológico, onde o Arquivista, ou, o Profissional da Informação é o investigador dos fatos sócio-históricos que serão por ele avaliados, organizados e difundidos, é válida a proposição de Davenport, ao afirmar que “os Arquivistas são depositários passivos de conhecimento”, ou seja, curadores. (Davenport apud Santos, 2009, p.185).

Ao Profissional da Informação, portanto, cabe-lhe a gestão do conhecimento, definido como o conjunto de processos, práticas e procedimentos que visam identificar,

²²⁸ Vide o tópico 5.6.5, “‘Vence Demanda’: A Expansão de Exu Em Aplicabilidade Aos Procedimentos de Patrimonialização E Usos da Memória”.

registrar e gerenciar o conhecimento como adido cultural, de modo a contribuir para a investigação (da informação) para operar como “um instrumento modificador de [consciências] e de seu grupo social” (Barreto apud Santos, 2009, p. 192).

Em conformidade, as entidades de custódia encerram dados documentais que representam insumo para a produção de discursos contra-hegemônicos, a influenciarem nas práticas sociais inscritas em um modelo de sociedade intrinsecamente racializada e, em decorrência, desigual quanto às oportunidades de vida.

Os princípios arquivísticos anteriormente abordados são tomados como referência para o tratamento técnico, todavia, contemporaneamente, submetem-se a perspectiva sociocultural, a qual tem como referência a gestão da informação e do conhecimento sob o contexto da Arquivologia Pós-Custodial ou Pós-Moderna, cujos princípios foram fundamentados pelo canadense Terry Cooky (1997, p. 15-16).

O pós-moderno desconfia da ideia de verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científico. O contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto ou mais que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. Nada é neutro. [...] Tudo é conformado [e] simbolizado, [...] por aquele que fala, fotografa, escreve ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido à uma determinada audiência [...]. Os pós-modernistas [...] tomam fenômenos naturais, seja o patriarcado, o capitalismo, a religião ou [...] a ciência arquivística tradicional, e afirma que são "antinaturais" ou “culturais”, ou, no mínimo, “construções sociais” de um tempo, lugar, classe, gênero, raça etc., específicos (Cook apud Fonseca, 2011, p.60).

Este cenário repercute na renovação dos pressupostos e metodologia arquivísticos.

Haja visto que as TICs se consolidam como ferramentas para viabilizar um maior fluxo dos conteúdos informacionais e culturais, o Documentalista, de igual modo, é um “mediador ativo na formatação da memória coletiva através dos arquivos” (Cook apud Fonseca, 2011, p.64).

O documento se transformou de objeto tangível, físico, em objeto conceitual de instantânea fruição por meio da telemática, viabilizando, ainda mais, a construção de narrativas e contranarrativas: não é mais (o documento) um [...] registro de evidência, mas um agente ativo, jogando um papel contínuo na vida de indivíduos, organização e sociedade (Cook apud Fonseca, sic, p. 63).

Validando-se desta perspectiva conjuntural, a avaliação de conjuntos documentais irá concentrar-se nas informações sociais produzidas ou colecionadas, preterindo as pautas e deliberações do detentor do acervo (entidade ou pessoa física que o produziu ou colecionou), a priorizar os processos sociais que problematizam os sujeitos sociais e seus antagonismos e protagonismos.

Isto posto, vale ressaltar os seguintes pressupostos, aos quais acrescento outros tantos:

- os arquivos devem ser preservados para fins que ultrapassem suprir as demandas por informação de seus produtores ou consulentes privilegiados. Tanto os arquivos públicos quanto os privados de interesse público, devem ser, não tão somente preservados, mas arranjados sob a premissa da produção do conhecimento, como fontes para a acessibilidade ao público em geral. Os arquivos são capazes de oferecer senso de identidade, história, cultura e representam a memória social e coletiva (Fonseca, 2005, p.61). Ketellar apud Fonseca corrobora, afirmando que arquivar não se relaciona com a história, mas com o futuro (Op. cit.);
- os documentos digitais e digitalizados possibilitaram uma maior fluidez do acesso aos dados informacionais. Torna-se indispensável enfatizar mais os conteúdos dos itens documentais e os seus interrelacionamentos, na mesma proporção de possibilitar a curadoria em torno do potencial de informação, de modo a suscitar uma maior pluralidade no uso dos dados e, assim, facultar uma maior interdisciplinaridade em relação às pesquisas. Um exemplo são os descritores (palavras-chaves) que são termos padronizados para a identificação de conteúdos junto às plataformas digitais de acesso a acervos, os quais alimentam o recurso “busca”. Neste sentido, a organização (o arranjo arquivístico) e a descrição passam a concentrar-se menos nos documentos e nos arquivos como entidades físicas, e mais na compreensão das múltiplas interrelações e usos dos documentos, bem como priorizar a incorporação de metadados²²⁹ funcionais do criador para os instrumentos de pesquisa, viabilizando a recuperação da informação;

²²⁹ Metadado é uma informação inteligível por um computador. Todos os dados descritivos de um documento, físico ou digital, sobre autor, data de criação, local de criação, conteúdo, forma, dimensões e outras informações são metadados. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Metadados> (Acesso em: 7 de dezembro de 2022).

- a avaliação documental irá primar tanto pelo seu potencial interesse para a pesquisa quanto pela função social intrínseca aos conjuntos documentais, ressaltando o contexto social e os atores sociais envolvidos;
- sob a perspectiva dos documentos digitais, segundo Cook, deve priorizar-se o conteúdo e o fluxo da informação em detrimento da preservação, a que pondero: salvo os que são valorados como de guarda permanente e os classificados em graus de sigilo, em relação aos quais, há repositórios, sistemas criptográficos e demais recursos eletrônicos para resguardar-lhes de modo seguro e com o máximo de longevidade em seu ambiente de guarda digital;
- o Arquivista deve ser um mediador ativo na gestão da memória coletiva através dos arquivos.

5.6.4 A Arquivologia Pós-Custodial E A Função Social E Cultural dos Arquivos Públicos: Adendo

As figuras 64 e 65 apresentam duas propostas distintas de organização de um mesmo acervo (arranjo), aqui reproduzidas com adaptações e de modo reduzido em relação aos conjuntos e subconjuntos documentais. As cores distinguem o nível na hierarquia (na relação de estabelecida a relação de “1” para “1.1”, de “1.1” para “1.1.1” e assim em diante, conforme mencionado anteriormente) composta pela interdependência entre os grupos (documentais), ou seja, a organicidade que os mantém agrupados. O sinal de reticências indica que há documentação não mencionada (“e assim por diante”), para facilitar a compreensão.

A proposição esquematiza um arranjo conforme a sua proveniência (Princípio da Proveniência), ou seja, os itens documentais produzidos pela associação comunitária UPMMR, por exemplo, devem ser conservados em um mesmo conjunto documental e não inseridos em demais (conjuntos) arbitrariamente, conforme qualquer outra “classificação”. Os primeiros níveis (em cor verde) foram organizados segundo o assunto e proveniência (entidade produtora) ou proveniência subordinada a assunto e a sub-assunto, conforme a necessidade de tornar o mais instantâneo possível o conteúdo dos itens documentais e, conseqüentemente, agilizar a recuperação da informação. Os títulos são escolhidos de modo a refletir, ao máximo possível, o conteúdo informacional, de tal

forma que o pesquisador possa quase dispensar, a partir da denominação, a consulta ao conjunto documental correspondente. A “subclassificação” por gênero documental²³⁰ (suporte informacional) foi adotada na seção (conjunto documental) “Periódicos de Circulação Nacional, Comunitários E de Bairros”, sem contudo prejudicar ou limitar a pressuposição quanto aos dados informacionais dos itens documentais, ou seja, “Jornais” informa com menos exatidão do que o título supracitado. O arranjo por gênero documental, espécie ou primando pela ordenação cronológica ou temática, sem preservar a interdependência (organicidade) dos níveis é prejudicial à leitura conjuntural do acervo, conforme argumentou-se anteriormente.

A exemplificação da seção ASPA (Ação Social Padre Anchieta) é explícita quanto ao preceito da organicidade. Entidade católica, de cunho social, subordina (o conjunto documental correlato), o subconjunto Práticas Pedagógicas, de modo a agrupar os núcleos de trabalho comunitária que a correspondem, sendo eles, a creche e as escolas. A seção Mobilização Social: Associação de Moradores, reúne conjuntos documentais (séries) que se vinculam com as associações comunitárias UPMMR e AMABB. As séries (subconjuntos das seções) representam atividades e publicações de cada seção, sem que sejam misturadas por qualquer outro critério arbitrário que interfira na organicidade e na ordenação segundo a proveniência.

A documentação arquivística ou de característica orgânica (coleção “Rocinha”) é organizada mantendo-se o vínculo entre os conjuntos, subconjuntos, grupos e subgrupos, traduzidos da seguinte forma:

1. Fundo Arquivístico ou Coleção
 - 1.1 Seção (Subseção: nível intermediário entre a Seção e a Série)
 - 1.1.1 Série (Subsérie: nível intermediário)
 - 1.1.1.1 Dossiê
 - 1.1.1.1.1 Item (nível indivisível)

A descrição multinível, justamente, reflete essa hierarquia, desde o primeiro (nível) da estrutura orgânica ao último, sendo que não é obrigatório a adoção de todos os níveis, o que dependerá da pertinência da informação, cujo critério é prestar de mo

²³⁰ Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente suporte e formato. Exemplos de gênero documental: documentos textuais (suporte papel), audiovisual (áudios e vídeos), filmográfico (vídeos), fonográfico (áudios) fotográfico, periódico, bibliográfico (livros) etc. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p.99.

do o mais integral possível o conteúdo dos documentos ao longo dos seus diversos níveis, objetivando a compreensão global da coleção/arquivo.

De modo a exemplificar, as seções se diferem da seguinte forma:

De (“Arranjo 1”): Textos Teóricos, para (“Arranjo 2”): “Programa de Habitação E Remoção: Estudos Técnicos”.

De: “Folhetos”, para: “Favelas E Periferias Em Pauta: Informativos Comunitários”.

De: “Jornais”, para: “Periódicos de Circulação Nacional, Comunitários E de Bairros”.

E assim em diante.

Quanto a semântica, o segundo arranjo transparece os sujeitos políticos envolvidos, em tentativa de ressaltar a função social dos arquivos e coleções. Observa-se que os conjuntos em processo de cessão encontram-se entre parênteses e os jornais foram organizados segundo a redação.

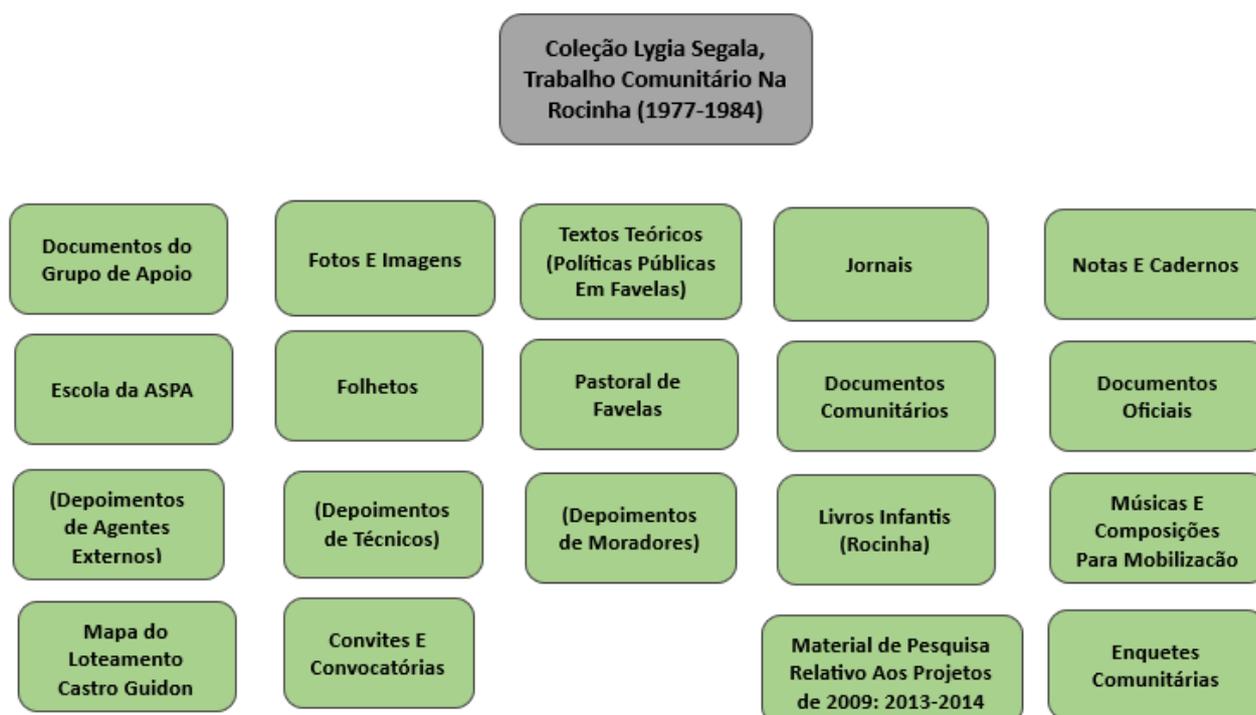


Fig. 64: Diagrama elaborado pela autora. A organização original da coleção Associativismo Comunitário, “Redes de Vizinhança” E Disputas Políticas na Favela da Rocinha, 1965-2014, “Arranjo” 1.

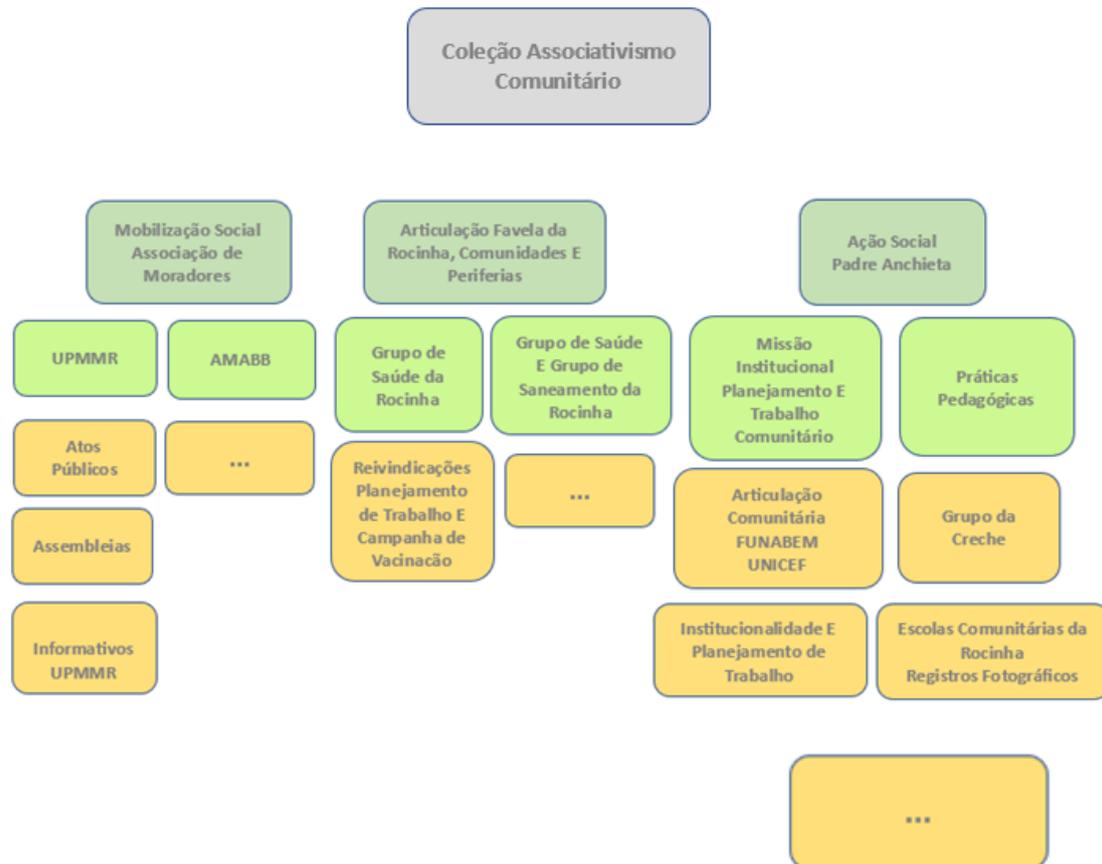


Fig. 65: Diagrama elaborado pela autora. Proposta de Organização da Coleção Associativismo Comunitário, “Redes de Vizinhança” E Disputas Políticas na Favela da Rocinha, 1965-2014, Arranjo 2 Seções: “Mobilização Social: Associação de Moradores”; “Articulação Favela da Rocinha, Comunidades E Periferias”; “Ação Social Padre Anchieta”.

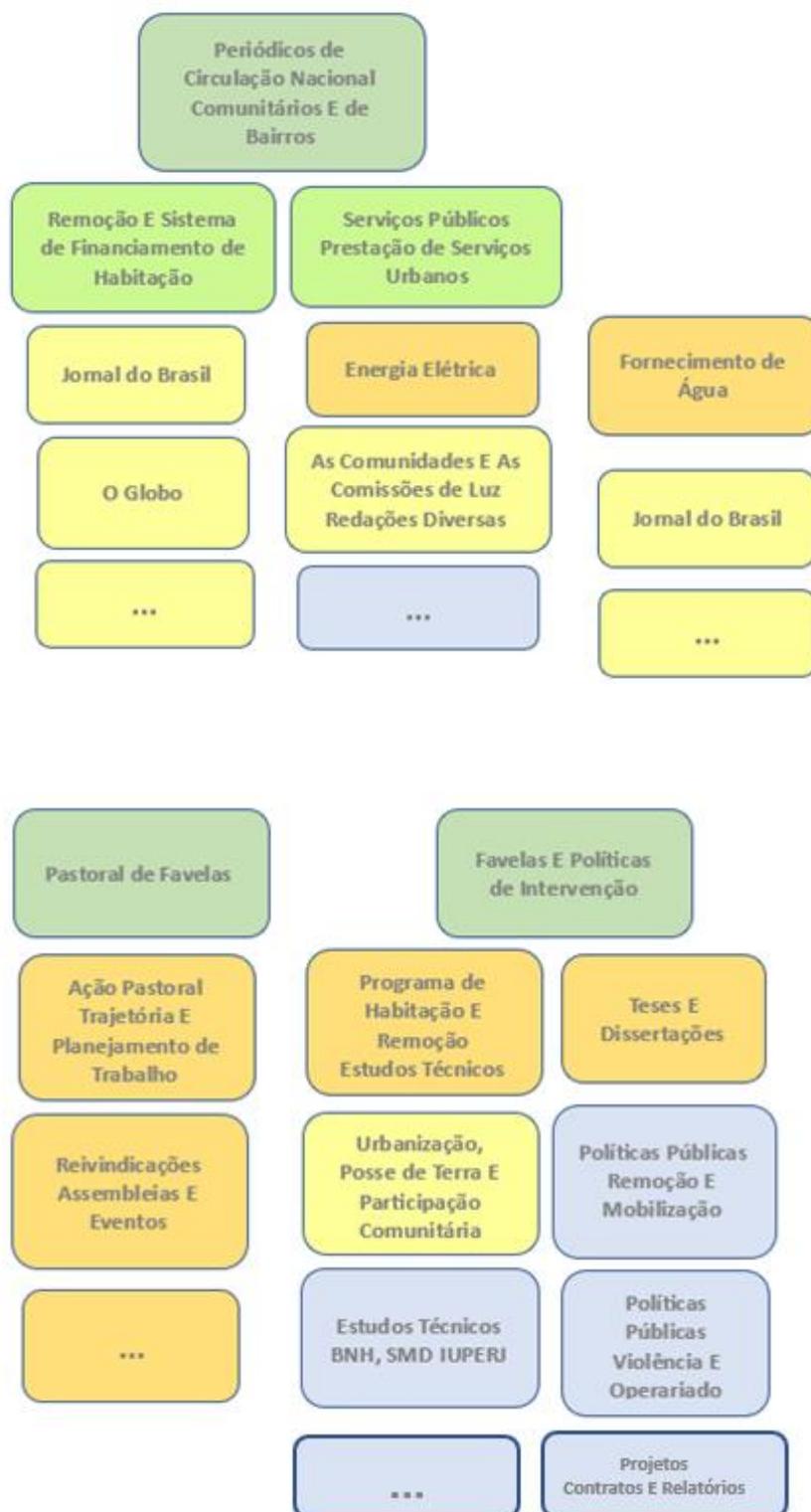


Fig. 65: Diagrama elaborado pela autora. Proposta de Organização da Coleção Associativismo Comunitário, “Redes de Vizinhança” E Disputas Políticas na Favela da Rocinha, 1965-2014, Arranjo 2 Seções: “Periódicos de Circulação Nacional, Comunitários E de Bairros”; Pastoral de Favelas; Favelas E Políticas de Intervenção.

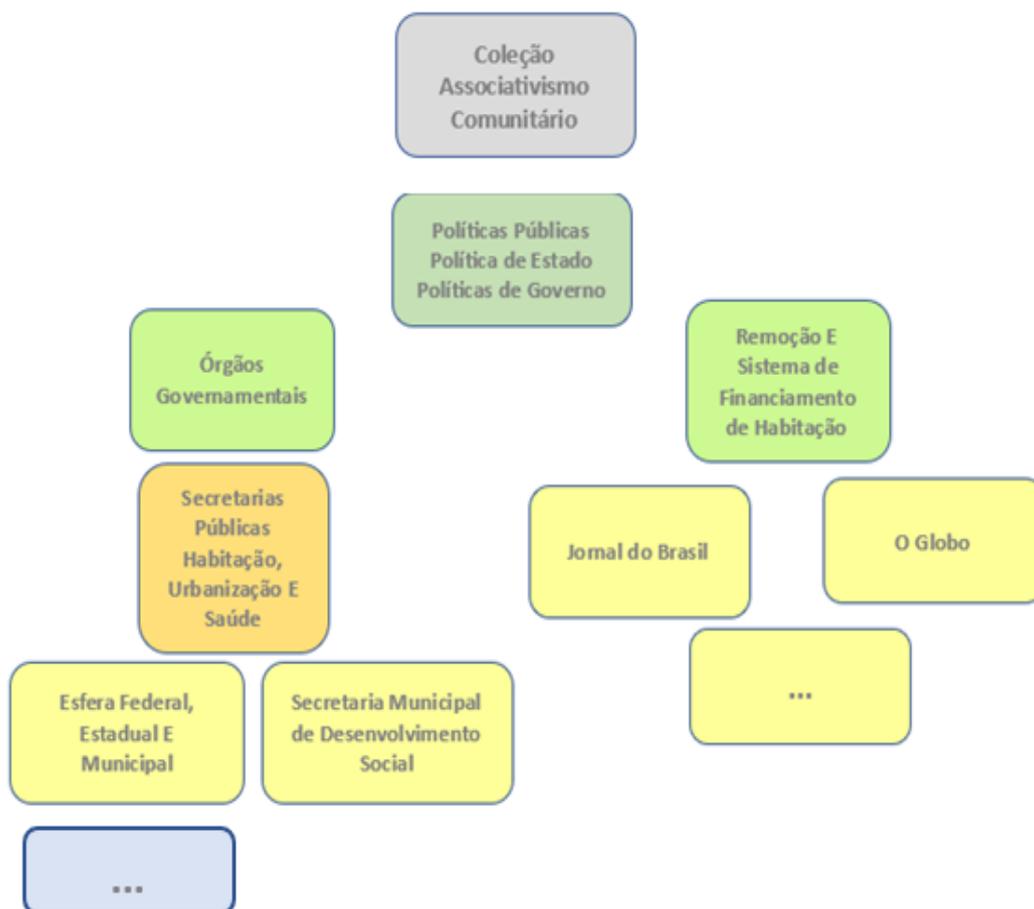


Fig. 65: Diagrama elaborado pela autora. Proposta de Organização da Coleção Associativismo Comunitário, “Redes de Vizinhança” E Disputas Políticas na Favela da Rocinha, 1965-2014, Arranjo 2 Seção: Políticas Públicas: Política de Estado, Políticas de Governo.

5.6.5 “Vence Demanda”: A Expansão de Exu Em Aplicabilidade Aos Procedimentos de Patrimonialização E Usos da Memória²³¹

Os aportes para a patrimonialização, embasados na Arquivologia Pós-Custodial, requerem o uso da memória sob a perspectiva de um modelo societário racializado, que alija ou se apropria da produção cultural de “povos não integrados no sistema da propriedade privada” (Campos; Krenak, 2021, p.45-49).

Desta forma, a curadoria arquivística deve privilegiar a avaliação e a organização dos conjuntos documentais em minuciosa investigação acerca das práticas sociais antagônicas inscritas nos atos (sociais) documentados. Como salienta Krenak, ao relacionar patrimônio à memória e memória à identidade, bens materiais ou imateriais, como “objetos da cultura”, são recursos nos quais estão inscritos o cotidiano dos indivíduos, “suportes de visões e de conhecimentos [de seus produtores] que são intangíveis” (Id., 26-28).

Conforme abordado no tópico 5.6.1, O “Arquivo-Informação”, o enfoque é em relação aos produtores do patrimônio documental (em detrimento das entidades custodiadoras). Pertinente ao interesse social dos acervos, enquanto depositários da memória social, remeto-me ao questionamento sobre qual seria o método pedagógico a aproximar os arquivos públicos das escolas, bem como da população como um todo.²³²

A “Pedagogia das Encruzilhadas” (Rufino, 1997) aponta para outras perspecti

²³¹ Conhecida popularmente pelo nome *vence-demanda* ou *abre-caminhos*, devido à crença nas suas propriedades mágicas e ritualísticas, a *Justicia gendarussa* é considerada uma planta de poder associada a entidades religiosas de matriz africana, como os orixás Xangô e Ogum, no Candomblé, e a entidades espirituais da Umbanda. É muito usada em banhos de ervas, benzimentos e bate-folhas, pois se acredita que tem o poder de realizar limpezas espirituais, destruir feitiços, combater inveja e “olho-gordo”. É também utilizada em jardins e vasos com a finalidade de proteger ambientes, quebrar demandas espirituais e afastar energias negativas, abrindo caminhos e facilitando a solução de problemas. Sua utilização em rituais é forte dentro da cultura e religiosidade brasileiras. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.unirio.br/ccbs/ibio/herbariohuni/justicia-gendarussa-burm-f#:~:text=Conhecida%20popularmente%20pelof%20nome%20vence,e%20a%20entidades%20espirituais%20da> (Acesso em: 12 de janeiro de 2023).

²³² Vide o tópico 5.6.3, “O Profissional da Informação E A Produção do Conhecimento”.

vas, “novas dimensões de mundo, novos lugares de vivência de exercício da cultura e da subjetividade”, para além do cânone ocidental (nordocêntrico), ou, da “realidade monolítica estruturada” (Rufino, 1997, p.12-25).

Como definição, a Pedagogia das Encruzilhadas é assente na “guerrilha do conhecimento”, que tem como principal meta “atacar a supremacia das razões brancas e denunciar seus privilégios, fragilidades” e apresentar outros caminhos (para além do binarismo ocidental), a partir de referenciais subalternizados, mais especificamente, “do cruzo desses com os historicamente dominantes” (Id., p. 10).

O orixá Exu (Èsù em iorubá), da cosmologia iorubana, inscrito em nossa cultura afro brasileira, é a divindade mais próxima daqueles classificados como humanos²³³ (Id., p.23). Apesar da complexa tarefa de tentar defini-lo (Rufino o faz de modo poético), o associemos ao dinamismo em si, poder propulsor e “princípio operante na mobilização de toda e qualquer forma de possibilidade”. Como uma expressão ou extensão de Olorum (Deus), enquanto orixá, é Onã, “princípio progenitor e protomatéria de tudo [do todo] constituído” (Id., p. 47). Desse modo, Exu é o guardião do axé (energia vital), a “autoridade dos poderes divinos com os quais Olorum criou o universo” (Id., p.66).

As identidades transatlânticas, em “cruzo” pela experiência da diáspora, afirma Rufino, é da ordem:

Dos processos de dispersão/travessia das populações negro africanas nas Américas – conhecida como diáspora africana – tecem uma esteira de saberes que forjam um assentamento comum nos processos de ressignificação do ser, suas invenções de territorialidade, saberes e identidades [...]. A diáspora negra está a se constituir cotidianamente nas práticas, tecendo conhecimentos que nos possibilitam a produção de um projeto político/poético/ético antirracista/decolonial (Id., p.42).

De seus atributos, sob a perspectiva decolonial, ressalto o “princípio dinâmico que cruza todos os acontecimentos e coisas, uma vez que sem Ele não há movimento [...] é o dono do nosso corpo e de suas potências [...], a linguagem como um todo [...].

²³³ Refere-se ao emprego de “humano” incluindo negros e não brancos, não em sentido ordinário, inerente ao contexto da colonialidade. Portanto, diferir da humanização versus desumanização chanceada pela racialização das consideradas minorias.

Ele é o acontecimento”. Por este motivo, é “o orixá primordial [...] por seu carácter enquanto princípio dinâmico” (Id., p. 67).

É da encruzilhada e de Exu o poder da transmutação. O dinamismo da encruza despota os regimes de verdade baseados na escassez e no fatalismo da colonialidade. Da dimensão das possibilidades infinitas e inacabadas (Id., p.23).

Embasada na Pedagogia dos “Cruzos”,²³⁴ sob a Expansão de Exu, uma política institucional de democratização de acervos arquivísticos e coleções, a começar pela patrimonialização sob o enfoque das identidades plurais, teria como pressupostos teóricos, práticas memorialistas e confrontação os seguintes consensos:

- a pluriversalização do mundo e a compreensão universalista das existências como enfrentamento ao cárcere racial (a racialização imposta a partir da categorização dos seres humanos) pela monocultura (cânone ocidental) e cosmogonia monorracial.
 - esta que repercute na descolonização dos saberes;
- a ocidentalização do mundo é responsável por representar as experiências subalternizadas sob a égide de uma lógica binária, interditando o ser-saber.²³⁵ O ser-saber (sob a perspectiva de Rufino) está em oposição ao saber-poder (sob a concepção foucaultiana). dos classificados como não aptos à existência — os indivíduos racializados;
- “raça” e “humanidade” são constructos de alteridade que resultam em injustiça social e cognitiva, inclusive quanto aos legitimados como produtores de conhecimento. Neste sentido, colonização não é civilização;
 - a lógica hegemônica, por se querer universal, produz vácuos e silenciamentos, gerando fenômenos humanos, processos, práticas culturais e narrativas complexificadas pelos “cotidianos coloniais”;
 - a estratégia de domínio cultural se dá pelo esquecimento da ancestralidade,

²³⁴ Encruzilhada ou encruza (o cruzamento de ruas de uma cidade), segundo a religião afro-brasileira Umbanda, é um lugar onde são feitas oferendas às entidades Exu e Pomba Gira. Estas oferendas, ou despachos, tem as mais variadas funções, como proteção, prosperidade, descarrego, entre outras. Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Encruzilhada_\(umbanda\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Encruzilhada_(umbanda)) (Acesso em: 22 de janeiro de 2023).

²³⁵ O ser-saber é o saber a constituir o ser. “O conhecimento não é meramente uma abstração” (p.126).

substituída pela produção monológica (nordocêntrica) do mundo e a linearidade histórica;

- o ser-saber é subjugado pelo “saber-poder” (sob a concepção foucaultiana), pela “agenda colonial”, na qual se embasa no trinômio “religião-conhecimento-colonialismo” (Rufino, 1997, p.79). O ser-saber é o saber a constituir o ser. “O conhecimento não é meramente uma abstração” (Id.);

- decorre, ainda, que o falar sobre o “outro” (foucaultiano), no sentido de documentá-lo em seu contexto social, reverbera em um esforço para aproximar-se no maior grau possível de sociabilidades que, por ventura, são alheias ao cotidiano do/da Documentalista;

- substituindo “educação” por “avaliação documental” ou “interpretação das fontes testemunhais”, reproduzo, como estratégia, o deparar-se com os documentos originais como: “um complexo de experiências, práticas, invenções e movimentos que enredam presenças e conhecimentos múltiplos e se debruça sobre a problemática humana e suas formas de interação com o meio” (Id., p.74);

- ter como perspectiva o sincretismo constituído pela ancestralidade e a cultura diaspórica pluriversal;

- Exu, pluriversal, princípio dinâmico da instância das ressignificações, propicia epistemes para a “contestação da racionalidade moderna ocidental” (Id., p.42).

- a prática das encruzilhadas como um ato decolonial é transgressão, capacitando o olhar para o “tratamento da tragédia chamada colonialismo” (Id., p.75).

- é o Orixá que media informações e proporciona a comunicação;

- Exu é gnose no contexto das sabedorias ancestrais encruzadas no Atlântico, “princípio explicativo de mundo” que se embasa na diversidade (Id., p.50). Ou seja, “a história não está fadada aos regimes de verdade do colonialismo” (Id., p.29);

- sendo assim, é gnose transgressiva, emancipatória, a ampliar o exercício intelectual de investigação das fontes originais, dos testemunhos e dos fatos históricos;

- por ser anticolonial é decolonial. Portanto, a cosmogênese/encruzilhada de Exu torna-se como que referencial para a “ampliação de possibilidades, combatendo o desarranjo das memórias” (Id., p.54);

- se Exu é considerado, pela “agenda colonial”, uma figura diabólica, o próprio Sete Peles,²³⁶ um segundo referencial destacado por Rufino, enquanto transgressão e contracultura, ou, agenda anticolonial, é o Povo de Rua. São sujeitos políticos/entidades marginalizadas pela cultura branca. São aqueles que “praticam ou estão marcados pela condição de desvio, do desregramento e da imoralidade” (Id., p.111).

A partir dos tópicos acima elencados, pode se afirmar que a lógica dicotômica, como o bem *versus* o mal, pertence à dialética judaico-cristã, a versar em toda a ciência moderna e no racionalismo ocidental, vigentes na produção do conhecimento. Portanto, “a ciência, na maioria das vezes, se dá o direito de falar do “outro” [foucaultiano] sem sentir o mundo pela presença e o tempo/espaço do outro” (Rufino, 1997, p.52). Com isso, as narrativas históricas e os relatos testemunhais, fontes arquivísticas, são contaminadas em maior ou menor grau, pelo radical da colonialidade.

A visão monológica embasa o modelo de civilidade incrustado em a organização social e política brasileira.

Em relação ao ser-saber e o saber-poder, infere-se que o conhecimento não é meramente uma abstração, mas sim “um fenômeno que corre mundo para baixar nos corpos” (Id., p.29). Neste sentido, o racismo epistemológico verte na constituição do ser, haja visto que ser e saber “é de manifestação uno”. E, mais que isso, lhe é recíproco — o ser verte na constituição do saber.

Sobre a prática das encruzilhadas, “não mira a mera troca de posições, mas sim a transgressão. Assim, responde eticamente a todos os envolvidos nessa trama, os

²³⁶ Diabo. A Bíblia católica retrata a figura de um anjo querubim de alta hierarquia e portador de grande beleza, perfeição, sabedoria e luz que se rebelou contra Deus. No Brasil há diversos apelidos como: Maligno, Coisa Ruim, Sete Peles, Satanás, Tinhoso, Capeta, Capiroto, Satã, Peralta, Belial, Malfazejo Belzebu, entre outros. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Diabo> (Acesso em: 15 de janeiro de 2023).

[...] emacumba (encanta), os cruza e os lança a outros caminhos enquanto possibilidades para o tratamento da tragédia chamada colonialismo” (Id., p.75).

Exu é conhecimento, é sabedoria, “seja através da palavra ou do não dito. Neste sentido, o seu carácter de mensageiro é permeado de tensões, polifonias e ambivalências. Exu é a resposta enquanto dúvida, questionamento e reflexão” (Id., p.80).

Tendo sobrevivido ao tráfico negreiro, no Novo Mundo, é “o princípio operante para a prática da cultura decolonial. Praticar Exu por meio de suas encruzilhadas [...] nos lança nas zonas de fronteira.” (Id., p.42).

Assim descreve Rufino sobre o denominado Povo de Rua: “não humanos”, “subtraídos da história” oficial (Id., p.107). Eis a definição de Povo de Rua:

Cunhada e circulada nas macumbas²³⁷ brasileiras para se referir às manifestações que exaltam traços identitários das populações produzidas como marginais [...]. Emerge como conceito para se referir a uma série de práticas que desferem golpes operados a partir de um modo de racionalidade diferente daquela do Ocidente, estruturante de um complexo de saberes, práticas de espaço e sapiências corporais (Id., p.109-110).

5.7 Rocinha: Cultura Política E A “Oposição Histórica”



Figura 66: Favela da Rocinha, 1958. (Costa, 2019, p.207).

²³⁷ Macumba (do quimbundo: ma'kôba) é um instrumento de percussão de origem africana, semelhante ao reco-reco. No Brasil, por meio de um processo de ampliação de sentido, o termo "macumba" (e o derivado "macumbeiro", original mente, o "tocador de macumba") passou a referir-se também, de forma pejorativa, às oferendas religiosas ligadas às religiões de matrizes africanas. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Macumba> (Acesso em 17 de janeiro de 2023).



Figura 67: Campo do Esperança, Favela da Rocinha, 1958. (Costa, 2019, p.224).

5.7.1 As Categorias de Autorreferência Para Além dos “Sujeitos-Forma”²³⁸

Lygia Segala retorna à favela da Rocinha após quatro anos afastada de suas atividades como Agente Externa, junto a uma das escolas comunitárias da Ação Social Padre Anchieta (ASPA), para desenvolver a sua dissertação. Entre voluntários e moradores no convívio do trabalho comunitário, a pesquisadora identifica categorias sociais antagônicas que guardam como parâmetros a legitimidade do pertencimento à favela e, em contrapartida, o *índice de colonialidade* aplicado ao estigma “favelado”.

O sistema de valorações fixado pelo processo identitário local filtra uma maior ou menor aproximação dos sujeitos políticos de fora, não moradores, subordinando-os a “redes de lealdade internas”. Em relação às “Pessoas de Fora”, assim designados, pelos residentes, os não habitantes que se voluntariam em organizações comunitárias, os moradores as qualificavam entre Agentes Externos e Pesquisadores, subcategorias que habilitaria Lygia Segala.

O trabalho voluntário possibilitou a ampliação de sua área de circulação tanto quanto agente externa como pesquisadora, pois que a sua primeira incursão na comuni

²³⁸ Foucault apud Carneiro, 2019, p. 38-46.

dade, por ter lecionado junto a ASPA como responsável pelo ensino de Estudos Sociais na escola infantil, foi pautada na perspectiva de mudança social. Frequentando cotidianamente a Rocinha junto à uma entidade local de grande prestígio político, envolveu-se na disputa entre grupos políticos pelo poder local (o que diferia da ação de um pesquisador, cuja parcialidade era objeto de desconfiança). Adquirida a credibilidade dos interlocutores a serem entrevistados, suspeições como o retorno da pesquisa à comunidade e o controle da informação prestada foram amenizadas. Foi necessário, para o êxito do seu trabalho de conclusão de curso, relata a então mestrande, esclarecer aos moradores que a pesquisa objetivava a conclusão de sua formação tão somente, sem repercussão política imediata, e que manteria sob sigilo dados assuntos que diziam respeito à dinâmica de convivência do contexto social analisado — as “leis da favela”. Se comprometeu que incluiria, na dissertação, a percepção do morador em relação à atribuição do pesquisador e da pesquisa e, finalmente, que garantiria o retorno à comunidade dos resultados obtidos pela investigação. “Entre as lideranças internas fazia bastante sentido a ideia de que [...] o papel do cientista, nessas circunstâncias, devia se limitar a seu registro e publicação.”²³⁹

Sobre as “leis do morro”, se relacionam com os “sistemas de lealdade” inerentes àquele convívio, a serem preservadas das “leis do asfalto”, mas ainda assim, se tratava de um artifício, por parte dos agentes e moradores, para transmitir uma imagem pública favorável para além da estigmatização atinente às favelas. Neste sentido paira, tanto sobre o agente externo quanto o pesquisador, a expectativa de tornar-se um mediador junto a “quem tem mando” (governantes), gerando a propensão de devolução, da sua pesquisa, às iniciativas da comunidade.²⁴⁰

A pesquisadora, tendo compartilhado do cotidiano da favela anteriormente, adquirira a confiança dos sujeitos em pesquisa. Entretanto, era unânime a imagem negativa sobre o pesquisador. Pesquisas realizadas por instituições de assistência subsidiaram a intervenção do Estado, ou por meio de remoções (censos, por exemplo) ou ações policiais. As entrevistas seguintes, que integram o livro “Varal de Lembranças: Histórias e

²³⁹ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

²⁴⁰ Id.

Causos da Rocinha” transmitem a apreensão nestas ocasiões, em que os mesmos se transmutam em dados censitários ou “objetos” de estudo:

“Pesquisador chega aqui com aquela cara de xeretar tudo. Mas que fica assim: qué, qué, qué, qué, qué ... passando a mão na cabeça das crianças. Que lindas! (sorrisos). Querida!!! Pesquisador vem igual a político em época de eleição. Ao mesmo tempo o pesquisador vem com um medo incrível do que possa acontecer. Está sempre dando umas olhadas em volta para ver se vai acontecer alguma coisa” (Lena).²⁴¹

“Pra onde é que vão levar as coisa que perguntam aqui pra todo mundo? O que eu sei é que devem ganhar alguma coisa com isso” (Carminha). Me explica direito esse negócio de Universidade. Você disse que escreve a tese feito um livro. Mas não é um livro [...] E depois? P: Depois a tese é julgada por alguns professores. E aí, se eles gostarem? Faz o quê? O que quero entender é pra que serve essa pesquisa. Vai pro Governo? Vai pro presidente? Vai pro partido de oposição? Me diz, quem é que vai ler isso?” (Maria Silva).²⁴²

Em relação ao trabalho comunitário, há de diferenciar o agente comunitário do agente externo. O primeiro se distingue do segundo, pois trata-se de morador que foi contratado para o exercício do trabalho comunitário enquanto que o agente externo é um profissional liberal não residente na comunidade. Desta interação, surgem atritos. O profissional, não morador, investido de um conhecimento técnico específico, representante do “asfalto”, reveste-se de um poder simbólico, do domínio dos embates entre as “classes sociais”. Sobre o agente comunitário morador, em contraposição, torna-se um intermediário entre aqueles e a comunidade. Considerados vizinhos, arbitram em momentos de conflito e a qualidade do serviço prestado é avaliada pelos usuários:

Como profissional não residente, a relação costuma ser mais distante e permeada de conflitos nem sempre explícitos [...]. Tal profissional [...] detém um conhecimento técnico específico, geralmente fora do alcance do morador. Desta forma restam poucas alternativas para questionar o funcionamento, a qualidade e a gestão dos serviços, ainda que tenham sido implantados a partir da luta e do trabalho de todos. Esta avaliação é especialmente significativa no que se refere a serviços de saúde. [...] (Oliveira, 1993, p.92-93).

Estratégias seletivas de pertencimento, sob a antítese morro/asfalto, não são di

²⁴¹ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

²⁴² Id.

rimidas pelo esforço da ASPA ao abranger a comunidade política para além da cristã. Em relação aos grupos comunitários, tendo como referência a autoridade do Padre que simbolizava o “asfalto”, são estabelecidos graus de legitimidade e antagonismo. O grupo das senhoras ou beatas *versus* o grupo dos jovens exemplifica esta divergência em uma coletividade marcadamente matriarcal.

O grupo reunia as ações ligadas à Capela, à escolinha pra crianças e para adultos e o núcleo do ambulatório, já existentes. Nestas duas últimas iniciativas, era preponderante o papel das pessoas de fora. Na escola noturna (adultos) os professores eram exclusivamente agentes externos e no ambulatório atuava uma equipe mista onde um número reduzido de moradores ocupava lugares secundários, como atendentes. A escola para crianças, como assinalou Manelinha (professora e moradora), não era vista como relevante para o novo projeto O grupo de jovens tinha atuação mais restrita.²⁴³

Embora a lógica do trabalho comunitário fosse pautado na participação igualitária, confrontos eram deflagrados naturalmente, apesar da empatia preservada pela rede de solidariedade e cooperação mútua, natural do âmbito das relações de vizinhança.

Até então, as bases externas de apoio e reconhecimento às condições de vida no morro passavam fundamentalmente pela troca de favores, [...] pela cumplicidade dos moradores na manipulação da lei do asfalto. No contexto da ação reivindicatória [...] não se trata mais de uma categoria exclusivamente ligada ao respeito [...]. A ênfase [...], agora, remete à cidadania plena reafirmada pela solidariedade comunitária. Sustenta-se principalmente a universalidade da lei do asfalto em detrimento [...] do jeito do morro. Apesar dessa ênfase, a circularidade entre estas ordens não se desfaz.²⁴⁴

A revitalização institucional da ASPA, a partir de 1976, cujo marco foi a aquisição da sede própria — o ASPÃO ou Casarão, resulta em conflitos internos. A proposta de ampliação da comunidade política, dos cristãos para os moradores da Rocinha, iria suprimir o prestígio adquirido pelo morador, uma vez que pertencia ao círculo do padre. O engajamento no trabalho comunitário e a participação nas atividades da Ação conferia-lhes prestígio, os distinguindo, em certa medida, dos elementos discriminatórios incutidos na expressão “favelado”. Uma declarada estratégia de aproximação com o “asfalto”, no enfrentamento da discriminação revestida de homogeneização. Tentativa de

²⁴³ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

²⁴⁴ Id.

desterritorialização com o intuito de conferir-se (o morador em favela) uma identidade social “positiva”, contrapondo-se à negativa, historicamente construída. A imagem de “bandido”, “vadio”, “sujo”, “promíscuo”, desqualificado, “curral eleitoral” (a favela), era amplamente publicizada pelos meios de comunicação, criminalizando o morador em favela, qualificado como uma anomia social (e prossegue sendo).²⁴⁵

No bojo desta expectativa integrativa está a necessidade de um reconhecimento pela cidade, de modo a definir uma identidade positiva (GOFFMAN, E., 1975), que dilua para fora as marcas de território, acione novos sinais no plano de comportamento e sistemas de atitudes e garanta uma participação no conjunto de serviços urbanos existentes.²⁴⁶

A favela como uma base política adquiriu uma maior notoriedade quando do processo reivindicatório pela passarela para pedestres, sobre a autoestrada Lagoa-Barra, vindo a ser um marco no trabalho comunitário da Rocinha, assim como as operações em mutirão (iniciativas reiteradamente citadas ao longo deste trabalho). As idas ao Palácio Guanabara, sede do governo estadual, e as mobilizações no entorno da favela da Rocinha, passam a ser de domínio público, conferindo uma nova dinâmica ao trabalho comunitário: a favela se transporta para o asfalto em prol de suas reivindicações. Ressalta-se o simbólico das operações de limpeza e remoções de rejeitos depositados em valões, no que diz respeito à categorização estigmatizante.²⁴⁷

A participação no trabalho comunitário é uma característica distintiva que remete à honra, dignidade, talento, coragem e valentia. Dentre os testemunhos coletados por Lygia Segala para a sua dissertação, houve moradores que se apresentaram como “líderes benfeitores da comunidade”, “com as mãos limpas”, “a vida sem mancha”, “tudo ali no certo”. A valentia, a defesa da família e a capacidade de realizar obras, contribuindo para a urbanização da comunidade, qualificaria o sujeito como um “homem de bem”, “pessoa de bem”, “pessoa de respeito”, em oposição a “vagabundo”. Provas documentais da moralidade consistiam em portar dados “papéis” que remetem à legalidade do asfalto, conferindo cidadania a quem os porta. A depender de cada circunstância, ates

²⁴⁵ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

²⁴⁶ Id.

²⁴⁷ Vide figuras 6, 17 e 18.

ta-se a filiação com agremiações recreativas ou entidades de representação política, por meio de documentos de identificação, comprovante de residência ou objeto que associe o morador à sua atividade laboral, como a carteira de identidade ou a ferramenta, ou mesmo as mãos calejadas, em “contexto de confrontos com a ordem do asfalto”, como por exemplo, em incursões da polícia e “apanhanças”.²⁴⁸

Há distinção entre os que moram em prédios e casas de alvenaria próximos à “rua” (a exemplo do bairro Barcelos), em relação aos da “favela”:

Internamente é estabelecida uma distinção entre os que moram em prédios e casas de alvenaria próximos à “rua”, e os “da favela” [aspas nossa]. Os primeiros habitam no condomínio, ou perto da estrada da Gávea ou da pista, [...], onde existem vias de acesso, calçadas, algumas com iluminação pública, uma certa regularidade no traçado, acessibilidade aos serviços urbanos (transporte, água, coleta de lixo) e um grande percentual de construções em alvenaria com mais de dois andares. Já os que moram ‘dentro’, nas áreas [...] de difícil acesso, [...] são [os] da “favela”. Nessas áreas de densa ocupação e precaríssimo saneamento básico há ainda muitos “barracos” de madeira e palafitas.²⁴⁹

Dentre os “nascidos no morro” e os que “vieram pro morro”, o pertencimento ao local onde moram é mais nítido entre os primeiros. Os segundos foram os “vizinhos colocados”, os que chegaram durante o processo de intensificação demográfica, momento em que a Rocinha tomou a configuração de “dominó”, em que as casas se sobrepõem umas às outras sem um espaço entre elas ou ordenamento.²⁵⁰ Estes tiveram a sua sociabilidade mais restrita, quando não, foram hostilizados, uma vez que ocuparam um espaço que antes era um quintal ou um roçado, vindo a “desorganizar” um ambiente, de certa forma, bucólico. Se contrapunham aos pioneiros, entre os que ocuparam ou compraram os seus terrenos durante os anos 1930 e 1940.²⁵¹

Prosseguindo com as categorias de autorreferência, as “beatas” *versus* o “grupo jovem”, ou a “coroadá”, em oposição à “moçada,”²⁵² no contexto do trabalho comunitário, assim como a categoria anteriormente citada, remetem à segregação interna.

A categoria mais recorrente entre os residentes da Rocinha é a de “morador”

²⁴⁸ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

²⁴⁹ Id.

²⁵⁰ Id.

²⁵¹ Id.

²⁵² Id.

versus “favelado”, a se oporem à categoria “pessoal do asfalto” (os “de fora” ou “de baixo”). Esta classificação, por território, é flexível. Observou Segala que varia conforme a inclusão ou exclusão que lhe é associada, por exemplo, a qualificação como morador se sobrepõe ao se integrar ao trabalho comunitário. Em contrapartida, adota-se o “favelado”, enquanto sinônimo de “povo” da Rocinha, como estratégia de manipulação, quando necessário, contra os “home”, categoria representada pelo Estado e pelos agentes externos. Desta forma, a classificação territorial toma outra abrangência:

Neste novo contexto, a categoria adquire conotação positiva, expressando uma base política, um tipo de clientela eleitoral bastante valorizada na cidade ou uma qualidade especial de representação e mediação política, com um pertencimento mais genuíno, “autêntico” à favela. [...] A Associação dos Moradores deve [...] interceder junto às autoridades [...]. Dificilmente se vê no corpo das casas legislativas executivas, sei lá, favelados lá dentro. São sempre pessoas, vamos dizer, do asfalto, interpretando o espírito do favelado, sem ter autenticidade.²⁵³

Quanto aos “home”, o foco principal da Ação era o de nivelar a hierarquia das atividades e melhor introjetar “o nós, sujeito coletivo do trabalho comunitário, em oposição aos poderosos (os “home”): os políticos, as autoridades e os ricos.”²⁵⁴

Em suma, por meio da urbanização e da visibilidade do trabalho comunitário, publicizados pelos meios de comunicação, atributos pessoais como valentia, “sujeito trabalhador” e “de família” tornam-se subterfúgios para valorizar o “morador” se comparado ao “bacana” (“de fora”) e “criar uma simetria na relação morro – asfalto”. Nota-se uma manipulação da identidade social para fins políticos. A categoria “favelado” torna-se representativa ao deslocar-se de uma conotação estigmatizante. A identidade é assim assumida para distinguir os moradores da Rocinha enquanto coletividade, frente ao Estado, aos organismos pastorais e políticos da Igreja, às organizações representativas, como as associações comunitárias, frente à própria Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ) e, enfim, para o enfrentamento do clientelismo político-eleitoral.²⁵⁵

²⁵³ Programa de Memória dos Movimentos Sociais. O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991, Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

²⁵⁴ Id.

²⁵⁵ Vide tópico 1.4, “Seções Documentais: Atores Políticos Antagônicos E A Negociação de Sentidos”.

Como anteriormente visto, a sociabilidade dos sujeitos políticos, entre agentes externos, agentes comunitários e moradores, é afetada pela rede de vizinhança.

A identidade, que embasa a legitimidade do pertencimento do sujeito à favela, é filtrada por parâmetros influenciados pela oposição binária favela e asfalto, correspondente à favelização/precarização *versus* asfalto/urbanização, sob a equivalência imoralidade *versus* moralidade, flagrando um referencial positivo primordial, o “asfalto” e as suas macronarrativas. A saber, entre os nascidos e os moradores mais antigos, o pertencimento ao local onde moram é mais nítido entre os últimos. Os moradores mais antigos se remetem ao período em que a Rocinha era uma “roça”, antes do crescimento vertiginoso da população. Em decorrência, dá-se a mudança da paisagem, de uma reserva florestal para “barracos” sobrepostos que, associado à miserabilidade e às condições sanitárias precárias, passou a caracterizar a “favela” e o “favelado” em toda a depreciação correspondente a estes termos (estigmatização legitimada pelo viralatismo). Assim como a valoração referente ao tempo de moradia, em verdade, relativo a um teor desmoralizante, “classe” distingue os que moram em prédios e casas de alvenaria, próximos ao “asfalto”, em relação aos da “favela”. Os primeiros já não se identificam com os segundos, a considerarem que moram em um bairro ou condomínio, mediante os melhoramentos urbanos que os aproximam da infraestrutura da cidade.

Para além dos tensionamentos de vizinhança, a identidade “favelada” é manipulada, positivando-se mediante circunstâncias de conflito, unindo moradores antigos e os “colocados”, moradores da parte alta e da parte baixa, todos em embate com os “home”, cujas intervenções na favela poderiam vir a ameaçar as “leis do morro”.

Esta flexibilização da identidade é o que consiste na etnicidade. Neste contexto,

A etnicidade é vista como um elemento de definição de situação [...]. A etnicidade surge-lhes como meio de construção [...], de modificação da realidade social. É um elemento das negociações explícitas ou implícitas da identidade, sempre implicadas nas relações sociais. A hipótese é que, durante essas negociações, os atores procuram impor uma definição da situação que lhes permita assumir a identidade mais vantajosa (Rodrigues, 2017, p.349).

A fronteira, a limitar a ação dos não moradores, vinculados ou não às obras sociais da Igreja Católica, não poupou os próprios agentes externos (aqui englobando o voluntariado composto por não residentes, para além da ASPA) que, identificados como

“pessoas de fora” teriam que adquirir a confiança dos sujeitos políticos locais, por meio da mediação — as incursões de não moradores deveriam resultar em uma contrapartida positiva para a favela e, além disso, não consorciada com medidas de repressão impostas pelas “leis do asfalto” — julgamento ao qual a própria mestrandia Lygia Segala foi submetida durante o processo de pesquisa para a elaboração de seu trabalho de conclusão de curso. Ademais, a suspeição se justifica pelo fato deste trânsito, entre “classes sociais”, dá-se, frequentemente, de modo subalternizado e estigmatizado, haja visto a atuação da ASPA na Rocinha. Neste sentido, o tensionamento das identidades é, em proporção, o das culturas — a hegemônica/asfalto *versus* perifêrizada/favela.

Portanto, a identidade étnica é marcada por circunstâncias sociais constituídas de relações de poder. A sua sobrevivência depende mais da “oposição” e menos das “relações de poder” ou subalternização imposta. Ou seja, em embate ao dispositivo do saber-poder (que se renova continuamente), a etnicidade reestrutura a identidade étnica, tornando-se elementar neste campo de disputa. Em apreciação ao argumento de Ailton Krenak, o dinamismo dos “campos da criação e da produção cultural”, enquanto “complexo material” que remetem a lugares de origem, é uma estratégia para tanto (Campos; Krenak, 2012).

5.7.2 Memória, Cultura Étnica E Consciência Política



Fig. 68: Fundação Biblioteca Nacional. Coleção D. Thereza Christina Maria. Congada, 1860.
Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1464045/icon1464045.jpg

A interpretação do passado e do presente, sob a perspectiva do tempo primeiro, a memória, é da instância das experiências sociais que resultam no sujeito político. A memória, assim como a cultura política, são representações coletivas construídas no mundo social. É predeterminada (a cultura política) mais por convergências e divergências internas de um grupo social do que pela realidade concreta atinente ao plano material. No que se refere à contribuição de Mattos (2014), no plano da história cultural, convive com a “consciência social” (Mattos, 2014, p.81-90) dos grupos subalternizados, a macrorealidade brasileira que, em nossa estratificação societária, corresponde ao “per-tencimento de classe” e à esfera pública burguesa conceituados por Souza (2017).²⁵¹

Mediante o abordado, pode se considerar que tanto a identidade étnica quanto a consciência social são predominantes em relação a cultura de absorção (a macrorealidade), formadas (aquelas) por “matrizes de práticas construtoras [...] do mundo social” (Mattos, 2014, p.72).

A experiência relatada por Lygia Segala²⁵⁶ é um exemplo de como a dimensão sociocultural precede e é mais determinante para a constituição da cultura política local do que a macrorealidade subalternizante correspondente ao viralatismo. A figura 68 refere-se ao festejo Congada, que mais que uma celebração, é uma expressão étnico-cultural a remeter aos quilombos, que chega ao nosso século por força da consciência social e da memória coletiva.

Cultura Étnica, Cultura Política E Processos Emancipatórios

Dito que a memória, assim como a cultura política, são representações coletivas construídas no mundo social, há de se considerar que este constructo se dá a tão longo prazo que se estende a tempos imemoriáveis, mas que, dito a grosso modo, são registros impregnados no corpo físico, “território existencial” (Nascimento, 2021, p.250-251).

O que recupera cisões tão profundas seria de domínio da cultura étnica?

O conceito de etnia, adotado por Rodrigues (2017), encontra aplicabilidade na Rocinha, no que diz respeito às características em comum quanto a língua, religião, lu

²⁵⁶ Vide o tópico 5.7.1, As Categoriais de Autorreferência dos “Sujeitos-Forma”.

gar de origem (significativa parcela, entre os mais velhos, havia migrado das regiões Norte e Nordeste do Brasil) e convívio em um mesmo território, ao partilhar-se um “tipo comum de organização do espaço” (Rodrigues, 2017, p.343) e a subsistência da consciência social.

Vimos que a militância político-cultural da favela da Rocinha remonta às primeiras décadas do século XX. Um bairro fabril, com características rurais, conglomerava trabalhadores rurais e operários da comunidade e redondezas, em espaços de convivência social de cunho recreativo, esportivo e político, em defesa da melhoria das condições de vida e acesso a serviços públicos. Desde essa época se mobilizaram em articulação com demais movimentos sociais e recorrendo à Imprensa para a divulgação de suas pautas políticas (o que décadas mais tarde foi melhor veiculado por meio dos próprios jornais comunitários, haja visto a estigmatização das favelas que veio a se concretizar). Com o avançar do século XX e a solidificação das associações comunitárias, a luta pela permanência da favela e pela urbanização, gerou mediações com organizações não-governamentais (ou organizações sociais), partidos políticos, entidades católicas de cunho social, profissionais liberais filiados a partidos de Esquerda (sob ilegalidade) e demais agentes políticos. Conquistas sociais foram alcançadas. Primordialmente, a Rocinha não foi removida e parcialmente é urbanizada. O movimento associativo sofreu mudanças significativas entre o período de transição da ditadura sessentista para a reabertura política, nos anos 1980, tornando-se secundário em termos de representatividade. A partir de então, surgem coletivos comunitários que derivaram da militância política das décadas de 1970 e 1980, conforme testemunha Fernando Ermiro²⁵⁷ e que seguem a sua militância nos dias de hoje. Presenciamos uma cultura de favela autônoma e protagonizadora, por meio de canais midiáticos virtuais e que se integra à cidade, apesar do “asfalto” não lhe recíproco, sobretudo através das expressões artísticas e do turismo.

Portanto, a cultura política se consolidou e é mobilizada, tanto pela memória secular que lega a trajetória política comunitária quanto pelo que ela aciona no presente.

As experiências sociais se introjetam na consciência social, de modo que as subjetividades se articulam por meio da etnicidade, a flexibilizar o que Segala sinteti

²⁵⁷ Vide o tópico 5.3, “Entrevista”

zou como categorias sociais. Além da negociação com a macrorealidade, que racializa (e subalterniza) os moradores em favela, a etnicidade proporciona a hibridização da cultura em lugar da amálgama, ou melhor, a identidade nacional (o que se propõe a ser) não anula nem subordina a diferença cultural. Como um elemento de definição:

A etnicidade surge [como um elemento] de modificação da realidade social [macrorealidade]. É um elemento das negociações explícitas ou implícitas da identidade, sempre implicadas nas relações sociais. A hipótese é que, durante essas negociações, os atores procuram impor uma definição da situação que lhes permita assumir a identidade mais vantajosa (Rodrigues, 2017, p.349).

Segundo Barth apud Rodrigues é precisamente na identificação de certas características culturais, como marca distintiva de um grupo, que reside o trabalho de manutenção das fronteiras sobre a qual assenta a organização social dos grupos étnicos” (2017, p.351).

Em suma, a etnicidade trata-se de um processo de autoafirmação tendo como autorreferência a identidade étnica que se sobressai à macrorealidade, de referências que lhes são próprias.

Hall (1992), aponta para as “identidades híbridas”. Todavia, faz-se necessário ponderar que a manipulação da “identidade desvantajosa” demonstra que a hibridização não reflete uma amálgama. Ao contrário, “a característica da etnicidade é a emergência de uma consciência de separação” (Hall, 1992, p.59). Haja visto que a etnicidade não é a simples expressão de uma cultura, implica em:

Um processo de seleção de características culturais que os atores se apropriam para os tornar critérios de identificação/associação a um grupo étnico [...]. Dotados de um valor emblemático, certas características culturais surgem como propriedade do grupo, no duplo sentido de atribuição e de posse, e funcionam como sinais, sobre os quais se edifica o contraste entre Nós e Eles (Id.).

Assim sendo, se a etnicidade resguarda as identidades étnicas da amálgama, para que a cultura não seja absorvida pela “sociedade de acolhimento” (Malaouf apud Rodrigues 2017, p.343), o que faz com que (a cultura) persista no tempo?

Prossegue ele:

A duração deste sistema só é possível através de valores e normas comuns e/ou organização política, de forma a atingir os objetivos do grupo. A oposição proporciona a distinção dos símbolos, da história comum e dos sentimen-

tos entre os membros. O que torna uma cultura étnica significativa não é o seu lugar no sistema, nem a sua singularidade, mas a sua capacidade de resistir, de marcar uma oposição histórica (Id.).

Se a identidade étnica é resguardada na proporção da oposição histórica em relação à cultura de absorção, ou à macrorealidade, e quando a “oposição histórica” é fragmentária?

5.7.2-A Quilombos E Favelas: Fronteiras Étnico-Demográficas No Decurso do Tempo

Modernizar o passado	ladeira, córrego, beco, favela
É uma evolução musical	A polícia atrás deles e eles no rabo dela
Cadê as notas que estavam aqui?	Acontece hoje e acontecia no sertão
Não preciso delas!	Quando um bando de macaco perseguia Lampião [...]
Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos [...]	
[...] Oi, sobe morro	Chico Science

“Monólogo Ao Pé do Ouvido” fala sobre continuidade, a “ladeira” que pode ser a da favela ou a do sertão, e a ressonância do passado no presente, pois “basta deixar soando aos ouvidos.”²⁵⁸

A etnicidade ressoaria a identidade étnica ao presente em se tratando da cultura diaspórica? Maria Beatriz Nascimento, em “Uma História Feita Por Mãos Negras” nos norteia para este campo de investigação.

Um breve parêntese: em conversa com Fernando Ermiro, um dos fundadores do Museu Sankofa Memória E História da Rocinha, ele me esclareceu que durante o processo de constituição do acervo museológico seria necessário pesquisar, entre demais entidades de custódia, arquivos de instituições normatizadoras-reguladoras do Estado, como corporações policiais. Nascimento (2021), em sua pesquisa, se reportou a conjuntos documentais referentes a entidades tais como o Conselho Ultramarino²⁵⁹ português, correspondências de repartições ju

²⁵⁸ SCIENSE, Chico. Monólogo Ao Pé do Ouvido. [1994]. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/nacao-zumbi/77649/> (Acesso em: 2 de abril de 2023).

²⁵⁹ A administração portuguesa para as colônias e conquistas iniciou-se com a Mesa de Fazenda, onde se reuniam os vedores, existindo para a área ultramarina o vedor da Índia, Brasil e Guiné. Este órgão foi posteriormente chamado de Conselho da Fazenda, extinto em 1604. Foi criado o Conselho da Índia nesse ano e extinto em 1614. O Conselho Ultramarino foi organizado em 1642, quando recebeu seu Regimento. Disponível em:

Rídicas, como o Ministério da Justiça E Negócios Interiores brasileiro, correspondências entre chefes de polícia, relatórios de expedições de combate, de presidentes de províncias (estados) e de autoridades religiosas, correspondências de civis pertencentes à classe dominante e jornais da grande Imprensa.

Portanto, as narrativas históricas sobre nós, negras e negros, foram comumente impostas pelo colonizador/opressor ou por mãos brancas, cientistas que não experienciaram o que relatam, nem ao menos subjetivamente, pelos meandros da memória ancestral, a saber:

Como viver a história do homem preterida em favor do cientificismo, [...] como fazer, como escrever a história sem se deixar escravizar pela sua abordagem [...]? A ciência atualmente é considerada a Mater Mundi. Não podemos ir de encontro aos seus dogmas. Entretanto, a história nasceu com o homem, a ciência só foi possível graças à história do homem (Nascimento, 2021, p.37-39).

Está dada a história negra brasileira diaspórica: trajetórias fragmentadas per si, narradas pelas versões oficiais brancas, por meio das quais pretendem firmar um sequestro ontológico substanciado pelo mito da democracia racial.²⁶⁰

Nascimento obtempera:

Devemos fazer a nossa história, buscando, nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os negando [...]. Quanto à nossa consciência de nós, ela só pode sair de nós mesmos, e a partir de uma consciência do dominador (Id., p.45-50).

A historicidade do negro, por mãos negras, a bem dizer, deve primar pelo traço generalista, ou melhor, culturalista, a filtrar a ideologia do racismo que é estrutural e estruturante, perpassando o nível cultural/linguagem, econômico/classe e o jurídico-político (Id., p.53).

Durante os três séculos em que perdurou o sistema escravista, os movimentos de resistência foram múltiplos e diversos, entre os quais, de carácter linguístico, religioso, artístico, social, político, costumeiro, cita Nascimento. É o que testemunham documentos oficiais, as posturas reais e imperiais, em relação tanto a capital quanto ao restante da província, pelo menos desde a chegada da corte real portuguesa, ao Rio de Janeiro, em 1808 (Id., p.153, 253).

²⁶⁰ Vide o tópico 5.7.2-A, “Quilombos E Favelas: Fronteiras Étnico-Demográficas No Decurso do Tempo.”

A organização social que nos legou a experiência quilombola no Brasil, principalmente às vésperas da abolição institucional da escravatura, guarda padrões comunitários semelhantes às interrelações dos moradores da Rocinha em pleno trabalho político-comunitário. É o que aponta a pesquisa de Nascimento (2021), junto a arquivos públicos e por meio de pesquisa em campo, sobre a integração do negro na sociedade de classes.

Ressalto ser o legado negro, um elemento fundador, fundamental na produção cultural e socioeconômica em todas as matrizes brasileiras, além da transmissão de tecnologia e saberes milenares adotados no campo do trabalho, como mão de obra escravizada. O Museu Afro Brasil Emanuel Araújo, em São Paulo, destaca essa herança plural, contrapondo-se ao senso comum de que a cultura afro-brasileira nos legou tão somente as expressões artísticas e as religiões de matriz africana.

O sistema de organização autônomo, de resistência política e autodefesa, que chegou aos nossos dias como quilombo, foi uma alternativa emancipatória por meio do agrupamento de negros escravizados e alforriados, entre africanos e crioulos (brasileiros), disseminado em várias regiões brasileiras, que ameaçou a ordem escravista vigente.

Além do êxodo da mão de obra, os territórios quilombolas instabilizavam os preços de mercadorias nas metrópoles europeias. Ao poder colonial e metropolitano era compulsório vigiar as áreas de produção de matérias-primas para a exportação contra os saques, estratégia para minar a produtividade. Sobretudo, o movimento quilombola incutiu o ideário de insurgência no contexto da escravatura.

De origem afro-americana, pois estabelecidos, a partir do século XVI, tanto no Brasil quanto no Cone Sul²⁶¹ e Caribe, eram conhecidos como cimarrón (norte da América do Sul), apalancado (Cuba e Haiti) e maroon (nas demais ilhas do Caribe). Ou seja, funda-se uma civilização afro-americana (p.249-250).

Permaneceram desde o período colonial (o primeiro registro encontrado pela pesquisadora remonta ao ano de 1559, ou seja, desde os primeiros cinquenta anos da invasão/descobrimto do Brasil pelos portugueses) até às vésperas da “abolição” da escravatura,

²⁶¹ O Cone Sul, geopoliticamente, é composto, além do Brasil, por Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Peru.

em 1888, segundo os registros, pois que houve uma continuidade, assunto a ser abordado mais adiante. Além do agrupamento social, que atingiu em torno de 20 mil habitantes, amparado por laços identitários, foi um “impulsionador ideológico na tentativa de afirmação social e cultural do grupo” (Id., p. 109-117).

Entre aqueles assentamentos sociais, os quilombos e os contemporâneos sob o nosso enfoque, as favelas, os primeiros mantinham-se isolados do sistema colonial vigente e, estes últimos, no âmbito da colonialidade, preservam as suas autorreferências em relação à cultura de dominação, o “asfalto” (conforme anteriormente referido).

O maior quilombo de que se tem notícia, o de Palmares, tendo resistido por cem anos, teve como modelo de organização e administração o *kilombo* de Angola. De origem linguística banto, o termo significa acampamento guerreiro na floresta administrado por chefes rituais de guerra (Id., p. 236). Segundo fontes primárias e bibliográficas, eram nômades, pastores, caçadores e guerreiros livres, da costa ocidental africana (Id., p.87-88).

O quilombo é também definido como uma “reação ideológica, social e político-militar” (Id., p.130), uma das formas de resistência organizada durante a ditadura escravista, que perdurou, enquanto sistema oficial, entre os séculos XVI ao XIX:

No período colonial, o quilombo se caracterizou pela formação de grandes Estados, como o de Palmares, que atuava de acordo com as condições estruturais, inclusive econômicas, no contexto dos “ciclos” (econômicos) no Brasil: antes o açúcar de Pernambuco, [em seguida] o ouro em Minas Gerais (p.160).

O quilombo palmarino, um dos maiores já existentes, abrangeu regiões que hoje equivalem aos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, migrando tanto para o norte quanto para o sul. Mantinha articulações e relações comerciais com a circunvizinhança, incluindo aldeias indígenas, demais quilombos e fazendeiros, enquanto agricultores, pedreiros, ferreiros e caçadores. Fabricavam objetos de uso, como latoeiros, funileiros, tecelões, alfaiates e artesãos que eram. Praticavam lavoura de subsistência e escambo (p.238-240).

A administração era presidida por um homem de qualidades excepcionais, como que um representante divino. Estavam sob a sua liderança jovens de etnia e linhagem diversificada, que se incorporavam às hostes por meio de ritos iniciáticos. O poder não era centralizado. Zumbi de Angola Janga governava com comandantes que também eram chefes de guerra,

além de um conselho de aconselhamento, formado por anciãos e sacerdotes, além de mulheres. Toma-se como referência o quilombo palmarino, pois foi um padrão observado, embora não homogêneo, em relação ao território nacional (Id., p.237-239).

5.7.2-B **O Kilombo²⁶² da Gávea, A Favela Ancestral: “Força de Sigularização”²⁶³**

O quilombo perdurou por três séculos, como território livre paralelo ao sistema escravista dominante, o que denota coesão social e espírito associativo. Contradizendo a sua definição, eram áreas que equivaliam a estados para os padrões de hoje e poderiam reunir até vinte mil moradores. Neste território social, a liberdade era praticada e os laços étnicos revigorados (Nascimento, 2021, p. 105-106).

Nascimento aponta para traços de uma cultura étnica quilombola que poderia ser identificada na cultura negra brasileira, incluindo as favelas e regiões periféricas, a demarcar uma continuidade histórica e geográfica (Id., p. 163). Durante a passagem do trabalho servil para o trabalho livre, conforme se escasseiam os registros históricos sobre os quilombos, a sua herança é fortalecida ao se tornar um ideário de liberdade, juntamente com o movimento abolicionista (Id.). É deste período o movimento conselheirista, ocorrido no arraial de Canudos, e o envolvimento das massas populares pela promulgação da República brasileira.

Do território social, herdamos, inscritos no “território existencial” (Nascimento, 2021, p.250-251), o corpo físico, a cultura banto-nagô dentre demais cosmogonias africanas sincretizadas e enraizadas. Nos legaram a língua e o dinamismo das relações sociais e um universo imensurável transmitido por povos em diáspora, de tal modo a podermos vocalizar como cultura afro-brasileira e cultura afroamericana, dado a sua profunda pluralidade.

Para os quilombolas, revela Nascimento (2021),

O sistema religioso funcionava como um anteparo existencial, lúdico e de aglutinação. Nesse contexto, a quimbanda, a macumba, o candomblé e as festas eram cele

²⁶² Nascimento, 2021, p. p.236, 248.

²⁶³ Id., p. 250

brações religiosas, mas igualmente estratégias para se reunirem e estabelecerem formas de enfrentamento à ordem escravocrata, enquanto sociedades secretas (Nascimento, 2021, p.245-246).

Que desempenhe a vida. O corpo físico e mental é um instrumento de luta, princípio da filosofia banto a espargir por intermédio das religiões de origem banto e nagô que ao sintetizarem-se tornaram-se em as religiões afro-brasileiras. Umbanda e Candomblé fornecem aos seus adeptos “o princípio dessa força que funciona como máquina de guerra existencial e física” (Id.). Durante o período que se iniciou no século XVI e se estendeu até o XIX, entre quatro a cinco milhões de pessoas foram sequestradas de nações da África Subsariana para o Brasil, mais propriamente, das regiões banto e sudanesa, territórios desde o Senegal à Nigéria. Destes portos desembarcaram Ewe-fons ou Minas-Jejes (Gana, Togo e Benim), Nagôs-Iorubás (Benim e Nigéria) e Bantos (Gabão, Congo, Congo-Kinshasa, Angola e Moçambique). (Castro, 2007).

Houve o aparente desaparecimento dos quilombos, no século XIX. Todavia busca-se o entendimento de suas influências e sobrevivências projetadas na história do negro no século XX. A localização física sugere uma continuidade territorial. Por meio de correspondências oficiais entre o chefe de polícia do Rio de Janeiro e o ministro da justiça e negócios interiores, pode-se mapear as regiões onde alguns quilombos se localizavam. Atualmente esses territórios são favelas ou ex-favelas, onde se concentra uma população de maioria negra que convive com demais contingentes empobrecidos. Das áreas identificadas, parte é considerada “nobre”, ou seja, de alto valor de mercado. Dentre os bairros estão: Catumbi, Gamboa e Santa Tereza (Centro da cidade), Leblon e Corcovado (Zona Sul), serras da Tijuca (Zona Norte), as favelas de Mangueira, Salgueiro, Dona Marta, Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, Macacos e Catacumba (essa última, removida em 1967), além dos quilombos localizados no estado do Rio de Janeiro, aqui não mencionados. (Id., p. 244-245).

Após o fim do sistema escravista, essas mesmas regiões, que projetamos terem sido roçados, tomando como exemplo a própria Rocinha que tinha a feição de uma chácara, passam a se articular com a sociedade global. Por meio da prática comercial, segundo Nascimento (2021), assim como os quilombolas, que comercializavam com a circunvizinhança o que produziam e, inclusive, com grandes latifundiários brancos, os remanescentes do quilombo da Gávea deveriam vender o que colhiam. (Id., p. 116-17). Com a expansão das cidades, estes

territórios, geralmente localizados em planaltos, progressivamente não mais eram recantos ermos ou arrabaldes, tornando-se, os seus moradores, mão de obra barata (entre empregadas domésticas, operários, biscateiros etc) para os descendentes do senhorio escravista que se constituiriam na classe média branca da República.

Diante da valorização desses terrenos pelo turismo e pelo mercado imobiliário no Rio de Janeiro, essas populações serão expulsas durante a Era das Remoções (cujo período mais intensivo foi entre as décadas de 1960 a 1970) e um novo processo de segregação social se inicia, conforme amplamente abordado nesta exposição escrita.

Assim como outrora, dá-se o isolamento territorial hodierno desses remanescentes de quilombolas, determinando um padrão comunitário. A “subversidade”, efeito de sua condição de escravo fugido (na ótica de seus ex-proprietários) e a marginalização social que se segue, contra as favelas urbanas, está calcada na condição econômica, mas sobretudo no racismo.

No esforço de uma avaliação comparativa, evitando-se o subterfúgio do anacronismo, nos territórios favelizados revigoram “as práticas lúdicas, [...] festas, batuques etc, religiosas e filosóficas” (Nascimento, 2021, p.127), a preservar a identidade étnica e social dos antigos assentamentos quilombolas. Tanto o quilombo quanto a favela se apresentam como “um modo específico [de se organizar] que não aquele arbitrariamente estabelecido pelo colonizador” (Id., p.125).

Em suma, “a continuidade seria a vida do homem [...] embora massacrada pelos vários processos e formas de dominação [...]” (Id., p.139). O “território existencial”, o corpo físico, torna o território social descontínuo no tempo, “em que as ‘frinchas’ provocam linhas de fuga e são elementos de dinamização que geram um meio social específico”, apoderando-se em meio a sociedade. Como um paradigma vivo e atuante, a cultura quilombola descola-se no espaço geográfico, “incorporando [os afro-brasileiros e afro-americanos] um paradigma vivo e atuante no território americano fundado pelos seus antepassados escravizados e quilombolas” (Id., p.250-251).

O ideário quilombola e a sua inflexão na atualidade é compreendida como contínua, pelo seu universo simbólico, a acionar a pulsão libertária em processos de reafirmação racial e a singularidade de sua cultura civilizatória.

Durante o processo de ruptura de regimes autoritários, seja em revoltas regionais, seja em esforço “pela nacionalidade”, a negritude brasileira participou de modo ativo. Assim como no período de quimera pela redemocratização do país (em fins da década de 1970 e início dos anos 1980), engajaram-se pela conquista da República e pela abolição da escravatura, sem mencionar os esforços de guerra (regionais e fronteiro, a saber, a Guerra da Tríplice Aliança, oficialmente designada como Guerra do Paraguai) enquanto soldados de seus senhores proprietários. Invisibilizados pela história oficial, cuja participação geralmente é mediada por heróis brancos das classes hegemônicas em relação paternalista, essas narrativas se exigem de contextualizar os furores e ambições de cada época, as propagandas de guerra que se encarregam de alistar grandes massas e, sobretudo, as lutas emancipatórias de todas as épocas para além das opressões revividas por gerações a fio.

Um século antes de homens e mulheres negros unirem-se ao esforço pela redemocratização do país, o que resultou na Constituição Brasileira de 1888, durante os últimos anos de escravatura e do domínio português, a mobilização pela abolição da escravidão e pela proclamação da República foi intensificada. Essa história nos foi contada reiteradamente, ao longo de nossa formação escolar: o capitalismo internacional impôs o fim do trabalho servil a fim de liberar clientes para o mercado de consumo dos produtos europeus. Todavia, esses mesmos brasileiros participaram do processo de nacionalidade que repercutiu na abolição da escravatura, em 1888 e na proclamação da República, em 1889. A esta época, dos cinco milhões de habitantes brasileiros, 700 mil mantinham-se cativos, no oeste de São Paulo, adquirindo a sua liberdade por diversos meios (Id., p.242).

5.7.2-C “Valhacoutos de Bandidos”, “Negros Fujões” E “Favelados”: “A História Que A História Não Conta” das Mobilizações Políticas

Partamos do “avesso do mesmo lugar”: a invisibilidade da participação negra na história brasileira ou a criminalização, sobretudo, primando por narrativas fragmentárias, legadas pelos opressores ou por entidades normativas-regulamentadoras do Estado.

Desde os quilombos e assentamentos sociais similares, propagados como “guerra” (a exemplo do movimento conselheirista, mais conhecido como Guerra de Canudos) e os movimentos insurretos, perpassando por combates pela Independência (do Brasil de Portugal) e o esforço coletivo pela proclamação da República e a abolição da escravatura, até as mobiliza-

ções por meio de partidos, associações comunitárias e de classe, são os mesmos negros “fugitivos”, “favelados” e a “horda de desordeiros” em combate, expressões essas depreciativas, de uso recorrente em fontes primárias.

Quando massas empobrecidas ocupam territórios que com o passar dos anos passam a ser valorizados para dada atividade econômica, adquirem notoriedade e são propagadas pela imprensa como “inimigos do Estado” ou uma ameaça à estabilidade da sociedade civil, composta, esta, por uma mínima parcela dos grupos dominantes, o cume da escala piramidal social. Assim se procedeu em relação ao movimento sociopolítico quilombola e conselheirista, às mobilizações libertárias, entre as quais, o sindicalismo operário dos anos 1950 e 1960 e dos trabalhadores da estiva, nas primeiras décadas do século XX, além da invisibilidade do movimento de favelas durante a ditadura sessentista.

Além de ameaçar a ordem escravocrata e imperialista, ao longo do período colonial e imperial, parte dos quilombos se localizavam em terras valorizadas para a agricultura e mineração.

O quilombo ou mocambo, era definido, segundo documento de autoria do Conselho Ultramarino, como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Nascimento, 2021, p. 122). O Código de Processo Penal de 1835, o classifica como “valhacouto de bandidos” (Id., p. 163). A plataforma de pesquisa *google*, de uso massificado, adota a seguinte definição: “local escondido, geralmente no mato, onde se abrigavam escravos fugidos”. E “povoação fortificada de escravos negros fugidos da escravidão, dotada de divisões e organização interna, onde também se açoitavam indígenas e eventualmente brancos socialmente desprivilegiados”. Sendo assim, as plataformas eletrônicas, de uso corrente por estudantes do ensino médio e pesquisadores, perpetuam o obscurantismo literário e historiográfico desses agrupamentos alternativos à ordem vigente. Em contrapartida, ao iniciar o século XX, o que será retomado nos anos 1970, durante o período da ditadura civil-militar, o movimento quilombola será valorado como uma ação de resistência à escravidão e como um modelo civilizatório, “força de singularização” (Id., p. 250), a solidificar a identidade étnica (p. 163-165).

O Movimento Conselheirista



Fig. 69: Museu da República. Ruínas da Igreja de Canudos, Arraial de Canudos. Belo Monte, Bahia, 1897. Disponível em: <https://www.politize.com.br/guerra-de-canudos/>



Fig. 70: Instituto Moreira Salles. Coleção Gilberto Ferrez. Demolição do Morro do Castelo. Ruínas da igreja dos Jesuítas e do Observatório Astronômico. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1922. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/4669>

A história, comumente narrada pelos opressores e órgãos de repressão, nos relata os fatos a partir de sua ótica, a destacar os eventos de correção e extermínio. Assim se inseriu os acontecimentos ocorridos no Arraial de Canudos, silenciando-se o seu carácter enquanto movimento de resistência, “de alguma duração na dinâmica socioeconômica, política e ideológica do país naquele momento”. Predomina a leitura segundo a qual homens e mulheres foram apossados por uma “reação intempestiva de fanáticos e bandidos”. Desta forma, estrategicamente, desvincula-se o movimento de Conselheiro “à dinâmica temporal e às condições estruturais e conjunturais da região onde ele se deflagrou” (Nascimento, 2021, p.194).

Até o arrasamento do Arraial de Canudos (interior da Bahia) por tropas federais, em 1897, o contexto socioeconômico do interior do Nordeste brasileiro era especialmente adverso em se tratando de uma região de miséria e desigualdade social historicamente crônicas. A mão de obra escrava é vendida, pelos latifundiários escravocratas, para os agroexportadores de café do sudeste, entre os anos de 1850 e 1880, pois o modo de produção adquirira formas capitalistas mais avançadas, dispensando um quantitativo numeroso de cativos (Id., p.198).

A crise socioeconômica se instalou, pois assomaram-se, à dispensa dos escravos das lavouras, uma massa empobrecida devido a intensificação da concentração de terras na província nordestina (Id.).

O trabalho forçado africano encarece a partir da vigência da lei Eusébio de Queiroz (1850) que torna ilegal este tráfico humano, mediante a pressão da Inglaterra que exercia vigilância sobre possíveis transações. A solução empregada foi o tráfico interprovincial, o que foi praticado, por exemplo, entre o Nordeste e o Sudeste, além de processos de reescravização, a ameaçar o êxodo de massas empobrecidas (Id.).

Foi o que aterrorizou os peregrinos de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro. Tendo acesso aos dados demográficos do Recenseamento Geral do Brasil de 1872, Nascimento (2021) constata que dos onze municípios da Bahia, 102.789, eram “pardas” e “pretas”, dentre pessoas livres e escravizadas, em sua maioria negras. Desse total, parte se juntará ao movimento conselheirista a partir de 1874 (Id., p.199-201).

Em 1854, Conselheiro se estabelece, com os seus seguidores, no Arraial de Canudos, vindos do Ceará, Sergipe e de regiões da Bahia (Id., p.200-202).

A tese de Telma Bessa Sales, “Canudenses Na Cidade de São Paulo: Memórias E Experiências”, por meio da prática da história oral, consulta à periódicos e fontes secundárias, nos atualiza quanto ao avanço das pesquisas sobre o tema, notadamente a partir do centenário do tombamento do assentamento social, nos anos 1990, mais precisamente em 1997. Dentre os entrevistados, o canudense José Alôncio Ferreira dos Santos, como descendente de testemunhos, retrata para além do relato jornalístico de Euclides da Cunha, a sua versão experienciada através da memória dos que ficaram conhecidos como “fanáticos, mal feitos e preguiçosos” (Moniz apud Sales, 2006, p. 128).

A série de reportagens, reunida no livro *Os Sertões* (obra anteriormente mencionada nesta dissertação), lançado em 1902, fez com que o escritor Euclides da Cunha se tornasse a “voz autorizada” sobre o levante, a secundarizar as demais obras e versões divulgadas na época (Sales, 2006, p. 127). Em 1970, descreve o arraial de Canudos, o historiador Edmundo Muniz:

[...] Progredia uma cidade tranquila e labutadora, de habitantes que se dedicavam à agricultura, à criação e ao artesanato. Ali era o refúgio de todos os camponeses que eram expulsos de suas terras, perseguidos pelos latifundiários e pelas autoridades policiais e políticas. Canudos acreditava numa cidade ideal dos que acreditavam numa existência próspera e feliz (Muniz apud Sales, 2006, p. 128).

O professor Antônio José Sola, em sua obra “Canudos: Uma Utopia No Sertão”, elaborou uma leitura estrutural sob o enfoque socioeconômico e religioso:

Havia desemprego, analfabetismo, seca, alta taxa de mortalidade infantil e, ao lado dessa crise [...] surgiram pregadores os mais diversos [...]. O Conselheiro [...] aglutinou milhares de fiéis com uma pregação de uma comunidade igualitária, com orações e caminhadas, além de práticas concretas de construção de açudes, capelas, cemitérios etc.” (Sola apud Sales, 2006, p.134).

Sola aponta que diante das melhorias sociais conferidas pelo Conselheiro, o movimento adquiriu o antagonismo por parte da Igreja Católica e do Estado.

A dimensão simbólica, do movimento associativo da favela da Rocinha, do movimento quilombola e conselheirista, entre tantos outros mobilizados por setores populares, o seu legado sociopolítico e cultural tem o potencial de reverberar no cotidiano, a reivindicar o lugar social que é adquirido e por gana de existência. Para José Alôncio:

A ação desta liderança [Antônio Conselheiro] tem caráter libertário, apresentando reivindicações e lutar por direitos de homens e mulheres através de uma organização comunitária, popular, política/religiosa. Estes questionavam uma situação de desigualdades, injustiças e lançavam um desejo utópico de se construir paz, tranquilidade e fartura. E para José Alôncio isto é ser canudense (Sales, ano, p.140).

Trabalhismo

Nos tópicos 1.4, “Seções Documentais: Atores Políticos Antagônicos E A Negociação de Sentidos” e 2.1, “O Surgimento da Colonialidade Interna Republicana E A Consolidação da Colonialidade Global: A Era Vargas E Os Anos 1960”, discorri sobre o populismo a partir de duas concepções divergentes. Para Dreifuss (1981), foi uma estratégia imposta pelos grupos sociais hegemônicos consorciados com o Estado. Em contrapartida, Souza (2017) atenta para a desqualificação da classe trabalhadora incutida nessa percepção, a tornando uma “massa de manobra” das políticas de governo.

A investigação junto a fontes primárias e relatos autobiográficos envolvidos nos fatos históricos, como bem observado ao longo deste dissertar, testemunham a participação ativa das *minorias majoritárias* ao longo dos processos políticos em consonância com um maior ou

menor grau de autoritarismo institucionalizado. Assim sendo, negociação de reivindicações sociais junto às autoridades públicas e ao Estado, tanto em relação ao exercício do clientelismo ou do populismo, é uma definição condizente e, sobretudo, “trabalhismo”, como um termo que aciona o protagonismo do trabalhador durante o período de industrialização e urbanização da capital federal (Rio de Janeiro) e de São Paulo, entre os anos 1930 a 1964.

O trabalhismo como resultado da consciência social, sob a perspectiva da história culturalista, ultrapassa a esfera do antagonismo entre grupos hegemônicos e subalternizados, proporcionando uma leitura mais ampla e diacrônica dos embates sociais, a bem dizer Nascimento (2021, p. 192).

A mobilização de classes trabalhistas e do movimento sindical, incluindo moradores em favelas, conforme apreciado, e de negros alforriados, é anterior ao advento da República. Uma das trajetórias de singular poder simbólico é a cultura política da estiva, legada por crioulos (negros brasileiros) e ex-escravos:

Um dos setores mais importantes da economia eram as atividades portuárias, que escoavam os produtos para o mercado externo. Embora a história oficial só cite os trabalhadores agrícolas, domésticos e de ganho, esse era um dos setores em que o negro também emprestava a sua força de trabalho (Nascimento, 2021, p.244).

Ao longo de toda a nossa história, a mão de obra negra sustentou todos os ciclos econômicos. Dos trabalhadores portuários, em especial, dependia o bom desempenho operacional das importações e exportações. Pelo fato dos portos do Rio de Janeiro e Santos terem o potencial de desequilibrar a balança comercial, em proporções nacionais, nos parece incoerente a propalada passividade desta classe trabalhadora diante da máquina política e negar a sua autonomia organizativa:

Durante o século XX, os trabalhadores portuários participaram, através de seus sindicatos, das fases mais importantes de nossa história política. São eles que apoiam sucessivamente Getúlio Vargas [e] João Goulart (Nascimento, 2021, p.244-246).

Tomando como referência fontes orais e escritas, tais como publicações operárias, atas sindicais, abaixo-assinados, documentos referentes a comissões de representantes e depoimentos de ex-ativistas e, embasados no conceito de “consciência de classe”, intelectuais avaliam a trajetória da classe trabalhadora durante o regime autoritário estadonovista e o subse-

quente (1930-1964). O grupo de pesquisadores da Unicamp, que provavelmente surgiu na década de 1990, teve acesso a registros de movimentos paredistas além de mecanismos para “driblar os interventores estatais”:

A tese de um sindicalismo totalmente cooptado pelo Estado é revisto pela historiografia [da Unicamp] como um resgate das lutas operárias sob o populismo a partir de um registro teórico-interpretativo que as tomou como “lutas por direitos” [...] e pela “cidadania” (Demier, 2014, p.133, 137).

CONCLUSÕES EM RETICÊNCIAS



Figura 71: Quadrinhos de biroscas, favela da Rocinha. S/D
Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063

A colonialidade ou a racialização, como dispositivo (sob a acepção foucaultiana) primordial da colonialidade, ontológica-cultural das minorias majoritárias, intrinsecamente estrutural e estruturante, prossegue em seu curso, predeterminando a produção do conhecimento e as narrativas históricas. O contrafluxo é operado pelos mesmos sujeitos políticos que têm a sua cosmogênese negada pela alteridade dos grupos sociais hegemônicos que ainda detêm os meios de produção econômicos e o estatuto da civilidade.

Das iniciativas de emancipação da cultura diaspórica, dissertamos sobre a concepção de museu e os projetos que incorrem nos museus comunitários (ou museus de territórios), empreendidos por seus moradores, em parceria com entidades de fomento, dentre os quais se destaca o Museu da Maré (MuM), sediado no conjunto de favelas da Maré, na zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Arquivologia Pós-Custodial, História Cultural e Museologia Social, no que convergem ao paradigma decolonial de patrimonialização de acervos, emprestaram o escopo teórico-

metodológico para a persuasão sobre o tema em defesa: a memória é um dispositivo (emancipatório) para uso diário.

Ao ser acionada como que uma dimensão atemporal, em carácter de continuidade, a memória se reveste do tempo presente para amalgamar lembranças espargidas no território social, que rememora-se e sobre as quais nos contamos por meio de códigos sociais étnicos e trajetórias políticas.

A conceituação de identidade étnica, cultura étnica e cultura política e os fenômenos que lhe são atinentes, forjados na dinâmica social, possibilitou a problematização sobre as relações sociais/raciais do contexto brasileiro, conforme o fluxo dos próprios moradores da favela da Rocinha que flexibilizam a fronteira social entre favela e “asfalto”.

A esfera da “consciência social” (Mattos, 2014, p.81-90), em contraponto ao “pertencimento de classe”, nos convidou a percorremos por setenta anos da república brasileira (século XX), em retrospecto ao escravismo colonial (XVI-XIX), pois que redivivo pelo escravismo na pós-colonialidade, contestados e subvertidos por mobilizações políticas e processos emancipatórios dos setores populares ao longo dos últimos séculos (desde o XVI).

Os movimentos quilombolas, abolicionistas e o Conselheirista, atinentes ao tema principal, representam uma célula diminuta diante do panorama plural de movimentos e insurreições mobilizados pelas camadas empobrecidas, de cunho sociopolítico e cultural, que a história hegemônica silencia, desmoraliza ou distorce, como banditismo, fanatismo, populismo ou paternalismo. Insta o debate sobre o direito à memória e a subsequente releitura sobre o trabalhismo, os assentamentos sociais insurretos e as negociações políticas/clientistas por intermédio da história oral; da releitura das fontes históricas e das referências culturais, incluindo a visão crítica às narrativas escritas pelos opressores e instituições normativas-regulamentadoras; e a linguagem dos territórios sociais, entre comunidades e sítios arqueológicos.

Os acervos tem a sua razão de ser se difundidos. A entidade custodiadora, por meio do cientista da informação de equipe técnica, confere tratamento à memória registrada tão somente. Enquanto um constructo social, o patrimônio documental deve ser devolvido aos seus produtores primordiais: os sujeitos políticos envolvidos em seu contexto social.

Sob esse prisma, a metodologia e os pressupostos teóricos foram empregados, pela Documentalista, de modo a viabilizar o acesso aos dados informacionais para além do público-alvo: os pesquisadores e as entidades parceiras de fomento ao ensino, pesquisa e a programas de extensão em articulação com o Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov). O Arquivista, como curador, possui a função social de ser um mediador(a)/(x) entre os acervos institucionalizados e os sujeitos patrimonializados.

A expansão de Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas, com o seu cabedal emancipatório, vem a tutelar o pensamento decolonial no que compete ao procedimento técnico arquivístico, principalmente no que tange às etapas de investigação, avaliação, “classificação” (arranjo) e registro para a disponibilidade dos conjuntos documentais.

Conforme dissertado, as características desse Orixá nos “sacode” dos parâmetros impostos pela agenda colonial vigente, a potencializar a memória e os usos da memória como dispositivos emancipatórios para uso diário, a constituir-se em contranarrativas. A incorporar as subjetividades pretas como produtoras de conhecimento enquanto agentes políticos.

A pedagogia *exusíaca*, ou, decolonial, se firma pela divulgação destes acervos e obras referenciadas neste trabalho, em escolas, comunidades, coletivos comunitários, plataformas digitais e demais entidades e canais de difusão e divulgação. A sua publicização é de ordem política.

Exu é o Orixá dos caminhos abertos.

“Favela é a cidade.” (Dulce Pandolfi).

A Título de Reticências: “Descobri Que Minha Arma É O Que A Memória Guarda”

Memórias diaspóricas fragmentadas cismam dos vórtices, dos silenciamentos audíveis, dos resquícios, da cristaleira de guardados, da viga que restou rija do espectro da sala removida que se circunvizinha. Das ruínas plurais em arremedo e da amálgama pau-brasil ébano — afinal, somos denominados pelo extrativismo de uma leguminosa — projeta-se o que da memória guarda de um espaço/tempo que se descola em cruzo.

Ode:

Ao Afroamericanismo por Maria Beatriz Nascimento e às demais autobiografias citadas neste dissertar!

Enfim, vamos aos escaninhos esmiuçar!

REFERÊNCIAS

Bibliografia

BATISTA DOS SANTOS, Vanderlei (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos, classificação, preservação digital e gestão do conhecimento**. 3ª edição. Distrito Federal: SENAC, 2009.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 1ª. edição. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRUM, Mario Sérgio Ignácio. **Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**, 1ª edição. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; y GROSFUGUEI, Ramón (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Sobre la colonialidad del ser: Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**, Nelson Maldonado-Torres, p. 125-162. 1ª ed. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CHAGAS, Mário. **Casas e Portas da Memória e do Patrimônio**. Em: O que é memória social? 1ª edição. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 1ª. edição. Porto Alegre: L&PM, 2016.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1982.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 1ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O quê é memória social?** 1ª edição. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. **1ª. edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014**

_____, **Cultura e representação.** 1ª. edição. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

_____, **Da diáspora: identidade e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2011.

JOHNSON, Allan. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KRENAK, Ailton. CAMPOS, Yussef. **Lugares de origem.** 1ª edição. São Paulo: Jandaira, 2021

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985).** 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. **As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea.** In: MELO, Damian Bezerra de. (Org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

MORAES, Nilson Alves de. **Memória social: solidariedade orgânica e disputa de sentidos.** Em: O que é memória social? 1ª edição. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

NUNES, Guida. **Resistência pelo direito de viver.** Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Anazir Maria de (Org.). **Favelas e as organizações comunitárias**. 1ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: BOAVENTURA, Sousa Santos; MENESES, Maria Paula (Org). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Rio de Janeiro: Pólen, 2019.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Arquivística, temas contemporâneos: classificação, preservação digital e gestão do conhecimento**. 3ª edição. Distrito Federal: Senac, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2005.

Artigos

Adenilda Couto B. Pinto. Desenvolvimento local: a comunidade como coparticipante. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em:

< <https://revistas.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3589/2373> > Acesso em: 13 de setembro de 2022.

Antônio Carlos Ermiro; Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto. Memória Social, Museu E Trabalho Comunitário Na Rocinha, 2010. Disponível em: <https://centroludicodarocinha.files.wordpress.com/2016/11/memoria_social.pdf>

Acesso em: 5 de dezembro de 2022.

Daniel Simas. O desmonte do Morro do Castelo. Fundação Biblioteca Nacional, 2020. Disponível em: < <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/desmonte-morro-castelo> >

Acesso em: 20 de abril de 2023

Donizete Rodrigues. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. Periódicos Unifap, v. 7, n. 4, 2017.

Disponível em: <<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>>

Acesso em: 20 de agosto de 2022.

Yeda Pessoa de Castro. Das línguas africanas ao Português. Instituto do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. Dossiê Línguas do Brasil, n.6, 2007. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=214>>

Acesso em: 21 de abril de 2023

Mario Sérgio Ignácio Brum. A opção pelos pobres: a Pastoral de Favelas e a reorganização do movimento de favelas no Rio de Janeiro na redemocratização. Estudos Históricos, v. 31, n. 65, 2018. Disponível em:

< <https://www.scielo.br/j/eh/a/PJhgrVYY98TwtpySSPWm6qJ/?lang=pt> >

Acesso em: 7 de setembro de 2022.

Marly Motta. Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em:

< <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/desmonte-morro-castelo> >

Acesso em: 4 de abril de 2023

Nelson Maldonado-Torres. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. Revista Crítica de Ciências Sociais, n 80, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/695>> Acesso em: 1 de abril de 2023.

Rodrigo Torquato da Silva. Paulo Freire e as raízes para uma educação popular revolucionária. Revista Ensino, Saúde E Ambiente, v. 14, n. esp., 2021.

Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/51375> >

Acesso em: 04 de fevereiro de 2023.

Stuart Hall. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Revista Educação & Realidade, v. 22, n.2, 1997.

Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361>>

Acesso em: 12 de agosto de 2022

Revista

BARRETO, Lima. Megalomania. Revista Careta, Ed. 0064, 1909. Disponível em:

< <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=1179> >

Acesso em: 20 de abril de 2023.

Teses e Dissertações

AMOROSO, Mauro. Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no Morro do Borel, 2015, 265 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós- Graduação em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Disponível em:

< https://drive.google.com/drive/folders/15VOE_M2u_nPt01sr9ZmnYdN--2oGY1qS >

Acesso em: 5 de agosto de 2022.

BAPTISTA, Carlos Augusto. Resistência e memória contra-hegemônica: um estudo sobre a luta de permanência do museu da Maré, 2020, 95 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Disponível em: < <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/50950/50950.PDF> > Acesso em: 5 de agosto de 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não ser como fundamento do ser, 2005, 339 f, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: < <https://repositorio.usp.br/item/001465832> > Acesso em: 5 de outubro de 2022.

COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. A Rocinha em construção: a história social de uma favela na primeira metade do século XX, 2019, 254 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Disponível em: < https://www.dbd.puc-rio.pegamum/tesesabertas/1512189_2019_completo.pdf > Acesso em: 1 de setembro de 2022.

SALES, Telma Bessa. Canudenses na cidade de São Paulo: memórias e experiências (1950-2000). 2006, 187 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós- Graduação em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Disponível em: < <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40329> > Acesso em: 21 de abril de 2023.

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. E por falar em FAFERJ... federação das associações de favelas do estado do Rio de Janeiro (1963-1993) – memória e história oral, 2009, 246 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- Graduação em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Disponível em:
< <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12352?show=full> >
Acesso em: 13 de agosto de 2022.

Exposições

Exposição do Arquivo Nacional O Rio do Morro Ao Mar, 2012-2013, Rio de Janeiro.

Artigo Na era das demolições: o morro do Castelo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012-2013 Disponível em: < <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/index.php/galerias/87-exposicoes/o-rio-do-morro-ao-mar/saiba-mais/219-na-era-das-demolicoes-o-morro-do-castelo.html> > Acesso em: 20 de abril de 2023.

Exposição do Arquivo Nacional O Rio do Morro Ao Mar, 2012-2013, Rio de Janeiro.

Artigo Na era das demolições: o morro de Santo Antônio. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012-2013 Disponível em: < <http://exposicoesvirtuais.an.gov.br/index.php/galerias/87-exposicoes/o-rio-do-morro-ao-mar/saiba-mais/222-na-era-das-demolicoes-o-morro-de-santo-antonio.html> >

Acesso em: 20 de abril de 2023.

Exposição Carolina Maria de Jesus: Um Brasil Para Os Brasileiros. Rio de Janeiro, 2022.

Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/15/parque-madureira-no-rj-recebe-mostra-gratuita-sobre-a-escritora-carolina-maria-de-jesus> >

Conjuntos Documentais

Coleção Associaoativismo Comunitário, “Redes de Vizinhança” E Disputas Políticas na Favela da Rocinha, 1965-2014. Programa de Memória dos Movimentos Sociais:

A Bronca N. III da Saúde, 1980. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ArtRoc GT GSaud Saud Bronc GT014.

A Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro: Ensaio Sobre O Significado Político, S/D. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PF Past PF002.

A FAFERJ E A Luta dos Favelados. Rio de Janeiro, 1978. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PTV FFRJ IDD FFRJ013.

A Política de Intervenção Em Áreas Faveladas do Município do Rio de Janeiro:1979-1981, 1982. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom TCT TD PRM TCT008.

Assembleia Geral. Rio de Janeiro, 1981. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom UPMR MobAss CD Conv UPMR006.

Documento do Grupo da Saúde Dos Moradores da Rocinha, Elaborado no Encontro Pela Saúde da Rocinha Realizado, 1980. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ArtRoc GT GSaud RPC AsCom GT004.

Favelas: A Política dos Comunistas Para O Movimento Favelado,1981. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PF FFRJ IDD FFRJ012.

Favelas E Periferias Em Pauta: Informativos Comunitários, 1965-2014. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom Per InfCom

MORA Como Articulador de Lutas Concretas, 1980. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom MobAss UPMR MORA IR UPMR0135.

Ninguém Aguenta Mais: Mais de Um Milhão de Crianças, Adolescentes E Adultos Estão Sem Aulas Pois Os Professores Estão Em Greve, 1979. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom PF RAE PF008.

O Movimento de Favelados do Rio de Janeiro: Políticas do Estado E Lutas Sociais (1954-1973), 1989.Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom TCT TD PRM TCT007.

O Quê A Rocinha Entende Por Urbanização, 1983. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom TCT HR-Tec UTP Est-1 TCT014.

O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982), 1991. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom LM PD Diss PD001.

Periódicos de Circulação Nacional, Comunitários E de Bairros, 1965-2014. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom Per

Perspectivas Para O Curso de Alfabetização, 1979. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg EASPA PCom Pg002.

Plano de Ação Para As Favelas, 1980. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom MobAss UPMR PAP PA UPMR044.

Proposta de Pauta Para Reunião do Grupo de Fora, 1978. Código: BR RJ UFRJ Memov Ass Com ASPA Pg AgEx CReun Eq Pg0102

Relatório: Campanha de Limpeza da Vala, 1978. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ArtRoc GT GSS RReun RPT GT035.

Religião E Favela: O Caso Rocinha, S/D. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom TCT TD PPL TCT004.

SEGALA, Lygia; SILVA, Tânia Regina da (Org). *Varal de Lembranças: Histórias E Causos da Rocinha*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Tempo E Presença, 1983. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom ASPA Pg MEd LDig LVL Pg063.

Vitória da Chapa 1: MORA, 1981. Código: BR RJ UFRJ Memov AssCom MobAss UPMR MORA Elc UPMR0148

Web

Ação Social Padre Anchieta. Disponível: <https://asparocinha.org.br/>

Arquivo Nacional. Disponível: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br>

Brasil de Fato. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br>

Brasileira Fotográfica. Disponível: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br>

Biblioteca Nacional. Disponível: <http://memoria.bn.br>

Biografias. Disponível: <https://www.ebiografia.com>

Campanha da Fraternidade. Disponível: <https://portalkairos.org/tag/temas-e-lemas-da-campanha-da-fraternidade>

Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância. Disponível: <http://www.ciespi.org.br>

Conselho Nacional de Arquivos. Disponível: <https://www.gov.br/conarq>

Documentos Revelados. Disponível: <https://documentosrevelados.com.br/>

Fórum de Cultura da Rocinha. Disponível: <http://forumdeculturadarocinha.blogspot.com>

Fundação Getúlio Vargas. Disponível: <https://cpdoc.fgv.br>

Fundação Oswaldo Cruz. Disponível: <https://portal.fiocruz.br>

Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. Disponível: <https://www.ibge.gov.br>

Instituto de Economia da Universidade de Campinas. Disponível: <https://www.eco.unicamp.br>

Instituto do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>

Jornal Correio Brasiliense. Disponível: <https://www.correiobrasiliense.com.br>

Jornal do Brasil. Disponível: <https://www.jb.com.br>

Jus. Disponível: <https://jus.com.br>

Laboratório de Educação e Patrimônio Cultural. Disponível: <http://laboep.uff.br>

Politize. Disponível: <https://www.politize.com.br/guerra-de-canudos/>

Presidência da República. Disponível: <https://www.planalto.gov.br>

Programa de Memória dos Movimentos Sociais. Disponível: www.memov.com.br

Redes da Maré. Disponível: www.redesdamare.org.br

Rio de Memórias. Disponível: <https://riomemorias.com.br/memoria/morro-do-castelo>

Tainacan. Disponível: <https://tainacan.org>

Universidade Federal de Lavras. Disponível: <http://repositorio.ufla.br>

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível: www.unirio.br

Wikifavelas. Disponível: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Wikifavelas>

Wikipédia. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki>